

Jonas M. Vargas (Org.)

Belicosas fronteiras

Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)



Ao longo do oitocentos, as Américas foram palco de profundas transformações socioeconômicas e políticas e os conflitos militares estiveram relacionados a muitas delas. Século marcado pelas independências, pelo surgimento dos Estados nacionais, pela construção das fronteiras e limites territoriais, pela abolição da escravidão africana, pelas reformas liberais que prepararam o continente para a implantação do capitalismo, ele colocou distintos grupos sociais em constante conflito: antigos membros da elite crioula e da burocracia colonial, negociantes, padres, caudilhos, indígenas e africanos de inúmeras etnias, escravos e libertos, imigrantes europeus... Homens e mulheres que a partir das muitas relações sociais de dominação e resistência na qual estavam inseridos, da defesa de seus ideais e da sua atuação coletiva nos vastos territórios do continente, também contribuíram com a constituição das muitas identidades culturais e políticas latino-americanas, ainda hoje bastante perceptíveis. Todos os anos, uma série de dissertações e teses acadêmicas tratam de tais temas, sem contar as centenas de textos publicados em periódicos e capítulos de livros no mundo inteiro. Reunindo um seleto grupo de historiadores e historiadoras de diferentes países, o presente livro também busca trazer contribuições bastante recentes sobre muitos dos aspectos acima mencionados. Nas páginas que se seguem, o leitor poderá ler sobre os efeitos da Era das Revoluções e dos processos de independência na vida política da América Latina, o avanço dos investimentos em terras nas fronteiras agrícolas do continente e o conseqüente impacto dos mesmos sobre as comunidades indígenas. Também terá contato com textos que tratam da relação dos Estados nacionais em construção e dos seus agentes com tais transformações, das suas políticas voltadas para a imigração, das inúmeras guerras e de suas conseqüências políticas e sociais e de como a escravidão africana foi debatida nos mencionados contextos. Além do mais, questões relativas às múltiplas identidades que estavam em construção naquela conjuntura são tratadas por muitos autores, enfatizando a questão dos indígenas, das populações negras, dos imigrantes europeus e das relações transnacionais entre os moradores das regiões de fronteira.



 editora fi
www.editorafi.org



Belicosas fronteiras



Comitê Editorial

Prof. Dr. Jonas M. Vargas

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof.ª Dr.ª Clarice Gontarski Speranza

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Alisson Droppa

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof.ª Dr.ª Elisabete Leal

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Belcosas fronteiras

*contribuições recentes sobre política, economia e
escravidão em sociedades americanas (século XIX)*

Jonas M. Vargas
(Org.)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte da capa: Batalla de Tuyutí, por Cándido López

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

SÉRIE FRONTEIRAS E IDENTIDADES - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

VARGAS, Jonas M. (Org.).

Belicosa fronteira: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX) [recurso eletrônico] / Jonas M. Vargas (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

408 p.

ISBN - 978-85-5696-130-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História. 2. Política. 3. Fronteiras. 4. Economia. 5. Escravidão. 6. Política. I. Título.

CDD-906

Índices para catálogo sistemático:

1. História da sociedade 906

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I

Identities and nations in (re)construction: frontiers, wars and politics in the eighteenth century

COMUNICAÇÃO E FRONTEIRAS IMPERIAIS NA REGIÃO PLATINA DURANTE A “ERA DAS REVOLUÇÕES” 15
Adriano Comissoli

OS NEGÓCIOS NESTE REINO EXIGEM ATENÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA PROVÍNCIA CISPLATINA (1821-1824) 29
Murillo Dias Winter

O BRASIL E AS REPÚBLICAS HISPANO-AMERICANAS NO VALE AMAZÔNICO: RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS (1820-1850) 49
Carlos Augusto Bastos

EL EJÉRCITO AUXILIAR DEL PERÚ Y LA REVOLUCIÓN EN EL RÍO DE LA PLATA 67
Alejandro Morea

IDENTIDADE INDÍGENA EM DISPUTA: AS ALDEIAS DA PROVÍNCIA DE ANTIOQUIA DURANTE O PROCESSO A INDEPENDÊNCIA DE NOVA GRANADA 91
Elizabeth Karina Salgado Hernández

FRONTEIRAS E PROCESSOS DE TERRITORIALIDADE: OS GUARANIS ENTRE A COLONIZAÇÃO E O ESTADO NACIONAL (SÉC. XVIII-XIX) 109
Max Roberto Pereira Ribeiro
Luís Augusto Farinatti

“CONOCER PARA GOBERNAR”: EXPLORACIÓN, RECONOCIMIENTO Y OCUPACIÓN DEL TERRITORIO EN LA FRONTERA SUR DE BUENOS AIRES (PRIMERA MITAD DEL SIGLO XIX) 129
Andrea Reguera

SOMBRA, SOLDADOS E UM COMANDANTE DA GUARDA NACIONAL: FRONTEIRA E GUERRA NO SUL DO IMPÉRIO DO BRASIL (CA. 1850-1873) 153
Miquéias H. Mugge

FESTA E POLÍTICA: O FIM DA GUERRA DO PARAGUAI NA CORTE IMPERIAL 179
Hendrik Kraay

DISPUTAS POLÍTICAS, IMPRENSA E CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO NO PARAGUAI DURANTE A OCUPAÇÃO ALIADA (1869-1876) 207
Bruno Félix Segatto

TRABAJO LIBRE Y ESCLAVO DE LA POBLACIÓN AFRODESCENDIENTE EN MONTEVIDEO, 1835-1841. APROXIMACIÓN AL ESTUDIO DEL MERCADO DE TRABAJO A TRAVÉS DE LOS REGISTROS DE PAPELETAS DE CONCHABO. 229
Florencia Thul Charbonnier

PARTE II

Escravidão, economia e sociedade em fronteiras americanas

LOS CONTRATOS DE PEONAJE EN LA FRONTERA: ESCLAVIZACIÓN CONTEMPLADA POR EL GOBIERNO ORIENTAL 249
Eduardo R. Palermo

A DUALIDADE DO MINISTRO: ESCRAVIDÃO E POLÍTICA INTERNACIONAL NAS GESTÕES DE ANDRÉS LAMAS (1847-1869) 269
Rafael Peter de Lima

FRONTEIRA E ESCRAVIDÃO NA FORMAÇÃO DO TEXAS 285
Marcelo Santos Matheus

PROBLEMATIZANDO RAÇA A PARTIR DA GUERRA CIVIL DE 1893-1895 305
Melina Kleinert Perussatto
Rodrigo de Azevedo Weimer

A HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL E A ABORDAGEM DA FRONTEIRA 323
Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

ALGUNOS ELEMENTOS SOBRE EL TRÁFICO ILÍCITO DE CUEROS Y ANIMALES EN EL RÍO DE LA PLATA A FINES DEL SIGLO XVIII 343
María Inés Moraes

PECUARISTAS BRASILEIROS NO URUGUAI: SOBERANIA E CIDADANIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX 365
Carla Menegat

“HISTORIAS PARALELAS”: UN ESTUDIO COMPARADO SOBRE LOS RESULTADOS ECONÓMICOS DE LAS EMPRESAS DE COLONIZACIÓN A MEDIADOS DEL SIGLO XIX: EL CASO DE SAN CARLOS (ARGENTINA) Y SANTA MARIA DA SOLEDADE (BRASIL) 379
Juan Luis Martiren

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS 409

APRESENTAÇÃO

Ao longo do oitocentos, as Américas foram palco de profundas transformações socioeconômicas e políticas e os conflitos militares estiveram relacionados a muitas delas. Século marcado pelas independências, pelo surgimento dos Estados nacionais, pela construção das fronteiras e limites territoriais, pela abolição da escravidão africana, pelas reformas liberais que prepararam o continente para a implantação do capitalismo, ele colocou distintos grupos sociais em constante conflito: antigos membros da elite *criolla* e da burocracia colonial, negociantes, padres, caudilhos, indígenas e africanos de inúmeras etnias, escravos e libertos, imigrantes europeus... Homens e mulheres que a partir das muitas relações sociais de dominação e resistência na qual estavam inseridos, da defesa de seus ideais e da sua atuação coletiva nos vastos territórios do continente, também contribuíram com a constituição das muitas identidades culturais e políticas latino-americanas, ainda hoje bastante perceptíveis.

Todos os anos, dissertações e teses acadêmicas tratam de tais temas, sem contar as centenas de textos publicados em periódicos e capítulos de livros no mundo inteiro. Reunindo um seleto grupo de historiadores e historiadoras de diferentes países, o presente livro também busca trazer contribuições bastante recentes sobre muitos dos aspectos acima mencionados. Nas páginas que se seguem, o leitor poderá ler sobre os efeitos da Era das Revoluções e dos processos de independência na vida política da América Latina, o avanço dos investimentos em terras nas fronteiras agrícolas do continente e o conseqüente impacto dos mesmos sobre as comunidades indígenas. Também terá contato com textos que tratam da relação dos Estados nacionais em construção e dos seus agentes com tais transformações, das suas políticas voltadas para a imigração, das inúmeras guerras e de suas conseqüências políticas e sociais e de como a escravidão africana foi debatida nos mencionados contextos. Além do mais, questões relativas às múltiplas identidades que estavam em contato naquela conjuntura são tratadas por muitos autores, enfatizando a questão dos indígenas, das populações negras, dos imigrantes europeus e das relações transnacionais entre os moradores das regiões de fronteira.

O livro está dividido em duas partes. A primeira delas, intitulada “Identidades e nações em (re)construção: fronteiras, guerras e política no oitocentos”, inicia com um texto de Adriano Comissoli a respeito dos circuitos de informação existentes nas fronteiras imperiais do Rio da Prata. Conectando indivíduos comuns em diversas cadeias que podiam chegar até as autoridades governamentais, estes homens compunham um verdadeiro serviço de inteligência - essencial para a política imperial naquelas paragens. Murilo Dias Winter, por sua vez, trata do processo de independência do Brasil a partir da perspectiva da província Cisplatina. Partindo de um espaço no qual as crises dos impérios ultramarinos português e espanhol se relacionavam, o autor destaca, principalmente, as diferentes alternativas de futuro, os projetos políticos que foram gestados e os conflitos abertos naquela conjuntura. Carlos Augusto Bastos estuda as relações sociais estabelecidas nas fronteiras amazônicas do Brasil com as atuais repúblicas da Colômbia, da Venezuela, do Equador e do Peru, na época das independências – tema ainda pouco analisado pela historiografia. O autor demonstra como as autoridades das diferentes nações ainda em construção mantinham intenso contato, debatendo projetos políticos e buscando proteção nos territórios nacionais vizinhos contra seus adversários políticos locais. Alejandro Morea, por sua vez, analisa a atuação do Exército Auxiliar do Peru no processo de independência que marcou a década de 1810, demonstrando as íntimas relações entre guerra e política e a importância dos líderes militares naquele novo contexto.

Se a conquista e a colonização da América não se deram sobre um espaço vazio e desabitado, a construção dos Estados nacionais oitocentistas também não foi um fenômeno político que buscou ignorar completamente as instituições e sociedades já estabelecidas desde os tempos coloniais. Assim sendo, em diversas regiões, as novas autoridades tiveram que renegociar suas relações políticas e econômicas com as populações locais e as comunidades indígenas existentes, em relações permeadas por conflitos e alianças. Neste sentido, Elizabeth Salgado estudou o comportamento dos índios aldeados da Província de Antioquia (na

atual Colômbia) em relação a redefinição identitária enfrentada pelos mesmos durante o processo de Independência de Nova Granada, entre 1808-1830. Luís Farinatti e Max Ribeiro, por sua vez, dialogam com o processo de formação das fronteiras territoriais do atual Rio Grande do Sul, propondo distintas formas de se olhar a questão a partir da experiência histórica dos guaranis. A desagregação da institucionalidade reducional fez com que muitos historiadores tendessem a deixar de lado o estudo dos guaranis como sujeitos históricos, o que implica em interpretações incompletas a respeito das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que caracterizaram a região na primeira metade do século XIX. Andrea Reguera analisou as expedições lideradas pelo governo de Buenos Aires até as fronteiras territoriais da província. Trata-se de um importante capítulo da história da Argentina que possibilitou a expansão agrária característica do oitocentos e acabou afetando drasticamente muitas comunidades indígenas que ocupavam as vastas áreas do pampa argentino.

O processo de construção dos Estados nacionais na América Latina apresentou distintas temporalidades e trajetórias, dependendo da região estudada, dos arranjos institucionais escolhidos pelas suas elites e da metrópole colonizadora. A Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, é um exemplo de que, na Bacia do Prata, o processo ainda não estava plenamente consolidado e antigos territórios pertencentes ao Vice-Reinado do Rio Prata ainda disputavam seus limites territoriais e defendiam suas autonomias políticas. Neste contexto, Miqueias Mugge estudou os comandantes militares do Rio Grande do Sul e, analisando mais de perto a atuação do Barão de Serro Alegre, demonstrou como os mesmos exerceram um papel político e militar fundamental antes e durante a Guerra. Bruno Segatto analisou a formação de dois partidos políticos rivais no Paraguai a partir da imprensa do país, entre 1869 e 1876, e de como, naquele contexto, Brasil e Argentina buscavam influir nos rumos do Paraguai pós-guerra. Este bloco também apresenta um belo texto de Hendrik Kraay a respeito das festas cívicas relacionadas à Guerra do Paraguai no Brasil Imperial. Estudando a imprensa da época, o autor considerou que tais eventos eram sempre festas

políticas nas quais os partidos debatiam os significados da efeméride comemorada e procuravam desqualificar as festas organizadas por seus rivais. Através da discussão sobre os que participavam das mesmas, debatia-se também a natureza da nação brasileira e, por vezes, revelava-se a participação de um amplo leque da população urbana na política.

A segunda parte do livro chama-se “Escravidão, economia e sociedade em fronteiras americanas”. Um primeiro grupo de textos reúne contribuições a respeito da escravidão africana em regiões de fronteira e questões relacionadas à herança social e cultural do cativo. Florencia Thul Charbonnier estuda a participação de escravos e libertos no mercado de trabalho uruguaio após a independência, a importância das chamadas “papeletas de conchavo” e outros aspectos relacionados ao uso da mão de obra assalariada no mesmo contexto. Eduardo Palermo estuda as formas como o trabalho escravizado dos negros livres continuou a ser utilizado no Uruguai mesmo após a abolição do cativo naquele país. Os contratos de peonagem eram a principal maneira de ludibriar as autoridades fronteiriças em um contexto no qual muitos escravos brasileiros, na busca pela liberdade, buscavam fugir para o outro lado da fronteira. Como forma de evitar tais fugas e garantir aos senhores o direito sobre os seus escravos, ambos os países assinaram um tratado de extradição que favorecia os escravistas brasileiros na captura dos cativos fugidos. O texto de Rafael Peter de Lima trata dessas e de outras questões, dedicando algumas páginas para analisar a atuação de André Lamas, representante diplomático do Uruguai no Brasil, nas negociações a respeito dos conflitos fronteiriços envolvendo as relações escravistas, fugas e extradições de cativos na região. Marcelo Matheus, por sua vez, nos transporta para a atual fronteira do México com os Estados Unidos em uma época na qual o Texas, antigo território mexicano, ingressava na União como importante Estado escravista. Rodrigo Weimer e Melina Perussatto encerram o bloco buscando analisar e problematizar o emprego ou a ausência de categorias de “cor” (tais como, “baiano”, “bronzado”, “negro” ou “homens de cor”) nas memórias a respeito da Revolução

Federalista – guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895.

O último bloco de textos inicia com uma importante contribuição teórica e historiográfica a respeito da “fronteira” como objeto de estudo. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores nos propõe uma revisão a respeito da forma como os historiadores trataram de tal tema ao escreverem a história do Rio Grande do Sul. Especialista na área, a autora realiza importante balanço bibliográfico e aponta importantes caminhos para os que buscam conhecer mais sobre a temática. Os últimos três textos tratam de importantes fenômenos sociais e econômicos que caracterizam a paisagem agrária em regiões de fronteira no cone sul americano. Maria Inés Moraes estuda o contrabando de couros e animais no Rio da Prata, entre finais do século XVIII e início do XIX. Conforme a autora, tais transações tiveram constituíram-se em um traço estrutural daquelas sociedades formando um peculiar mercado interno colonial. Carla Menegat analisa a presença dos rio-grandenses entre os grandes proprietários de terras no norte do Uruguai. Tal fenômeno foi fator de peso nas relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai, sempre gerou uma série de conflitos e esteve entre as causas das diferentes guerras que afetaram a Bacia do Prata. Finalizando a coletânea, Juan Luís Martíren nos traz uma preciosa comparação entre os projetos de colonização agrária na Argentina pampeana e no extremo sul do Brasil. Estudando os primórdios da colonização europeia, o autor contribui historiograficamente ao problematizar novas questões referentes à rentabilidade destes investimentos e as possibilidades e os limites da reprodução dos mencionados sistemas.

Em suma, os leitores têm em mãos capítulos sobre distintas histórias não apenas das fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, mas também das sociedades americanas em outras fronteiras do continente, em estudos que tratam de territórios pertencentes, atualmente, à Colômbia, à Venezuela, ao Peru, ao Equador e à Bolívia e até mesmo à fronteira entre os Estados Unidos e o México. A coletânea se insere nos quadros das linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que tem como um

dos principais eixos temáticos as Fronteiras e as Identidades. Os capítulos, em sua maior parte, reúnem textos de participantes das três edições do “Encontro Internacional Fronteiras e Identidades” ocorridas na mesma universidade em 2012, 2014 e 2016, e buscam estabelecer algumas reflexões sobre questões relacionadas direta ou indiretamente a tais aspectos sociais.

Boa leitura!

Jonas Moreira Vargas (UFPEl)

COMUNICAÇÃO E FRONTEIRAS IMPERIAIS NA REGIÃO PLATINA DURANTE A “ERA DAS REVOLUÇÕES”

Adriano Comissoli¹

A madrugada do dia 9 de abril de 1811 corria tranquila na vila de Serro Largo, na Banda Oriental, território componente do vice-reino espanhol do Rio da Prata, quando às três da manhã 13 homens renderam os guardas do quartel militar e lhes tomaram as armas. Os atacantes dirigiram-se em silêncio ao calabouço onde libertaram um “leal amigo, que cheio de alegria nos abraça a todos”.² O libertado era um português, assim como o autor do relato, e havia sido encarcerado por estar de posse de algumas cartas endereçadas ao comandante da lusitana vila de Rio Grande. As missivas em questão descreviam “o estado de revolução deste campo”, trazendo observações sobre a entrada de tropas de Buenos Aires na área da Banda Oriental com o intuito de atacar Montevidéu.³ Tratava-se do acompanhamento da ruptura entre as duas cidades portuárias hispânicas: Buenos Aires em processo revolucionário questionava sua submissão ao usurpador José Bonaparte, irmão do imperador francês, declarando-se o direito ao autogoverno, enquanto Montevidéu acolhia o novo vice-rei Francisco Xavier Elío e mantinha uma postura legalista para com Fernando VII, rei deposto de Espanha. O transcorrer da divergência entre as elites das duas cidades incorreu no envio de forças portenhas que convulsionaram a campanha oriental e sitiaram Montevidéu.

Intimamente interessados no desenvolvimento dos eventos no Prata hispânico, os portugueses os acompanhavam o mais próximo possível e com o menor intervalo de tempo praticável. A presença lusa na região platina vinha de longa data. Comerciantes de Portugal obtiveram grandes somas ao negociar

¹ Departamento de História/PPGH-UFSM.

² *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (RAPERS)*, n° 3, julho de 1921, p. 22.

³ *Idem*.

em Buenos Aires no período da união dinástica (1580-1640) e mais tarde a Colônia do Sacramento foi uma praça mercantil de suma importância, servindo de plataforma para tratos lícitos e clandestinos. A ocupação dos campos ao sul da vila de Laguna intensificou-se conforme o século XVIII transcorria, dando origem à capitania do Rio Grande de São Pedro. Mas a concorrência com os espanhóis foi uma constante e tanto em Sacramento quanto no chamado Continente de São Pedro os embates militares foram recorrentes. O interesse dos Bragança em estender seus domínios o mais ao sul possível, aproveitar-se da riqueza metálica que escoava dos Andes pelo rio da Prata e garantir a estabilidade da região exigia um tributo de sangue da população local e de muitos soldados recrutados à força em diferentes partes do império.

A intensidade da rivalidade das Coroas ibéricas no extremo sul da América oscilou com os anos, reforçando-se no início do século XIX tanto por questões locais quanto imperiais. A exigência francesa por definição da posição diplomática de Portugal e Espanha atrapalhou anteriores aproximações entre os reinos, conduzindo-os a indispor-se entre si. As ambiguidades na diplomacia portuguesa, comprometida em não comprometer-se com guerras alheias, não evitaram o afastamento e estranhamento com os espanhóis, especialmente em 1801 e 1807. Na América, as divergências das Cortes se misturavam a interesses imediatos sobre terras e riquezas – como os rebanhos animais do extremo sul – e os conflitos, embora interligados, assumiam ritmos próprios. Dessa forma, em 1801 os portugueses incentivaram rebeliões indígenas em sete reduções vassalas de Espanha situadas na margem esquerda do rio Uruguai e anexaram-nas, ampliando consideravelmente a área sob jurisdição do Rio Grande de São Pedro. Essa investida foi muito mal recebida em Buenos Aires, capital do vice-reino do Prata, e a tensão entre as tropas dos Bourbon e dos Bragança foi lugar comum nos anos seguintes, apesar da paz oficialmente estabelecida. Finalmente, em 1807 a Corte portuguesa viu-se forçada a um lance ousado e transferiu-se para a América, convencida de que os ingleses podiam prejudicá-

los mais do que os franceses, visto serem o fiel da balança nos oceanos.

Dom João, príncipe regente de Portugal, chegou ao Rio de Janeiro em 1808 acompanhado de milhares de pessoas, dentre as quais duas merecem especial menção neste momento. Sua esposa Carlota Joaquina, filha do rei Carlos X e irmã do rei Fernando VII de Espanha, e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Este foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e principal articulador da controversa estratégia de fuga, o que lhe valeu como recompensa o título de Conde de Linhares. Coutinho foi um dos homens fortes de Dom João de 1807 a 1812, quando faleceu, e um dos projetos que tratou de alimentar ao instalar-se no Brasil foi a expansão em direção à foz do Rio da Prata. Para tanto, chegou a incentivar os desejos da princesa Carlota de ser nomeada regente do vice-reino espanhol em nome do irmão. Ela contou com entusiasmo de membros da elite de Buenos Aires, como Manuel Belgrano, que posteriormente desempenharia papel importante na emancipação. Outro que trabalhou pelo projeto carlotista foi um comerciante chamado Felipe Contucci, que se tornou interlocutor direto de Sua Alteza.⁴

É com Contucci que o assalto à prisão de Serro Largo se liga ao amplo panorama que traçamos. Foi para sua casa que o líder do grupo e autor da carta que relata o episódio se dirigiu, chegando à mesma na noite de 11 de abril, duas após o incidente. O sujeito era Manuel Joaquim de Carvalho, soldado português, que trabalhava para ou junto a Contucci apurando quaisquer notícias sobre os espanhóis. A partir de Serro Largo, o soldado esperava confirmar a passagem ou não de tropas buenaienses para a Banda Oriental e assim dar ciência ao comerciante e ao marechal português Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira de Rio Grande. Entretanto, rumores da chegada das mesmas forças a Serro Largo obrigaram-no a solicitar que um “amigo leal” guardasse as cartas que tinha de enviar enquanto se escondia. O amigo aceitou a incumbência, mas denunciado “por um traidor” foi preso e as missivas entregues ao vigário da paróquia, que as

⁴ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

recolheu à sua casa. Investigando o que fariam com seu amigo, Manuel Joaquim apurou que pretendiam levá-lo a Montevideú, onde seria provavelmente executado. Quanto às cartas, ele temia que fossem enviadas ao embaixador espanhol no Rio de Janeiro e, traindo o envolvimento de autoridades portuguesas como o comandante Marques de Souza e o governador Dom Diogo de Souza, conduzissem a uma crise diplomática de grandes proporções. Dessa forma, “tomey a resolução de cortar estas desordens com as armas, de baicho de toda amoderação esuavidade”, convocou amigos para a empreitada de libertar o prisioneiro, o que fizeram com êxito.⁵

O libertado – que Contucci identificou em carta como Ferreira – quis repor as cartas e acompanhado de três companheiros investe contra a casa do vigário, obrigando-o a devolver os papeis e prendendo-o no calabouço da guarda. Nesse interim chegara à povoação outro grupo a se opor ao primeiro, mas este, controlando o quartel, não cedeu território. Nessa altura Manuel Joaquim Carvalho, já tendo sido reconhecido e temendo a sublevação dos habitantes da vila, achou por bem “agarar todos os cavalos q se hachacem dentro da Praça”, além de “prender atodos os homens, e pa. melhor ofazer era necessario tomar todo o armamento que se achase na Villa”.⁶ Esta última decisão levou à tentativa de prender um sargento espanhol. Num lance folhetinesco o sargento matou com um tiro um dos atacantes, “cujo irmão correspondendo com igual tiro matou ao expressado Sargento”.⁷ Carvalho julgou prudente retirar-se, mas antes libertou “os meus camaradas, soltando os que forão prezos, q andava por 47 homens” e afinal rumou com todos para a Costa do Rio Negro.

No caminho parou na localidade de Caraguata, também na Banda Oriental, para prestar contas a Felipe Contucci de tudo o que sucedera. Esse encontro se deu no dia 11 de abril e Carvalho deve ter pernoitado ali, pois no dia 12 redigiu carta ao marechal Manuel Marques de Souza, a qual foi enviada por Contucci com

⁵ RAPERs, nº 3, julho de 1921, p. 22.

⁶ Idem, p. 23.

⁷ Idem, p. 23

outras duas de sua autoria. O comerciante tinha o soldado em muito boa conta, já que ao escrever a Marques de Souza aplaudiu a ação intempestiva. Em carta de 13 de abril rematou: “Manuel Joaquim deve guardar-se para qualquer empresa importante pois é sem dúvida muito capaz”.⁸ A ponderação não dizia respeito apenas às suas competências aventureiras, mas especialmente às suas aptidões em deslocar-se pelas possessões e cidades espanholas, apurando novidades e informações, por mais contraditórias que fossem. Manuel Joaquim Carvalho era um agente de informação, tendo em Contucci um de seus contatos, para o qual repassava suas descobertas. Por sua vez, o bem relacionado comerciante correspondia-se com o marechal Marques de Souza, com o governador Dom Diogo de Souza, com o Conde de Linhares e até mesmo com a princesa Carlota Joaquina.⁹

Felipe Contucci era hábil enquanto relé de um circuito de comunicação. Nas cartas que enviou ao marechal junto com a de Carvalho ele mencionou diversos contatos de que dispunha para vigiar as tensões entre Buenos Aires e Montevideú. Menciona ter recebido cartas de diferentes locais – Montevideú e Cordobes – ao mesmo tempo em que esperava outras “notas” complementares. Para isso acionava diferentes agentes como um peão que vinha da “estancia mior do Cordoves” e um capataz da estância do “Serrochato”. Ele lançava mão tanto de um seu criado José quanto de soldados designados pelo marechal. O mencionado criado fora enviado a Buenos Aires incumbido de “humã comissão importantíssima”, enquanto seu mestre solicitava mais um soldado a fim de não ficar sem mensageiros em caso de alguma notícia urgente.¹⁰

Essas precauções visavam lidar com duas limitações sublinhadas por Contucci. A primeira era dificuldade em “combinar sucessos”, ou seja, contrastar versões e informações e construir um painel mais completo. A segunda, o fato de que “a

⁸ Idem. P. 25.

⁹ AZEVEDO, Op. Cit. COSTA, Alex Jacques da. *Seguindo ordens, cruzando campos: o governador e capitão-general Dom Diogo de Souza e a política do Império Português para o Rio da Prata (1808-1811)*. Porto Alegre: dissertação de mestrado em História/PUCRS, 2010.

¹⁰ RAPERS, n° 3, julho de 1921, p. 21.

gente de minha confiança nesse destino he pouca”.¹¹ Não bastava contar com informantes, era necessário que estes fossem de confiança, apurando os acontecimentos com a maior precisão possível e, igualmente, com discrição, pois a aventura de Manuel Joaquim em Serro Largo havia demonstrado que traidores e opositores ameaçavam a rede de comunicação e a apreensão da correspondência sensível incidia na possível ruptura de hostilidades com a Espanha, algo que se desejava evitar, em especial pelo andamento da guerra Peninsular.

A ocupação de Portugal por tropas francesas deu-se sem grande resistência inicial, sugerindo aos capitães de Napoleão Bonaparte uma conivência ou aceitação do domínio estrangeiro. Contudo, condensando a situação estabelecida desde a batalha de Trafalgar (1805), enquanto a França dominava a Península Ibérica a partir da terra, no mar os ingleses sentiam-se à vontade para manter-se próximos à costa do continente, obrigando a manutenção de vigilância constante. “Apesar dessa cautela tomada no fim do ano de 1807, a população continua a comunicar com os navios ingleses estabelecendo contactos directos, no mar ou em terra; ou indirectos, através de documentos que vão dar à costa”.¹² Na forma de luta que utilizava propaganda escrita a população portuguesa participou ativamente, afixando pasquins pelas ruas das cidades e circulando documentos impressos na Espanha ou na Inglaterra por circuitos clandestinos de modo a desafiar a propaganda pró-napoleônica empreendida pelo general Junot. Quando a reação ao invasor eclodiu informes sobre a movimentação militar foram impressos no Porto e em Coimbra, instando a população a pegar em armas.¹³

A preocupação francesa para com a mobilização ideológica refletia a experiência do século XVIII. Durante o reinado de Luís XV (1722-1774) os populares acionavam circuitos de comunicação oral e escrita para difundir desaprovações ao

¹¹ Idem.

¹² GERALDES, Sofia Mendes. A guerra das cartas: da manipulação à sedição. In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo e SERRÃO, José Vicente (orgs.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010. P. 512.

¹³ Idem, p. 514.

monarca. Poemas satirizavam o rei e suas inúmeras amantes dando vazão às insatisfações da plebe e constituindo um espaço de crítica política que a polícia tratava de vigiar e coibir. Aos agentes do rei não bastava confiscar os poemas, pois estes eram memorizados e recitados mais do que circulavam por escrito; era necessário remontar itinerários percorridos pelas rimas injuriosas, refazendo seus trajetos e chegando aos instigadores iniciais (se é que não se tratavam de obras coletivas). Para isso, recorriam a informantes e espiões que operavam nas ruas de Paris, relacionando-se com a plebe e participando das conversas nas tavernas e lojas, o que implica em considerar a vida social da capital francesa também enquanto uma dinâmica trama de diálogos, conversas e rumores, responsáveis por orientar as relações entre os sujeitos. Não parece que fosse difícil descobrir algo sobre os humores populares, já que diversos eram os locais propícios para se conhecer as novidades.¹⁴

As vozes do povo, com seus boatos e suas deturpações das versões originais, circulavam e posicionavam-se sobre os eventos coetâneos. Na América hispânica a destituição dos Bourbon do trono era extremamente mal vista e disso podemos saber por uma profusão de manuscritos e impressos surgidos entre os anos de 1808 e 1814, isto é, entre a invasão francesa e o desfecho das guerras peninsulares. Essa eclosão de manifestações escritas, muito provavelmente apenas uma ínfima porcentagem as opiniões que circulavam oralmente, veio a se mesclar, impulsionar tanto quanto ser impulsionada pelo movimento de criação de juntas de governo em nome de Fernando VII. Tratou-se do surgimento de uma opinião pública, direcionada na defesa da legitimidade da dinastia reinante de Espanha e da existência de laços que conformavam o império ultramarino espanhol. Em paralelo confia-se menos nos canais oficiais, “papeles públicos”, havendo preferência por informes particulares e pelas notícias de gazetas de outros países. Não raro combinavam-se as diferentes versões

¹⁴ DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade da informação. As notícias e a mídia em Paris no século XVIII, *Varia Historia*, Belo Horizonte, n° 25, jul 2001. P. 12.

como forma de contrabalançar as incertezas de cada uma ou os meros rumores.¹⁵

Portanto, o que se nota nas primeiras décadas do oitocentos é uma intensa troca de informações, muitas delas realizadas por particulares, gente comum, em suas interações diárias. Gazetas e periódicos estavam publicamente disponíveis, assim como as conversas em cafés e lojas, além de pontos específicos para divulgação tanto de notícias quanto de boatos, como a *Árvore de Cracóvia em Paris*.¹⁶ A fim de driblar as dificuldades de garantir a veracidade de notícias é que Felipe Contucci lançava mão de diversas fontes, da mesma forma que abastecia aos seus superiores com gazetas tanto de Buenos Aires quanto de Montevidéu, evitando defender uma visão única dos acontecimentos e exercitando uma perspectiva crítica. Em suas cartas nota-se que emite pareceres sobre os relatórios que realiza, julgando o grau de confiança de versões conflitantes. Eram circuitos destinados a coletar e processar informação, cuja manutenção dependia de agentes capazes e de trânsito contínuo para manutenção do fluxo. No ano de 1811 tal mecanismo se destinava a debelar incertezas e formular respostas ao cenário de agitações políticas que se insere na crise dos impérios ibero-americanos, considerada enquanto uma era de revoluções imperiais.¹⁷

É interessante notar que conhecimento e império eram elementos intimamente associados. O funcionamento dos construtos imperiais ultramarinos necessitava de fluxos contínuos de cartas, ofícios, alvarás e despachos. A informação deveria fluir para que os impérios pudessem ser administrados competentemente. A necessidade de catalogar a mesma deu origem à atividade arquivística, cujo principal objetivo era criar uma

¹⁵ GUERRA, François-Xavier. “Voces del pueblo”. Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814), *Revista de Índias*, vol. LXII, n° 225, 2002, pp. 357-384.

¹⁶ DARNTON. Op. Cit. P. 11.

¹⁷ ADELMAN, Jeremy. Una era de revoluciones imperiales. In: GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar (dir.). *Independencias iberoamericanas: nuevos problemas y aproximaciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

memória administrativa e oferecer coerência ao governo de regiões díspares. Também a ciência se beneficiou enormemente dos deslocamentos ultramarinos, na mesma medida em que ofereceu solução a desafios encontrados pelos europeus. Tratou-se tanto de um desenvolvimento filosófico quanto de uma perspectiva pragmática, preocupada com o aumento do comércio ultramarino e com a administração das colônias.¹⁸ Serviços de inteligência, que conectavam informação e império, não eram exclusividade das potências marítimas da Europa. Os ingleses beneficiaram-se dos sistemas que os diversos Estados da Índia sustentavam, valendo-se desde de cortesãos treinados a mensageiros a pé e dos rumores dispersos pelos grandes bazares. Foi a capacidade britânica de identificar e mimetizar esse sistema de informação que possibilitou a conquista de tais territórios.¹⁹

A vaga de agitação política que culminou na emancipação dos territórios americanos frente à Coroa espanhola concedeu ao uso da comunicação elementos singulares. Ela foi uma ferramenta ou mesmo uma arma largamente utilizada. Não queremos, entretanto, pensar que se tratava de reprisar o que se praticava na Europa, antes sim optamos pela perspectiva de pensar num conjunto de experiências coetâneas e semelhantes que fazem com que o uso de circuitos de comunicação e informação fosse acionado por diversos agentes, inclusive com objetivos antagônicos. As revoluções imperiais processaram-se no interior de impérios ultramarinos, os quais há muito tempo valorizavam o fluxo de comunicação e informação que permitia o governo de tão amplos construtos imperiais.

Quando Francisco de Miranda, amparado por investimentos ingleses, desembarcou na América do Sul, em 1806, visando mobilizar seus habitantes a um levante contra o rei espanhol, o fez equipado de uma imprensa móvel, com a qual pretendia conquistar as mentes de seus conterrâneos. A imprensa era “uma fábrica portátil de palabras sobre la libertad y la

¹⁸ DRAYTON, Richard. Knowledge and Empire. In. MARSHALL, P. J. (editor). *The Eighteenth Century*, Volume II. Oxford/New York: Oxford University Press, 1998.

¹⁹ BAYLY, C. A. *Empire & Information. Intelligence gathering and social communication in India, 1780-1870*. New York: Cambridge University Press, 1997

soberania” e, portanto, uma nova forma de fazer guerra, a qual se disseminaria pelo século XIX com bastante êxito.²⁰ A retirada de Miranda do território venezuelano, a fim de evitar um confronto com as forças realistas, indica que os prelos não eram tão fortes quanto balas, mas outros acontecimentos sugerem que não eram armas desprezíveis.

Em 1807 uma força de guerra britânica tomou a cidade portuária de Montevidéu. Alguns meses depois reforços chegavam acompanhados de comerciantes. Um deles, de nome Bradford, recebeu licença para implantar uma imprensa e passou a editar um periódico bilingue espanhol-ínglês chamado “Estrella del Sur” ou “Southern Star”, cujo objetivo era convencer os habitantes da cidade da conveniência da presença dos britânicos devido à liberdade de comércio que adotavam.

El contenido de The Southern Star se repartía entre avisos comerciales, informes sobre las acciones militares, cartas de particulares y artículos con fines propagandísticos, que acercaban a los lectores las ventajas de la protección inglesa ante la opresión monárquica española. Fue el órgano encargado de difundir las ideas de propaganda con un lenguaje refinado, pues al sutil estilo de redacción se sumaban poemas clásicos de autores como Horacio y Petrarca.²¹

O argumento mobilizava parte do grupo mercantil, interessado na ampliação das trocas com a própria Inglaterra, mas também com Portugal, de quem adquiriram escravos com regularidade, um elemento que despertou revolta entre os comerciantes de Buenos Aires.²² Quando a ocupação britânica chegou ao fim, Bradford vendeu a imprensa à Casa de Expósitos, em Buenos Aires, duplicando a capacidade de impressão dessa instituição, que já contava uma máquina. Ambas seriam bastante

²⁰ ADELMAN. Op. Cit.

²¹ ARES, Fabio Eduardo. La Estrella del Sur: muestrario tipográfico rio-platense. Tipografía inglesa en Buenos Aires colonial, *Arte e Investigación*, nº 11, 2015. P. 14.

²² PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015. P. 156.

requisitadas a partir da agitação revolucionária iniciada em maio de 1810. Dessa forma, o estratagema acabou por colaborar com um desfecho muito diferente do seu intuito inicial, ainda que funcionasse na esfera que se pretendia, a da formação de uma opinião pública e de fomento do debate político.

Os portugueses, por sua vez, atuavam na área espanhola do rio da Prata de forma discreta. Embora houvesse gazetas publicadas, em 1811, em Buenos Aires e Montevideu, não havia imprensa na capitania do Rio Grande de São Pedro. É verdade que a Gazeta do Rio de Janeiro era lida nas cidades espanholas, mas sua posição oficial não tocava nas tentativas de abocanhar a Banda Oriental. O que Felipe Contucci operava era uma forma de conspiração, acionando interlocutores subalternos e superiores. Para ser mais exato ele acionava informantes subalternos para abastecer os projetos elaborados pelos superiores. E em abril de 1811 esses planos se encontravam em curso, pois na medida em que forças buenaienses atacavam a Banda Oriental os portugueses concentraram grande número de tropas regulares e milicianas nos pontos mais imediatos da fronteira. Assim, as notícias levantadas por Contucci, Carvalho e seus contatos foram fundamentais para decidir se o exército português, autodenominado observador, se engajaria ou não em combates. Precauções do Secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, devidamente notificado da evolução dos eventos fizeram com que esta força não adentrasse a área de controle espanhol antes da solicitação de ajuda do vice-rei Francisco Xavier Elío.²³

Estas últimas constatações nos levam a refletir sobre qual escala devemos aplicar para este circuito de informações. Quando consideramos a coleta e os primeiros repasses devemos realmente considerá-la enquanto um fenômeno regional, mas se acompanharmos os envios posteriores e as discussões nas quais as notícias se inserem ou às quais dão início veremos que envolviam

²³ Embora o Conde de Linhares tenha optado pela prudência sua opinião não foi compartilhada pelo governador Dom Diogo de Souza e por Felipe Contucci que advogaram por uma ação imediata. Sobre a troca de correspondências e a divergência sobre a linha política a ser seguida por Portugal quanto ao Prata ver COSTA. Op. Cit. Em particular o capítulo 4.

altas autoridades portuguesas. Dessa forma, não será fora de propósito entender essa captação de novidades como uma política imperial, a qual se fazia relevante pela condição atlântica do Rio da Prata.

Atlântico aqui não se refere somente ao fato do estuário desaguar em águas deste oceano, mas considera uma interconexão de interesses de diferentes impérios e o desenvolvimento de processos que se projetavam por diversas margens, povoações, cidades e continentes. A bacia do Rio da Prata desempenhava um papel atlântico na medida em que seus circuitos comerciais envolviam entrepostos e zonas produtivas as mais variadas: de minas de Prata andinas à produção de cativos na África, passando por estaleiros espanhóis, ingleses e portugueses. As concorrências imperiais pela região platina também lhe conferiam grande importância. Os antagonistas mais presentes foram os impérios ibéricos, mas as tentativas de conquista inglesa em 1806 e 1807 e a frequência com que corsários franceses negociavam navios britânicos apresados fazia de Buenos Aires e Montevideú um teatro das guerras napoleônicas. Essa intensificação das disputas era seguida de perto pelas forças portuguesas, por meio de seu sistema de vigilância e inteligência, o que permitia atuar de forma dissimulada, em particular a fim de manter sua neutralidade oficial. E o jogo duplo da neutralidade foi particularmente exigido durante a ação inglesa de 1806 e 1807, quando o governador do Rio Grande de São Pedro teve de atender solicitações da frota invasora ao mesmo tempo em que fazia vistas grossas para as reações espanholas. Procurando não se comprometer ele teve de se utilizar bastante os informes que o marechal Manuel Marques de Souza despachava, havendo poucos dias de diferença entre os acontecimentos e os relatórios.²⁴

Considerações deste tipo encaminham-nos a pensar na ordem informacional desta sociedade, isto é, o modo como lidava com questões de comunicação social e de reunião de informações. A isto nos referimos quando falamos de sistema de inteligência

²⁴ COMISSOLI, Adriano. Ação portuguesa na vigilância de fronteira quando das invasões britânicas no Rio da Prata (1806 e 1807). In: Anais do I Congresso Internacional de História da UFSM. Santa Maria: Editora da UFSM, 2016. Pp. 1178-1194.

português, o que significa não incidir em anacronismo. Antes sim pensamos em como a sociedade portuguesa na América se articulava para manejar uma esfera social ao mesmo tempo dissociada e dependente de das estruturas políticas e econômicas.²⁵ Ao mesmo tempo, a posição imperial de Portugal colocava seus agentes em contato frequente com vassallos de outros impérios obrigando a pensarmos esta ordem da informação para além de aspectos de organização interna da sociedade. Ao informar e sustentar decisões de altas autoridades – permitindo a concepção e correção de projetos – o sistema de inteligência lusitano na fronteira platina desempenhou um importante papel de comunicação política. Os portugueses assistiam às transformações em curso na região espanhola de ponto de vista privilegiado, o que pode, em última análise, ter gerado um aprendizado sobre as mesmas que posteriormente afetou o desligamento entre Brasil e Portugal.

²⁵ BAYLY. Op. Cit.

OS NEGÓCIOS NESTE REINO EXIGEM ATENÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA PROVÍNCIA CISPLATINA (1821-1824)

Murillo Dias Winter

“La marcha de los negocios en este reino exige la más escrupulosa atención”, foi dessa maneira, referenciando-se ao Brasil, que o jornal *El Pacífico Oriental de Montevideo* noticiou os eventos que agitavam o restante da América portuguesa e a iminente possibilidade de ruptura com Portugal.¹ Era 9 de fevereiro de 1822. Os debates nas Cortes de Lisboa eram cada vez mais acirrados, grupos pegavam em armas nas províncias do norte e o projeto independentista ganhava força no Rio de Janeiro e províncias aliadas. O dissenso também repercutiu ao sul do continente, no domínio luso mais recente: a província Cisplatina, onde a população convivía com conflitos, mudanças de governo e soberania há mais de uma década. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de independência do Brasil na província Cisplatina. Partindo de um espaço onde se imbricavam os processos de crise dos impérios ultramarinos português e espanhol, valoriza-se, sobretudo, as diferentes alternativas de futuro, os projetos políticos que foram gestados e os conflitos abertos diante da independência brasileira.

Diante disso, destaco, na Cisplatina, as diversas maneiras na qual Portugal e o continente americano são apresentados pelos atores locais. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira, discuto como a Revolução do Porto, enquanto tencionava o restante da América portuguesa, ofereceu uma série de argumentos que legitimaram a criação da província Cisplatina. Na segunda parte, analiso como os militares portugueses e a administração de Montevideú lidaram com as transformações na política lusitana. As duas últimas são voltadas para a independência

¹ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº08, 09 de fevereiro de 1822

brasileira, tratando dos temores da ruptura com Portugal e os conflitos por ela desencadeados, respectivamente.

A Revolução do Porto e a criação da província Cisplatina

Em agosto de 1816, sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor (1764-1836), cerca de 12.000 soldados luso-americanos invadiram o território da Banda Oriental. Em 20 de janeiro de 1817, por meio de acordos secretos, a cidade de Montevideú capitulava sem a necessidade de batalha, firmando um pacto entre os portugueses e a classe dirigente da cidade. A ação lusitana, baseada nos argumentos da conformação de suas possessões americanas a partir das “fronteiras naturais” e a necessidade de pacificação da região, também serviu para facilitar o acesso aos rebanhos de gado da região, barrar a cooptação de escravos para lutar com Artigas e para a retomada do comércio da elite mercantil de Montevideú com praças luso-americanas, estabelecidos desde a fundação da cidade.² Nos anos seguintes a invasão, Lecor buscava consolidar a dominação lusitana e ampliar a sua rede de relações. Para tanto, entre as estratégias do plenipotenciário português na região estavam a realização de saraus, a nomeação de lideranças locais para cargos públicos, a distribuição de títulos nobiliárquicos, a partilha das terras pertencentes aos espanhóis e o casamento de oficiais lusitanos, inclusive ele próprio, em 1818, com mulheres de famílias proeminentes da sociedade montevideana.³

² ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fê nem tratados: escravidão e guerra a formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012. pp. 253-301; OSÓRIO, Helen. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. *Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e documentação Diplomática*, Brasília, número especial, 2007, pp. 3-32; OLIVEIRA, C. H. L. S. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999 p. 87-88 e PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires. Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009. pp. 83-164.

³Carta de Lecor para D. João VI, 18 de setembro de 1817; Carta de Lecor para D. João VI, 20 de julho de 1817. Carta de Lecor para D. João VI, 20 de novembro de 1818. *Anais do Itamaraty. Vol. VI (II - Coleção Cisplatina)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942.

Coube também a ocupação portuguesa, a difícil tarefa de recuperar a economia.⁴ Desse modo, pensava Lecor, que a dominação lusitana assentaria suas bases, afinal, como destacou para D. João: “a estagnação do comércio, e a obstrução da Campanha tem feito que os habitantes dela, e os proprietários das Estâncias desejar ver concluídas as operações mesmo a nosso favor.”⁵ O que de fato aconteceria em 1820 com a dupla derrota de José Gervásio Artigas (1764-1850), em 22 de janeiro para as tropas lusitanas e 24 de junho para seu antigo aliado, Francisco Ramirez (1786-1821).

Ano que também marcaria a eclosão do movimento Vintista em Portugal. Com a convocação das Cortes de Lisboa para o retorno da Corte Bragantina a Europa, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, em abril de 1821, antes de regressar para Portugal, orientou Lecor a organizar um congresso soberano no qual a população oriental decidiria sobre o seu futuro. Ficaria a cargo dos representantes locais decidir por se ligar em definitivo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aderir a alguma das províncias vizinhas ou constituir-se como um Estado independente. Silvestre Pinheiro acreditava que a alternativa escolhida era a da independência. Por conseguinte, gradualmente as tropas lusitanas se retirariam da região, os Voluntários Reais retornariam à Europa e os limites do novo Estado com os territórios portugueses na América seriam desenhados.

O Congresso Cisplatino se reuniu entre os dias 15 de julho e 8 de agosto de 1821. Como principal resolução, definiu-se que a região passaria a ser oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de Estado Cisplatino.⁶

⁴ALONSO, Rosa. Et Al. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideú: Pueblos Unidos, 1970. p. 61. FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012. p. 88.

⁵ Carta de Lecor para D. João VI, 26 de setembro de 1817. *Anais... Op. Cit.* p. 26

⁶ Os limites territoriais da Província Cisplatina, diferentes da Banda Oriental e da República Oriental do Uruguai, foram estabelecidos no segundo item do Congresso Cisplatino: o Rio Quaraí ao norte e a Lagoa Mirim e o Chuí ao sul: PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis*. Montevideú: El siglo ilustrado, 1937.p. 200.

Entre os argumentos favoráveis à anexação estava a crença na incapacidade da região em se estabelecer como um Estado independente e os conflitos intermitentes em todo antigo Vice-Reino do Rio da Prata.⁷ Também foi decidido que a incorporação teria algumas regras a serem respeitadas: o idioma espanhol, além de leis e costumes em prática, desde que compatíveis com a Constituição lusitana, seriam mantidos. Assim como a posse de boa parte dos cargos burocráticos permaneceria com os habitantes locais e os homens recrutados na Cisplatina apenas poderiam prestar serviços militares na própria região. No dia 31 de julho, foi celebrado oficialmente o pacto de anexação.

Criticado por Buenos Aires, Espanha e até por parte do alto escalão do governo Português, o resultado do Congresso Cisplatino foi amplamente defendido pela incipiente imprensa local. Com a liberdade de Imprensa promulgada pelas Cortes de Lisboa, em 12 de julho de 1821, diversos jornais foram criados na Cisplatina.⁸ O argumento em defesa da Cisplatina foi unânime durante os primeiros anos de circulação destes periódicos. Entre as principais alegações estavam a mesma de ocupação de cinco anos antes, a necessidade de pacificação da região e a atuação de Artigas. Um exemplo pode ser visto na edição de número dois do *Pacífico Oriental de Montevideo*, publicada em 29 de dezembro de 1821. A Cisplatina era descrita como “un inmenso campo de cadáveres” e por “desgracias suscitadas las guerras civiles, se creyó necesario la ocupación de este territorio. Assim, esse momento de agitações, destruição do campo e de “incalculables contrastes, males y

⁷ Ata do Congresso Cisplatino, 18 de julho de 1821. Discurso de Francisco Llambí, folha 09. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso...Op. Cit.* p. 196.

⁸ Antes da Liberdade de imprensa, a região teve apenas seis periódicos e nunca mais de um circulando ao mesmo tempo. Durante toda a existência da província Cisplatina (1821-1828) vinte jornais foram criados. Ver: GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013 p.118; WINTER, Murillo Dias. “*Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin canon*”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2014. pp. 127-177.

reveses” havia chegado ao fim, pois, “la Libertad proclamada por la heroica Nación Portuguesa nos pertenece hoy por derecho”.⁹

Um novo e potente argumento também surgiria: a Revolução do Porto. Desse modo, o movimento Vintista também foi alvo de diversas publicações e longos textos da imprensa cisplatina. Não obstante aos conflitos pelo reconhecimento da Constituição, as tensões reinóis e as conturbadas consequências em diversas províncias americanas, a Revolução do Porto era avaliada positivamente na região. O objetivo era realçar que as transformações que ocorriam em Portugal também aconteceriam na Cisplatina sob domínio luso. Portanto, buscava-se demonstrar a associação entre a Revolução do Porto, a pacificação da Banda Oriental, a criação da Cisplatina e a regeneração de todo o Império português. A unidade entre todas as partes do Império também era enfatizada ao destacar a Bacia do Rio da Prata como o último limite português. Fundamentos presentes, por exemplo, em trechos do panfleto, do início de 1822, intitulado *Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*:

Retumbou em 24 de Agosto de 1820 o grito da Liberdade nas margens do Douro, correu depois à foz do Tejo em 15 de Setembro, atravessou o imenso Oceano, e alçou o triunfante colo nas praias do Brasil em 26 de Fevereiro de 1821, de onde, lançado a vista para as *margens Orientais*, veio ver a fiel porção dos ilustres defensores da antiga Lusitânia, e alegrar seus corações consternados pela desunião.¹⁰

Diante da ameaça da revolução social de Artigas, as armas portuguesas em 1816 e a mudança política lusitana a partir de 1821 serviram como salvaguarda de interesses locais, confirmando um antigo desejo português de anexação. A dominação lusitana só pode ser oficializada a partir da nova conjuntura oferecida pelo Vintismo. Afinal, o movimento forneceu os principais argumentos em favor da existência da Cisplatina e da unidade do Império português. Dentre eles, o da adesão dos povos a novos corpos

⁹*Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº2, 29 de dezembro de 1821.

¹⁰*Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*. Montevideu, 1822.

políticos a partir de seu livre consentimento. O resultado do Congresso Cisplatino seria, portanto, para deus defensores, fruto de interesses em comum e uma associação voluntária de seus membros. Como assinalado por José Carlos Chiaramonte, uma argumentação, advinda do contratualismo e do jus naturalismo, comum no Prata no contexto de superação do Antigo Regime e da criação dos novos Estado-Nação na região.¹¹

Contudo, o momento era de rápidas mudanças. Durante o período de reconhecimento da criação da Cisplatina, os seus questionamentos internacionais e a defesa da imprensa local, ganha força o projeto de um partido brasileiro. O processo de afastamento, cada vez mais irreversível, dos interesses americanos e reinóis nas Cortes de Lisboa causará distensões na Cisplatina. As primeiras manifestações se dão no comando dos Voluntários Reais com divergências internas sobre os rumos do exército e reclamações sobre as condições dos praças.

Motins militares e a revolta oriental

A partir das notícias dos movimentos liberais liderados por militares em Portugal e na Espanha, a população de Montevideu conviveu com motins dos Voluntários Reais, cada vez mais ativos politicamente. Um panfleto do início de 1822, intitulado *A peste militar en Montevideo*, relatava as movimentações castrenses. Utilizando da linguagem médica, o redator criticava a posição dos militares que apoiavam movimentos por ele considerados temerários: “que maiores estragos poderia determinar uma doença epidêmica, que os de atual ingerência de gente armada contra os destinos de um Povo, que só devia esperar dela a sua guarda?”. A contaminação havia alcançado a Cisplatina depois de causar estragos em outros locais: “os sintomas têm sido verificados nestes últimos tempos em diversas partes da Europa e da América em virtude de sucessos que representam os sinais de uma perturbação formidável e prolongada de que a revolução francesa se

¹¹ CHIARAMONTE, José Carlos. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de independencia”. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana* “Dr. Emilio Ravignani. Tercera serie, n.º. 22, segundo semestre de 2000. pp. 33-71.

multiplicam simultaneamente”.¹² As queixas, além do atraso do soldo e das condições dos praças, eram as que mais preocupavam os opositores, já que acompanhavam a ampliação política dos militares, apoiadores da Revolução do Porto, como a criação de um Conselho Militar. As disputas internas entre os lusitanos foram aproveitadas pelo *Cabildo de Montevideú* que organizou um levante em busca da expulsão de Lecor.

Em consonância com os eventos no restante da América portuguesa e com as informações cada vez mais concretas sobre a Cortes de Lisboa que chegavam até a Cisplatina, em 31 de março ocorreu o primeiro motim dos Voluntários Reais. Uma série de fatores levaram os militares, liderados pelo Coronel Antônio Claudino Pimentel, a sair de seu acampamento nas cercanias de Montevideú e tomar a praça principal da cidade, entre eles estavam os 22 meses de soldo atrasado, pedidos de retorno para a Europa e o reconhecimento imediato da Constituição. Carlos Frederico Lecor, que havia alegado estar enfermo em um primeiro momento, apresentou-se e negociou a criação de um Conselho Militar, a exemplo de Bahia e Pernambuco, para tratar das demandas dos soldados. A *Gazeta de Buenos Aires*, que noticiou todo o evento com especial atenção, no dia 28 de março, argumentava também que um militar português foi enviado para Lisboa para tratar com as Cortes da situação dos praças na América e que entre os revoltosos havia quem desejava-se a extradição de Lecor.¹³

Nos meses seguintes, novos motins ocorreram. O primeiro deles aconteceu em 23 de julho, quando o 2º Regimento de Infantaria, estacionado no entorno de Montevideú, fora das muralhas, entrou na cidade e cobrou publicamente de Lecor os acordos não cumpridos sobre os pagamentos atrasados. Também reclamavam da má qualidade da carne disponível e da diminuição da quantidade de pão na ração que recebiam.¹⁴ Em busca de solução e com temor de perder o posto, Lecor negociava que os

¹² *A peste militar en Montevideo*. Montevideú, 1822.

¹³ *Gazeta de Buenos Aires*. Buenos Aires, nº48, 28 de março de 1821.

¹⁴ FREGA, Ana Novales. *Proyectos políticos y faccionalismo militar. Ecos de la crisis de la Monarquía portuguesa en Montevideo, 1820-1824*. In: *Revista Illes Imperis*, nº 17, Barcelona, 2015. p. 72.

ricos proprietários e comerciantes orientais, que lhe apoiavam empréstimo, para pagar os soldos. Em dezembro de 1821 e janeiro de 1822 novas reclamações e movimentações, seguindo o mesmo padrão anterior. A imprensa mais uma vez era uma importante ferramenta de combate. Os Voluntários Reais ligados aos motins publicavam proclamações oficiais e textos políticos, enquanto também eram replicados pelo grupo contrário. As publicações destacavam que os Voluntários Reais eram a divisão “honrada, aguerrida e nunca bem elogiada” e o “Conselho Militar incansável”¹⁵, e a Revolução do Porto “la gloriosa revolucion del 20 de marzo del año anterior”.¹⁶ Do lado contrário, os militares eram considerados “inimigos domésticos” e o Vintismo obra da “fatal revolução de dia vinte de março de 1821”.¹⁷

Aproveitando-se das divisões internas dos Voluntários Reais e das preocupações das lideranças lusitanas com os eventos de Lisboa, um grupo de integrantes do *Cabildo* de Montevideu ligado a sociedade secreta dos “*Caballeros Orientales*” aproveitou a oportunidade para trabalhar pela independência.¹⁸ Em reuniões reservadas, os membros projetavam alternativas para se aproximar de Buenos Aires (com quem buscavam uma aliança), arregimentar o restante da população local e, através de órgãos políticos oficiais, influenciar as decisões do governo municipal ao seu favor.¹⁹ Com o intuito de contestar publicamente o domínio brasileiro e angariar adeptos ao seu projeto independentista, os “*Caballeros Orientales*” tiveram importante influência nas publicações de folhetos e jornais, alegando especialmente diferenças fundamentais frente ao dominador estrangeiro, afinal “El deseo la independencia es el único que anima á todo el vecindario de la provincia”. No entanto, o movimento não obteve o auxílio de Buenos Aires desejado e acabou fracassando antes de alguma ação concreta. Ainda assim, o

¹⁵ *Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*. Montevideu, 1822.

¹⁶ *Continuación de las reflexiones del Oriental*. Montevideu, 23 de dezembro de 1822.

¹⁷ *A peste militar en Montevideo*. Montevideu, 1822.

¹⁸ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis*. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978. pp. 405-449.

¹⁹ *La Aurora*. Montevideu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

grupo inaugurou uma nova fase de contestação política que ganharia ainda mais força criticando o Brasil.

Rumores de independência e dúvidas sobre o futuro

Inicialmente restritos ao interior das tropas militares, as discussões frente aos acontecimentos das Cortes de Lisboa e o futuro da América portuguesa paulatinamente ganhavam espaço na imprensa cisplatina. Nos primeiros meses de 1822, os debates das Cortes em Lisboa, suas repercussões no Rio de Janeiro e emergência da figura do Príncipe Regente D. Pedro e do partido brasileiro eram transformados na pauta principal das publicações. Em geral, a tônica dos panfletos e jornais era de que por sua dimensão territorial e capacidade econômica o Brasil não teria dificuldades para conquistar a independência. Contudo, para os redatores, os riscos seriam posteriores e deveriam ser muito bem avaliados antes de qualquer atitude considerada temerária. Os exemplos vinham do próprio continente americano, com a revolução do Haiti (e a guerra-civil na América espanhola desde 1810, quando iniciado o processo de independência).

Desde setembro de 1821 as Cortes de Lisboa adotaram uma série de medidas que buscavam esvaziar o poder da Regência na América, entre elas estavam a regulamentação das juntas provinciais estabelecendo suas atribuições e determinando a eleição dos membros do Governo civil, a instituição do posto de Governador de Armas, que seria nomeado diretamente pelas Cortes. Em 9 de dezembro do mesmo ano chegava ao Rio de Janeiro o decreto que solicitava o retorno do Príncipe Regente a Europa. Como se sabe, no mês seguinte, em 9 de janeiro de 1822, com o apoio das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, D. Pedro anunciava sua permanência. O dia do Fico, somado ao acirramento dos debates em Lisboa com a chegada dos representantes americanos, indicava que uma cisão era possível e, talvez, iminente.²⁰

²⁰ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos

Tais notícias foram repercutidas em conjunto na Cisplatina. Nas edições de 26 de janeiro e 02 de fevereiro de 1822, os provocativos textos do jornal carioca *Despertador brasiliense*, que evocavam o discurso de uma tentativa de “recolonização” do Brasil pelas Cortes e a necessidade de unidade das províncias, foram publicados integralmente no *Pacífico Oriental de Montevideo*.²¹ Eram as primeiras informações, ainda que bastante parciais, publicizadas sobre a possibilidade de ruptura entre Portugal e a América portuguesa. O longo manifesto, traduzido para o espanhol, deu início a uma série de diagnósticos e prognósticos sobre o futuro do Brasil na imprensa cisplatina.

Entre as primeiras reflexões, incluídas na mesma edição que trazia informações do Rio de Janeiro, estava a total possibilidade do Brasil tornar-se independente e uma poderosa Nação: “El Brasil decimos, pues, que en el día no se contenta en disfrutar de libertad, sino que orgulloso quiere colocarse al lado de las naciones poderosas”. Afinal, têm “ventajosa situación, riqueza territorial y exquisitas producciones quiere cumplir con los altos destinos de la naturaleza, ¡lo conseguirá! Porque todo parece dispuesto en el curso inmutable de las cosas²²”. Desse modo, sobretudo, a partir da polarização mais clara na Cortes, não pareceriam difíceis os primeiros passos brasileiros rumo a independência.

Entretanto, os problemas se apresentariam posteriormente, já que “vencidas las primeras dificultades, y desenvuelta la ambicion comun á todo mortal, es que comienzan a sentirse los males”.²³ O primeiro seria os conflitos internos que dificultariam a posição independente do Brasil sem questionamentos internos, das próprias províncias. As mesmas

Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. pp. 127-175.

²¹ Cabe lembrar que a “recolonização” é considerada aqui apenas como ferramenta retórica e não propriamente uma intenção das cortes, embora o neologismo fizesse parte dos debates. Ver: BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JÁNCOSO, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. pp. 791-808.

²² *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

²³ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

dimensões territoriais que ofereciam ao Brasil a chance de torna-se uma nação forte, também seriam um empecilho caso mal administradas as suas demandas. Não obstante do reconhecimento como portugueses e posteriormente brasileiros, como salientam Jancsó e Pimenta, não existia uma unidade ou identidade única entre os representantes das províncias americanas nas Cortes de Lisboa, a representatividade era regional, assim como os interesses e o grau de identificação de cada grupo.²⁴ Elemento realçado no *Pacífico Oriental*: “pero quien afirmará tampoco que todo el conjunto de las que son necesarias existen en el corazón de todos los portugueses americanos! ¿Son todas sus partes homogéneas para formar ese grande todo?” O questionamento foi complementado por uma forte advertência: “No deben temer los portugueses las decantadas ideas de independencia que se alegan, sino la ausencia de un centro comun que dé movimiento, y vida á tan basta como complicada máquina”.²⁵

Por suas dimensões, os riscos eram continentais, portanto, esperava-se que o Brasil mantivesse a paz: “No es el interés de una provincia ni de un reino el que [En Brasil] se obre con circunspeccion, es de grande parte del continente americano”.²⁶ A expectativa era de que consumada a independência e contornados os problemas de organização provincial todo o continente se tornaria mais seguro: “Feliz la América toda se el Brasil se constituye sin efusión de sangre, entonces este continente seria el asilo de la libertad”.²⁷ Para tanto, a América oferecia exemplos. O primeiro deles era dos convulsionados anos de conflitos independentistas na América espanhola: “sin esta convulsión general que habíamos visto reproducirse los mismo horrores que por más de doce años afligen a la América española”.²⁸ De acordo com João Paulo Pimenta, desde 1808 a América hispânica ofereceu uma série de ensinamentos as autoridades portuguesas e luso-americanas, atentas aos eventos

²⁴ JANCÓSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico...*Op.Cit.* pp. 127-175.

²⁵ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº09, 16 de fevereiro de 1822.

²⁶ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

²⁷ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

²⁸ Idem.

vizinhos, ajudando a moldar uma maneira de como agir diante de processo de independência, fornecendo, assim, importante experiência para agir com os eventos semelhantes no Brasil, alcançando resultados diferentes.²⁹ Na Cisplatina, a tentativa era de distanciar-se do passado convulsionado e se filiar, ao menos discursivamente, aos eventos brasileiros que ofereciam uma possibilidade de pacificação.

A segunda lição era da independência do Haiti, que de acordo com o redator, por sua violência havia assustado todo o mundo: “No es de temer que se repitan las catástrofes de Santo Domingo, en donde el más ciego furor de venganza, ejecutó acciones que aún se estremecen la humanidad”³⁰. A revolução dos escravos foi reverberada em todo o mundo atlântico, ora como exemplo de liberdade e autodeterminação dos povos, ora como temor frente a uma massacre da população branca escravocrata.³¹ O segundo aspecto se sobressaiu na imprensa cisplatina, que seguidamente relatava o crescimento da população escrava na região desde o início da dominação lusitana: “puertas de algunas casas y almacenes de esta ciudad bastante número de aquellos desgraciados, en calidad de fardos de venta”³², “los negros porque la experiencia acredita constantemente sus incitaciones, y por eso es que tememos males para El Brasil”³³.

Por fim, era enfatizado que a preocupação era legítima, pois qualquer resultado afetaria diretamente a Cisplatina, parte integrante da América portuguesa: “Esta odiosa cuestión, la callaríamos, y creeríamos innecesaria su discusión si no tuviésemos que participar de sus buenos ó malos resultados”³⁴. Assim, com a possibilidade da independência cada vez mais real, as dúvidas não

²⁹ PIMENTA, João Paulo. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2003. pp. 301-319 (*passim*)

³⁰ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideo, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

³¹ GOMEZ, Alejandro. *Le syndrome de Saint-Domingue. Perceptions et eprésentations de la Revolution haitienne dans le Monde atlantique, 1790-1886*. Thèse de doctorate en Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), 2010. Français. pp. 316-362.

³² *El Patriota*. Montevideo, nº05, 13 de setembro de 1822.

³³ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideo, nº11, 02 de março de 1822.

³⁴ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideo, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

eram exclusivas sobre as relações brasileiras e portuguesas ou como seria conduzido o processo de cisão, a população questionava como seria afetada diretamente por esse processo e qual seria o futuro de uma região pautada pela incerteza desde 1808.

A independência do Brasil e os conflitos na província Cisplatina

Em setembro de 1822, D. Pedro declarava a independência do Brasil. A notícia chegou no Rio da Prata no mês seguinte. O clima na Cisplatina e, especialmente, em montevidéu era beligerante. Tornavam-se cada vez mais difundidas as críticas ao governo local de Carlos Frederico Lecor, com seguidas reclamações de perseguições na região da campanha, favorecimentos econômicos e políticos de aliados do militar e a distribuição de terras e favores a brasileiros, especialmente os proprietários de terra sul-rio-grandenses.³⁵ A imprensa de oposição surgia e inundava as ruas da cidade de interrogações sobre a validade do domínio brasileiro na região. As tensões tornaram-se conflitos armados no momento em que Lecor abandonava a cidade, cindindo as tropas entre aqueles que juraram fidelidade ao novo Imperador e os Voluntários Reais, fiéis a D. João VI.

A edição extraordinária do *Correio do Rio de Janeiro* de 21 de setembro de 1822 foi publicada na íntegra em Montevidéu no dia 11 de outubro. Entre o conteúdo, lido em português, que a população teve acesso, juntamente com a notícia da independência, estavam um decreto de José Bonifácio Andrada e Silva e frases como “Cidadãos! Soltaí o grito festivo... *Viva o imperador constitucional do Brasil* o SENHOR DOM PEDRO PRIMEIRO”. A nota do editor montevideano passava longe da exaltação: “ainda haverá quem diga, e se sirva de sofismas (à vistas desses

³⁵ ALONSO, Rosa. Et Al. *La oligarquía oriental...Op. Cit.* pp. 163-168. A distribuição de terras ao norte da região do Rio Negro e a permissão para retirada de gado da província Cisplatina foi fundamental para cooptar parte significativa dos sul-rio-grandenses ao projeto independentista. Ver: MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscoalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009. pp. 186-191.

documentos) para mostrar que a Independência do Brasil não está proclamada por Sua Alteza Real?”. Ainda complementava dando ênfase a ruptura iminente entre Lecor e as tropas que permaneceram fiéis a Portugal: “E haverá ainda quem não louve o honrado comportamento da Divisão dos Voluntários Reais de El Rei, e crimine o do seu General o Senhor Barão de Laguna ex-comandante dela?”³⁶

Neste contexto, uma nova e ativa imprensa se fazia presente nas ruas de Montevidéu. A independência do Brasil também dividiu a classe dirigente da cidade, que em 1817 havia se aliado a Portugal. Cada grupo dava voz aos seus projetos por meio de panfletos e jornais. O primeiro grupo era composto pelos descontentes com a causa brasileira. Declaravam-se apoiadores dos Voluntários Reais, fiéis ao Congresso Cisplatino e com a sua eventual anulação parte importante de seus integrantes apontava para uma aliança com Buenos Aires. O segundo grupo aderiu ao projeto do partido brasileiro e conclamava pelo reconhecimento da independência.

O primeiro grupo argumentava contra o Congresso Cisplatino e dedicou inúmeras páginas retratando o que considerava as opressões e despotismos do domínio brasileiro, especialmente de seu representante na Cisplatina. Em um desses textos, por exemplo, era destacada a frequente transferência de cabeças de gado para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul: “la Banda Oriental no es ya aquel emporio de riquezas que tanto exitaba su ambicion, sino un campo yermo y desolado”, já que sua principal riqueza: “los ganados que eran sus mas opimos frutos, han pasado como por encantamiento a poblar las regiones del Brasil”. Conhecendo seus vizinhos de fronteira, tratava-se de algo esperado: “no asombrará á los que antes hayan visitado nuestros campos y á los que conozcan la rapacidad de los continentales”.³⁷

Acerca do Congresso Cisplatino, eram frequentes as críticas a seu respeito. Embora variassem os tons e a mordacidade,

³⁶ *Correio extraordinário do Rio de Janeiro, Sábado 21 de setembro de 1822*. Montevidéu, 11 de outubro de 1822.

³⁷ *El Pampero*. Montevidéu, nº02, 25 de dezembro de 1822.

as alegações eram sempre as mesmas: a ilegalidade na maneira que foi organizado o Congresso em 1821 “que jamás debió tener lugar su instalación con tales ilegitimidades”; Que foi um acordo estabelecido com o Império português e não com o Brasil, já que “La Banda Oriental se incorporo pues al todo, y no á alguna de las partes. Por la declaracion de la independencia del Brasil, se há desecho aquel todo”; a necessidade da população ser consultada sobre a sua vontade de estar ligada ao Brasil, desse modo “no puede el Gobierno de Brasil fundar un derecho para que este Estado le pertenezca en propiedad sin consultar los votos de los pueblos”. Em resumo, os textos afirmavam que a Cisplatina, assim como o Brasil tinha direito de escolher o seu futuro: “Se el Brasil tiene para separarse, deberá tambien este Estado Cis-platino gozarlos para disponer de si y unirse por su voluntad libre, bien a Portugal y Algavers, bien al mismo Brasil, bien a ninguno dellos”.³⁸

Uma possível aproximação com Buenos Aires também fazia parte das pretensões de uma parcela do grupo contrário ao Brasil. O Congresso Cisplatino igualmente era utilizado para respaldar suas posições. Para o grupo, anteriormente, quando estabelecido o acordo político com Portugal, Buenos Aires passava por um momento de instabilidade tornando imprudente uma aproximação. O que não ocorreria no novo contexto, sob o governo de Bernardino Rivadavia (1780-1845): “Han variado las circunstancias que motivaban la incorporación, Buenos Aires no está en guerras civiles: le rige una administración sabia e admirable”.³⁹ Portanto, a liderança portenha ofereceria, com a união, o desenvolvimento e a ilustração, como destacado no periódico *El Patriota*, em 23 de agosto de 1822: “Administracion de justicia, universidad, academias, sociedades, periódicos ilustrados, decencia política, el fuego de la libertad circulando entre todas las clases, tal es el estado actual de Buenos Aires, tal es su marcha de gobierno”.⁴⁰ Embora a posição crescente em número de adeptos e ganhasse força também em Buenos Aires, neste

³⁸*El hombre sin partido o resolución de la primera cuestión del conciliador*. Montevidéo, 23 de novembro de 1822.

³⁹ Idem.

⁴⁰ *El Patriota*. Montevidéo, nº 02, 23 de agosto de 1822.

contexto um auxílio portenho aos orientais não passava (ainda) de um desejo.

O segundo grupo, em menor número, pregava a necessidade e legalidade da permanência da ocupação sob a liderança brasileira. Os argumentos eram apresentados com a fachada da imparcialidade, alegando que estar ligado ao Brasil era o resultado lógico e justo frente a situação política da Banda Oriental desde 1810. Entre os argumentos, como no panfleto anônimo do *más aficionado de los brujos*, da “causa del Brasil con la nuestra”, era novamente pacificar a região, sem prejudicar a economia: “¿Hemos de mirar con indiferencia á el hacendado? ¿Ha de sacrificarse á el comerciante?”⁴¹ Já o *Observador imparcial* lembrava que o desejo dos Voluntários Reais era retornar para Portugal, assim, “la lucha actual tiende à la perdida de la división de Voluntarios reales, cualquiera que sea el partido vencedor”, expondo a população aos riscos de uma nova investida de Artigas e “el justo temor de la anarquía”. Quanto a Buenos Aires, o redator lembrava que o governo portenho nunca teve constrangimento em atacar quando contrariado, “¿no recordarán las otras Provincias que es estuvieran bajo el yugo de ésta, y de ella recibían la ley?”. Os vizinhos portenhos também eram lembrados nos aspectos governativos, questionando se a Cisplatina gostaria de “¿experimentar ella mismo efectos de su [Buenos Aires] mala administración?”⁴²

Paralelamente a guerra de penas e literária desenvolvida, especialmente, em Montevideú, confrontos armados se desenhavam na Cisplatina. Em março de 1822, o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) em correspondência para Lecor, manifestava sua preocupação com as tropas portuguesas e a necessidade de seu envio de volta a Portugal para o sucesso do projeto independentista. De acordo com Andrada e Silva, era indispensável “dissolver semelhante tropa pestiferada do espirito da desordem e anarquia”. Para tanto, o comandante da Cisplatina deveria “embarcar o resto dos Voluntários Reais em

⁴¹ *El más aficionado de los brujos a el más amado de los duendes*. Montevideú, sem data.

⁴² *Observador imparcial*. Montevideú, sem data.

direitura para Europa”, além de “incorporar outros de bons sentimentos e lealdade, aos corpos militares do Brasil residentes nessa província”.⁴³ A dissolução dos Voluntários Reais deu-se por decreto de D. Pedro no em 20 de julho do mesmo ano.⁴⁴

Ficava cada vez mais evidente a posição favorável de Lecor ao partido brasileiro. O *Pacífico Oriental de Montevideú* em 27 de julho de 1822 publicou uma carta que informava que Lucas Obes, braço direito de Lecor, nomeado representante da Cisplatina nas Cortes de Lisboa havia permanecido no Rio de Janeiro articulando a ligação entre as lideranças da Cisplatina com D. Pedro.⁴⁵ Em 11 de setembro, em uma revista das tropas nas cercanias de Montevideú, Lecor, seguido de aliados civis e militares, abandonou a cidade e se estabeleceu brevemente em Canelones. Em 12 de outubro, dia da coroação do Imperador, Lecor, já instalado na Vila de San José, declara fidelidade a D. Pedro, conforme havia notificado anteriormente o Rio de Janeiro que faria. O discurso do militar português, também enviado por carta para José Bonifácio, foi publicado na edição de 14 de novembro da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “não podemos eu e o exército que se acha a minhas ordens, ouvir tão importante notícia sem que nos sentíssemos afeiçoados a participar das glórias e tomar parte”.⁴⁶ Instalado na Vila, Lecor trabalhou pelo reconhecimento da independência pelas demais cidades e povoados da Cisplatina. Fato ocorrido ao longo das semanas e meses seguintes.⁴⁷ Em dezembro, em correspondência ao Rio de Janeiro, Lecor anunciou: “a Sagrada Causa do Brasil estou pronto a derramar até a última gota do meu Sangue”.⁴⁸

⁴³ Ofício do Ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva ao Barão de Laguna. Rio de Janeiro, 02 de março de 1822. Biblioteca Pablo Blanco Acevedo, Montevideú.

⁴⁴ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p. 152.

⁴⁵ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº26, 27 de junho de 1822.

⁴⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 137, 14 de novembro de 1822.

⁴⁷ Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador pelos povos da província Cisplatina setembro até novembro de 1822. Lata 242. Maço 03. Pasta 09. Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸ Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacote 21, documento 03. Arquivo Nacional do Brasil.

Em Montevideú, conformava-se uma heterogênea aliança, composta por soldados portugueses, desejosos de retornar para a Europa, que recebiam o apoio de políticos montevidéanos divididos entre aqueles que almejavam uma independência por completo e os que buscavam uma aliança com Buenos Aires. Em comum, o rechaço frente a dominação brasileira. Um novo *Cabildo* era organizado para administrar a resistência na cidade, o militar português Álvaro da Costa cedeu ao novo governo montevidéano armamentos, que foram utilizados para compor um batalhão cívico, e transferiu o comando sobre o Batalhão de Libertos para a autoridade da cidade.⁴⁹ Na região da campanha, lideranças locais eram acionadas com o intuito de tomar povoados e vilas, bloquear a comunicação terrestre com São Pedro do Rio Grande do Sul e distribuir panfletos contra o Império do Brasil.⁵⁰

Os meses seguintes foram de embates militares. Em 23 de janeiro, Montevideú era sitiada pelas tropas do Império do Brasil. Dentro das muralhas era organizada a resistência pelos Voluntários Reais e o *Cabildo* da cidade. Sem forças e sem o recebimento de mais efetivos solicitados para empreender um bloqueio sistemático por água e terra, as tropas brasileiras buscavam sufocar financeiramente Montevideú.⁵¹ Os portos de Colônia do Sacramento e Maldonado, sob controle brasileiro, concediam taxas reduzidas para quem transferisse suas operações para alguma das duas cidades e Lecor oferecia gordos pagamentos para quem roubasse gados e cavalos dos inimigos. Ambos os lados prometiam vantagens financeiras e promoções para aqueles que desertassem, fato frequente ao longo do conflito. Eram regulares os confrontos entre os destacamentos, resultando em mortes, feridos e prisões relatadas com frequência pelas autoridades militares portuguesas e

⁴⁹ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.*. p. 195.

⁵⁰ Correspondência Do Brigadeiro graduado Manoel Marques de Souza ao governo de Rio Grande de São Pedro. In: *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 07, setembro de 1922. p. 335.

⁵¹ Carlos Frederico Lecor reclamava ao Rio de Janeiro com assiduidade sobre a inércia do governo de São Pedro do Rio Grande do Sul em relação ao seus pedidos de reforço militar. Ver: Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacotes 20 até 22. Arquivo Nacional do Brasil.

brasileiras.⁵² Em 11 de outubro de 1823 as embarcações brasileiras conseguem o bloqueio total de Montevidéu. Os Voluntários Reais demonstravam o desgaste e acenavam com a possibilidade de negociação. No dia 30 do mesmo mês era declarado o fim das hostilidades. Com o final do conflito, em 28 de fevereiro de 1824 as tropas portuguesas embarcaram rumo a Europa. No dia 02 de março, Carlos Frederico Lecor e os soldados do Império do Brasil entravam em Montevidéu. A primeira atitude do plenipotenciário foi a perseguição aos grupos e indivíduos que se declaravam contrários ao Brasil, com prisões e migrações forçadas, especialmente para Buenos Aires e outras províncias platinas.⁵³ Os povoados, cidades e vilas da Cisplatina em sequência enviavam suas proclamações e exaltações a D. Pedro.⁵⁴ Em seguida, a autoridade máxima da Cisplatina, oficialmente, reconheceu a independência do Brasil, proclamando e jurando fidelidade ao “Emperador constitucional del Brasil” em 06 de maio de 1824. A última província brasileira a fazê-lo.⁵⁵

A província Cisplatina, viveu intensamente a crise dos dois impérios ultramarinos ibéricos. Diante disso, foram variados os projetos políticos e as alternativas de futuro que envolviam a região. Em um primeiro momento, a aliança com Portugal foi entendida por grande parte da classe dirigente de Montevidéu como uma maneira de barrar os avanços sociais de Artigas e acabar com os conflitos armados em toda a região. No entanto, os eventos políticos de Portugal alteraram a dinâmica dessas relações, primeiro positivamente com a resolução de um antigo anseio comum, a elite montevideana e a Coroa bragantina ansiavam pela oficialização da invasão militar. Posteriormente, a independência do Brasil, no seio desses movimentos, foi vista como uma nova perturbação e os favorecimentos aos brasileiro uma ameaça ao projeto mercantil

⁵² Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacote 24, documentos 06 e 08. Arquivo Nacional do Brasil.

⁵³ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p. 223.

⁵⁴ Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador, pelos povos da província Cisplatina, 1823. Lata 242. Maço 04. Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵⁵ Idem.

local. O Brasil passou a ser representado como uma ameaça ao continente, visto que oferecia riscos de guerra civil e de revoltas de escravos. Por outro lado, Buenos Aires, antes descartada, passou a representar a possibilidade da população livrar-se do domínio do Brasil. Todos esses projetos resultaram em tensões, aproximações e negociações que tornadas irreversíveis culminariam no ano seguinte do reconhecimento da independência na região no primeiro conflito armado internacional da história do Brasil, a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Durante muito tempo a Cisplatina não fez parte da narrativas hegemônicas sobre a independência do Brasil, especialmente por não fazer parte dos atuais limites territoriais do país e sua dificuldade de inserção na narrativa tradicional de exceção pacífica brasileira frente a América espanhola. Este trabalho buscou pontar de maneira preliminar todas as fases desse processo e as principais linhas narrativas que envolvem a região. No entanto, muitos elementos ainda estão por ser estudados com profundidade, a exemplo das relações dos militares lusitanos na província com as demais regiões da América portuguesa e seus conflitos, a história da classe dirigente e mercantil de Montevideu e suas articulações com o Brasil. Em suma, a inclusão da província Cisplatina de forma sistemática na historiografia brasileira (e também uruguaia) ainda têm muitas lacunas para serem preenchidas.

O BRASIL E AS REPÚBLICAS HISPANO-AMERICANAS NO VALE AMAZÔNICO: RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS (1820-1850)

*Carlos Augusto Bastos**

A configuração dos espaços fronteiriços do Império brasileiro constitui parte importante da história diplomática nacional, e de modo particular para a grande fronteira representada pelo vale amazônico. As negociações com as repúblicas vizinhas ao extremo norte, envolvendo questões como delimitação das fronteiras e livre navegação fluvial, foram objeto de pesquisas específicas sobre a agenda diplomática imperial.¹ No entanto, nesse texto o objetivo não é tratar diretamente do tema a partir do enfoque diplomático, o que não significa desconsiderar sua importância. Como alternativa, pretende-se abordar propriamente as relações transfronteiriças que marcam as zonas limítrofes entre o extremo norte brasileiro e as repúblicas hispano-americanas, nas três primeiras décadas de formação desses Estados Nacionais (de 1820 a 1850, aproximadamente). Embora se trate de uma perspectiva mais tocada por estudos voltados para a fronteira sul², o mesmo não ocorre para o norte. Em parte, as narrativas historiográficas sobre a Amazônia no período imperial não costumam sublinhar as zonas limítrofes com as terras hispano-americanas. Por outro lado, se olharmos para as historiografias vizinhas (da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), é

* Professor da Universidade Federal do Pará.

¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafaña G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia – 1822-1889*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002; SECKINGER, Ron. *The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822-1831: Diplomacy and State Building*. Baton Rouge and London, Louisiana State University Press, 1984.

² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998; PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC, 2002; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

possível constatar que o estudo de suas “Amazônias” representa uma parcela bastante pequena da produção acadêmica comparada aos numerosos trabalhos dedicados às regiões costeiras e andinas.³

Neste texto, objetiva-se pontuar algumas questões marcantes das relações entretidas nos espaços limítrofes do extremo norte do Brasil com as repúblicas hispano-americanas vizinhas. Algumas observações preliminares se fazem necessárias para situar o leitor quanto ao espaço acima referido, bem como o recorte temporal adotado neste trabalho. Como já foi afirmado, a ênfase recai na dimensão mais local dessas relações envolvendo Brasil e América espanhola na fronteira norte, com destaque para as interpretações e expectativas das autoridades situadas na Província do Grão-Pará sobre as áreas vizinhas, assim como as diferentes relações transfronteiriças mantidas com as mesmas. As zonas de contato nessa fronteira correspondem principalmente ao território da Capitania do Rio Negro (instituída em 1755), depois redefinido nos anos de 1820-1830 como comarca do Rio Negro/Alto Amazonas,⁴ espaço esse subordinado ao governo de Belém, e que constituiria a Província do Amazonas na década de 1850.⁵ O recorte adotado, por sua vez, envolve desde a década de 1820, marcada pelo processo de independência, com repercussões muito próprias nesse espaço fronteiriço, até início da década de 1850, quando são efetuadas medidas de reformulação dos territórios amazônicos brasileiro e dos países vizinhos.

Por tratar de um espaço tão dilatado, e marcado por especificidades locais, fica evidente que essa breve análise deixará lacunas para a compreensão das dinâmicas que marcam cada uma

³ REY DE CASTRO, Frederica Barclay. “Olvido de Una Historia: Reflexiones acerca de la historiografía andino-amazónica.” *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, núm. 223, pp. 493-511.

⁴ André Luiz dos Santos Freitas analisa os diferentes enquadramentos políticos desse território (capitania, comarca, província), destacando entre outros pontos os debates políticos sobre o status de Província do Rio Negro na primeira metade da década de 1820. FREITAS, André Luiz dos Santos. *O Gigante abatido: o longo processo de constituição da Província do Amazonas (1821-1850)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUCSP, 2010.

⁵ GREGÓRIO, Vítor Marcos. *Dividindo as Províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2012 (capítulo 3).

dessas faixas fronteiras, principalmente em um período de amplas modificações como as décadas de 1820-1850. O que se pretende aqui, como alternativa, é abordar alguns temas e possibilidades de pesquisa mais gerais sobre as zonas limítrofes no vale amazônico. Nesse caso, será dado o destaque principalmente para as perspectivas gestadas a partir do lado brasileiro sobre as relações com os países hispano-americanos. A indefinição dos limites territoriais, a intensa circulação de pessoas, produtos e informações, os planejamentos defensivos e econômicos para as fronteiras constituíam problemas recorrentemente debatidos pelos representantes locais do Império, sempre com os olhos atentos para o que se passava do outro lado da fronteira. Essas questões gerais serão analisadas em diferentes contextos.

A incorporação do vale amazônico aos Impérios ultramarinos ibéricos alimentou desconfianças e tensões entre autoridades espanholas e portuguesas ao longo do período colonial. A despeito das desavenças, as relações no espaço da fronteira amazônica foram igualmente marcadas por aproximações, circulações e complementaridades, alimentando fluxos econômicos, populacionais e culturais. No contexto dos anos finais da década de 1810 e princípios da de 1820, as tensões e aproximações desse espaço foram enquadradas nos desafios e imprevisibilidades que marcaram a conjuntura das independências. Nesse momento, o extremo norte do Brasil se tornou espaço de refúgio de espanhóis realistas oriundos das zonas limítrofes. Através da intrincada malha fluvial amazônica (conectando o Grão-Pará à Capitania da Venezuela, Novo Reino de Granada, Audiência de Quito e Vice-Reino do Peru), militares, clérigos, autoridades políticas e moradores hispano-americanos, fieis à causa monárquica, deslocaram-se para o lado português da fronteira.⁶

O estabelecimento desses realistas não significava o corte de suas relações com as áreas de origem vizinhas. Em alguns casos esses sujeitos continuaram mantendo relações pessoais ou comerciais com moradores de zonas que foram incorporadas à

⁶ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2013, p. 411-441.

causa independentista. Além disso, autoridades patriotas dos novos Estados soberanos buscaram manter contatos políticos e mercantis com os representantes da Monarquia portuguesa no vale amazônico. Desse modo, há uma permeabilidade das relações estabelecidas entre essas fronteiras do vale amazônico durante os tumultuados anos dos processos de independência, o que possibilitava às autoridades no Grão-Pará coligir informações sobre o encaminhamento dos conflitos na vizinhança hispano-americana.⁷

No início da década de 1820, a atenção quanto ao estado das revoluções políticas na América espanhola levaria as autoridades lusas no extremo norte a manter uma maior vigilância sobre as faixas limítrofes. Crescia a atenção sobre os novos corpos políticos que surgiam no continente, resultantes do desmantelamento do Império espanhol, principalmente no caso das fronteiras com a Venezuela e Nova Granada, temendo-se a circulação entre os moradores do Rio Negro dos ideais de independência e de contestação à ordem monárquica. Da raia fronteiriça com o Vice-Reino do Peru também chegavam informações perturbadoras sobre as lutas locais. Um emigrado espanhol que fugiu para o Rio Negro, capitão Mariano Lopes, relatou ao governador das armas do Grão-Pará alguns pontos essenciais dos conflitos com os exércitos liderados por San Martín e Bolívar. Mariano Lopes noticiou para os portugueses a derrota que os realistas no Peru haviam sofrido para os insurgentes, bem como o estado de suas forças militares estacionadas nas proximidades da fronteira lusa. Nesse caso, Lopes sublinhou as possíveis pretensões dos patriotas em se apossar de Tabatinga, posto militar no lado português da fronteira na margem esquerda do rio Solimões, considerado estratégico para fechar aquela fronteira para a fuga dos realistas.⁸ A possibilidade de um ataque de patriotas hispano-americanos a um posto militar do lado português da fronteira deixou receoso o governador das armas

⁷ Idem.

⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 152, D. 11781. Ofício do governador das armas da Província da Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier. Belém, 28/04/1822.

português, sustentando ele que as “perturbações populares” no Peru poderiam “no futuro produzir desassossego aos habitantes da comarca do Rio Negro”.⁹

O caso do capitão Mariano Lopes não era único. Outros realistas espanhóis relatavam para os portugueses os riscos que as lutas políticas de independência poderiam representar para a segurança e a ordem no Grão-Pará. As informações recolhidas pelas autoridades lusas a partir de depoimentos desses refugiados comporiam parte do acervo de referências oriundas da América espanhola, alertando para os rumos de suas revoluções políticas e os perigos para o mundo luso-americano. No início da década de 1820, havia um crescente temor com respeito às influências revolucionárias dos territórios hispano-americanos sobre o Brasil, conforme analisa João Paulo Pimenta. Essas experiências revolucionárias constituíam exemplos com o potencial de solapar a fidelidade dos súditos luso-americanos, principalmente numa conjuntura em que a Monarquia portuguesa também enfrentava dilemas e desafios sem precedentes.¹⁰

Projetando um quadro de incertezas e ameaças a partir da vizinhança hispano-americana, o governador das armas do Grão-Pará defendeu, em 1822, o envio de uma grande expedição militar para a Comarca do Rio Negro com o intuito de defender as fronteiras contra possíveis agressões de forças patriotas. Tal plano, no entanto, foi duramente criticado pela Junta Governativa em Belém, alertando para as incertezas das informações que chegavam das áreas vizinhas e a necessidade de concentrar a defesa militar nas proximidades de Belém.¹¹

Para muitos patriotas hispano-americanos no vale amazônico existia igualmente o temor de uma ofensiva portuguesa que colocasse a perder sua causa. Na zona amazônica peruana, o

⁹ Pará, AHU_ACL_CU_013, Cx. 152, D. 11781. Ofício do governador das armas da Província da Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier. Belém, 28/04/1822.

¹⁰ PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2005, pp. 325-327.

¹¹ Pará, AHU_ACL_CU_013, Cx. 154, D. 11850. Ofício do governador das armas da Província do Pará, José Maria de Moura, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Cândido José Xavier. Belém, 21/06/1822.

governador de Chachapoyas solicitou às autoridades patriotas o reforço de homens e armas contra um possível ataque dos realistas, os quais poderiam receber apoio dos portugueses do Pará.¹² O temor de uma invasão lusa, recorrente durante o período colonial, era, nessa conjuntura, redimensionado à luz dos embates políticos da independência. No caso, parecia possível a conformação de uma grande aliança monárquica luso-espanhola contra os patriotas, facilitada pelas informações que os realistas refugiados no extremo norte poderiam prestar aos portugueses.

Nas projeções de alguns realistas espanhóis que fugiram para a América lusa, as fronteiras do extremo norte poderiam, de fato, servir de canal para uma grande expedição de reconquista. Essa perspectiva foi claramente apresentada por um religioso espanhol de nome José Maria Padilla, o qual, em 1821, havia fugido junto com outros realistas da Província de Maynas, localizada na fronteira do Peru com as terras portuguesas. Já na Espanha, Padilla apresentou uma proposta de contraofensiva realista direcionada às zonas amazônicas do Vice-Reino peruano. Na avaliação do religioso, a causa realista permanecia suficientemente forte entre os habitantes da região, de modo que eles precisam de apoio militar para expulsar os ditos patriotas. Tudo dependeria, no entanto, de negociações diplomáticas com Lisboa, a quem caberia permitir a passagem de uma grande expedição militar, que seguiria pelo rio Amazonas em direção à fronteira com o Peru. Previa também o religioso a necessidade de negociar com os portugueses a ajuda com o transporte dos homens e armas, concedendo aos espanhóis índios remeiros e canoas. Outra medida defendida por Padilla era a permissão de um ativo comércio com os portugueses através das fronteiras amazônicas, algo essencial para a sobrevivência econômica daquela fronteira quando fosse reincorporada à Monarquia espanhola.¹³

¹² ESPINOZA, Waldemar. *Amazonia del Perú: Historia de la Gobernación y Comandancia General de Maynas (Hoy Regiones de Loreto, San Martín, Ucayali y Provincia de Condorcanqui)*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007, p. 464.

¹³ Archivo General de Indias (AGI), Lima 1580. Carta de José Maria Padilla. Madrid, 04/08/1823.

A manutenção de um franco comércio com as terras hispano-americanas também foi vista como uma saída para os partidários da Monarquia portuguesa no Grão-Pará nos críticos anos de 1822-1823. Para os grupos locais contrários à Independência e ao Império do Brasil, havia a perspectiva de rearticular as unidades fiéis à Lisboa em um novo corpo político, integrando o extremo norte com o oeste e mantendo conexões com os novos países que surgiam na América hispânica. Essa leitura foi formulada por José Maria de Moura, governador das armas da província, defendendo a manutenção de relações comerciais com as zonas limítrofes que estavam se independizando da Coroa espanhola. No entendimento de Moura, a partir de pontos fronteiriços do Grão-Pará seria possível exportar para a América espanhola produtos manufaturados europeus, abastecendo zonas pouco integradas aos portos litorâneos, o que conferiria vantagens aos comerciantes do lado português. Além disso, esse comércio, na avaliação de Moura, drenaria para o Grão-Pará a produção de prata das regiões andinas. Tais acordos comerciais passariam obrigatoriamente por negociações diplomáticas tecidas a partir de Lisboa com os novos corpos políticos surgidos da América do Sul, reconhecendo a soberania dos países vizinhos.¹⁴ A dinamização do comércio entre Grão-Pará e as províncias do oeste do Brasil, com projeções sobre as zonas limítrofes hispano-americanas, poderia dar o lastro material para o projeto político de preservação dos laços com Lisboa, rearticulando uma nova América portuguesa apartada do perigo representado pelo projeto do Império do Brasil.

Não deixa de ser possível traçar um paralelo com o plano apresentado por José Maria Padilla para reconquista do Peru, comentado anteriormente. Tanto o governador de armas do Grão-Pará quanto o religioso espanhol vislumbravam o sucesso da causa monárquica nesses espaços a partir de uma conexão econômica e política mais efetiva através das fronteiras. Mas a partir de 1823 expectativas como essas seriam invalidadas com a incorporação do

¹⁴ Pará, AHU_ACL_CU_013, Cx. 154, D. 11850. Ofício do governador das armas da Província do Pará, José Maria de Moura, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Cândido José Xavier. Belém, 21/06/1822.

extremo norte amazônico ao Império do Brasil. As relações entretidas nessas zonas limítrofes e os projetos de futuro para elas deveriam levar em conta a formação dos Estados Nacionais e as relações articuladas entre eles.

A partir de meados da década de 1820, o olhar das autoridades da Província do Grão-Pará prosseguiu atento para as informações que, através das fronteiras, sinalizavam o estado político dos países vizinhos e suas possíveis influências sobre o extremo norte do Império. Em especial, a formação da primeira República da Colômbia, com seu gigantesco arco fronteiriço não-delimitado com o Grão-Pará, foi acompanhada com demonstrações locais de atenção ou mesmo de receio. A própria figura de Bolívar era alvo de desconfianças, como registrou o oficial da marinha britânica Henry Lister Maw, em suas memórias da viagem empreendida pelo rio Amazonas em finais dos anos de 1820. Relatando conversas com oficiais e soldados destacados no posto militar brasileiro de Tabatinga, Maw escreveu que era “opinião geral que Bolívar tencionava apoderar-se de todas as antigas colônias espanholas, e que não era improvável tentasse depois invadir o Brasil”¹⁵. No ano de 1828, o comandante militar da comarca do Rio Negro, Joaquim Felipe dos Reis, comunicou ao governo provincial em Belém que enviara mais praças para as fortificações limítrofes aos “colombianos nossos vizinhos”, atento à necessidade de não desatender as medidas defensivas naquela ampla fronteira.¹⁶

Nessa mesma conjuntura, as interpretações dos colombianos sobre a vizinhança brasileira eram igualmente permeadas por receios. Analisando as relações diplomáticas da República da Colômbia com o Império do Brasil entre 1821-1831, Daniel Rojas Castro destaca o temor de uma expansão brasileira sobre as fronteiras amazônicas colombianas. Por um lado, havia

¹⁵ MAW, Henry Lister. *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1989, p. 161.

¹⁶ Arquivo Histórico do Itamarati (AHI). Ofícios do governo do Pará. Ofício de Joaquim Felipe dos Reis, coronel comandante do Rio Negro, ao Barão de Bagé, Presidente Geral da Província do Pará. Quartel do Comando Militar da Comarca do Rio Negro, 06/08/1828.

críticas sobre o ingresso de brasileiros nos extremos amazônicos do país, principalmente através do Rio Negro. Por outro, a guerra travada pelo Império do Brasil na Cisplatina indicava sua disposição para o enfrentamento militar com seus vizinhos a fim de solucionar suas contendas territoriais, o que poderia repercutir em outros pontos do território, como no extremo norte amazônico.¹⁷ Como o reconhecimento mútuo das independências não foi imediatamente seguido pela delimitação das fronteiras políticas, tal questão permanecia como um ponto de discordância entre Brasil e países limítrofes na Amazônia. De certo modo, a reelaboração dos territórios, com os primeiros passos dos projetos de Estados Nacionais sul-americanos, dava novos sentidos a antigas disputas de limites no vale amazônico.

A implosão do projeto da Grã-Colômbia em princípios dos anos de 1830 também levantou questionamentos sobre os possíveis desdobramentos na configuração territorial das áreas amazônicas. O contorno das fronteiras orientais entre Peru, Equador e Nova Granada constituiria um duradouro ponto de discórdia entre os países vizinhos, principalmente no caso dos limites peruano-equatorianos.¹⁸ As disputas limítrofes entre os novos países em suas zonas amazônicas alertavam os brasileiros sobre a possibilidade de eclosão de enfrentamentos militares e suas possíveis repercussões no extremo norte do Império. Entre oficiais militares brasileiros que serviam em postos da fronteira, havia especial atenção para as informações que chegavam dos países limítrofes sobre movimentações de tropas e possibilidades de eclosão de uma guerra naquele espaço.¹⁹

Para além dos planejamentos militares, tomaram corpo as discussões sobre o desenvolvimento de uma livre navegação comercial interligando o extremo norte do Brasil aos países

¹⁷ ROJAS CASTRO, Daniel Emilio. *Relations Diplomatiques Colombo-Brésiliennes, 1821-1831*. Doctorat en Histoire. Université de Paris I Pantheon-Sorbonne, 2013, p.312

¹⁸ DENEGRI LUNA, Félix. *Perú y Ecuador: Apuntes para la historia de una frontera*. Lima: Bolsa de Valores de Lima, Instituto Riva-Agüero, PUCP, 1996.

¹⁹ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *Os Braços da (Des)Ordem: indisciplina militar da Província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, PPGH, 2003 (capítulo 3).

amazônicos. Essa discussão passou a ser enunciada de maneira clara a partir dos anos finais da década de 1820, tornando-se uma questão sensível na formulação da agenda diplomática brasileira até os anos de 1860. Como observou Vítor Marcos Gregório, os debates sobre abertura do rio Amazonas à navegação internacional, tanto nas esferas políticas provinciais quanto centrais, colocam em choque expectativas divergentes: por um lado, o incremento econômico e social a partir do livre comércio, por outro, preocupações de ordem geopolítica com respeito ao controle territorial na região.²⁰

Nos países vizinhos, a abertura da navegação era vista como medida essencial para tirar do isolamento vastas porções de seus territórios, áreas pouco integradas às zonas litorâneas e andinas mais dinâmicas. Interpretação exemplar, nesse sentido, pode ser compreendida a partir da obra intitulada “*Brillante porvenir del Cuzco*”, publicada nessa cidade andina pelo frei Julián Bovo de Revello em 1848. Na obra, o autor discorre sobre as possíveis conexões do Departamento de Cuzco com os rios brasileiros, exaltando as possibilidades de acessar os portos atlânticos a partir de uma rota fluvial andino-amazônico. A navegação, ainda segundo o religioso, desenvolveria a “civilização” nas margens dos rios amazônicos peruanos, porém só seria viável se o Brasil estabelecesse a livre navegação no seu lado da fronteira.²¹ As considerações de Bovo de Revello guardam claros paralelos com os escritos de Tavares Bastos²² sobre o mesmo tema, o que indica a viabilidade de estudar os debates e políticas de navegação no vale amazônico a partir de uma perspectiva transnacional.

No período regencial, os intensos conflitos que se alastraram pelo espaço amazônico, principalmente durante a

²⁰ GREGÓRIO, Vítor Marcos. *Uma Face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 2008.

²¹ BOVO DE REVELLO, Juliá. *Brillante porvenir del Cuzco (...)*. Cuzco: Imprenta Libre por Manuel C. Torres, 1848.

²² BASTOS, Aureliano Tavares. *O Vale do Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliana, 1975.

Cabanagem (de 1835 a 1840), colocaram em cheque a capacidade de controle sobre partes consideráveis do território provincial do extremo norte. Os estudos sobre a Cabanagem ainda enfatizam o movimento a partir de Belém e áreas próximas, embora pesquisas recentes tenham lançado luzes sobre a luta política em outras partes da província.²³ Entretanto, ainda se carece de investigações mais sistematizadas sobre as lutas em áreas limítrofes, como as fronteiras com as repúblicas hispano-americanas. Além disso, a Cabanagem coincidiu cronologicamente com enfrentamentos políticos que se desenrolavam em países vizinhos, o que tornava possível a interseção dessas crises políticas nas zonas de fronteira.

Essa última questão pode ser exemplificada a partir das relações nas fronteiras peruano-brasileiras nesse momento. Enquanto que as lutas envolvendo cabanos e forças legalistas se espalhavam pelo extremo norte, o Peru, no mesmo período, enfrentava conflitos internos a partir da formação da Confederação Peruano-Boliviana, bem como a guerra contra o Chile.²⁴ No lado brasileiro, o avanço dos cabanos pelos rios da comarca do Rio Negro levou autoridades e comerciantes locais a fugir para as terras peruanas vizinhas. As dificuldades das autoridades peruanas em manter sob controle suas localidades fronteiriças nessa conjuntura facilitou, por sua vez, o estabelecimento desses refugiados oriundos do lado brasileiro e a crescente influência que os mesmos passaram a usufruir nessa fronteira. Entre 1839-1840, autoridades peruanas dirigiram protestos aos representantes brasileiros sobre o controle que esses refugiados exerciam no comércio local e na utilização da mão de obra indígena, o que acabava por enfraquecer o poder político dos peruanos²⁵. Da parte das autoridades brasileiras, por sua vez, foram recorrentes as denúncias sobre a

²³ BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre Leis e Baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação de mestrado. Belém: UFPA, PPGH, 2014; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Usos da Fronteira: Terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)*. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, PPGHS, 2016.

²⁴ CONTRERAS, Carlos, CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo*. Lima: IEP, 2007, p. 79-110.

²⁵ AHI. Governo do Pará: Ofícios. Ofício de João Antônio de Miranda, presidente da Província do Pará, para Caetano Maria Lopes Gama, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros. Belém, 25/05/1840.

proteção prestadas por peruanos a soldados desertores e escravos fugidos do Brasil durante a Cabanagem e nos anos imediatamente posteriores, alegando-se que esses fugitivos viviam sem ser incomodados na República vizinha.²⁶

A consolidação da vitória legalista sobre os grupos cabanos, a partir de 1840, colocava em pauta a necessidade das autoridades provinciais de adotar novas medidas de controle do território e incremento das atividades econômicas. Em documento de 1845, intitulado “Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas,” o tenente coronel João Henrique Matos alinha a avaliação crítica sobre as consequências das lutas políticas na comarca e a defesa da constituição de uma província naquele espaço. Além disso, Matos elenca quais ações deveriam ser efetivadas visando estimular a colonização, a utilização do trabalho indígena, o estabelecimento de missões religiosas e o fomento à agricultura, à pecuária e ao comércio.²⁷

Para além das proposições que marcaram os discursos de autoridades políticas e militares do Grão-Pará desse período, foram efetivamente implementadas medidas relacionadas a esses debates, como a fundação de colônias militares.²⁸ Lançando-se o olhar para os países vizinhos do vale amazônico, podemos identificar políticas semelhantes adotadas a partir do mesmo período, como a fundação de colônias para a defesa militar e desenvolvimento agrícola às margens de rios amazônicos, assim como o envio de expedições de reconhecimento da fronteira, conforme analisa Pilar García Jordán para os chamados “orientes” de Bolívia e Peru,²⁹ e

²⁶ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *Os Braços da (Des)Ordem*. Op.cit.

²⁷ MATOS, João Henrique de. “Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas”. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Amazonas em 1845. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 325, Brasília – Rio de Janeiro, 1979, p. 140-180. Para uma análise específica desse documento e sua inserção em outros debates do período, conferir: BARRIGA, Letícia Pereira. Op. cit., capítulo IV.

²⁸ NUNES, Francivaldo Alves. “Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, defesa do território e conflitos.” In: CARDOSO, Alírio, BASTOS, Carlos Augusto, NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (org.). *História Militar da Amazônia: Guerra e Sociedade (Séc. XVII-XIX)*. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 195-210.

²⁹ GARCÍA JORDÁN, Pilar. *Cruz y Arado, Fusiles y Discursos: La construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia, 1820-1940*. Lima: IFEA-IEP, 2001.

Natália Esvertit Cobes para as terras amazônicas da República do Equador.³⁰ Com a diminuição dos enfrentamentos políticos e militares que haviam marcado os anos de 1820-1830, intensificam-se a formulação e a execução de medidas visando incorporar de modo mais efetivo as áreas amazônicas aos Estados Nacionais da região.

No que diz respeito às defesas das zonas contíguas aos países hispano-americanos, os poderes instituídos no Grão-Pará buscaram recompor as guarnições militares localizadas nos rios próximos às fronteiras hispano-americanas, como as fortificações de São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel da Cachoeira, São José de Marabitanas e Tabatinga. No documento de João Henrique de Matos, referido acima, tal questão é sublinhada, tratando de maneira específica sobre a reforma das fortificações e recomposição de tropas destacadas para a defesa do rio Branco, espaço sob litígio de fronteiras com a colônia inglesa da Guiana.³¹ No Grão-Pará, entre fins da década de 1830 e ao longo da seguinte, a recomposição das guarnições locais contou principalmente com a força militar provincial. Nesse caso, foi recorrente o destacamento para o serviço nas fronteiras de guardas do chamado Corpo Policial de 1ª Linha da Província, instituição militar criada no Grão-Pará durante os enfrentamentos com os cabanos, de modo que a efetiva manutenção das defesas limítrofes apoiou-se muito mais em recursos provinciais nesse momento.³²

A construção de uma ordem imperial no extremo norte, e com respeito ao controle do território, passava igualmente pelo reconhecimento das fronteiras e maior vigilância sobre as dinâmicas econômicas que se desenvolviam nessa espacialidade. Com relação ao primeiro ponto, foram organizadas expedições de reconhecimento das áreas limítrofes, principalmente direcionadas àquelas que se encontravam sob disputas de soberania, a exemplo da região do Contestado Franco-Brasileiro no Cabo Norte e a área

³⁰ ESVERTIT, Natalia. *La incipiente provincia. Amazonía y Estado ecuatoriano en el siglo XIX*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador / Corporación Editora Nacional, 2008.

³¹ MATOS, João Henrique de. Op. cit., 154-158.

³² BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *Os Braços da (Des)Ordem*. Op. cit.

limítrofe com Venezuela e Guiana inglesa.³³ Esses trabalhos de reconhecimento das fronteiras, ainda que apoiados em material elaborado pelas expedições demarcatórias setecentistas, produziram novos relatos e representações cartográficas sobre as zonas limítrofes, mais afeitos às demandas e desafios enfrentados pelos Estados Nacionais. Toma impulso, no vale amazônico desse momento, um processo de “territorialização do Estado Nacional”, para lançar mão de termo empregado por Juan Carlos Garavaglia e Pierre Gautreau para o Rio da Prata no XIX.³⁴

A ocorrência de contatos comerciais nessas fronteiras, em grande medida ilegais, remonta ao período colonial. Esse comércio transfronteiriço alimentou aproximações e conflitos entre representantes das Monarquias portuguesa e espanhola,³⁵ e prosseguiu como uma questão preocupante para as autoridades nacionais durante o XIX. Com respeito aos fluxos econômicos na fronteira, há tentativas mais claras, em meados desse século, de sistematizar informações sobre o movimento comercial que envolvia Brasil e áreas amazônicas vizinhas. É possível coligir da documentação dos anos de 1840-1850 listas de comerciantes e de produtos destinados às localidades amazônicas peruanas, neogranadinas e venezuelanas, listas estas elaboradas por autoridades militares situadas em postos fronteiriços.³⁶ Claro que essas listas

³³ ALVES, Débora Bendocchi. “Releitura dos acontecimentos na fronteira Grão-Pará-Guiana Francesa entre 1835 e 1841.” Anais eletrônicos do XVIII Simpósio Nacional de História. Disponível:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433185806_ARQUIVO_Releitura_dos_acontecimentosANPUH2015corrigido3eformatado.pdf; ROMANI, Carlo. “The question of Pirara: Schomburgk and the border between Brazil and British Guiana.” English version of paper presented at XXVII ANPUH, Natal July 2013. Disponível: https://www.academia.edu/5564177/The_question_of_Pirara_Schomburgk_and_the_border_between_Brazil_and_British_Guiana.

³⁴ GARAVAGLIA, Juan Carlos, GAUTREAU, Pierre (ed.). *Mensurar la Tierra, Controlar el Territorio: América Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones; State Building in Latin America, 2011.

³⁵ BASTOS, Carlos Augusto, LOPES, Siméia de Nazaré. “Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: Capitanía de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820.” *Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia*, n.41 (enero-junio 2015), p. 85-108.

³⁶ Exemplos de listas sobre o movimento comercial nas fronteiras amazônicas do Brasil em meados do XIX podem ser vistos em: AHI. Documentos do Arquivo Público do Amazonas (1802-1857).

devem ser analisadas com a devida cautela, pois muitos oficiais tinham franco envolvimento no comércio ilícito na fronteira, e frequentemente sonegavam informações sobre o trato comercial com moradores dos países vizinhos. Por outro lado, essa tentativa de fiscalização sobre o comércio nas fronteiras estava diretamente relacionada com outras medidas que visavam coibir o contrabando fluvial praticado pelos chamados regatões e auxiliar na recuperação dos combalidos cofres provinciais nos anos imediatamente posteriores à Cabanagem.³⁷

As relações nas fronteiras nacionais no espaço amazônico envolviam de forma direta as numerosas populações indígenas que habitavam esses territórios. Colocava-se em questão a definição das soberanias nacionais sobre esses povos, historicamente importantes para quaisquer projetos de ocupação do espaço e seu aproveitamento econômico. As disputas luso-espanholas sobre os índios ganhavam, a partir dos anos de 1820, novos sentidos, agora opondo as autoridades nacionais vizinhas. Dentro desse novo momento, em princípios da década de 1830, militares no Rio Branco apresentaram denúncias sobre o apresamento de índios que habitavam o lado brasileiro da fronteira por “vários Patriotas espanhóis,” oriundos de Angostura (Venezuela), escravizando-os e transportando-os para o rio Orinoco.³⁸ De igual modo, foram frequentes os protestos de autoridades peruanas com relação à escravização de indígenas por parte de comerciantes brasileiros.³⁹

Vistas em conjunto, essas acusações indicam a sobrevivência das práticas de escravização indígena em áreas fronteiriças da Amazônia no decorrer do Oitocentos, em claro desrespeito a leis de defesa da liberdade indígena datadas desde os

³⁷ LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), 2002.

³⁸ AHI. Governo do Pará: Ofícios. Ofício dirigido a Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo, Presidente da Província. Barra do Rio Negro, 08/06/1832.

³⁹ AHI. Governo do Pará: Ofícios. Ofício de João Antônio de Miranda, presidente da Província do Pará, para Caetano Maria Lopes Gama, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros. Belém, 25/05/1840.

tempos coloniais.⁴⁰ Para além das práticas de escravização, a manutenção das medidas defensivas para as fronteiras requeria a constante negociação com os indígenas, com o poder provincial legitimando o poder de autoridades nativas em troca de seu empenho na ocupação do território e apoio dos povos nativos aos serviços públicos e privados. É recorrente na documentação provincial do Grão-Pará encontrar nomeações de líderes indígenas como “capitães principais” de suas respectivas tribos, buscando-se assim constituir alianças mais estáveis com as lideranças dos principais grupos povoadores das áreas limítrofes.⁴¹

A dissolução de alianças em fronteiras abertas favorecia deslocamentos das populações indígenas entre os territórios nacionais nas zonas amazônicas, em alguns casos em quantidades consideráveis. Como exemplo, o comandante do forte brasileiro de Marabitanas afirmou que a população indígena do rio Içá, em um período de três anos, havia diminuído de mais de mil para menos de 600 habitantes. Segundo ele, os índios haviam se deslocado para países vizinhos fugindo dos trabalhos públicos a que se viam compelidos pelas autoridades do lado brasileiro.⁴²

O intuito de controlar e desenvolver o vale amazônico passou também pela implantação de modificações político-administrativas nesse espaço. A partir da década de 1850, são efetivadas medidas que alteram as unidades políticas regionais nas terras amazônicas sul-americanas. Nesse momento são criadas a Província do Amazonas, no Império brasileiro, o Departamento de Loreto, no Peru, bem como se institui uma reformulação dos

40 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI ao XVIII).” In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115-132.

41 Sobre essas nomeações, é possível consultar algumas em: AHI. Documentos do Arquivo Público do Amazonas (1801-1857).

42 AHI: Documentos do Arquivo Público do Amazonas (1820-1876). Ofício de Felisberto Antônio Correa de Araújo, 2º tenente comandante, para o coronel João Henriques de Mattos, comandante superior da Guarda Nacional da Província do Amazonas. Quartel do Comando do Forte e Fronteira de Marabitanas, 16/05/1856.

chamados *cantones* no “Oriente” da República do Equador.⁴³ Tais reformulações territoriais empreendidas nas fronteiras amazônicas, cronologicamente muito próximas entre si, visavam aprimorar a administração local, atentando para questões como defesa, colonização, desenvolvimento comercial e integração aos espaços nacionais.

É possível, assim, analisá-las a partir de comparações ou mesmo de conexões entre as mesmas, visto que as autoridades limítrofes reuniam informações sobre os rearranjos territoriais nos países vizinhos e as possíveis consequências para as relações entretidas nos espaços fronteiriços. Esse momento marca igualmente outra fase das políticas estatais para administração das áreas amazônicas, não apenas com a criação de novas unidades administrativas, mas também com o aprofundamento dos debates sobre a livre navegação internacional do rio Amazonas e as medidas visando promover a colonização.

Como foi afirmado no começo desse artigo, a opção de análise abarcou até a década de 1850, considerando que nesse momento começam a se processar modificações, locais e globais, que incidem nos diferentes espaços nacionais que partilham o vale amazônico. No campo das relações diplomáticas, os tratados de limites e de navegação que passam a ser firmados, a partir desse momento, com os demais países nos limites amazônicos colocam novos termos nas relações internacionais do Brasil no extremo norte. No entanto, vale ainda destacar que as relações nas fronteiras da Amazônia, no decorrer da segunda metade do Oitocentos, seriam sensivelmente transformadas pela expansão da navegação a vapor e pela crescente importância da exploração da borracha no quadro das economias regionais. Novas dinâmicas econômicas e demográficas alterariam as ocupações nas zonas amazônicas limítrofes entre os Estados sul-americanos, impactando nas interações entre os habitantes locais e entre os representantes governamentais dos países vizinhos, modificando as fronteiras políticas. As dimensões locais e transnacionais

⁴³ BARCLAY, Frederica, SANTOS, Fernando. *La Frontera Domesticada: Historia económica y social de Loreto, 1850-2000*. Lima: PUCP, 2000; ESVERTTT COBES, Natália. *La Incipiente Provincia: Amazonía y Estado Ecuatoriano en el siglo XIX*. Op cit.

estariam, mais uma vez, profundamente entrelaçadas nas fronteiras amazônicas.

EL EJÉRCITO AUXILIAR DEL PERÚ Y LA REVOLUCIÓN EN EL RÍO DE LA PLATA

Alejandro Morea¹

La formación de una junta de gobierno provisional en la ciudad de Buenos Aires, en el marco de la crisis de la monarquía española, rápidamente dio lugar al enfrentamiento entre los partidarios del Consejo de Regencia y aquellos que desconocían a José I y reconocían a Fernando VII, pero cuestionaban la legitimidad del órgano de gobierno conformado ante la disolución de la Junta Central de Sevilla.

Una de las primeras medidas tomada por dicha Junta fue la transformación de los regimientos y batallones de milicias existentes en la ciudad en tropa veterana. En base a esta fuerza militar, las nuevas autoridades conformaron sendos ejércitos con los que pretendieron hacer frente a sus adversarios y encolumnar detrás de lo decidido en Buenos Aires, al resto de los espacios que conformaban el Virreinato del Río de la Plata y del cual esta ciudad era la capital. El Ejército Auxiliar del Perú surgió entonces al calor del inicio del proceso revolucionario en el Río de la Plata y como resultado de la necesidad del nuevo gobierno local de hacer frente a los desafíos a su autoridad que rápidamente comenzaban a surgir.

Con el correr de los años, y el avance mismo de la revolución, esta fuerza militar conformada con la precariedad y celeridad que imponía la coyuntura política, se convirtió en el principal ejército con el que contaron los distintos gobiernos revolucionarios para hacer frente, primero a los fidelistas y después a Fernando VII, pero también a las disidencias internas. Si 1816 significó un cambio dentro la posición relativa que ocupaba dentro de la consideración del gobierno en el enfrentamiento con las tropas del Rey a raíz de la conformación del Ejército de Los Andes, el hecho de pasar a un plano más discreto no implicó necesariamente la pérdida de relevancia del Ejército Auxiliar del Perú en el contexto revolucionario rioplatense. En esta variación resultó fundamental la situación política de las Provincias Unidas

* Universidad Nacional de Mar del Plata-CONICET.

del Río de la Plata durante el bienio 1815-1816, y lo resuelto por los diputados en el Congreso de 1816 para hacer frente a la crisis generalizada que atravesaba a la revolución.

A nuestro entender, este ejército es quizás el que más se identifica con el proceso revolucionario rioplatense, con sus vaivenes, cambios, inestabilidades. Incluso por el rol que le cupo en el final del mismo, que significó, a su vez, su propio final como fuerza militar. Sin embargo, para entender el lugar que tuvo esta fuerza en el proceso revolucionario, analizar el cambio que se produce en su actuación en 1816, y esta identificación a la que hacíamos referencia, es necesario que repasemos la trayectoria del Ejército Auxiliar del Perú durante las guerras de independencia.

El Ejército Auxiliar del Perú en el marco de la revolución

La expedición en auxilio de las provincias interiores, enviada por la Junta de Gobierno en 1810, tenía como primer objetivo derrotar la resistencia a su autoridad que se había constituido en la provincia de Córdoba, uno de los espacios más ricos del virreinato, con una elite dirigente y económica muy importante que en no pocas ocasiones había rivalizado con sus pares de Buenos Aires.² Superado ese primer obstáculo, el Ejército Auxiliar del Perú o del Norte, nombre que asumió esta fuerza militar, continuó su avance hacia los territorios ubicados al norte del Virreinato del Río de la Plata en busca de evitar la fragmentación territorial pero sobre todo el control de la rica zona minera de Potosí.³

Esta zona, conocida habitualmente como el Alto Perú, se convirtió en el espacio de actuación en el que tuvieron lugar las campañas más importantes del Ejército Auxiliar del Perú entre

² AYROLO, Valentina. "La ciudad cooptada: refractarios y revolucionarios en Córdoba del Tucumán (1810-1816)", *Annuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n.º 26 (2011): 11-30.

³ El control de Potosí buscaba no sólo mantener el control del centro productor de plata, que ocupaba el 80% de las exportaciones del Virreinato del Río de la Plata, sino también conservar el circuito comercial y productivo construido en torno a esta actividad que nucleaba y organizaba económicamente a los territorios que formaban parte de dicho virreinato.

1810 y 1815. Algunas de las fechas más significativas del proceso revolucionario tienen que ver con los éxitos o las derrotas militares que cosechó esta fuerza operando sobre lo que hoy es el norte de la República Argentina y sur de Bolivia. Las victorias en las Batallas de Suipacha en 1811, de Tucumán en 1812, las derrotas de Vilcapugio en 1813 o Sipe-Sipe en 1815 son parte fundamental del relato sobre la revolución de mayo. Incluso, algunas de las figuras más importantes del proceso revolucionario fueron parte de la oficialidad del Ejército Auxiliar. Algunos se integraron a la misma cuando ya eran personajes importante de la revolución y otros se gestaron como figuras trascendentes del proceso a partir de su actuación como oficiales en “las guerras de independencia” en el marco de esta fuerza.

No debe sorprender entonces, que este ejército haya recibido la atención de los historiadores desde momentos muy tempranos de la historiografía argentina. Fueron estos los que organizaron el estudio de esta fuerza en torno a los tres intentos que hizo la misma por controlar el Alto Perú entre 1810 y 1815. Esta forma de analizar lo ocurrido con el Ejército Auxiliar del Perú sin embargo, deja detrás de un velo de olvido lo sucedido con este ejército a partir de 1816, y sólo vuelven a él hacia 1820 cuando protagonice la sublevación en Arequito. Pero este tipo de análisis además esconde otro problema. Al priorizar el desempeño militar como objeto de estudio, en muchas ocasiones queda disociada la guerra de la política. Para poder intentar demostrar porque creemos que el Ejército Auxiliar del Perú quizás sea la fuerza que más se identifica con los vaivenes del proceso revolucionario tomaremos esta periodización más clásica centrada en las campañas militares, incluyendo lo ocurrido entre 1816 y 1820, pero poniendo en un mismo plano de análisis la guerra y la política.

La primera campaña: de Suipacha al enfrentamiento entre saavedristas y morenistas

Cómo dijimos, el primer desafío que debió enfrentar la expedición de Auxilio a las Provincias interiores fue la resistencia de las autoridades de la Gobernación Intendencia de Córdoba a la

junta instalada en Buenos Aires. Superado ese primer obstáculo, la expedición militar continuó su periplo por el interior del Virreinato del Río de la Plata en busca de asegurar la obediencia del resto de los espacios a las nuevas autoridades y a su vez el flujo de plata de Potosí.⁴ En el camino se incrementó el reclutamiento y nuevo contingentes de tropas se sumaron al núcleo de fuerzas milicianas con las que se había conformado originariamente la expedición. Esta primera campaña se cerrara con la catastrófica derrota de las armas de la revolución en la batalla del Desaguadero.⁵ Desde el punto de vista militar, esta expedición estuvo marcada por graves problemas en su conducción que incluyó un primer intento de una conducción colegiada que resultó poco operativa, un cambio de general en jefe en el transcurso de la campaña, y discusiones entre el representante de la Junta, Juan José Castelli y el comandante militar, Antonio González Balcarce, sobre quien efectivamente debía ejercer la conducción de esta fuerza. Esta situación produjo innumerable inconvenientes y discusiones que terminaron repercutiendo en la organización del ejército y en su desempeño militar.⁶ Sin embargo, la presencia de uno de los principales dirigentes del grupo de hombres que forzó en Buenos Aires la destitución del Virrey nos marca que este ejército tenía no solo objetivos militares, sino políticos y que resultaba de importancia para la Junta de Buenos Aires, que una de sus principales figuras tuviera un rol protagónico.⁷

Sin embargo, lo que nos marca hasta qué punto esta fuerza militar estaba vinculada al proceso político, fueron los conflictos que estallaron dentro del cuadro de oficiales y entre los hombres encargadas de su conducción, a raíz de la división que se produjo en la Junta de Gobierno, y que terminó enfrentando a dos sectores

⁴ BIDONDO, Emilio *Expedición de Auxilio a las Provincias Interiores (1810-1812)*. Argentina: Círculo Militar, 1987.

⁵ GOYRET, Teófilo, "La guerra de la Independencia", en *Nueva historia de la Nación Argentina*, ed. Academia Nacional de la Historia, vol. IV, XVI vols, Buenos Aires: Planeta, 2000.

⁶ MOREA, Alejandro, "El proceso de profesionalización del Ejército Auxiliar del Perú durante las guerras de independencia", *Revista Quinto Sol* 15, n.º 2 (2011): 73-96.

⁷ WASSERMAN, Fabio, *Juan José Castelli. De súbdito de la corona a líder revolucionario*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

bien diferenciados. Las disputas entre el Presidente de la primera Junta, Cornelio Saavedra, con el secretario de la misma, Mariano Moreno, tuvo un correlato en el Ejército Auxiliar del Perú. Detrás de los alineamientos es posible ver la disputa entre aquellos que rápidamente comenzaron a hablar de Independencia de España en el marco de la crisis de la monarquía y aquellos que en realidad eran partidarios del autogobierno pero manteniendo la integración a la monarquía española.⁸ La primera crisis dentro del bloque revolucionario se trasladó al Ejército Auxiliar donde los partidarios de unos y otros comenzaron a hacerse la guerra entre sí, comprometiendo los objetivos militares y políticos. Incluso existió la posibilidad de que el Ejército Auxiliar se convirtiera en un botín en disputa, ya que el control del mismo podía significar el triunfo de un sector sobre el otro. Si esto no ocurrió fue en parte por el recambio que se produjo en la conducción política de la revolución. La Junta de Gobierno ampliada, a la que se habían integrado representantes del resto de las jurisdicciones, y que había dado el poder a Saavedra fue reemplazada por un Triunvirato de Gobierno.⁹ Esto no implicó la vuelta al poder de los morenistas, pero la reconfiguración de la junta en un órgano de gobierno quitó influencia a quien había sido presidente de la Junta de Gobierno, y ya nadie buscó el control del Ejército Auxiliar para zanjar las disputas entre esos dos sectores. Igualmente quedaron heridas abiertas y quien fuera el conductor político de esta fuerza fue sometido a juicio para saber el grado de responsabilidad que le había cavido en la derrota del Desaguadero.¹⁰

La segunda campaña: Del éxodo jujeño a recuperar la iniciativa

Este segundo momento del Ejército Auxiliar del Perú se inicia formalmente cuando fue designado Manuel Belgrano como

⁸ MACCHI, Virginia, "Guerra y política en el Río de la Plata: el caso del Ejército Auxiliar del Perú (1810-1811)", *Anuario de la Escuela de Historia Virtual* 3 (2012): 78-96.

⁹ HALPERIN DONGHI, Tulio, *Revolución y Guerra. Formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1972.

¹⁰ WASSERMAN, Juan José Castelli. *De súbdito de la corona a líder revolucionario*.

su general en jefe y se extiende entre los años 1812 y 1814. En estos años es quizás cuando alcanzó su mayor esplendor como fuerza militar y además cuando consiga triunfos rutilantes para la revolución. Sin embargo, al momento de tomar el mando Belgrano, este ejército estaba lejos de ser una de las prioridades del gobierno.¹¹ Si en estos años no tendremos una división del Ejército Auxiliar en torno a las diferentes facciones y grupos que se disputaban la conducción de la revolución, esto no quiere decir que no se hayan experimentado cortocircuitos en su interior o situaciones que pongan de relevancia la vinculación entre guerra y política y cómo este ejército fue pilar fundamental de la revolución.

Luego de la derrota del Desaguadero y de los conflictos internos, la capacidad operativa del Ejército Auxiliar del Perú estaba gravemente comprometida. Pero si Belgrano sentía como un castigo su nombramiento al mando de un ejército derrotado, no era tanto por este estado de situación, sino a que el gobierno instalado en Buenos Aires estaba más preocupado por las fuerzas militares de Montevideo que bajo el mando del virrey Elio habían reconocido al Consejo de Regencia primero y a las Cortes después, y desafiaban a Buenos Aires. Esta cuestión relegaba en las consideraciones del gobierno al Ejército Auxiliar. Por otro lado, fue el temor a un avance de las fuerzas militares en la otra orilla del Río de la Plata la que produjo los primeros cortocircuitos entre el comandante en jefe y el Triunvirato.

Manuel Belgrano había recibido órdenes de no comprometer la fuerza a su mando en un combate decisivo si no había logrado recuperar o reconstruir la capacidad de combate de los hombres a su mando o si las fuerzas del enemigo eran superiores a las suyas. En ese caso, era preferible ceder terreno al enemigo y retroceder desde Jujuy, donde se encontraba acantonado el Ejército Auxiliar del Perú, hacia Tucumán y luego hacia Córdoba. Al Triunvirato le preocupaba que una derrota del ejército de Belgrano dejara abierto el paso a las fuerzas del Virrey del Perú y que estas confluyeran en un mismo ataque coordinado

¹¹ MOREA, Alejandro, *De militares a políticos. Los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú y la carrera de la revolución, 1816-1831*. Tesis de Doctorado, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), 2013.

con las tropas del Virrey Elío, y que de esta manera la revolución quedara cercada en Buenos Aires.

Si en un principio Belgrano cumplió las órdenes del Triunvirato y procedió a abandonar Jujuy con sus hombres y obligó a toda la población a marchar con el ejército, dejando a los enemigos nada más que tierra arrasada, al acercarse a San Miguel de Tucumán decidió desobedecer las órdenes y enfrentar a las tropas del Virreinato del Perú. El cambio de actitud del general en jefe respondió, en parte, al pedido que le realizara una comitiva enviada por el Cabildo de San Miguel para que sus tropas detuvieran su avance y enfrentaran a las fuerzas realistas, y además porque Belgrano nunca había estado convencido de la estrategia del Directorio. A su entender, el retroceso del Ejército Auxiliar sin dar batalla terminaría de esfumar el tibio apoyo que despertaba en los espacios del interior la revolución en Buenos Aires. Al asumir la conducción de las tropas le escribió al su amigo Bernardino Rivadavia, a la sazón secretario del Triunvirato, manifestándole la frialdad con la que había sido recibido y que manifestaban por la suerte del proceso iniciado en 1810.¹² Finalmente el Ejército Auxiliar salió victorioso en la Batalla de Tucumán que tuvo lugar el 24 de septiembre de 1812. A la postre este éxito significó la salvación del proceso revolucionario, no solo porque las fuerzas realistas comenzaron a retroceder sino que también porque a partir de la misma, los revolucionarios tomaron la iniciativa y buscaron recuperar el terreno perdido. Pero para esto fuera posible fue necesario que tuvieran lugar otros dos sucesos.

En primer lugar, que las tropas de la revolución que operaban en la Banda Oriental y el Litoral iniciaran el segundo sitio de la ciudad de Montevideo, y en segundo lugar, la conformación de un nuevo gobierno para la revolución.¹³ La decisión de impulsar el sitio de Montevideo significaba un cambio de actitud ante las fuerzas de Elío. La pasividad del Triunvirato fue uno de los motivos que esgrimieron aquellos que forzaron su renuncia tras

¹² BELGRANO, Mario, *Historia de Belgrano*. Buenos Aires: Instituto Nacional Belgraniano, 1994.

¹³ TERNAVASIO, Marcela, *Gobernar la Revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

una movilización en Buenos Aires que incluyó la presencia de vecinos y tropas.¹⁴ El nuevo Triunvirato, estrechamente vinculado a la Logia Lautaro, se propuso acelerar el proceso revolucionario por lo cual convocó a todos los pueblos a que enviaran diputados a una Asamblea que debía resolver sobre la Independencia y la necesidad de una constitución para las Provincias Unidas, pero también ganar la guerra y por eso se redoblaron los esfuerzos y se dio nuevo impulso a las armas de la revolución.¹⁵

El cambio producido en el gobierno y en la estrategia militar, y el éxito obtenido en Tucumán volvió a colocar al Ejército Auxiliar en los primeros planos y en el centro de las preocupaciones del gobierno. Esto le permitió a Manuel Belgrano solicitar todo aquello que necesitaba para reforzar su victoriosa pero pequeña fuerza militar. A partir de ahí recibió nuevos contingentes de tropas, dinero para sueldos, pertrechos militares, animales de carga y todo lo necesario para iniciar una nueva campaña. Luego de esto, es que el Ejército Auxiliar del Perú enfrentó y derrotó a las tropas de Pío Tristán en la Batalla de Salta en febrero de 1813 y comenzó su avance sobre el Alto Perú. Hasta ese momento duró la buena estrella que había acompañado a Belgrano y sus tropas, las derrotas en Vilcapugio y Ayohuma no solo marcaron el final de esta segunda campaña sino que se perdió todo el terreno ganado en el Alto Perú. Si los objetivos más ambiciosos no se cumplieron, la decisión de Belgrano de desobedecer las órdenes del Triunvirato y los éxitos obtenidos en Tucumán y Salta aseguraron la pertenencia del Interior a las Provincias Unidas. Si una parte de la elite salteña se había mostrado hasta ese momento partidaria del Rey, a partir de ese momento, Salta quedaría firmemente integrada a la causa revolucionaria.¹⁶

Pero de otras formas también se introdujo la política en el Ejército Auxiliar. Si bien no llegó a estallar un conflicto tan abierto y marcado entre posiciones muy diferentes dentro de la oficialidad

¹⁴ HERRERO, Fabián, *Movimientos de Pueblo. La política en Buenos Aires luego de 1810*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012.

¹⁵ TERNAVASIO, *Gobernar la Revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816*.

¹⁶ MATA, Sara *Tierra en Armas. Salta en la Revolución, en Resistencia y cambios: Salta y el Noroeste argentino. 1770-1840*. Rosario: Manuel Suarez/Prohistoria Editores, 1999.

como durante la conducción de Castelli, si se experimentaron una serie de conflictos. Belgrano tenía una forma de conducción muy rígida por lo que la disciplina y la buena conducta era uno de los pilares sobre los que intentó reconstruir el funcionamiento del Ejército Auxiliar.¹⁷ Esto provocó no pocos conflictos entre el comandante en jefe y sus subordinados por el contraste con la situación anterior.¹⁸ Si detrás de muchas de estas situaciones efectivamente había un comportamiento incorrecto e inadecuado por parte de oficiales y de la tropa, en otras ocasiones, el clima político sirvió para que estos hombres ejercieran cierta resistencia a la forma en que Belgrano quería que se condujera el ejército. Luego de la Batalla de Tucumán, Manuel Belgrano incorporó a José Antonio Moldes como Mayor General del Ejército. Su intención era que este oficial, con pasado en las Guardia de Corps y con experiencia en las guerras napoleónicas, lo ayudara con la disciplina y además con el entrenamiento de oficiales y tropa en las formas más modernas de hacer la guerra.¹⁹ Pero la presencia de Moldes en el ejército y su experiencia reformadora fue muy breve y Belgrano tuvo que prescindir de él ante la resistencia que generaba su presencia. Si detrás del rechazo de los oficiales se podía aventurar la rígida disciplina que quiso imprimir al ejército Moldes, aquellos que lideraron los intentos por desplazarlo de esta fuerza militar utilizaron como argumento la adhesión de este oficial al monarquismo y además un comportamiento autoritario. En un momento de fuertes vientos republicanos y donde el discurso igualitarista ganaba terrero, esta acusación era muy fuerte. Es difícil establecer si Belgrano compartía la opinión de sus subordinados o no, o si las acusaciones eran reales, pero la cuestión es que decidió sacrificar a su Mayor General en pos de mantener la concordia

¹⁷ MOREA, Alejandro, "Perfil de los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú en el contexto revolucionario rioplatense, 1810-1820" *Hib: Revista de Historia Iberoamericana* 8, n.º 2 (2015): 102-31, doi:10.3232/HIB.2015.V8.N2.05.

¹⁸ MOREA, «De militares a políticos. Los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú y la carrera de la revolución, 1816-1831».

¹⁹ MOREA, «El proceso de profesionalización del Ejército Auxiliar del Perú durante las guerras de independencia».

dentro del Ejército Auxiliar.²⁰ Pero no fue el único, todo aquel sospechado de realista abandonó o fue obligado a dejar el ejército.²¹

Pero la política también se manifestó de otra manera durante esta segunda campaña del Ejército Auxiliar del Perú. Tras la Batalla de Salta, las fuerzas de Belgrano tomaron más de 3000 prisioneros. La decisión del general en Jefe fue liberarlos con la promesa de que nunca más volverían a tomar las armas en contra de la revolución. Esta decisión fue duramente cuestionada por algunos de sus subordinados, especialmente el coronel Dorrego que prefería medidas más drásticas.²² Pero Belgrano creía que este perdón a sus enemigos iba a tener un impacto político para la revolución mucho más importante que cualquier otra medida. El general en jefe sabía que sus enemigos en eran americanos y buscaba con este perdón que se sumaran a la causa, ya sea tomando las armas o transformándose en reproductores o transmisores del mensaje de la revolución en sus pueblos de origen. El dilema estaba planteado, reducir la capacidad de respuesta militar inmediata del enemigo, o convertir a la causa a los enemigos como forma de asegurar un triunfo quizás no inmediato pero sí más duradero. En la práctica es difícil evaluar el resultado pedagógico de la decisión de Belgrano, pero no quedan dudas que muchos de los que se juramentaron rompieron su palabra y tomaron las armas en contra de la revolución en la primera oportunidad que tuvieron, la batalla de Vilcapugio. Los traspies en el Alto Perú durante 1813 y el nuevo retroceso del Ejército Auxiliar marcaron el final de la experiencia de Belgrano al mando de esta fuerza y le abrió las puertas a las llegadas, primero de José de San Martín, y de José Rondeau después.

²⁰ MOREA, «De militares a políticos. Los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú y la carrera de la revolución, 1816-1831».

²¹ Ibid.

²² DI MEGLIO, Gabriel, *Manuel Dorrego. Vida y muerte de un líder popular*. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

La tercera campaña: De la resistencia a Alvear al desastre de Sipe-Sipe

Con José Rondeau al mando del Ejército Auxiliar del Perú es cuando formalmente se da inicio a lo que se va a conocer como la tercera campaña sobre el Alto Perú. José de San Martín solo estuvo nueve meses en esta fuerza en los que principalmente se abocó a recomponer su capacidad operativa y mejorar su organización militar. Las razones de su alojamiento parecen haber sido varias. Entre ellas que no consideraba que seguir yendo por el camino de Potosí fuera la mejor forma de derrotar a los españoles y en parte porque creía que mientras él estuviera al mando de esa fuerza, el gobierno se olvidaría de ella. Para esa altura San Martín se había alejado de Carlos María de Alvear, otro militar con el que compartía su pertenencia a la Logia Lautaro y que se había hecho con el control del Gobierno y de la misma Logia.²³ Como en 1812, la preocupación del gobierno era Montevideo, pero en lugar de designar a San Martín, un militar de carrera, que venía de conformar un regimiento entrenado en la táctica moderna y de obtener una victoria en el combate de San Lorenzo, el gobierno optó por otros oficiales para el sitio destinándolo a él, como ya dijimos, a un ejército derrotado. Por esa razón, San Martín pidió ser reemplazado y designado como Gobernador Intendente de Cuyo, porque además empezaba a pensar que el éxito militar estaba cruzando la cordillera.

Quien asumió el mando fue el brigadier José Rondeau, que también vio esta designación como un castigo, no tanto por el Ejército Auxiliar del Perú en sí mismo, sino porque creía que este nuevo comando lo había privado de obtener el rédito de haber sido el oficial que había logrado doblegar a Montevideo. Rondeau había estado a cargo del ejército sitiador hasta semanas antes de la rendición de la plaza, y según este oficial, su reemplazo por Carlos María de Alvear buscaba que este militar se llevara la gloria militar. Esta situación generó problemas importante dentro del Ejército Auxiliar en el muy corto plazo. La designación del comandante en

²³ LYNCH, John, *San Martín. Soldado argentino. Héroe americano*. Barcelona: Crítica, 2009.

jefe de esta fuerza siempre fue un tema delicado para el proceso revolucionario y tuvo su momento más complejo en 1814. Porque si el rumbo político de la revolución, y los climas de época tuvieron repercusión en esta decisión, y además provocó divisiones dentro de la oficialidad, en ese año se agregan las tensiones que generaron las ambiciones políticas personales.

La derrota de las fuerzas de Montevideo fue una buena noticia para el Ejército Auxiliar del Perú, ya que significó que el gobierno volvió a pensar en la necesidad y en la urgencia de reforzar a esa fuerza militar con armas, hombres y dineros para volver a intentar ocupar el Alto Perú. Pero lo que era bueno para el ejército no necesariamente lo era para su general. La llegada de nuevos regimientos vino acompañada con la orden de reemplazo del general en jefe del Ejército Auxiliar. La intención del gobierno era que el general Alvear asumiera el mando de esta fuerza, por lo que tendría que desplazar por segunda vez a Rondeau en el comando de un ejército en menos de un año. Es que una vez derrotado Montevideo el objetivo era poner todos los esfuerzos en este ejército y destinar los mejores hombres, y por eso Alvear parecía la figura indicada. Pero para este oficial además significaba la posibilidad de confirmar su ascenso como militar dentro del proceso revolucionario y sobre todo, de ser exitosa la campaña al Alto Perú, de consolidar su control sobre la Logia, la Asamblea y convertirse en la principal figura de la revolución.

El problema para Alvear se suscitó cuando los oficiales del Ejército Auxiliar se amotinaron y le pidieron a Rondeau que resistiera su reemplazo, quien a su vez no hizo nada para que se cumpliera la orden del gobierno. La actitud de los oficiales hizo desistir a Alvear de seguir su marcha a tomar el mando de esta fuerza ante este el rechazo a su presencia y decidió retornar a Buenos Aires. Si Alvear no pudo cumplir su cometido, esto no supuso en un primer momento un traspie para sus ambiciones políticas porque a su regreso a Buenos Aires fue elegido Director Supremo en reemplazo de Gervasio Posadas. ¿Pero por qué se amotinaron los oficiales en contra de Alvear? Este conflicto ha sido revisitado varias veces por la historiografía y las explicaciones han

girado en torno a diferentes cuestiones.²⁴ La llegada de Alvear vino precedida por el arribo de oficiales partidarios de su figura y que apostaban por un estilo de conducción diferente. Esto ponía en peligro la posición que tenían algunos hombres dentro de la estructura del ejército ya que se aventuraba que Alvear iba a preferir a aquellos por sobre los que ya eran parte de esta fuerza para la conducción de los regimientos o para la conformación del Estado Mayor. Asimismo, José Rondeau en sus meses al frente de esta fuerza había hecho gala de una conducción más bien laxa y muy relajada en las cuestiones disciplinarias. La llegada de Alvear podría llegar a poner en riesgo también este estilo de conducción más cómodo para los oficiales. Por su parte, Rondeau también se vio beneficiado con el accionar de sus hombres. El amotinamiento de sus subordinados le permitió mantenerse al frente del Ejército Auxiliar del Perú, pero también construir una carrera política gracias a esta resistencia a Alvear no mucho tiempo después. Los hombres que se amotinaron para defender su accionar utilizaron como argumento los rumores que corrían en el Río de la Plata de un posible entendimiento del gobierno con Inglaterra y con España que significaría el fin de la revolución y sobre todo de los deseos del grupo liderado por Alvear de conformar una monarquía en las Provincias Unidas del Río de la Plata, a tono con el clima conservador de Europa y la restauración monárquica que estaba teniendo en ese continente. Como en 1811 o en 1812, la cuestión de si el nuevo país debía ser una monarquía o una república se hizo presente. Haya sido por la defensa de intereses personales o por la defensa de un determinado sistema de ideas, o una combinatoria de ambas, la cuestión es que los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú pusieron un primer freno a las ambiciones de Alvear.

Con el correr de los meses, esta actitud desafiante le permitió a Rondeau capitalizar aún más el amotinamiento. El descontento contra la conducción autoritaria de Alvear se hizo patente en Fontezuelas, donde la fuerza militar a cargo del coronel Álvarez Thomas, que marchaba a Santa Fe para hacer frente a

²⁴ MOREA, Alejandro, "El Ejército Auxiliar del Perú durante la conducción de José Rondeau (1814-1816): Intereses personales, conflictos políticos y necesidades de Estado", *Revista de Estudios Marítimos y Sociales* 7 (2016).

Artigas y sus partidarios, se amotinó en contra de las órdenes del gobierno y exigió la renuncia de Alvear y la disolución de la Asamblea. Sin fuerza y sin los apoyos necesarios Alvear renunció y se exilió. Tras su marcha se conformó una Junta conservadora de gobierno que designó al general Rondeau, general en jefe del Ejército Auxiliar del Perú, nuevo Director Supremo de las Provincias Unidas. Este oficial, que parecía condenado a representar papeles secundarios dentro de la revolución tras su separación del mando del ejército sitiador de Montevideo, se convirtió en el jefe del gobierno poco tiempo después y la resistencia de sus hombres a Alvear y su proyecto monárquico en 1814 tuvo mucho que ver en esta situación.²⁵ Rondeau aceptó el cargo pero no lo asumió ya que prefirió seguir al mando del Ejército Auxiliar del Perú que estaba por abrir campaña y en su lugar asumió el coronel Ignacio Álvarez Thomas en carácter de interino.

Los conflictos dentro del Ejército Auxiliar del Perú no terminaron cuando finalizó el gobierno de Alvear. Si antes de su renuncia el diálogo con el gobierno había estado cortado y la preparación de la campaña se había sustentado únicamente en los recursos locales de las provincias del Interior, esto no varió después de su salida. En 1815 las Provincias Unidas del Río de la Plata estaban más desunidas que nunca y la autoridad en Buenos Aires, además de ser provisoria no era reconocida por todos los espacios que conformaban esta unidad política. Por esta razón el general en jefe del Ejército Auxiliar tuvo muchas dificultades para equipar a sus hombres. No obstante, en 1815 comenzó formalmente la tercera expedición hacia el Alto Perú que tuvo un saldo muy negativo para el proceso revolucionario. Si hacia afuera el amotinamiento contra Alvear le sirvió a Rondeau para posicionarse como una figura importante de la revolución, hacia adentro debilitó su autoridad. La disciplina en general se relajó mucho en comparación a momentos previos y los oficiales

²⁵ AYROLO, Valentina, LANTERI, Ana Laura y MOREA, Alejandro. "Repensado la "Carrera de la Revolución". Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina. 1806-1861)", *Estudios Históricos – CDHRP*, n.º 7 (2011).

desafiaban las órdenes de su comandante y disputaban entre sí sobre el mejor rumbo a tomar o cómo se debía enfrentar al enemigo.²⁶ Esta falta de una conducción fuerte terminó haciéndose evidente en la batalla de Sipe-Sipe que marcó el final de esta tercera expedición. La derrota fue total y los problemas internos del ejército y la ausencia de un liderazgo fuerte fue muy notoria en el campo de batalla. Luego de esto, los restos del Ejército Auxiliar del Perú abandonaron el Alto Perú por tercera vez y se dirigieron, primero a Jujuy para terminar en San Miguel de Tucumán en 1816.

El Congreso de Tucumán y el cambio de escenario del Ejército Auxiliar del Perú

La salida de Carlos María de Alvear del gobierno de las Provincias Unidas fue producto de la resistencia que encontraba su autoridad por el rumbo que le quería imprimir a la revolución. Al enfrentamiento con el Proyecto de los Pueblos Libres liderado por Artigas se podía sumar el malestar en la ciudad de Buenos Aires donde había surgido también una oposición federalista pero también en otros espacios. Córdoba había declarado la Independencia de la autoridad de Buenos Aires aunque se reconocía como parte de las Provincias Unidas, y tendencias autonomistas y federalistas habían comenzado a aparecer en Santiago del Estero, La Rioja, Jujuy, Salta. La salida de Alvear no puso fin a esta clima de ebullición, todo lo contrario. La convocatoria a un nuevo Congreso general, esta vez en San Miguel de Tucumán, tenía como objetivo principal propiciar un nuevo entendimiento entre los distintos espacios, fortalecer la autoridad y sostener al proceso revolucionario en un contexto internacional muy adverso.²⁷

²⁶ Morea, «El Ejército Auxiliar del Perú durante la conducción de José Rondeau (1814-1816): Intereses personales, conflictos políticos y necesidades de Estado».

²⁷ HERRERO, Fabián, *Federalistas de Buenos Aires 1810-1820. Sobre los orígenes de la política revolucionaria* Buenos Aires: Ediciones de la UNLu, 2009; HERRERO, *Movimientos de Pueblo. La política en Buenos Aires luego de 1810.*; AYROLO, Valentina, "Las formas del poder local en épocas de transición política. La Rioja, 1812-1816", en *História, Regiões e Fronteiras. Santa Maria* RGS, ed. Maria Medianeira Padoin Padoin (Brasil: Editora

Los congresales tenían por delante tres objetivos muy concretos que además requerían una resolución inmediata: elegir una nueva autoridad para las Provincias Unidas, declarar la Independencia y decidir la mejor forma de continuar con la guerra, además debían comenzar a discutir la forma de gobierno y la sanción de un texto constitucional.²⁸ La resolución de los primeros objetivos va a tener una repercusión directa muy importante en el futuro del Ejército Auxiliar del Perú y esta fuerza terminará revelándose como una pieza central para el éxito de las medidas adoptadas.²⁹ Dentro del cuerpo legislativo existía mucho más consenso sobre la necesidad de declarar la Independencia que sobre los otros temas de la agenda.³⁰ La forma de gobierno que debía adoptar la nueva unidad política era un tema que despertaba rispideces y la elección de una nueva autoridad también.³¹ Sobre todo porque la decisión con respecto a una de estas cuestiones podía influir en la otra. Como dijimos, al momento de reunirse los diputados, los partidarios del autonomismo y del federalismo se hacían presentes en casi todos los espacios y el congreso estaba atravesado por las tensiones entre construir un gobierno fuertemente centralista o uno con una distribución del poder menos concentrada. Pero la disputa no era sola dentro del Congreso, sino también en los mismos gobiernos provinciales donde se experimentaron algunos intentos de cambiar las

FACOS-UFSM - Gráfica Pallotti, 2013), 199-216; TERNAVASIO, *Gobernar la Revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816*.

²⁸ TIO VALLEJO, Gabriela y NANNI, Facundo, "Una difícil centralidad. El clima político en Tucumán en tiempos del Congreso.", *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 16, n.º 1 (2016): 1-17.

²⁹ MOREA, Alejandro "El Ejército Auxiliar del Perú y la gobernabilidad del interior, 1816-1820", *ProHistoria*, Año XV, 18 (2012): 26-49; MOREA, Alejandro, «El Ejército Auxiliar del Perú y el Congreso de Tucumán: gobernabilidad y proyectos políticos en pugna», en *La Independencia en Tucumán, su historia y su celebración: lenguajes, prácticas políticas y actores de una ciudad en guerra.*, ed. ABALO, Esteban. San Miguel de Tucumán: Universidad del Norte Santo Tomás de Aquino, 2016.

³⁰ HALPERIN DOGHI, *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*.

³¹ VERDO, Genevieve, "En vísperas del Congreso. La construcción de una identidad política en las Provincias Unidas del Río de la Plata en los años 1815 y 1816", *Anuario del IHES* 21 (2006).

autoridades constituidas mientras sesionaba el Congreso.³² No era una decisión menor entonces la elección de quien debía ser el nuevo Director Supremo ya que debía intervenir en este tipo de situaciones.

Los partidarios del centralismo entonces pusieron su empeño en debilitar la candidatura de quien aparecía como el candidato del autonomismo y del federalismo, José Antonio Moldes, diputado por Salta, y además imponer a Juan Martín de Pueyrredón, diputado por San Luis, como nuevo Director. Por otro lado, mientras esto se resolvía, decidieron echar mano del Ejército Auxiliar del Perú para hacer frente a aquellos que buscaban cambiar por la fuerza a los gobiernos provinciales alineados con el centralismo y/o con la autoridad del Congreso como ocurrió en La Rioja.³³

El conflicto en La Rioja marcó el cambio en el espacio de actuación del Ejército Auxiliar del Perú. A partir de la reunión del Congreso de Tucumán, esta fuerza abandonó el Alto Perú definitivamente y comenzó a operar en el Interior de las Provincias Unidas. En esta decisión tuvo un peso importante el cambio en la estrategia militar decidido por Juan Martín de Pueyrredón una vez elegido Director Supremo. Tras reunirse con el general José de San Martín, el nuevo director optó por el plan ideado por el gobernador de Cuyo y darle prioridad a la conformación de un nuevo ejército en esa provincia que debía intentar cruzar la cordillera para derrotar a los españoles en Chile. El objetivo final debía ser buscar enfrentar a las tropas españolas en mismo corazón del Virreinato del Perú al que se accedería por mar. Esta estrategia implicaba abandonar el camino del Alto Perú y pasar a la construcción de un sistema defensivo en las provincias de Salta y Jujuy, y destinar al Ejército de Los Andes todos los recursos económicos y militares

³² MOREA, Alejandro, "El Congreso de Tucumán, el movimiento de pueblo de La Rioja y la intervención militar de Alejandro Heredia. ¿Escenas del enfrenamiento entre centralistas y federales en el Interior de las Provincias Unidas?", *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 16 (01) (2016): 1-18.

³³ MOREA, «El Ejército Auxiliar del Perú y la gobernabilidad del interior, 1816-1820»; MOREA, «El Congreso de Tucumán, el movimiento de pueblo de La Rioja y la intervención militar de Alejandro Heredia. ¿Escenas del enfrenamiento entre centralistas y federales en el Interior de las Provincias Unidas?»

disponibles.³⁴ En este nuevo esquema, el Ejército Auxiliar del Perú perdió el lugar que tenía de protagonista principal en la guerra contra las tropas del Rey, pero a diferencia de lo que muchas veces fue planteado por la historiografía, no permaneció inactivo.

La elección de Juan Martín de Pueyrredón como Director Supremo no puso fin a las disputas en el Interior de las Provincias Unidas por lo que en numerosas ocasiones, entre 1816 y 1819, esta fuerza militar tuvo que intervenir en distintos conflictos locales para sostener a las autoridades constituidas y alineadas con el gobierno central o para desnivelar la balanza en aquellos espacios donde las fuerzas entre los partidarios del centralismo y del autonomismo o federalismo eran equilibradas. Es así como partidas de este ejército intervinieron en Córdoba ante la amenaza que significaba para el gobierno de dicha provincia un grupo local partidario de Artigas y del federalismo que pretendía alinear a Córdoba dentro del Proyecto de los Pueblos Libres, o en Santiago del Estero, donde un grupo autonomista pretendía separar a esta jurisdicción de San Miguel de Tucumán capital de la provincia homónima. Pero también se enfrentaron a las fuerzas del gobernador de Santa Fe, cerca de la frontera entre esta provincia y la de Córdoba cuando estas tropas intentaban acercarse nuevamente a Córdoba al federalismo. A partir de 1816, El Ejército Auxiliar del Perú actuó como garante de la gobernabilidad en el interior de las Provincias Unidas y dejó el combate de las fuerzas realistas al Ejército de Los Andes y a las milicias de la provincia de Salta. Para esto se produjo el retorno de Manuel Belgrano al comando del Ejército Auxiliar del Perú con el objetivo de reconstruir la capacidad operativa de esta fuerza pero sobre todo buscando disciplinar al cuerpo de oficiales que venía actuando con un grado de autonomía muy grande con respecto al gobierno. Tras una depuración de la oficialidad partidaria de Rondeau, Belgrano logró alinear hasta 1819 a este ejército con los intereses del Directorio.

³⁴ RABINOVICH, Alejandro, "La máquina de guerra y el Estado: el Ejército de Los Andes tras la caída del Estado Central en el Río de la Plata en 1820", en *Las fuerzas de guerra en la construcción del Estado. América Latina, siglo XIX*, ed. GARAVAGLIA, Juan Carlos y ZIMMERMANN, Eduardo. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012, 205-40; MATA, Sara, "Salta y la guerra de Independencia en los Andes Meridionales", *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* 41 (2004): 223-45.

Esto, sin embargo, no significó que haya cambiado de objetivos. Desde 1810, esta fuerza actuó en función de los intereses del gobierno central, tratando de imponer su autoridad en los territorios que le tocaba intervenir. La dinámica misma de la guerra y de la política llevó a que en algunas ocasiones el espacio de actuación hayan sido los confines del viejo Virreinato del Río de la Plata, Salta o Jujuy o el Interior de las Provincias Unidas, y que sus adversarios hayan pasado de ser partidarios de la Regencia, a las Fuerzas del Rey de España luego del regreso de Fernando VII o los partidarios del federalismo y el autonomismo dentro de las Provincias Unidas. En todas estas ocasiones, el Ejército Auxiliar del Perú intentó subordinar las jurisdicciones donde le tocaba intervenir a la autoridad de las Provincias Unidas del Río de la Plata. En este sentido, lo ocurrido desde 1816 en adelante no parece ser muy diferente a lo ocurrido hasta 1815, pero claramente se contrapone con la mirada historiográfica más clásica y esencialista sobre los procesos independentistas que plateaba la preexistencia de la nación y resumía el conflicto revolucionario a un enfrentamiento entre patriotas y realistas en donde el control político interno como objetivo del Ejército Auxiliar del Perú no tenía lugar.

La intervención militar de esta fuerza en las disputas políticas en las Provincias Unidas, finalmente terminó impactando al interior del Ejército Auxiliar del Perú. Pero solo a fines de 1819, cuando el proyecto político liderado por Pueyrredón, de marcado corte centralista y monárquico, comenzó a perder fuerza en Buenos Aires pero también en el interior.³⁵ Hacia fines de ese año, y ante la resistencia que había generado la sanción de la Constitución, las negociaciones para coronar un príncipe europeo en el Río de la Plata y la pasividad del gobierno ante el avance portugués en la Banda Oriental, Pueyrredón renunció a su cargo de Director.³⁶ Poco tiempo después, Manuel Belgrano también dejaba la conducción del Ejército Auxiliar. En reemplazo de Pueyrredón asumió José Rondeau y Francisco Fernández de la

³⁵ MOREA, «El Ejército Auxiliar del Perú y la gobernabilidad del interior, 1816-1820».

³⁶ HALPERIN DONGHI, *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*.

Cruz quedó interinamente a cargo del Ejército Auxiliar del Perú. Fueron ellos los que padecieron la politización del cuerpo de oficiales de esta fuerza militar al compás de la descomposición política de las Provincias Unidas del Río de la Plata.

El Director Rondeau, para hacer frente a las fuerzas de José Artigas, Protector de los Pueblos Libres y de los gobernadores de Santa Fe, Estanislao López, y de Entre Ríos, Francisco Ramírez, convocó en auxilio del gobierno al Ejército de Los Andes y al Ejército Auxiliar del Perú.³⁷ El primero, a instancias de su general en jefe, desobedeció al gobierno y mantuvo sus objetivos militares de invadir el Perú, el segundo acató las órdenes pero nunca llegó a entrar en combate porque se amotinó en la posta santafesina de Arequito en enero de 1820.³⁸

Efectivamente, un grupo de oficiales, liderados por el mayor general del ejército, el coronel Juan Bautista Bustos, instigaron un motín dentro del Ejército Auxiliar del Perú mediante el cual pusieron presos al general en jefe y los oficiales que le eran leales. El motivo que esgrimieron los sublevados estaba vinculado a la situación política interna de las Provincias Unidas.³⁹ Según ellos, el ejército no debía intervenir en la lucha fratricida y debía retornar al norte, a su lugar natural, para enfrentar a las tropas del Rey tal cual era su objetivo originario. ¿Pero por qué en 1820 estos hombres reaccionaron diferente ante órdenes que no parecen estar muy lejos de las que cumplieron 1816 y 1819? Difícil saberlo. Lo que no hay dudas es que el contexto político era otro y así como el Directorio había recuperado autoridad luego de la elección de Pueyrredón y con él los proyectos centralistas y el orden y la subordinación al gobierno habían vuelto al Ejército Auxiliar del Perú bajo el mando de Belgrano, para 1820 esto ya no existe.

³⁷ RABINOVICH, "La maquina de guerra y el Estado: el Ejército de Los Andes tras la caída del Estado Central en el Río de la Plata en 1820"; BREAGONI, Beatriz, "Fragmentos de poder. Rebelión, política y fragmentación territorial en Cuyo (1820)", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana «Dr. Emilio Ravignani»*, Tercera Serie, 28 (2005): 39-64.

³⁸ SERRANO, Mario Arturo, *¿Por qué se sublevo el Ejército del Norte?* Buenos Aires: Círculo Militar, 1996.

³⁹ MOREA, Alejandro. "El Ejército Auxiliar del Perú y la gobernabilidad del interior, 1816-1820".

Entonces, la discusión política dentro del cuadro de oficiales, que nunca desapareció, se hizo evidente nuevamente tras la salida de Belgrano del ejército. Si muchos hombres creyeron en el retorno del Ejército Auxiliar del Perú a Salta para enfrentar a los realistas, lo cierto es que al llegar a Córdoba, el líder del amotinamiento se convirtió en el nuevo Gobernador de Córdoba y adoptó el federalismo como sistema político para esta jurisdicción y que el Ejército Auxiliar del Perú quedó acantonado ahí hasta desaparecer como tal.⁴⁰ Mientras tanto, las fuerzas del Directorio fueron derrotadas por las montoneras de Ramírez y López obligando a Rondeau a renunciar, al Congreso a disolverse y a Buenos Aires a transformarse en una provincia más en paridad con el resto de los espacios. La batalla de Cepeda de alguna manera puso fin al proceso revolucionario iniciado en 1810.

A modo de cierre

La formación de una junta de gobierno en Buenos Aires en mayo de 1810 devino rápidamente en guerra y para lograr hacer frente a este desafío las nuevas autoridades conformaron sendas fuerzas militares. Una de ellas, el Ejército Auxiliar del Perú, a la postre se convirtió en uno de los principales instrumentos bélicos con los cuales los diferentes gobiernos hicieron frente a sus adversarios políticos y militares tanto internos como externos. Por otro lado, el mismo inicio del proceso revolucionario puso al debate y a la discusión política en un lugar que no tenía en el período colonial. No es extraño entonces, que la politización haya alcanzado a los ejércitos o que en el marco de un proceso de cambio violento, como lo es una revolución, la política se haya militarizado. Sin embargo, muchas veces el análisis de lo ocurrido con el Ejército Auxiliar del Perú separó la actuación militar de este ejército del contexto político en el que tuvieron lugar esas acciones.

⁴⁰ AYROLO, Valentina, "Bustos, Caudillo del Federalismo", en *Historias de Caudillos Argentinos* (Argentina: Alfaguara, 1999); AYROLO, Valentina, "La construcción de un sistema político alternativo: Córdoba durante el gobierno de Juan Bautista Bustos, 1820, 1829", en *Actores, Representaciones e Imaginarios. Homenaje a Françoise- Xavier Guerra*, ed. PEIRE, Jaime. Buenos Aires: EDUNTREF, 2007.

Esta operación dificulta tener una mirada a largo plazo sobre lo que fue la actuación de esta fuerza durante la revolución y ha llevado a la historiografía analizar las derrotas militares sin tener en cuenta los contextos políticos que pueden haber influido en el desempeño militar o que a partir de 1816 el Ejército Auxiliar del Perú permaneció inactivo o que tuvo un rol secundario cuando podemos observar que no fue así. Si ya no ocupó un rol importante a la hora de combatir a las fuerzas del Rey siguió siendo una pieza clave en la estructura política del gobierno de las Provincias Unidas durante el Directorio de Pueyrredón.

Por otro lado, esto mismo ha dificultado pensar al Ejército Auxiliar del Perú como un actor político más dentro de la Provincias Unidas del Río de la Plata. La politización del cuerpo de oficiales en numerosas ocasiones generó problemas de disciplina al interior de esta fuerza, que se rompieran las cadenas de mando, pero también muchas de estas situaciones evidenciaron los límites que podían tener ciertas propuestas políticas, como la de la conformación de una monarquía. Además que en ciertas ocasiones, como en la resistencia a Alvear, el Ejército Auxiliar del Perú terminó actuando como un actor clave a la hora de sostener o desestabilizar una propuesta política o liderazgo determinado.

Finalmente, hemos planteado que el Ejército Auxiliar del Perú puede ser pensado como el ejército de la revolución, o al menos el que más se identifica con su derrotero, con sus distintos momentos y transformaciones. Nacido de una de las primeras medidas de la Primera Junta, el amotinamiento en Arequito y la resistencia de su cuerpo de oficiales a cumplir las órdenes del gobierno colaboraron con el fin del gobierno revolucionario pero también marcaron el inicio del fin de esta misma fuerza militar. Pero no solo eso, entre 1810 y 1820 este ejército estuvo estrechamente vinculado a los vaivenes del proceso revolucionario. Por esta razón su importancia dentro de la estrategia militar general podía variar en función de la evaluación que hiciera el gobierno del contexto político.

Sin embargo, en algunas ocasiones, el Ejército Auxiliar terminó demostrando su importancia para la revolución más allá de la evaluación general del gobierno como ocurrió en 1812,

cuando su general en jefe decidió desobedecer las órdenes recibidas y enfrentar a las tropas del Virrey del Perú en Tucumán obteniendo una victoria que puso a salvo a la revolución. Pero también terminó siendo su verdugo, el amotinamiento en Arequito redujo las posibilidades de éxito del gobierno central ante las montoneras del Litoral, pero no solo por eso. Su solo alejamiento de Tucumán habría permitido que ese interior que tanto trabajo había costado disciplinar, comenzara a convulsionarse nuevamente como en 1815-1816, aun antes de la batalla de Cepeda. Si no fue el ejército de la revolución, y quizás el legado independentista de la misma esté en manos del Ejército de Los Andes y su paso triunfal por Chile y Perú, sí es posible sostener que el Ejército Auxiliar del Perú parece haber sido la fuerza militar que más estrechamente estuvo ligada a los destinos de los distintos gobiernos de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Si su formación estuvo en el origen mismo de la Primer Junta, no resulta extraño que luego de continuos cortocircuitos, acercamientos y dificultades a lo largo de casi diez años de guerra y política, el final de ambos haya estado tan estrechamente vinculado.

IDENTIDADE INDÍGENA EM DISPUTA AS ALDEIAS DA PROVÍNCIA DE ANTIOQUIA DURANTE O PROCESSO A INDEPENDÊNCIA DE NOVA GRANADA¹

*Elizabeth Karina Salgado Hernández**

No início do século XIX a modernidade política abrangia um conjunto de múltiplas mutações nos campos das ideias, dos imaginários, dos valores e dos comportamentos. Essas mutações foram comuns para a área da cultura europeia, incluindo a Monarquia Hispânica, e se produziram paralelamente ao avanço e consolidação do absolutismo no século XVIII. Guiada pelo fenômeno da ilustração, a modernidade política fez do indivíduo e dos valores individualistas o novo sistema de referência político, cultural e social. Ela incorporou novidades: a soberania do povo como princípio irreversível de toda legitimidade, a existência de constituições como atas fundantes das sociedades, o sistema de transferência da soberania do povo para exercer autoridade no seu nome, a igualdade dos indivíduos e a ideia de nação como uma associação voluntária destes².

Uma recorrência na sociedade moderna foi a negação dos atores sociais que agiam como grupos. As sociedades do Antigo Regime europeu, às quais pertenciam as sociedades hispano-americanas, se pensavam como um conjunto de estamentos, corporações e comunidades políticas diversas; mesmo imbricadas, mas com seus deveres, seus direitos e seus privilégios, o que definia seu lugar e sua relação com os outros grupos sociais e o Estado colonial. Assim, o indivíduo era dificilmente considerado, pois eram os grupos (uma localidade, uma família, um grupo étnico) os

¹ O presente texto é produto da dissertação de mestrado da autora, aliás apresenta uma revisão com foco na questão indenitária do artigo: Indios, ciudadanía y tributo en la Independencia neogranadina. Antioquia (1810-1816). *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*. México D.F.-Medellín, 4, p. 26-43, 2014.

* Mestre em História pela UFRGS.

² GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992, p. 86-89.

referentes destas sociedades. Com o influxo da modernidade política, esses grupos com seus vínculos e valores foram considerados indignos para o homem e contrários à sua liberdade, porque eles não resultavam de uma eleição pessoal ou não eram livres para fixar as regras de sua pertença³.

Nessa dinâmica, a condição jurídica de índios tributários, considerados menores de idade e carentes de tutela e proteção, representava uma das contradições mais visíveis dos princípios da modernidade política, que tinham como pilares a igualdade e liberdade do indivíduo-cidadão. O objetivo deste texto é examinar as respostas dos índios aldeados da Província de Antioquia em relação a sua redefinição identitária durante o processo de Independência de Nova Granada, 1808-1830⁴. A pergunta pelos modos de agir das sociedades indígenas nos tempos das independências hispano-americanas está guiada pelo interesse por conhecer os impactos e as recepções desse grande processo nos aldeamentos pequenos e precários de uma província modesta, como era Antioquia, cuja população indígena representava aproximadamente o 5% de 46.000 habitantes⁵.

Índios e cidadãos

Conforme Andrés Guerrero, o lugar que os índios deviam ocupar na nova ordem política foi estabelecido num corpo jurídico de “administração étnica” (circulares, decretos, leis e

³ GUERRA, 1992, p. 89-91.

⁴ A transição política da independência do vice-reino de Nova Granada abrange o recorte temporal 1808-1830, o que significa um processo com vários momentos: a crise da Monarquia Hispânica (1808-1810), a Primeira República Neogranadina (1810-1815), a Reconquista Hispânica (1815-1819) e a conformação e a desintegração da Grã Colômbia (1819-1830). Essa temporalidade deve ser entendida mais como marco de referência do que como um período estrito de estudo. A própria dinâmica do mundo indígena e sua relação com a sociedade hispano-crioula leva, necessariamente, a remontar-se aos últimos anos do período colonial e a ir além de 1830.

⁵ Antioquia era uma das onze províncias da Audiência de Santa Fé capital do vice-reino de Nova Granada. Nessa província haviam oito aldeias indígenas: San Antonio de Buritica, San Pedro de Sabanalarga, Nuestra Señora de Sopetrán, San Carlos de Cañasgordas, San Antonio de Pereira, Nuestra Señora de la Purificación de Sabaletas, San Antonio del Peñol e Nuestra Señora de la Estrella.

regulamentos) que definia e instaurava a categoria de “indígena”, uma vez diferenciada e reconhecida, lhe especificava direitos, obrigações, autoridades e terras⁶. A igualdade jurídica, a liberdade de tributos, a distribuição de territórios coletivos, e os mecanismos assimilacionistas através da educação e o trabalho, foram instituídos em diferentes lugares da América Hispânica: num decreto pela Junta Provincial Governativa de Salta em 1811, no projeto de constituição das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1813, na Constituição Federal da Venezuela de 1811 e numa ordem da Deputação Provincial de Jalisco em 1814⁷. Como afirma Silvia Ratto, nem os objetivos, nem os efeitos foram iguais nos diferentes territórios hispânicos, onde também existiam grupos indígenas soberanos⁸.

Um precedente de suma importância foi a ordem de isenção geral de tributos para os índios e as castas do império espanhol, ditada pelas Cortes de Cádiz no decreto de 13 de março de 1811. Segundo O’Phelan, a abolição dessa contribuição obrigatória evidenciava vontade dos delegados de Cádiz de incluir reivindicações conseguidas com antecedência na América Espanhola e que foram ratificadas pela metrópole. No México, o vice-rei Venegas declarou a extinção temporária de tributos em outubro de 1810, influenciado pela rebelião do clérigo Miguel Hidalgo. Além disso, mesmo que no Peru a norma tenha entrado em vigor em setembro de 1811, desde 1809 o procurador e

⁶ GUERRERO, Andrés. *Administración de poblaciones, ventriloquía y trasnescritura. Análisis histórico: estudios teóricos*. Lima: IEP- Ecuador-FLACSO-Ecuador, 2010, p. 106.

⁷ CASTILLO, Jesús Luis. El estatuto jurídico de los indígenas en las constituciones hispanoamericanas del período de la emancipación. *Revista de estudios histórico-jurídicos*. Valparaíso, n.35, noviembre, p. 431-459, 2013; BIRRICHAGA, Diana. Una mirada comparativa de la desvinculación y desamortización de bienes municipales en México y España, 1812-1856. In: ESCOBAR, Antonio; FALCÓN, Romana; BUVE, Raymond (Coord.). *La arquitectura histórica del poder. Naciones, nacionalismo y estados en América Latina. Siglos XVIII, XIX y XX*. México D.F.: Centro de Estudios Históricos-Centro de Estudios y Documentación Latinoamericano, 2010, p. 147-148.

⁸ RATTO, Silvia ¿Revolución en las pampas? Diplomacia y malones entre los indígenas de pampa y Patagonia. In: FRADKIN, Raúl O. *¿Y el pueblo dónde está? Contribuciones para una historia popular de la revolución de independencia en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 221-223.

protetor geral dos índios tinha recomendado suprimir ou diminuir a carga tributária⁹.

No contexto político de produção de normativas jurídicas modernas em favor da questão da cidadania, em 18 de dezembro de 1811 o Supremo Poder Legislativo do Estado de Antioquia aprovou a “Superior Declaratória em favor dos índios tributários”, regulamento republicano destinado a administrar a questão indígena na província¹⁰. Também conhecida na época como “Lei de emancipação dos índios”, significou a manifestação regional dos projetos republicanos de conversão do estatuto jurídico do índio em cidadão. Desde setembro de 1810, a Junta Suprema de Santa Fe, na capital do vice-reino deu as mesmas prerrogativas para os índios que como cidadãos haviam-se igualado ao resto de seus compatriotas, o que também aconteceu com a Suprema Junta de Cartagena de Índias em maio de 1811¹¹.

O título de cidadão tinha um papel importante nos esforços dos grupos dirigentes por atrair amplas esferas da população aos projetos dos novos Estados. Ser cidadão estava associado a valores e qualidades como a igualdade, a participação política, a liberdade e o progresso econômico. Com esse título se tentava, retoricamente, que os novos movimentos políticos não ficassem reduzidos aos pequenos círculos de patriotas¹². Antonio Annino aponta que o cidadão de Cádiz foi o *vecino*, o antigo sujeito político das cidades ibéricas e americanas, carregado de indefinição formal sobre a propriedade, a idade, a notoriedade social e a chefia

⁹O’PHELAN, Scarlett. Los diputados peruanos en las Cortes de Cádiz y el debate sobre el tributo, la mita y la ciudadanía indígena. *Revista de Historia Iberoamericana*, Santiago de Chile, v.5, n.1, 2012, p. 99.

¹⁰Em 30 de agosto de 1810 criou-se em Antioquia a Junta Superior Provincial Governativa, ainda leal a Fernando VII.

¹¹MARTÍNEZ, Armando. *La agenda liberal temprana en la Nueva Granada (1800-1850)*. Bucaramanga: Universidad Industrial de Santander, 2006; TRIANA, Adolfo (Comp.). *Legislación indígena Nacional. Leyes, Decretos, Resoluciones, Jurisprudencia y Doctrina*. Bogotá: Editorial América Latina, 1980, p. 13-14.

¹²KÖNING, Hans-Joachim. Nacionalismo y nación en la historia iberoamericana. In: KÖNING, Hans-Joachim; PLATT, Tristan; LEWIS, Colin (Coords.). *Estado-nación, Comunidad Indígena, Industria. Tres debates al final del Milenio*. Ridderkerk: AHILA, 2000, p. 41.

da família. O status de *vecino* foi o que se estendeu aos índios, tornando as aldeias em fonte de novos direitos constitucionais¹³.

Com dezessete artigos a Superior Declaratória tentou desmontar em Antioquia a política indigenista que em termos gerais, incluía amparo judicial, evangelização, pagamento de tributo, posse de terras coletivas, isenção de impostos civis e eclesiásticos, reconhecimento das autoridades indígenas e a limitação à moradia em lugares determinados como as aldeias. O primeiro artigo da Superior Declaratória outorgou aos índios a categoria de cidadãos: “1. *Que los naturales con el nombre de indios queden elevados a la clase de ciudadanos mejorando su educación y existencia política*”. Com os demais artigos se ordenou abolir o tributo, eliminar a tutela permanente do advogado, dividir os territórios coletivos entre as famílias para exercer o livre mercado e o livre trabalho, suprimir os *cabildos* e *corregidores*, transformar as aldeias indígenas em paróquias sem restrições raciais, nomear *alcaldes pedáneos* (figura que tinha jurisdição sobre os povoados pequenos de livres) sem importar que fossem o ou não índios, permitir a ocupação de cargos políticos, eclesiásticos e militares por parte de indígenas, autorizar enlaces matrimoniais com castas, aprovar a recrutamento nas milícias, destinar terras não trabalhadas para a construção de escolas e pagar por serviços eclesiásticos (casamentos, enterros, dízimos, quota anual de primícias, novenos e salário dos padres)¹⁴.

É possível traçar uma linha de continuidade entre a política dos Bourbons de finais da Colônia e a política indigenista da Primeira República¹⁵. O que permite questionar o caráter “inédito” que os agentes políticos dos novos tempos imprimiam a

¹³ANNINO, Antonio. Ciudadanía “versus” gobernabilidad republicana en México. Los Orígenes de un dilema. In: SABATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México: FCE, p. 68-69.

¹⁴Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1812, Tomo 824, Doc.13004, f. 78r-79v. Uma análise detalhada, ponto por ponto desse documento se encontra em: SALGADO, Elizabeth Karina. *Identidade indígena e independência na província de Antioquia, Nova Granada, 1808-1830*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2015.

¹⁵GONZÁLEZ, Lina Marcela. *Indios y ciudadanos en Antioquia 1800-1850. Demografía y Sociedad*. Universidad Nacional Sede Medellín, Escuela de Historia: Colombia, 1993[Trabalho de Conclusão de Curso].

várias dessas disposições. Antes do processo independentista, o governador Francisco Silvestre, na *Relación de la Provincia de Antioquia* (1797), afirmava que tinha advertido ao supremo governo a importância de eximir aos índios do tributo, deixando-os com as mesmas cargas tributárias dos outros vassallos espanhóis, inclusive de dízimos, e de entregar a cada família uma propriedade. Com propósitos assimilacionistas e econômicos, Silvestre também se mostrou favorável à legalização dos enlaces matrimoniais de índios com castas, reconhecendo que isso desencadearia outros tipos de direitos sobre a terra que não eram possíveis com a posse coletiva. Referia-se às heranças, aos aluguéis e às vendas, todas elas vantajosas à Real Fazenda. Aliás, os casamentos mistos eram, segundo o governador, um mecanismo “*suave*” de mestiçagem biológica e cultural¹⁶.

Nas aldeias indígenas da província se conheciam notícias sobre o recente contexto político. As exigências burocráticas dos trâmites jurídicos e litígios iniciados por membros de algumas aldeias lhes levavam a entrar em contato com o protetor de índios, os escreventes e os escrivães, que com certeza informavam sobre o conturbado dos tempos. Mas, não somente nesses âmbitos de administração estatal podemos localizar a circulação das informações, elas seguramente transitavam de diversas formas, pelos caminhos que conectavam os *pueblos* e a capital provincial, nos mercados dos finais de semana, nas bagagens dos viajantes, no correio, na missa, e, enfim, nas próprias dinâmicas mestiças que envolviam as aldeias. Em síntese, os habitantes das aldeias não estavam isolados do contexto político que viviam.

A Superior Declaratória provocou uma rejeição massiva dos índios da aldeia Buriticá que, em janeiro de 1812, enviaram um memorial ao protetor dos índios expressando a insatisfação:

Los naturales del Pueblo de Buriticá, ante Vuestra Señoría con el debido respeto, parecemos diciendo: que resultándonos en nuestro concepto un gravamen con la libertad que se nos ha declarado, suplicamos a Vuestra

¹⁶SILVESTRE, Francisco. *Relación de la provincial de Antioquia. Transcripción, introducción y notas de David J. Robinson*. Medellín: Gobernación de Antioquia, 2011, p. 229, 262.

Señoría que con el mayor rendimiento sea elevada a la soberanía la solicitud nuestra, sobre que se revoque la sanción de libertad, y se nos deje en nuestro antiguo estado de indios, pues en el ofrecemos ejercer todas las funciones de ciudadanos y patriotas, no rehusando ninguna expedición que se proyecte, pues para ser útiles en este caso, nos prestamos voluntarios a sufrir la disciplina militar, pues para su instrucción pedimos a cabo, que nos enseñe el manejo de armas. Así, Nuestra Señoría, que nuestra solicitud no es dirigida a negarnos al servicio de nuestra Patria, por la cual y defender sus derechos ofrecemos perder la vida, si no es por mantener algunas exenciones a nuestro entender útiles según nuestra pobreza. Esperamos sea atendido nuestro pedimento y cual sea la determinación del soberano cuerpo estamos prontos a obedecer la sumisión¹⁷.

As dezoito linhas do memorial contrastam com as três páginas com quase oitenta assinaturas apoiando o documento, cifra não desprezível, pois, em 1808 foram identificados 729 índios em Buriticá. Na aldeia de El Peñol, que tinha uma população maioritariamente indígena e calculada em 822 habitantes¹⁸, um grupo de duzentos índios também se pronunciou contra:

Señor protector fiscal. Los naturales del pueblo de Señor San Antonio del Peñol con nuestro más humilde rendimiento parecemos y decimos que: el día primero de enero del presente año se nos hizo saber en nuestro pueblo una superior orden librada por la Suprema Junta de esa ciudad de Antioquia en la que se digna de declararnos libres de la pensión de reales tributos y en la misma conformidad nuestras personas, condenándonos como tales en todos los derechos y pechos de iglesia de casamientos, entierros, bautismos y más obvencción. Cuya superior providencia

¹⁷Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1812, Tomo 822, Doc.12965, f. 31r.

¹⁸ Sobre a população das aldeias da Província na véspera da Independência, ver: ÁLVAREZ, Víctor Manuel (Ed.). *La relación de Antioquia en 1808*. Medellín: Expedición Antioquia 2013, 2008.

obedecemos con nuestro mayor rendimiento en pie y destocados como humildes vasallos de nuestro soberano, y protestamos servirle a Su Majestad y pagarle sus tributos con toda lealtad como estábamos pagándole desde nuestro antiguo tiempo [...] Por todo lo cual y con nuestro acostumbrado rendimiento, ocurrimos a la paternal benignidad de Vuestra Señoría, como padre de este desvalido pueblo, para que interponiendo su valimiento y representando a la soberanía nuestra miseria se digne revocar la sanción de la libertad para continuar en el antiguo estado de indios, que mediante su representación y mucha caridad con que siempre nos ha protegido esperamos conseguir la revocatoria de libertad¹⁹.

A imagem dos índios pobres e miseráveis foi instrumentalizada para responder a essa abrupta mudança. A ideia de persistir sob uma categoria de identificação diferenciada, que possuíam de tempo antigo, parece ser o que mais lhes preocupava. Como se pode observar, a categoria de “índio” estava carregada de significados e valores sociais e a luta por preservá-la dentro do sistema de classificação, que se tornava oficial, estava diretamente relacionada com a preservação de um lugar na nova ordem social. Fazer reconhecer e admitir isso dependia em grande medida da aptidão e da atitude das comunidades para se mobilizar ao redor da palavra e assim preservar um nome, uma categoria que tinha significados materiais e simbólicos²⁰.

Os esforços dessas populações por conservar a categoria identitária de “índios”, nos remetem ao conceito de “*pacto colonial*”, proposto por Tristan Platt. Para este autor, o sistema de tributação serviu como um elemento de pacto entre os grupos étnicos e a coroa espanhola, pois o pagamento do tributo garantia os direitos dessas populações de preservar suas terras como organizações

¹⁹ Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Indios, 1812, Tomo 27, Doc.857, f. 424r.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 445.

corporativas com uma margem, limitada, mas também real, de autonomia²¹.

Porém, na mesma aldeia, em El Peñol não apenas se escutaram vozes para a continuidade do Antigo Regime. Também acompanhava o memorial outra lista com os nomes de quase cinquenta índios e uma introdução: “*Esta de los naturales de este Pueblo de El Peñol que han dicho y expuesto quieren ser libres, y no tributarios*”²². Observamos que a questão econômica também foi colocada como pedra angular da resposta, neste último caso não renunciaram a ser índios para se auto reconhecer cidadãos, eles renunciam à categoria de tributário para se reconhecer como livres de tributo. Desse segundo grupo de signatários não se tem um escrito justificando sua escolha, somente aparece a lista com os nomes.

Pode postular-se que em El Peñol as diferenças internas tiveram mais força do que a urgência de uma coesão política. Essas sociedades indígenas, como outras, não eram homogêneas, internamente seus membros se diferenciavam atendendo a variáveis relacionadas com idade, a riqueza, o exercício do poder, os privilégios, o governo local, a legitimidade das lideranças, as facções familiares, as discordâncias de longo tempo, os conflitos internos, as simpatias políticas, o prestígio, o mundo dos negócios, as proximidades com autoridades civis e eclesiásticas que não eram indígenas, etc. Esses aspectos talvez ajudem a compreender as respostas distintas no interior das aldeias nessa conjuntura política.

Outras explicações sobre essas diferentes respostas podem ser elaboradas com a análise da história da vida aldeada. Maria Regina Celestino de Almeida argumenta que a formação e a manutenção das populações aldeadas foi um processo de vários séculos de recriação e ressignificação de valores, tradições, culturas, histórias e identidades. O processo foi motivado pelas necessidades vivenciadas na experiência cotidiana do aldeamento e do relacionamento com outros grupos do entorno colonial. Assim surgiu o amplo e genérico grupo que conhecemos como índios aldeados, índios coloniais. Ser índio de uma aldeia específica era

²¹ PLATT, Tristan. Liberalismo y etnocidio en los Andes del sur. *Autodeterminación*, La Paz, n. 9, diciembre, 1991, p.10.

²² Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Indios, 1812, Tomo 27, Doc.857, f. 429r.

uma forma de identificação que os grupos étnicos assumiram e que definia seu lugar social nessa rígida hierarquia do mundo colonial. Isto lhes garantia obrigações e direitos, dos que eles também se beneficiavam em momentos determinados²³.

As autoridades que tinham jurisdição sobre as aldeias contestaram para Buriticá que não era procedente a solicitação. No caso de El Peñol ordenaram fazer uma nova identificação dos índios que queriam ser livres e aqueles que queriam ser tributários, depois mandaram respetivamente “[a unos] pagar puntualmente los tributos y los otros derechos parroquiales”²⁴. Nesses primeiros anos, a cidadania, entendida como a igualdade formal, se interpretou mais como um assunto fiscal negociável do que uma imposição. Na prática isso também se tornou visível em mais duas situações: 1. Numa decisão do Tribunal de Contas sobre o processo de encerramento do contrato do cobrador de tributos da aldeia de Sabaletas, Dom José Nicolás Suárez. 2. Num litígio que contra os índios de Buriticá e Sopetrán iniciou Dom Gregorio Robledo para cobrar as dívidas que, por diretos eclesiásticos, tinham adquirido as duas aldeias indígenas com seu finado tio durante nos anos da Primeira República:

A este tribunal le parece fundada la vista del señor fiscal, para que los indios de Sabaletas solo paguen el tributo hasta el veinte y dos de diciembre del años anterior en que se extinguió esta pensión por la Muy Ilustre Junta, entendiéndose esto, si están conformes con la ley a favor de esta clase, haciéndoles ciudadanos con las obligaciones de tales, y así lo podrá Vuestra Excelencia determinar declarando libre al arrendatario Don José Nicolás Suárez²⁵.

Con este motivo los que abrazaron esta libertad, porque muchos de ellos se negaron como fieles al soberano, continuaron aquellos en la infidelidad de no pagar el tributo

²³ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios Aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, n. 12, dezembro, 2001, p. 51-53.

²⁴Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Indios, 1812, Tomo 27, Doc. 857, f.430- 431v.

²⁵Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Tributos, 1812, Tomo 695, Doc.11170, f. 218r-218v.

sujetándose a la ley de contribuir a sus respectivos curas los derechos eclesiásticos[...]han resistido satisfacer sus adeudos a que legítimamente se obligaron en fuerza de la libertad que indebidamente gozaron²⁶.

É razoável apontar que em Antioquia não houve uma unanimidade realista ou patriota por parte das populações indígenas, e, sim, houve uma tendência a preservar um *status quo* e buscar benefício do novo contexto político. Se retomarmos a proposta de John Monteiro, de ver para além do binômio clássico entre um índio resistente e um índio colaborador, é possível compreender que as populações das aldeias elaboraram respostas estratégicas e criativas perante a o processo de independência²⁷.

As respostas frente ao decreto *gaditano* e sua incorporação nas legislações locais foram diversas no continente americano. O’Phelan, observou vários casos no Peru, no Norte, em Lambayeque, onde os índios tributavam e pagavam dízimos desde 1720, se manifestaram a favor de eliminar o tributo e continuar com o pagamento dos dízimos, ficando mais próximos dos espanhóis e aliviando as cargas econômicas. Em Piura, embora pagando dízimos, as populações optaram por não quebrar o pacto régio tributo-terras, e insistiram para pagar o tributo. No sul andino –Arequipa, Cuzco e o Alto Peru– também se insistiu para continuar tributando, mas nesses lugares os índios não pagavam o imposto eclesiástico, e sua atitude de se manter como tributários possivelmente é explicada pelo conhecimento que já tinham desse sistema que, aliás, não suprimia a autoridade do cacique²⁸.

Jairo Gutiérrez, que estudou os índios de Pasto, no Sul da Colombia, observou a ambivalência do regime colonial, que permitiu e executou abusos às comunidades étnicas e dispôs de um aparato legal e burocrático que lhes permitiu viver com as

²⁶Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1816, Tomo 836, Doc.13248, f.192r.

²⁷MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. In: Adauto Novais (Org.) *A outra margem do Occidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 239.

²⁸O’PHELAN GODOY, 2012, p. 99.

vantagens das aldeias. Nessa região as comunidades se enfrentaram e armaram contra os exércitos republicanos e as elites locais na defesa de um modo de vida que garantia seus mecanismos de produção e reprodução material e simbólica. A esse modo de vida as comunidades índias se adaptaram com muitos sacrifícios e dificuldades ao longo do período colonial. Por isso, as pretensões republicanas de torná-los cidadãos foram interpretadas em alguns casos como a mais agressiva tentativa de despojá-los definitivamente de sua entidade e identidade comunal²⁹.

Índios e indígenas, naturales e vecinos, pueblos e parroquias

Os índios foram um dos setores populares que aproveitaram a conjuntura da Reconquista Hispânica (1815-1819) e recomposição de poderes para fazerem pedidos em relação a sua antiga condição, por isso apresentaram requerimentos para continuar pagando o tributo, ter de volta os protetores de índios, recuperar os territórios coletivos perdidos e nomear *cabildos* indígenas. Sobre esses eixos fundamentais de articulação da identidade étnica, tecida em dos séculos de vida aldeada, a elite independentista provincial produziu os principais mecanismos para iniciar as mudanças políticas.

Após o processo das guerras de independência e novamente a expansão do domínio republicano, foi retomada a política indigenista que uma década atrás tinham começado as juntas provinciais. Dessa vez, uma complexa série de normativa foi criada desde um Estado centralizado com o objetivo de homogeneizar juridicamente uma grande diversidade de populações indígenas que habitavam a vastíssima unidade administrativa que era a Grã Colômbia (1819-1830)³⁰. Como

²⁹ GUTIÉRREZ, Jáiro. *Los indios de Pasto contra la República (1809-1824)*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2007, p. 201.

³⁰ O Decreto de 5 de julho de 1820 autorizou a recuperação dos territórios coletivos que tinham sido usurpados a indígenas e aprovou a sua divisão nas famílias que os habitavam; a Constituição de julho de 1821 reafirmou a liquidação dos *resguardos* indígenas, eliminou o tributo e declarou os indígenas como cidadãos, com igualdade de direitos e com a obrigação de pagar todos os impostos, sem isenção; a Lei de 11 de outubro de 1821 ratificou a cidadania, a extinção dos tributos e do *cabildo*, aliás, regulamentou a distribuição

observou Denys Cuche, a ideologia nacional tende a excluir as diferenças culturais:

Com a edificação dos Estados-Nações modernos, a identidade tornou-se um assunto de Estado. O Estado torna-se o gerente da identidade para a qual ele instaura regulamentos e controles. A lógica do modelo do Estado-Nação o leva a ser cada vez mais rígido em matéria de identidade. O Estado moderno tende à monoidentificação³¹.

De acordo com Cuche, não é crível que, ante a ação homogeneizadora desse estado, que nega e desvaloriza as outras identidades, os grupos minoritários fiquem indiferentes. Para ele: “Todo o esforço das minorias consiste em se reapropriar dos meios, de definir sua identidade, segundo seus próprios critérios, e não apenas em se reapropriar de uma identidade, em muitos casos, concedida pelo grupo dominante”³².

Na província de Antioquia, nos últimos anos do período colonial e nas duas primeiras décadas do século XIX, os índios, os membros dos outros grupos sociais do entorno das aldeias e as autoridades não indígenas utilizavam frequentemente os termos *pueblo*, *resguardo* e *cabildo* como identificadores de lugar associados diretamente com esses grupos étnicos, enquanto usavam *indio*, *indio tributario* e *natural* para identificar os membros dessas comunidades. Após o estabelecimento do governo republicano, nos inqueritos civis, judiciais e administrativos relacionados com essas populações, a categoria *indígena* (promovida por Simón Bolívar) começou a coexistir de forma mais frequente com as anteriores, o

das propriedades corporativas; a Lei de 15 de outubro de 1828 restituiu o tributo indígena com o eufemismo de “contribuição pessoal” e estabeleceu outras isenções; a Lei de 6 de março de 1832 e Lei de 2 de junho de 1834 adicionaram normativas para regulamentar essas distribuições, o que em parte respondia aos constantes conflitos com a execução dessas medidas nos âmbitos locais. Ver: TRIANA, Adolfo (Comp.). *Legislación indígena Nacional. Leyes, Decretos, Resoluciones, Jurisprudencia y Doctrina*. Bogotá: Editorial América Latina, 1980.

³¹CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 188.

³²CUCHE, 2002, p. 190.

que também aconteceu com marcadores de lugar como *vecino* e *parroquia*.

Houve índios que utilizaram a ideia que se difundia da cidadania para indicar as contradições e os efeitos negativos do modelo liberal-republicano. Numa reclamação de 1834, um grupo de índios da ladeia El Peñol se manifestou contrário aos procedimentos das repartições de territórios de uso coletivo porque intensificavam a ingerência de livres: “*ahora que pensamos disfrutar de tranquilidad y gozar de aquel bello nombre de ciudadano nos vamos a ver atacados y despojados porque nuestra miseria así lo quiere*”. Por que não utilizar como tática retórica sua condição de cidadãos e a partir desse lugar reclamar? Apresentaram-se como: “*Los indígenas de la parroquia del Peñol, que suscribimos*”. Fazia catorze anos que a Lei 11 de outubro de 1821 os tinha “incorporado” na cidadania, e, pelo visto, se recusavam a auto identificar-se com aquela categoria. Em vez disso, pareciam interpretá-la ironicamente como uma tentativa frustrada, deslegitimavam, assim, um dos pilares do Estado moderno. Aliás, confirmando que conheciam a situação de outras (novas) *parroquias* manifestaram: “*No somos, señor gobernador, de peor condición que nuestros hermanos, los indígenas de la parroquia, antes nombrada pueblo de La Estrella*”³³.

As autoridades indígenas e os territórios coletivos eram fundamentais para a reprodução da comunidade étnica, disso eram cientes os índios e as elites *criollas*, que na mesma lei de 1821, ligaram o fim do *cabildo* com a divisão de propriedade comunal. Em 1837, insistindo teimosamente na vitalidade do governo indígena, um memorial que iniciava com a fórmula “*El Cabildo indígena y el vecindario del Pueblo de Buriticá*”³⁴, pedia a restituição das terras coletivas, do *resguardo*. É evidente a atribuição consuetudinária ao território e a autoridade como garantes de direitos coletivos.

Vemos que se incorporaram novos marcadores de lugar e de autoidentificação, continuaram com a afirmação da identidade indígena e omitiram a etiqueta de cidadão. É provável que a acolhida das novas categorias, *vecino* e *parroquia*, acontecesse porque

³³Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Baldíos, 1834, Tomo 2537, Doc.5, f. 70v.

³⁴Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Baldíos, 1837, Tomo 2537, Doc. 12, f. 201r.

elas continuavam a invocar a filiação a uma coletividade, uma corporação, uma “comunidade”. A etnicidade está sempre sujeita a redefinição e recomposição³⁵, é nesse sentido que se afirma que as identidades não saem do nada e são sempre negociadas. Como explica João Pacheco de Oliveira, a etnicidade supõe uma trajetória e uma origem “O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade”³⁶.

Durante o processo de independência, embora as sociedades indígenas de Antioquia tivessem uma posição periférica com respeito aos núcleos de decisões políticas provinciais, não se pode pensá-las como imóveis e isoladas e sem propostas sobre seu futuro, pois certamente elas não eram realidades estáticas. Pensar nessas populações como objetos passivos impede a observação da complexidade de seus comportamentos. Para Raul Mandrini, o mundo indígena não foi um receptor indiferente de políticas e iniciativas externas, ele teve a capacidade de elaborar respostas e gerar ações³⁷.

Considerações finais

Mesmo que fossem comunidades pequenas e com poucos habitantes, das aldeias saíram réplicas que enunciavam as incertezas, as discordâncias, os medos e as expectativas que lhes gerava o processo de independência em relação aos diferentes elementos que constituíam sua identidade étnica. O que permite propor que, nessas populações brotaram debates altamente

³⁵POUTIGNAT, P.; STREIFF-Fenart J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 142.

³⁶OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 64.

³⁷MADRINI, Raul J. Hacer historia indígena: el desafío de los historiadores. MANDRINI, Raúl; PAZ, Carlos (Comp.) *Las fronteras Hispanocriollas del mundo indígena latino-americano en los siglos XVIII-XIX*. Un Estudio comparativo. Tandil/ Neuquén/ Bahía Blanca: IEHS / CEHIR / UNSur, 2003, p. 24.

politizados, que evidenciaram as percepções desses sujeitos sobre o momento histórico que viviam.

Evidenciam-se diversas formas de reagir e pensar indígena frente à transição política. Esse universo indígena em meio à instabilidade política, longe de apresentar um comportamento unificado, monolítico e paralisado no passado, se fragmentou entre preservar seus benefícios e privilégios coloniais, obter novas oportunidades introduzidas pelo Estado republicano e, até, tentar a conjugação de ambos os modelos.

Nas primeiras décadas do século XIX os elementos de coesão da identidade comunitária foram espaços de resistência, imposição, negociação e adaptação política entre as populações indígenas e as elites independentistas. As respostas indígenas em relação à condição de índios tributários e de cidadãos contradizem os propósitos dessas elites de aplicar automaticamente as decisões que se apresentavam como imutáveis. Nas aldeias seus habitantes decidiram por escolher seletivamente alguns marcadores identitários que refletiam o novo momento político que viviam.

Fontes documentais citadas

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Baldíos, 1834, Tomo 2537, Doc.5, f. 70v.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Baldíos, 1837, Tomo 2537, Doc. 12, f. 201r.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1812, Tomo 824, Doc.13004, f. 78r-79v.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1812, Tomo 822, Doc.12965, f. 31r.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Independencia, 1816, Tomo 836, Doc.13248, f.192r.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Indios, 1812, Tomo 27, Doc.857, f. 424r, 429r, 430- 431v.

Archivo Histórico de Antioquia. Fondo Tributos, 1812, Tomo 695, Doc.11170, f. 218r-218v.

ÁLVAREZ, Víctor Manuel (Ed.). *La relación de Antioquia en 1808*. Medellín: Expedición Antioquia 2013, 2008.

SILVESTRE, Francisco. *Relación de la provincial de Antioquia. Transcripción, introducción y notas de David J. Robinson*. Medellín: Gobernación de Antioquia, 2011.

FRONTEIRAS E PROCESSOS DE TERRITORIALIDADE: OS GUARANIS ENTRE A COLONIZAÇÃO E O ESTADO NACIONAL (SÉC. XVIII-XIX)

*Max Roberto Pereira Ribeiro**

*Luís Augusto Farinatti***

Os historiadores que se dedicam a estudar os tempos coloniais e o século XIX do estado do Rio Grande do Sul têm reiteradamente destacado a questão da fronteira. Por vezes, fronteira como frente de expansão territorial e política de uma sociedade sobre outras ou, em algumas narrativas, sobre terras vazias. Em outros casos, fronteira como marco divisório político ou cultural entre os impérios coloniais ibéricos ou entre os estados emergentes no século XIX. De forma bastante acentuada, têm-se também mostrado a existência de uma ampla zona de fronteira, onde o contato e as relações recíprocas, bem como as semelhanças culturais, sociais e econômicas teriam sido tão ou mais importantes que o conflito.¹ No que se refere especificamente ao meado e

* Doutorando do PPGH-UNISINOS, Brasil. Bolsista CAPES PROSUP.

** Professor do PPGH e do Departamento de História da UFSM, Brasil. Doutor em História Social pela UFRJ.

¹ Entre outros, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas: OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, dissertação de mestrado, 1990. GUTFREIND, Ieda e REICHEL, Heloísa. *As Raízes Históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS 1996. NEUMANN, Eduardo. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. GOLIN, Tau. *Fronteira*. Vol.s. I e II. Porto Alegre: L&PM, 2002 (vol I) e 2004 (vol. II). PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira. Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viçamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: OIKOS, 2014. GIL, Tiago Luís. *Infleis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo. (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. HAMEISTER, M.D.; GIL, T.L. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: J. FRAGOSO,

segunda metade do Oitocentos, alguns autores têm procurado ressaltar o caráter estratégico com que sujeitos diferentemente posicionados podiam lidar com a situação de que se instalavam em diferentes soberanias de um e outro lado dos nascentes limites nacionais.²

Essas várias concepções dão conta da potência do dispositivo analítico da fronteira para o estudo das sociedades existentes naquele espaço. O que pretendemos aqui é contribuir para esse debate, propondo formas de olhar a questão a partir da experiência histórica dos guaranis que habitavam a região quando da chegada dos impérios coloniais e ali permaneceram, protagonizando a experiência reducional nos séculos XVII e XVIII. A historiografia sobre os guaranis que habitavam essa região é rica e importante.³ Aqui, porém, pretendemos dirigir o

J.; SAMPAIO, A.C.J. de; ALMEIDA, C. (orgs.), *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310. MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro*. São Paulo: Hucitec, 2009. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808-c.1831)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, tese de doutorado, 2011. GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

² Nesse sentido: THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864*. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, dissertação de mestrado, 2007. VOLKMER, Márcia S. "Onde começa ou termina o território pátrio" - Os estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e indústria do charque no oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). São Leopoldo: UNISINOS-PPGH, mestrado em História, 2007. THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2009, p. 145-177. FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de Fronteira. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014. VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, tese de doutorado, 2013. MENEGAT, Carla. *Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, tese de doutorado, 2015.

³ Entre muitos outros trabalhos: MENZ, Maximiliano Mac. *Tesouro das Missões: A integração do espaço oriental missionário na economia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: PPGH-

olhar especificamente para o tema da experiência histórica dos guaranis no final do período reducional,⁴ nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século XIX. A desagregação da institucionalidade reducional nesse período, fez com que muitos historiadores tendessem a deixar de lado o estudo dos guaranis como sujeitos históricos.

Diferentemente, argumentamos aqui que a história daquela população não se extinguiu com a crise reducional e têm plena relevância para o estudo dos processos históricos em curso naquele espaço territorial.

PUCRS, dissertação de mestrado, 2001. NEUMANN, Eduardo S. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, tese de doutorado, 2005. GARCIA, Elisa F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Niterói: UFF-PPGH, tese de doutorado, 2007. WILDE, G. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: Editorial Sb, 2009. LANGER, Protásio. *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani missioneiro ao processo de dominação do sistema luso*. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

⁴ Alguns trabalhos sobre os guaranis nesse período são: RIBEIRO, Max R.P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre, UFRGS PPGH, dissertação de mestrado, 2013. FONTELLA, Leandro G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1860)*. Porto Alegre, UFRGS PPGH, dissertação de mestrado, 2013. NEUMANN, E. S. “O serviço das armas”: a participação indígena na Guerra dos Farrapos (1835-1845). In: NEUMANN, Eduardo S & GRIJÓ, Luiz A. (Org.). *O Império e a Fronteira: A província de São Pedro no oitocentos*. 1aed. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014, p. 39-57. FARINATTI, L. A. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete 1816-1845). In: SCOTT; A.S.V.; CARDOZO, J.C.S.; FREITAS, D.T.L.; FACHINI, J.S. (Org.). *História da Família no Brasil Meridional. Temas e perspectivas*. São Leopoldo: OIKOS EDITORA, 2014, v., p. 215-238. RIBEIRO, Max R.P.; FONTELLA, Leandro G. Grupos e aglomerações indígenas no Brasil Meridional: matrimônio e compadrio de guaranis missionários em dois contextos distintos (Região das Missões e Fronteira do Rio Pardo, 1814-1824). *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2015. p. 1-15. FARINATTI, L. A.; RIBEIRO, M. R.. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missionária no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: QUEVEDO DOS SANTOS, J.R. (Org.). *Missões: reflexões e questionamentos*. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, v. 1, p. 251-274.

Os Guaranis e a Colonização⁵

Falar de fronteiras é falar de limites, o fim do mundo conhecido, o lugar em que a jurisdição não se aplica. É um território onde não há demarcação e as linhas administrativas de um Estado o fazem como lugar estranho, inculto, sem domínio. É muito provável que na mente de alguém como Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro entre 1733-1763, estivessem formulações muito próximas a estas. Gomes Freire foi encarregado pela Coroa Portuguesa em 1750, como comissário da demarcação de limites estabelecidos no *Tratado de Madrid*.

Naquela ocasião, o governador tinha a missão de permutar a Colônia do Sacramento por uma área de aproximadamente 150.000 km² pertencentes às reduções do Paraguai onde haviam sete povoações guaranis, sob controle colonial espanhol. Indígenas de quatro destas reduções (Santo Ângelo, São Lourenço, São Miguel e São Nicolau) se opuseram ao *Tratado*, o que resultou em diversos conflitos guarani-lusos entre 1753-1756. Um dos episódios mais conhecidos daqueles confrontos foi a batalha de Caiboaté, na qual houve a matança de 1.500 guaranis.⁶

Aqueles acontecimentos marcaram de forma determinante a geopolítica da América Meridional. Por muito tempo, a leitura feita sobre eles rendeu protagonismo hora aos portugueses, hora aos espanhóis, responsáveis pela colonização da região. Eduardo Neumann (2004) alertou, entretanto, que não é mais possível

⁵ Conforme mostra Jean Baptista (2007), as reduções do Paraguai não eram formadas inteiramente de guaranis. Havia outros grupos reduzidos que foram genericamente chamados de guaranis. Ver: BAPTISTA, Jean. Fomes, Pestes e Guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750). Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2007. Além disso, a terminologia guarani oculta uma diversidade de grupos que compartilhavam este tronco linguístico, o que não corresponde a uma só etnia. Por esta razão, usamos neste artigo a expressão guaranis no plural, ainda que ela represente certa imprecisão. É também uma expressão utilizada nas fontes históricas. Na historiografia é recorrente a utilização do termo *missioneiros* que, preferimos não utilizar, pois ela está ligada ao período reducional e a análise que aqui se apresenta abarca um tempo em que os jesuítas já não se faziam presentes entre os indígenas.

⁶ GOLIN, Tau. *A Guerra Guarânica*: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos Jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

escrever a história desta região sem levar em conta a ação dos indígenas que, de uma forma ou de outra, influenciaram diretamente no curso dos eventos.

Neumann criticou a concepção de história sobre a ocupação da América Meridional pautada apenas pelo litígio entre os impérios ibéricos. O dualismo entre Portugal e Espanha foi relativizado pelo autor ao propor uma nova compreensão sobre os conflitos entre ibéricos e guaranis batizada por ele de *fronteira tripartida*.⁷ A historiografia, ao privilegiar apenas a ação dos ibéricos, construiu uma narrativa bifurcada (Portugal de um lado, Espanha do outro), sem levar em conta que os guaranis também almejavam algum controle da região meridional.

Este tipo de narrativa foi elaborado a partir de uma forma de colonialidade que negou e de certo modo ainda nega a história indígena como parte da história do gênero humano.⁸ Recuperar a historicidade dos indígenas nos proporciona abordar inúmeras diferenças, mas que nos limites deste texto, abordaremos apenas uma: a concepção territorial dos guaranis das antigas reduções do Uruguai que integravam as 30 reduções do Paraguai até 1750.

A partir da noção de *fronteira tripartida*, tentaremos expor um novo plano teórico sobre a ocupação da América Meridional. Para tanto, é preciso ser levado em conta que a tríade presente no modelo de Neumann – guaranis, portugueses e espanhóis – pode ser abordada aos moldes da metodologia micro-histórica o que proporciona, de certa forma, a ampliação das noções de fronteira e o relativismo da observação calcada apenas nos limites coloniais litigantes. Ao se reduzir a escala de análise, podemos notar que cada grupo ou indivíduo formulava suas próprias noções de

⁷ NEUMANN, Eduardo Santos. *A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII*. In: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.

⁸ Ver: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". La colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, jul. 2000

territorialidade e, através dela, organizavam sua compreensão de fronteira de forma particular.⁹

Assim, fronteira não é apenas um lugar geográfico. Ela forma um conjunto complexo de elementos interdependentes que apresentam variação no tempo e dão o caráter mais geral da territorialidade. Robert Sack apresenta três fundamentos sobre esta questão. São eles: a *área*, a *comunicação* e o *controle*. A *área* é o local geográfico que constitui a porção territorial onde age a interferência por acesso ou restrição. A *comunicação* é a exposição aos outros sobre os limites da área sob intervenção, indicando suas fronteiras. O *controle* é o exercício do poder sobre ela o qual se estabelece quando se permite ou se restringe a presença de outros.¹⁰

Sem tomar tais proposições como conceito fechado, vamos empregá-las como orientações gerais para expor como os guaranis organizavam sua territorialidade de forma muito singular. Isto ficou mais evidente durante os anos de conflito (1753-1756), quando os guaranis apresentaram suas alegações em respeito a não aceitação do *Tratado de Madrid* que previa a entrega de suas terras aos portugueses. Naquele momento, os caciques corregedores das quatro reduções que resistiram ao Tratado apresentaram suas manifestações contestatórias ao que entendiam como arbitrariedade do rei espanhol que lhes exigia entregar suas terras aos portugueses.

Os guaranis rebelados apresentaram uma narrativa histórica através do mito de origem das reduções, toda organizada pelo exercício de rememoração sobre o tempo de fundação das povoações. Entendiam que Deus fez a terra (as reduções), depois a entregou aos seus parentes (seus avós), pois “él sabiendo esta tierra hacia donde Dios nos crió, envió a nosotros a nuestro padre santo Roque Gonzales para que nos enseñase y diese a conocer a

⁹ Ver, entre outros: LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador*: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, 2014 v20; LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992; GRIBAUDI. Maurisio. *Escala, Pertinência, Configuração*. IN: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 121-149.

¹⁰ Ver: SACK, Robert D. *Human Territoriality*: a theory. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 73, No. 1, 1983, p. 55-74.

nosotros a Dios, su ser y el ser de Cristiano”.¹¹ Mais tarde, Deus enviou os padres jesuítas que ensinaram seus “avós” a serem “cristãos”.

Os jesuítas, ulteriormente, disseram aos “avós” que havia um rei (rei espanhol) que possuía o dever divino de amar a todos os seus súditos, do mesmo modo que eles deveriam amá-lo. O lugar onde teria ocorrido (*a área*) esta história era o Tape, lugar onde foram fundadas as primeiras reduções no atual Rio Grande do Sul entre 1620-1633. No decorrer dos conflitos, os guaranis conseguiram tornar seu manifesto público (*informação*) por intermédio dos padres jesuítas e por uma série de registros escritos, que as reduções, a área em litígio, lhes pertencia.

Através da memória sobre seus ancestrais cristianizados e de uma série de experiências ocorridas com eles no Tape, os guaranis tentaram exercer poder naquela região (*controle*). Naturalmente, a relação colonial com os ibéricos produziu o confronto entre projetos de soberania distintos que estabeleceu seu próprio modo de inclusão e exclusão. Os guaranis buscaram em sua territorialidade legitimação na luta política pelo território reducional, distribuído entre povoados, vastas estâncias de animais e ervais. Tratava-se, portanto, de um espaço reducional e ancestral delimitado geograficamente pela presença pregressa de seus “avós”.

Neste aspecto, podemos notar que, nas proposições de Robert Sack, há espaço para um quarto elemento que é a *identidade social*: mais precisamente no caso guarani/Tape, *identidade reducional*. Desse modo, não é a identificação com o território que estabelece o princípio de identidade, ao contrário é a identidade que formula o território e seus mecanismos de inclusão e exclusão. O mito de origem das reduções formulado pelos guaranis possui estes mecanismos, apresentando uma sequência temporal em que eles vieram antes dos espanhóis e dos portugueses.¹²

¹¹ Manuscritos da Coleção de Angelis, Volume VII, p. 190.

¹² Estas conclusões são melhor expostas em: RIBEIRO, Max R. P. Identidade, Memória e Reprodução Social no Vale do Jacuí. 2016. Tese. (Doutorado em História) PPGH – UNISINOS: São Leopoldo, 2016. Texto no prelo.

Além disso, na forma narrativa indígena não há a presença dos ibéricos, portanto eles foram excluídos do princípio do mundo (reduções). As reduções, na compreensão indígena, não eram lugar de português nem de espanhol. Esta exclusão pode ser lida como a construção da fronteira guarani frente aos ibéricos. Outro aspecto importante desta exclusão diz respeito ao conjunto de experiências rememoradas sobre as reduções onde há a correlação com a religião. Um guarani de nome Crisanto Nerenda que foi prisioneiro dos portugueses durante os conflitos de demarcação fez esta relação.

Ele foi inquerido por Gomes Freire de Andrade em várias ocasiões. Numa delas, o governador fez-lhe refletir sobre o tratamento que lhe foi dado com “boa comida e bebida”, se havia notado como os portugueses eram “felizes” e “bons guerreiros”. Em resposta ao governador, Crisanto Nerenda disse que “pero desde que me trajeron aca, no he oido misa, ni rezado ni una vez el Rozario, ni se si se reza, mucho menos he visto, que se confiesen o comulgan em dias de fiesta” [...] por esto S.or de nos licencia de irnos otra vez à nuestros pueblos [...].¹³ Esta exposição mostra que havia uma relação indissociável entre território e religião.

A territorialidade assim seguia pelas veredas por onde os guaranis identificavam como espaço de rememoração. Mas, com o decorrer da colonização, o acesso aos territórios que formavam as reduções foi sendo duramente restringido. Uma das formas mais notáveis de observação deste fenômeno é a fundação das povoações portuguesas.

Uma série de freguesias foram criadas entre 1750-1822. Boa parte delas, dentro dos antigos domínios das reduções, sobretudo na região dos vales do Jacuí e Camaquã, fazendo com que as reduções fossem gradualmente dando espaço às freguesias compostas por populações diversificadas como açorianos, paulistas, portugueses e escravos.

¹³ Archivo Histórico Nacional de Madri. Clero-Jesuítas, legajo 120, caja 2, doc 56. Relacion delo que succedeo à 53 Indios del Uruguai, quando acometieron por 2º com otros el flerte delos Portuguezes de río Pardo, escribió la un Indio Luizista que fue uno de estos 53, llamado Chirsanto, de edad como de 40 años, Indio Capax y mayordomo del pueblo, traduxo la um Misionero de la Lengua Guarani em castelhano, año 1755, p. 6. O documento utilizado é uma cópia digital gentilmente cedida por Marina Gris.

Entre estas estava o Acampamento, depois Freguesia de Santo Ângelo do Rio Pardo. Para lá foram 700 famílias guaranis após a rendição, em 1757. Os guaranis se organizaram em quatro aldeias: Santo Ângelo, São Lourenço, São Miguel e São Nicolau. As reduções com os mesmos respectivos nomes foram as que mais resistiram ao Tratado. Não há referências sobre a participação indígena na nomeação das aldeias. Entretanto, podemos supor que tenham as nomeado.¹⁴

O modo de se dividir em aldeias com os mesmos nomes das reduções pode ter sido uma tentativa de manter a unidade organizacional e espacial existente antes de 1750. Embora houvesse a perda gradual do espaço outrora reducional, é muito provável que os indígenas mantivessem viva, em suas mentes, a redução como lugar de memória: um espaço inaugural de um tipo de experiência subordinada à religião. Isto explicaria parte do comportamento geral dos guaranis em procurar igrejas, padres e sacramentos católicos.

Isto continuou mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1768, numa conjuntura em que boa parte do território reducional já havia sido tomado pelos portugueses. A Freguesia de Rio Pardo, por exemplo, foi criada dentro de terras indígenas que perfaziam a estância de São Lourenço, pertencentes à redução homônima. Uma série de registros de batizados feitos em Rio Pardo evidencia que, entre 1757-1762, houve 283 (55% do total de batizados realizados naquele período) batizados de crianças indígenas e 83% dos pais eram de naturalidade das reduções sublevadas.

Num outro período (1772-1790) houve 281 batizados de indígenas em que 75% dos pais eram de naturalidade das reduções rebeladas. Outro fator importante a ser destacado é a forma dos matrimônios entre aqueles pais. Entre o primeiro período citado (1757-1762), 94% dos filhos legítimos apresentam pais indígenas naturais da mesma redução. No segundo período, o percentual sofreu uma considerável diminuição, alcançando 65% dos batizados de filhos legítimos.

¹⁴ DIAS LOPES, Vicente Zeferino. *Ementário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737, 1891*. Cópia datilografada. AHRS. Agradeço à Karina Melo pela versão impressa cedida.

Estes números, além de mostrarem que os indígenas praticavam o casamento de modo endógeno a cada redução, evidenciam que a relação matrimonial entre naturais de um mesmo povoado ocorria também nas freguesias portuguesas. Mas estas localidades, embora fossem unidades administrativas governadas por lusitanos, também eram territórios guaranizados, por assim dizer, visto que aqueles locais integravam as reduções indígenas. Desse modo, nota-se que houve a interpolação de espaços, devido às diferentes formas de territorialidade construídas naquele período (1750-1790).

Esta situação apresentou variações em tempo e espaço, devido à dissolução do território reducional e à tentativa dos guaranis em se manter naqueles mesmos espaços. O que se vê a partir da segunda metade do século XVIII é que o encurtamento das áreas, sobretudo das estâncias guaranis, não os fez perder suas próprias referências de território e territorialidade. Tampouco os fizeram abandonar seus espaços os levando a permanecer nos povoados que iam surgindo, o que os colocou em convívio direto com os portugueses.

Os Guaranis e as Independências, primeira metade do século XIX

As primeiras décadas do século XIX trouxeram ainda mais instabilidade para o espaço reducional. De um lado, seguia cada vez mais agudo o avanço dos luso-brasileiros desde o litoral, tendo como um passo relevante a incorporação dos Sete Povos Orientais do Uruguai, em 1801. Contudo, a expansão não parou aí. Entre 1810 e 1828, eles disputaram o espaço e conseguiram realizar uma ocupação cada vez mais efetiva e estável mesmo ao sul do rio Ibicuí. A própria independência do Estado Oriental do Uruguai emergiu abrigoando um expressivo número de possuidores de terra brasileiros no norte do novo país. Por sua vez, em fins do século XVIII os espanhóis platinos tentaram uma política de fundação de povoados cada vez mais ao norte. Contudo, os processos mais marcantes dizem respeito aos sucessos desencadeados pelo

rompimento com Espanha e início do período independentista, com suas reiteradas contendas e forças múltiplas em jogo.

Assim, do ponto de vista dos antigos impérios coloniais e dos Estados emergentes, havia diversos projetos de soberania que tentavam se efetivar e disputavam territórios. Todavia, mesmo que percebamos a complexidade e a dinâmica de uma configuração narrada nesses termos, ela ainda será insuficiente para uma descrição das forças sociais em ação naquele espaço. Ali estavam também - e desde antes - outras populações. Os guaranis, eles mesmos formando uma coletividade complexa e recortada por distinções internas, elaboraram soluções e estratégias diversas para lidar com o difícil momento de ataque as suas formas costumeiras de organização e existência.

Parte importante deles se uniu aos exércitos comandados pelo líder oriental Artigas. Outros permaneceram nos *pueblos* tanto tempo quanto foi possível, mesmo quando estavam sob o comando dos portugueses, depois brasileiros. Outros grupos, de maior ou menor dimensão, seguiam palmilhando o antigo território reducional (território de suas antigas estâncias, de seus caminhos, de seus postos), agora sob domínio formal de povos invasores. Parte deles compôs alianças com os luso-brasileiros, atuando inclusive em suas milícias. Juntamente com outros grupos humanos, formaram uma zona de fronteira múltipla e dinâmica na região onde se instalaram. É importante aceitar o desafio de olhar sua trajetória, nesse início do Oitocentos, a partir de seu próprio itinerário histórico, superando uma visão que os coloca apenas como um capítulo da história colonial ou do período das independências das sociedades ibero-coloniais. Esse é o exercício que estamos fazendo aqui.

Antes de seguir, cabe ao menos destacar que, indígenas não cristianizados, habitantes da região estudada, como os charruas, também seguiram desenvolvendo sua história nas primeiras décadas do século XIX, até que os confrontos com as forças em jogo no final da década de 1820 desferissem um golpe duro demais na sua população e em seu modo de vida. Eles não são tema deste texto. Porém, é preciso assinalar sua existência e sua importância na dinâmica história daquela área de fronteira.

Nos inícios do Oitocentos, os luso-brasileiros deram continuidade à criação de capelas como parte de sua política expansionista sobre os territórios que buscavam conquistar e ocupar, nas antigas fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande.¹⁵ Uma dessas foi a capela curada de Santa Maria, localizada onde hoje fica a região central do Rio Grande do Sul. A capela curada teve seu primeiro registro de batismos em 1814, mas já se realizavam batizados em Santa Maria desde antes, sob a responsabilidade dos padres de Cachoeira.

Em Santa Maria, entre 1814 e 1834 foram realizadas 3.280 cerimônias de batismo, sendo 81% de pessoas livres e 19% de escravos. Dos livres, 25 % deles eram guaranis. Se tomarmos apenas aqueles casos em que se aponta a naturalidade das mães ou pais presentes nesses registros, encontramos expressiva os naturais de Missões como 78% das mães e 77% dos pais ali presentes. Esses guaranis eram o segundo grupo mais expressivo tanto entre as mães quanto entre os pais em Santa Maria, ficando atrás apenas dos naturais do Rio Grande de São Pedro.

Por sua vez, dentre os registros que continham referência à condição de “índio”, “guarani”, “nação guarani” ou “china”, 78% das mães e 77% dos pais haviam nascido nos Sete Povos Orientais de Missões.¹⁶ Eles chegaram na capela principalmente após 1810, provavelmente fugindo do recrutamento e das pressões ocasionadas pelo comandante Francisco das Chagas Santos naqueles Povos. O percentual de legitimidade dessas crianças foi de 46%, o que pode parecer pouco se comparado a outros locais e populações. Além disso, os casos de “ilegitimidade” devem ser problematizados de acordo com questões culturais e históricas próprias dos guaranis e da conjuntura que estavam vivendo, o que não podemos fazer neste espaço.

¹⁵ MATHEUS, Marcelo S. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, tese de doutorado, 2016.

¹⁶ RIBEIRO, Max R.P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre, UFRGS PPGH, dissertação de mestrado, 2013.

Porém, se tomamos em conta o contexto de ataque ao território e a seus modos tradicionais de vida, esse índice se torna significativo. Ele se junta à percepção da grande presença dessa população nos registros batismais para indicar como a família e a religiosidade seguiam sendo espaço de práticas culturais que ajudavam a reproduzir formas de coesão e identidade social mesmo em tão difícil conjuntura.¹⁷ Essa afirmação ganha força ao percebermos que, dentre os filhos legítimos de mães missionárias, 71% também era filho de pais nascido nas Missões. E mais, dentre esses, 75% dos pais e mães haviam nascido no mesmo Povo. Ou seja, parece cada vez mais claro que parte significativa dos deslocamentos dos guaranis nessa época turbulenta não foi realizada de modo esparso e individual, mas sim, dentro do possível, de maneira coletiva e tendo por base grupos familiares.

Como dissemos, Santa Maria tem sido vista como um ponto de fixação e também de passagem para o avanço luso-brasileiro rumo a oeste nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, esses números estão mostrando que a capela também foi um entreposto para grupos de guaranis que se deslocavam em meio àquela turbulenta conjuntura. Muitos deles passaram pela capela, deixando seu nome nos registros como mães, pais, padrinhos ou madrinhas e, em breve, seguiram adiante. Outros fixaram residência por mais tempo.¹⁸ Ou seja, a capela de Santa Maria foi uma fronteira não apenas no sentido de ser uma cunha do avanço territorial luso-brasileiro sobre terras disputadas mas, também, por ser uma área de encontro de diferentes histórias, uma zona de contato e de um nível variável de entrelaçamento desses mundos. O sentido que a capela de Santa Maria teve para alguns grupos pode não ter sido exatamente o mesmo que teve para outros, embora eles tenham dividido o mesmo espaço e construído relações entre si.

Se tomarmos o ponto de vista dos luso-brasileiros, seguimos para oeste a partir de Santa Maria nas terras recém ocupadas por eles e encontramos a capela de Alegrete, localizada

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

ao sul do Rio Ibicuí. Essa capela foi oriunda de um acampamento militar e teve mais de uma fundação na década de 1810. Ali havia um contexto análogo ao da capela de Santa Maria, porém com especificidades.¹⁹ Analisamos as mães e pais cujas naturalidades foram declaradas no registro. Também realizamos a desambiguação dos nomes repetidos, procurando, na medida do possível, singularizar os sujeitos que estudamos. Esse procedimento se tornou especialmente difícil, porque há vários casos duvidosos, em virtude de as mães guaranis muitas vezes serem registradas sem sobrenomes. Ainda assim, podemos tentar uma abordagem aproximativa com certo grau de segurança. Entre 1821 e 1827, entre 48% e 59% das mães que levaram seus filhos a batizar haviam nascido nas Missões. Eram o contingente mais expressivo, seguidas pelas nascidas no Rio Grande de São Pedro, que perfaziam entre 30 e 40%. Entre os pais, podemos ter mais precisão em afirmar que os guaranis lideravam com 46% e os rio-grandenses eram 29%.²⁰ Ou seja, um predomínio marcante dos guaranis nessa capela ao sul do Ibicuí.

Essa presença majoritária dos guaranis é explicada por fatores diversos. Se continuamos tomando a ótica dos luso-brasileiros, a juventude da sua ocupação sobre aqueles campos de boas pastagens naturais pode ser um vetor explicativo. Entretanto, como já assinalamos em outros trabalhos, esse fator está longe de ser o único. Ao tentarmos olhar o processo a partir da trajetória histórica dos guaranis, outros elementos vêm à tona. A região ao sul do rio Ibicuí (hoje sudoeste do estado do Rio Grande do Sul),

¹⁹ Como já detalhamos em outros trabalhos e estamos recuperando aqui, a presença guarani nos registros de batismo nas capelas de Santa Maria e Alegrete foi marcante nas primeiras décadas de suas existências – algo semelhante provavelmente ocorreu também em outras capelas próximas, naquele mesmo período, como por exemplo São Gabriel e Santana do Livramento, que ainda restam por ser estudadas.

²⁰ FARINATTI, L. A. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT; A.S.V.; CARDOZO, J.C.S.; FREITAS, D.T.L.; FACHINI, J.S.. (Org.). *História da Família no Brasil Meridional. Temas e perspectivas*. São Leopoldo: OIKOS EDITORA, 2014, p. 215-238. FARINATTI, L. A.; RIBEIRO, M. R. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: QUEVEDO DOS SANTOS, J.R. (Org.). *Missões: reflexões e questionamentos*. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, v. 1, p. 251-274.

também fazia parte da territorialidade missioneira. Em tempos anteriores, abrigava estâncias de diferentes *pueblos*, com destaque para o Povo de Japejú, o mais meridional de todos, localizado próximo a essas terras, mas na margem ocidental do Rio Uruguai. Ali não havia apenas correrias de gado, mas sim caminhos e postos, com seus currais, capelas, casas de vivenda. Como destacou María Inés Moraes,²¹ aquele era um território percorrido e habitado pelos guaranis desde havia muito tempo. Podemos imaginar que essa territorialidade seguia, ao menos parcialmente, como um referente para parcialidades missioneiras ainda no início do Oitocentos, mesmo que essas práticas tenham sofrido com a desorganização institucional do final do século XVIII e com a ação de grupos diversos sobre os animais e os campos da região no decorrer do XIX.

Tendo por base essa referência territorial, que pode ter seu correspondente ainda do período reducional, os guaranis que chegaram à capela tinham origens diversas. Parte deles provinha dos Povos, levados pelos mesmos motivos que pressionavam os guaranis a irem à Capela de Santa Maria na década de 1810. Alguns inclusive podem ter passado por Santa Maria antes de se dirigirem para Alegrete.

Por outro lado, como já referimos em trabalhos anteriores²², um contingente expressivo também deveria ser egresso das forças guaranis que lutaram nas forças artiguistas e que, depois da derrota do líder oriental, fugiam de perseguições e vinham buscar asilo no lado oriental do rio Uruguai, onde os portugueses estavam instalando suas capelas. Em 1821, o viajante francês Augusto de Saint-Hilaire relatou que foi informado de que eram cerca de 3.000 pessoas, a maioria mulheres e crianças e que iriam ser encaminhados para Alegrete.²³ Talvez haja exagero nos

²¹ MORAES, María Inés. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. In: *Ciência & Ambiente*. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006, p. 57-79.

²² FARINATTI, L. A. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete 1816-1845). In: SCOTT; A.S.V.; CARDOZO, J.C.S.; FREITAS, D.T.L.; FACHINI, J.S. (Org.). *História da Família no Brasil Meridional. Temas e perspectivas*. São Leopoldo: OIKOS EDITORA, 2014, v., p. 215-238.

²³ Idem.

números, mas a expressiva presença de guaranis nos registros de batismo de Alegrete na década de 1820 parece sustentar que a informação tivesse uma base verdadeira. Ressalte-se que Saint-Hilaire faz esses relatos quando está na região de Belém, ao sul do Rio Quaraí (hoje território uruguaio) e que muitos daqueles que levaram seus filhos a batizar na capela de Alegrete, nesse momento, poderiam ser moradores dessa região.

Outros eram parte do regimento de milícias guaranis em combate ao lado dos luso-brasileiros. A própria petição dos moradores da região, solicitando a instalação da capela indicava expressamente que esta serviria também “para serem aldeados os Naturaes que se acham presente em serviço de campanha com suas famílias...”.²⁴ A aldeia de fato foi criada naqueles anos. Em 1842, foi publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um relato do militar José Joaquim Machado de Oliveira, chamado “Celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranyes.”²⁵ Ele descreveu a capela de Alegrete em 1818, quando ali estivera por ocasião dos combates contra Artigas. O militar rememorou a celebração da paixão de Cristo na capela de Alegrete e enfatizou o modo como essa festividade atraía populações vinda de diversos lugares. Destacou, também, a importância da presença dos guaranis da companhia de lanceiros guaranis pertencentes à coluna do comandante José de Abreu. Os guaranis tinham protagonismo na celebração. Sobre a disposição geográfica do povoado, Machado de Oliveira informa que os luso-brasileiros estavam instalados sobre uma elevação, próximos da capela, enquanto a “aldeia” dos indígenas ficava em uma parte mais baixa, próxima ao rio.²⁶

²⁴ Em sua tese de doutorado, Elisa Garcia (2007) analisa as diferentes políticas de atração dos guaranis missionários empregadas pelas autoridades portuguesas, visando trazê-los para sua esfera de influência. Ver: GARCIA, Elisa F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Niterói: UFF-PPGH, tese de doutorado, 2007.

²⁵ OLIVEIRA, J. J. Machado d'. “A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaranyes. (Episódio de m Diário das campanhas do Sul)” In RIHGB, v.4, 184.

²⁶ Mariana Milbradt Corrêa está trabalhando detidamente com essa fonte em sua pesquisa de mestrado junto ao PPGH-UFSM sobre mediadores locais na fronteira, enfocando principalmente o General José de Abreu.

Essa separação geográfica entre guaranis e luso-brasileiros no povoado também se expressa nos registros de batismo do primeiro momento em que podemos contar com a sobrevivência de registros regulares na capela. Entre 1821 e 1827, a legitimidade entre os filhos de mães missionieras - já feitas as ressalvas sobre a imprecisão dos dados que conseguimos construir - ficou em torno dos 55% em Alegrete. Dentre esses filhos legítimos, 92% eram filhos de pai e mãe. E mais, entre eles os casos em que mãe e pai eram naturais do mesmo Povo perfaziam nada menos que 85% dos registros. Ou seja, as características que observamos em Santa Maria, e que indicavam migrações em grupo e reiteração de laços parentais se repetem em Alegrete, inclusive com um pouco mais de representatividade.

No período seguinte, desde o fim da Guerra da Cisplatina (1828) até o início da Revolta Farroupilha (1835), o número de mães de naturalidade missioniera continua sendo majoritário, embora tenha decaído um pouco, fixando-se cerca dos 44%. Porém, a legitimidade de seus filhos caiu para 32%. Além disso, os que eram filhos de pai e mãe missioniera agora eram apenas 72%. Dentre esses, os cônjuges que haviam nascido no mesmo Povo eram então apenas 45%. Esses números indicam, em primeiro lugar, que a população guarani missioniera em Alegrete seguia importante mesmo após a migração que milhares de guaranis empreenderam após aliança com o chefe oriental Frutuoso Rivera, com o fim de instalarem-se no território do Estado Oriental do Uruguai ao fim do conflito que resultou na independência oficial desse país (1828). Depois, é preciso notar que mudanças estavam ocorrendo e novas alianças e aglomerados sociais se formavam nesse período, evidenciando processos de maior interconexão entre os guaranis e as outras populações da região, fossem eles de origem luso-brasileira, africana, afrodescendentes, hispano-platinas ou mesmo remanescentes charruas.

Voltando ao período de 1821 a 1827 em Alegrete, notemos que aquela era uma região onde as mães e pais guaranis declaravam ter naturalidades diversas das apresentadas em Santa Maria. Em Alegrete, houve marcante prevalência dos Povos de São Borja (26% das mães, 30% dos pais) e um Povo ocidental, Japejú

(26% das mães, 24% dos pais), enquanto em Santa Maria as naturalidades estavam mais bem divididas entre os Sete Povos orientais, com prevalência para São Luiz, São Miguel e São Borja.²⁷ Notemos que povos meridionais como Japejú, São Borja, mas também La Cruz e Santo Tomé, bem representados nos batismos de Alegrete, tinham vinculações com as estâncias dos Povo de Japejú e suas atividades com o gado desde muito tempo antes.

Assim, faces distintas de um mesmo processo parece terem entrado em operação quando tentamos rastrear as naturalidades e, indiretamente, as origens daqueles que levaram seus filhos a batizar nas capelas luso-brasileiras da fronteira. O que parece claro, em primeiro lugar, é que devemos respeitar a complexidade desses movimentos de população, bem como dos enfrentamentos e alianças que surgiram nesse contexto. A história do avanço luso-brasileiro em confronto com espanhóis ou com as soberanias nascentes no Prata não resume esses processos.

Considerações Finais

Este estudo está longe de ser algo conclusivo. Apesar disto, ele aponta em direção à possibilidade de se reconhecer as formas particulares de territorialidade e as noções de fronteira inerentes a cada uma delas. O caso guarani, por exemplo, evidencia uma de muitas situações singulares, em boa parte desconhecidas, sobre as formas de ocupação e de relação com o espaço, com o ambiente e seus recursos na América Meridional. Desse modo, recuperar a historicidade destas construções e suas relações de alteridade são imprescindíveis ao trabalho do historiador.

Como demonstramos, a territorialidade guarani estava relacionada a um tipo específico de experiência atrelada ao espaço reducional do século XVIII. Apesar dos avanços promovidos por gente portuguesa, depois brasileira, que limitaram as áreas indígenas, os guaranis ainda permaneciam em espaços que

²⁷ FARINATTI, L. A.; RIBEIRO, M. R. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missionária no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: QUEVEDO DOS SANTOS, J.R. (Org.). *Missões: reflexões e questionamentos*. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, v. 1, p. 251-274.

correspondiam às antigas reduções ainda no século XIX. Nem mesmo a criação das freguesias e capelas que se distribuíram em boa parte do território reducional foi capaz de inibir a presença guarani naquelas áreas como Rio Pardo, Santa Maria e Alegrete.

Ao contrário, como demonstram os registros de batizado, aqueles indígenas buscaram os sacramentos naquelas freguesias e se fizeram presentes entre outras gentes não indígenas, passando a dividir seus antigos domínios com eles. Os guaranis circularam e ou se fixaram naquelas localidades seguindo suas próprias motivações históricas e identitárias que não podem ser reduzidas unicamente às políticas indigenistas. É neste aspecto que ganha importância observar os processos de territorialidade, pois neles observamos o modo singular com que cada grupo se elaborava historicamente e procurava demonstrar aos outros esta construção.

Nestes processos também estavam presentes formas de exercer poder e legitimidade sobre territórios que acabaram se caracterizando como pontos de convergência de populações. Cada um, ao seu modo, elaborava suas noções de fronteira a partir do momento que tentavam exercer poder sobre aquelas áreas. Deste ponto de vista, podemos sugerir que as fronteiras eram múltiplas e se constituíam continuamente no contato e conflito com diferentes parcialidades, que, como vimos no caso dos guaranis, tinham sua própria trajetória histórica.

Nesse contexto, os processos de territorialidade e construção de fronteiras culturais e sociais (muito antes e depois ao lado das fronteiras políticas) eram repropostos continuamente e constituem um interessante campo a ser estudado. Reposicionar-se para tomar um ponto de vista aproximado de cada uma dessas trajetórias é um procedimento metodológico importante para quem busca dar conta dessa complexidade.

“CONOCER PARA GOBERNAR” EXPLORACIÓN, RECONOCIMIENTO Y OCUPACIÓN DEL TERRITORIO EN LA FRONTERA SUR DE BUENOS AIRES (PRIMERA MITAD DEL SIGLO XIX)

*Andrea Reguera**

Desde las últimas décadas del siglo XVIII, la línea demarcatoria entre territorio hispano-criollo e indígena estuvo determinada por seis fuertes (Ranchos, Chascomús, Monte, Luján, Salto y Rojas) y cinco fortines (Lobos, Navarro, Areco, Mercedes y Melincué), además de la delimitación natural del río Salado, hacia donde habían avanzado numerosos pobladores, aunque pocos viajeros. Según Melisa Pesoa, pocos viajeros y expediciones transitaron estas tierras y, por lo tanto, no hay información certera sobre lugares y tierras en propiedad. Por esta razón, ingenieros militares, pilotos náuticos y profesores de matemática y cosmografía, procedentes de Europa, llegaron al Río de la Plata para realizar exploraciones y mediciones. En este sentido, los “demarcadores reales”, enviados por las Coronas española y portuguesa para fijar los límites entre sus dominios, son el principal antecedente de esta actividad. Luego, en 1799, se funda en Buenos Aires la primera escuela de dibujo y matemática. De esta manera, se dio inicio a una preocupación por conocer y mapear el territorio, aunque recién a partir de la década de 1820 comienza la construcción de un saber territorial que se transforma en una política de estado integral, que abarca la creación de una institución, la determinación de un sistema de trabajo, un cuerpo legal y que da sus primeros frutos en la práctica.¹

* Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

¹ PESOA, Melisa. “Conocer, medir y dibujar el territorio. La construcción de la cartografía de la provincia de Buenos Aires”, *Diagonal*, n° 35, 2013. Sobre esta misma línea de trabajo, véase, entre otros, CACOPARDO, Fernando y DA ORDEN, Liliana. “Territorio, sociedad y estado en la provincia de Buenos Aires: una aproximación a partir

Desde esta perspectiva, muchos son los trabajos que se han ocupado del tema de la ocupación territorial de la provincia de Buenos Aires en el marco del proceso de expansión de la frontera,² ocupación y poblamiento de nuevas tierras, e incorporación de esas tierras al proceso productivo,³ fundación de fuertes, fortines y pueblos, conformación del espacio regional, relaciones inter-étnicas⁴ y construcción del estado-nación.⁵

de los Registros Gráficos, 1830-1890". *Registros* (5), 2008; GAUTREAU, Pierre y GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mensurar la tierra, controlar el territorio. América Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario, Prohistoria Ediciones, 2011.

² Lidia Nacuzzi habla de espacios de frontera intangibles que serían ámbitos permeables y porosos desde el punto de vista de la interacción de las personas, en constante reacomodamiento territorial y poblacional, en donde eran habituales la comunicación y el intercambio pacífico o conflictivo entre ambos grupos y los procesos de mestizaje cultural, social, político y económico. También hace mención al complejo fronterizo en el sentido que le da Guillaume Boccara, que contemplaría la combinación regional de diversos espacios de este tipo, dando lugar a varias fronteras, espacios interiores, espacios intermedios, soberanías imbricadas, procesos de etnificación, normalización, territorialización, etnógenesis y mestizajes.

³ Véase, entre otros, INFESTA, María Elena, *La pampa criolla. Usufructo y apropiación privada de tierras públicas en Buenos Aires, 1820-1850*. La Plata: UNLP, 2003.

⁴ Véase, NACUZZI, Lidia. "Los caciques amigos y los espacios de la frontera sur de Buenos Aires en el siglo XVIII", *Revista TEFROS*, v. 12, n° 2, Río Cuarto, 2014 y BOCCARA, Guillaume. "Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel". *Memoria Americana*, n° 13, Buenos Aires, 2005. Desde esta perspectiva, véase, también, entre otros, RATTO, Silvia. *La frontera bonaerense (1810-1828): espacio de conflicto, negociación y convivencia*. La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2003; NESPOLO, Eugenia. "La 'Frontera' bonaerense en el siglo XVIII un espaciopolíticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares", *Mundo Agrario*, n° 13, La Plata, 2006 y *Resistencia y complementariedad Gobernar en Buenos Aires. Luján en el siglo XVIII: un espacio políticamente concertado*, Buenos Aires, Escaramujo, 2013; BECHIS, Martha. *Piezas de etnohistoria del sur sudamericano*. Madrid: CSIC, 2008; LUCAIOLI, Carina y NACUZZI, Lidia. *Fronteras. Espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*, Buenos Aires, 2010; TAMAGNINI, Marcela. *Cartas de frontera. Los documentos del conflicto interétnico*. Río Cuarto: UNRC, 2011; PÉREZ ZAVALA, Graciana y TAMAGNINI, Marcela. "Dinámica territorial y poblacional en el Virreinato del Río de la Plata: indígenas y cristianos en la frontera sur de la gobernación intendencia de Córdoba del Tucumán, 1779-1804", *Revista Fronteras de la Historia*, n° 17:1, Bogotá, 2012 y NACUZZI, Lidia. "Los grupos étnicos y sus territorios en las fronteras del río Salado de Buenos Aires (siglo XVIII)". *Población & Sociedad*, v. 21, n° 2, Tucumán, 2014.

⁵ Para la contextualización del período, véase, entre otros, BROWN, Jonathan. *Historia socioeconómica de la Argentina, 1776-1860*. Buenos Aires: ITDT-Siglo XXI Editores, 2001 (1ª ed. en inglés 1979); FRADKIN, Raúl y GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores,

Una primera forma de abordar este tipo de trabajos ha sido a través del estudio de la frontera. Problemática que admite una multiplicidad de enfoques y que ha generado una importante producción historiográfica.⁶ Así es posible hablar de una frontera geográfica, anclada en lo territorial y en la delimitación física y natural de un espacio; una frontera político-administrativa, fundada en el trazado de límites, enfrentamientos armados y firma de tratados de paz, bajo el marco del proceso de construcción del estado-nación; una frontera económico-demográfica, en base a la conquista y ocupación de nuevos territorios; una frontera de las culturas, de las etnias, de las lenguas, basada en los intercambios y las interrelaciones. Enfoques que manifiestan la compleja diversidad de la realidad de la frontera. Desde este punto de vista, el enfoque que más me interesa es el de la dimensión relacional de la frontera, que plantea el delicado equilibrio entre lo social y lo individual, vinculada al estado que fija límites y al espacio donde se establecen las instituciones y actúan las interrelaciones sociales – personales (individuales) y colectivas–, a fin de analizar la dinámica de la capacidad de reproducción y transformación de la sociedad.

Ahora bien, el tema de la frontera desde el punto de vista de la documentación oficial fue un tema de seguridad para el nuevo estado independiente –lo mismo que para el extinto estado colonial–, que debía ser resuelto por el Departamento o Ministerio de Guerra. La política que se impartiera desde esa cartera ministerial, en concordancia con el gobernante de turno, oscilaría entre políticas ofensivas y defensivas. Desde esta perspectiva, la frontera se convierte en un escenario de paz, a través de tratados y

2009; TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

⁶ Entre otros, CLEMENTI, Hebe. *La frontera en América: una clave interpretativa de la historia latinoamericana*, Buenos Aires, Leviatán, 1988, 4 vols.; HALPERIN DONGHI, Tulio. “La expansión de la frontera de Buenos Aires (1810-1852)”, en Alvaro JARA (ed.). *Tierras nuevas: expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*, México: El Colegio de México, 1969; WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del desierto*. Buenos Aires: Eudeba, 1970; SOUZA MARTINS, José de. *Fronteira :a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997; BANZATO, Guillermo. *La expansión de la frontera bonaerense: posesión y propiedad de la tierra en Chascomús, Ranchos y Monte, 1780-1880*. Bernal: UNQ Editorial, 2005; CANCIANI, Leonardo. *Expansión de la frontera: expediciones al desierto*. Tandil/Buenos Aires: Ediciones del CESAL, 2013.

acuerdos, o de guerra, debido a desacuerdos, violencias y conflictos, donde los territorios se redefinen constantemente en función de las disputas mantenidas. Por ello, mi postura es considerar a la frontera como un sistema de relaciones sociales en tiempos diferentes.⁷ Estas relaciones se caracterizan por una notoria transitoriedad, ya que dependen de las complejas articulaciones tejidas en torno a la convivencia o al enfrentamiento a uno u otro lado de una “línea”, una “franja” o una “zona”. La “zona de contacto”, al decir de Mary-Louise Pratt, está marcada por una considerable pluralidad, el reconocimiento de la diferencia, la afirmación de la identidad y la decisión de la imposición.⁸ En este sentido, el desencuentro provendrá de los tiempos históricos encarnados por cada grupo y la alteridad que permea las relaciones.

Otra forma de encarar este tipo de trabajos ha sido a través del análisis regional.⁹ En este sentido, los estudios han variado de manera significativa, desde aquellos que conciben la región como una unidad natural preexistente en el tiempo, homogénea y específica, tanto a nivel físico como humano, hasta aquellos otros que consideran que la región es una construcción histórica que se define a partir de las interacciones sociales que se dan tanto en el espacio como en el tiempo. Esta polaridad ha generado intensos debates y establecido marcadas posturas, según refiere Bernard Lepetit¹⁰, para quien la historia del espacio sería la de un juego constante de fallas múltiples, en el sentido de la metáfora geológica. Las formas antiguas de organización del espacio son constantemente retomadas por las sociedades humanas en escalas

⁷Hemos tratado este tema en REGUERA, Andrea. “La multiplicidad de la frontera en su dimensión relacional”, en Mariana Canedo (coord.). *Poderes intermedios en la frontera: Buenos Aires, siglos XVII-XIX*. Mar del Plata: Ediciones de la UNMDP, 2013, p. 223-231.

⁸PRATT, Mary Louise, *Ojos Imperiales. Literatura de viajes y transculturación*. Quilmes: UNQ Editorial, 1997 (1ª ed. en inglés 1992).

⁹Entre otros, FERNÁNDEZ, Sandra y DALLA CORTE, Gabriela (comps.). *Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2001; FERNÁNDEZ, Sandra (comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2006.

¹⁰LEPETIT, Bernard. *Carnet de croquis. Sur la connaissance historique*. Paris: Albin Michel, 1999, p. 137.

diferentes. En este sentido, podemos ver que, en la historia del Río de la Plata, las formas de ocupación y disposición del espacio, así como las de explotación económica y organización de los intercambios comerciales han sido a *grosso modo* prácticamente las mismas desde la época colonial. El avance económico de la estrecha franja costera de la pampa bonaerense y el rol creciente de Buenos Aires en la estructuración del territorio están ligados a la historia de la construcción del estado. El territorio, de esta manera, se mantiene en una temporalidad solidificada y constituye la materialización de un espacio sobre el cual se ejerce un poder, que asegura su reproducción a lo largo del tiempo, más allá de la vigencia de cualquier sistema de organización política. El territorio se convierte en centro de conflictos, instancia de negociaciones, lugar de desarrollo de estrategias, espacio caracterizado por múltiples prácticas; en definitiva, se convierte en una proyección de fuerzas, que es el producto de numerosas modalidades de interacción.

Teniendo como marco esta breve introducción, lo que me propongo en esta instancia es visibilizar la existencia de quien explora y domina. Explorar, proviene del latín “explorare”, que significa reconocer, registrar y averiguar alguna cosa o lugar; dominar, proviene del latín “dominari”, y significa tener o imponer la supremacía (poder, autoridad o fuerza) sobre esa cosa o lugar. Esta supremacía, autoridad o fuerza no es otra que el poder del estado. Pero ¿de qué estado? ¿Realmente podemos hablar de estado en 1810? 1810 marca el fin de la dominación española en el territorio del Virreinato del Río de la Plata y el comienzo de un nuevo proceso que tendrá como objetivo la consolidación de un estado moderno e independiente. Pero este proceso, que se caracterizará por una profunda inestabilidad política, con numerosos cambios en sus formas de organización gubernamental y una lucha facciosa por la centralización del poder, además de enfrentar la guerra contra el Brasil por la Banda Oriental (1825-1828), y otros conflictos internacionales, insumirá gran parte del siglo XIX. Justamente, ante los avatares económicos que trajo la guerra, la disponibilidad de una gran extensión de tierras al sur del Salado, justificó, según Tulio Halperin Donghi, el proceso de

expansión que hizo duplicar dicha extensión y afirmar la hegemonía de los hacendados sin necesidad de desplazar a grupos rivales y, sobre todo, hizo nacer las más grandes fortunas privadas de la provincia existentes hacia mediados del siglo.¹¹ Pero el proceso de desplazamiento de pobladores hacia esas tierras al sur del Salado comenzó mucho antes de 1810. Clemente López Osornio, Juan José Fernández, Nicolás Echeverría, Francisco Piñeyro, Pablo J. Ezeiza y tantos otros más ya se habían establecido en el “Pago de la Magdalena” hacia 1740.¹²

A medida que los nuevos pobladores se asentaron, llegaron nuevos vecinos para ocupar quintas, chacras y estanzuelas en los “parajes” que le dieron significación histórica a los “pagos” de la provincia.¹³ A medida que la población crecía, también crecían las necesidades de organización política y seguridad defensiva. De ahí que el interés político por la frontera siempre formó parte, en mayor o en menor medida, de los gobernantes de turno. Así, una de las primeras medidas que tomó la Primera Junta de Gobierno en 1810 fue ordenar al coronel Pedro Andrés García una expedición a las Salinas Grandes.¹⁴ Si bien el objetivo general de la expedición era hacer una estadística de los pueblos de campaña y proyectar una nueva línea de frontera,¹⁵ que garantizara la vida de los vecinos y asegurara sus propiedades, el objetivo específico era ir a buscar sal—hasta ese momento se importaba de España—, para proveer a la población de Buenos Aires.¹⁶

¹¹ HALPERIN DONGHI, Tulio. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005, p. 119.

¹² SÁENZ QUESADA, María. *Los estancieros*, Buenos Aires, Sudamericana, 1980 y MAYO, Carlos. *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995.

¹³ REGUERA, Andrea. *La identidad bonaerense. Estancias con historia-Historia de las estancias*. Tandil/Buenos Aires: Ediciones del CESAL, 2013.

¹⁴ GELMAN, Jorge. *Un funcionario en busca del estado. Pedro Andrés García y la cuestión agraria bonaerense, 1810-1822*. Bernal: UNQ, 1997.

¹⁵ Para ello, reconocemos como antecedente inmediatamente anterior la línea de frontera establecida por el Virrey Vértiz en 1779.

¹⁶ Véase, entre otros, TARUSELLI, Gabriel, “Las expediciones a Salinas: caravanas en la pampa colonial. El abastecimiento de sal a Buenos Aires (siglos XVII y XVIII)”, *Quinto Sol*, n° 9-10, Santa Rosa, 2005-2006 y NACUZZI, Lidia. “Diarios, informes, cartas y

Ayudante mayor del Real Cuerpo de Ingenieros con el grado de alférez, García (1758-1833) llegó al Río de la Plata en 1777 como parte de la expedición del virrey Pedro de Cevallos. Éste lo hizo participar de varias expediciones de exploración en el territorio del recientemente creado Virreinato del Río de la Plata. Por su actuación en las Invasiones Inglesas fue ascendido a Coronel. También tuvo activa participación en el Cabildo Abierto del 22 de mayo de 1810. Su expedición de 600 kms a las Salinas Grandes también tenía por objetivo informar a los indígenas del cambio de gobierno y tratar de ganárselos como aliados. En este aspecto, se obtuvieron buenos resultados, porque no hubo malones de importancia contra la jurisdicción de Buenos Aires en toda esa década.

Las expediciones de Pedro Andrés García en 1810 y 1822

La expedición militar se puso en marcha el 21 de octubre de 1810 con 25 carretas y 3 carruajes, que conducían las municiones para los dos cañones que llevaban y las balas para los 25 hombres de infantería que componían la escolta, más 2 suboficiales. También iban 50 milicianos de caballería, armados sólo con lanzas, por ello, según García, los destinó a arrear los ganados y los caballos que pudieran reunirse en préstamo de los vecinos. Durante el viaje se irían demarcando los lugares más importantes, así como las observaciones correspondientes de latitud y longitud, distancias, rumbos y vientos. Esto es, se iría abriendo camino al andar. La expedición llegó hasta el paraje Las Saladas, que es “el fin de nuestras poblaciones mas internadas por este punto al infiel”, dice García.¹⁷ Luego, se siguió hasta el paraje Palantelén, pasando el río Salado, zona apta para situar estancias y majadas de ovejas, y de allí a los Cerrillos. Reunida toda la tropa y

relatos de las expediciones a las Salinas Grandes, siglos XVIII-XIX”, *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, v. 3, n° 2, Mendoza, 2013.

¹⁷GARCÍA, Pedro Andrés. “Diario de un viage a Salinas Grandes en los campos del sud de Buenos-Aires, por el coronel Pedro Andrés García” (1810), en Pedro de Angelis. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836, vol. 3, p. 7; 11.

repartida la ración de yerba, sal, ají, tabaco y pan, se continuó hasta Cruz de Guerra. Durante el camino, mandó al cacique Lincon, el más limítrofe en la frontera, un lenguaraz con el aviso de su paso a las Salinas; a su vez, un poco más adelante, recibió un recado de parte del cacique Turuñan de que lo esperaba en las Salinas. Pasó por las lagunas las Dos Hermanas y Médano Partido antes de llegar a Cruz de Guerra, donde se encontraba el resto de la tropa que se sumaba a la expedición. Acto seguido, recibió un mensaje del cacique Lincon informándole que había pasado la noticia de su presencia a los caciques comarcanos y los había invitado a juntarse en el campamento a fin de recibir aguardiente y yerba.

Al día siguiente, después de haber agasajado a los caciques y satisfecho sus demandas, la expedición, conformada por 172 carretas de carga, 55 de media carga y 7 carretones o carruajes de camino, 2.927 bueyes y 520 caballos y 407 hombres de tropa, reanudó el viaje, marchando hasta el paraje Monigote, punto de encuentro con otro cacique Pampa, Epumur, quien le contó a García que corrían noticias de que algunos españoles querían venir a poblar ciudades en Guaminí, Laguna del Monte, Salinas y otros parajes. Epumur no lo veía con malos ojos, ya que le reportaría a su pueblo un importante beneficio a través del intercambio comercial y significaría una seguridad ante la persecución de otras naciones, como los Ranqueles, Guilliches y Picuntos, que solían robar las haciendas y pertenencias de los Pampas. Luego de este encuentro, García continuó su viaje hasta la Laguna de las Ánimas, desconocida hasta ese momento en los planos.¹⁸ De allí, marcharon hasta una laguna desconocida a la que denominaron Laguna de la Concepción y, más adelante, encontraron cinco lagunas casi encadenadas, a las que llamaron las Cinco Hermanas, y siete más, a las que nombraron las Siete Damas. A lo largo del camino iban recibiendo partidas de indios que se acercaban a hacer sus permutas. Siguió la marcha hasta Cabeza del Buey, pasaron por la cañada llamada del Zapato, una laguna desconocida a la que se le puso el nombre de Santa Clara, un médano al que se lo denominó Médano del Carmen, otra laguna a la que llamaron Mercedes, otro

¹⁸GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1836, p. 22.

médano al que nombraron Médano Alto, de inmediato las Lagunas Acordonadas y finalmente la Sierra de la Ventana. Más adelante, alcanzaron la Laguna del Monte, que se enlaza con la que llaman laguna de los Paraguayos y acto seguido nuevamente la Sierra de la Ventana y la de Guaminí. Llegaron al paraje nombrado el Junco Grande y un ojo de agua que llamaron Laguna Hermosa. El itinerario continuó topándose con otra laguna a la que denominaron Santa Rosa y una vez vadeada divisaron la sierra de Guaminí. En este punto, se encontraron con los caciques Millapue, Joaquín Coronel y Leymí, parientes y amigos de Victoriano y Quinteleu, que acompañaban la expedición de García.¹⁹ Al continuar, llegaron a la Laguna de los Patos, desde donde se divisaban las Salinas, a la que llegaron el martes 13 de noviembre de 1810. Se formó el campamento, se procedió a la carga de las carretas, concluida la cual se inició el regreso. García llegó el 21 de diciembre de 1810 a la Guardia de Luján de donde había partido dos meses antes.

El 26 de diciembre de 1811, García presentó su informe al gobierno de Buenos Aires.²⁰ En él afirma que “llegará un día en que todas las tierras estén ocupadas por tantos propietarios como éstas admitan. Entonces, ¿alguien podrá calcular el grado de poder y de fuerza que tendría el estado?” Sobre esta premisa, propone negociar con los indios amigos a fin de ocupar pacíficamente las tierras que éstos les cedieran.

La segunda expedición estuvo a cargo del mismo coronel García, a quien el gobierno de Buenos Aires, bajo la gobernación del general Martín Rodríguez,²¹ le vuelve a encomendar, el 15 de noviembre de 1821, una nueva comisión a la frontera sur, a la Sierra de la Ventana. Esta se realizó del 6 de marzo al 1º de junio de 1822

¹⁹GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1836, p. 27.

²⁰GARCÍA, Pedro Andrés. Nuevo plan de fronteras de la provincia de Buenos Aires, proyectado en 1816, con un informe sobre la necesidad de establecer una guardia en los manantiales de Casco, o laguna de Palantelen, por el coronel D. Pedro Andrés García (1819)”, en Pedro de Angelis. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837a, vol. 4, p. I-XXII.

²¹ En este trabajo, no incluiré las tres campañas de Martín Rodríguez por no tratarse de expediciones de exploración y reconocimiento.

y el 3 de febrero de 1823 el coronel García presenta su diario de viaje, donde es posible conocer el derrotero que siguió, las observaciones que se hicieron y los planos que se levantaron. García, como él mismo dice, estaba deseoso de dar principio a una obra maestra, de la que resultarían importantes ventajas para la provincia con la adquisición de buenas tierras para su extensión, hoy habitadas por salvajes, y el reconocimiento geográfico de toda esa zona. A su paso, observa que todas las guardias de frontera se encontraban en estado miserable y por ello lamenta la suerte de los establecimientos del sur. La expedición cruzó el Salado y encontró población asentada a uno y otro lado del río. Se reconocieron las lagunas de Biznagal y Espejo, el arroyo Saladillo y Las Flores, la laguna de las Polvaredas y Nulquiñeu. El diario señala que el terreno era “todo de tierra negra y vegetal, encontrándose flora y fauna en abundancia”. A poco de andar, divisaron las sierras de Limahuida y Curacó, que, según los baqueanos, eran ramificaciones de las sierras del Tandil y el Volcán. Todos los reconocimientos, mediciones y observaciones geodésicas se hacían a espaldas de los indios que iban en la expedición, ya que, según García, no sólo desconfiarían si los vieran levantando planos de las lagunas, ríos y terrenos, sino que la simple vista de los instrumentos les generaba temor. Mientras se celebraban los parlamentos para la firma de un tratado de paz, la comisión seguía con las observaciones y el reconocimiento del territorio. “Por el rumbo NO se nos presentaba una vasta pampa, por donde aun no se había descubierto nada, hasta el paralelo del camino de Salinas conocido por varios viajeros”.²²

García se aproxima al pie de la Sierra de la Ventana y allí observa que estaba totalmente poblada de toldos. Inicia las gestiones con los Ranqueles para la firma de un tratado de paz, que fracasan ante la negativa de éstos de no firmar ningún acuerdo y su decisión de continuar la guerra. En tanto, el ingeniero de la

²²GARCÍA, Pedro Andrés. “Diario de la expedición de 1822 a los campos del sud de Buenos Aires, desde Morón hasta la Sierra de la Ventana, al mando del coronel D. Pedro Andrés García”, en Pedro de Angelis. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837b, vol. 4, p. 90.

Comisión se dedicó a reconocer el encadenamiento de la Sierra de la Ventana, junto a los arroyos y arroyuelos que nacían en su seno. García señala, como lo ha hecho a lo largo de su diario de viaje, que se enorgullece de contribuir, con el agregado de un conjunto de datos geográficos, a perfeccionar la carta general que entregará al gobierno para el conocimiento de parte del país, sobre el cual aún se tenían ideas vagas y mapas con errores notables. García hace confeccionar la carta sobre los datos aportados otrora, tanto por los trabajos de Cerviño, quien participó de la expedición de Félix de Azara en 1796, como por los marinos españoles Bausá y Espinosa, quienes hicieron una carta del interior de la provincia en 1808. La intención de García es confeccionar una obra completa del interior de la provincia con las pampas del sud del río Salado, “que si no llega al grado de exactitud que estos trabajos demandan, al menos hará conocer el país que habitamos y lo que él encierra”.²³ Por noticias de desertores o indígenas, dice García, “se sabía que la población era inmensa y no interrumpida desde las faldas de las sierras hasta las Salinas, incluso sobre el río Guaminí y varios arroyos que desaguan en la laguna de San Lucas, todo lo cual se encuentra poblado por tribus ranquel”.²⁴ García no sólo calculaba la cantidad de toldos, sino también de gente (entre hombres, mujeres y niños), sobre todo el número de hombres (y armas) preparados para la guerra. Durante la marcha de regreso, sobre el borde de las faldas de las Sierras Lima-Huida y Pichima-Huida, se pasó por los arroyos Barrancas y Tapalquén. Desde allí, se siguió rumbo al Salado, el cual atravesaron el día 27 de mayo, encaminándose hacia la Guardia del Monte, al paso de labradores y pobladores que salían a saludarlos, siendo recibidos y hospedados en el pueblo por las autoridades. Al día siguiente, continuaron camino a la capital, a la que llegaron el 1° de junio.

En su informe final, García da a conocer un país “inculto, desierto y muy poco recorrido por los viajeros”. Que por su situación geográfica y la riqueza de su suelo está destinado a formar una parte importante del territorio de la provincia. Que cuando se

²³GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1837b, p. 125.

²⁴GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1837b, p. 134.

desarrollen sus fuerzas y se llegue a subordinar a las “hordas salvajes” que asolan ahora a las poblaciones de la frontera, estos campos se llenarán de establecimientos que ensancharán los límites de la provincia.²⁵

García sabía que el gobierno estaba urgido de poner una barrera a las continuas incursiones de los indios y para ello premeditaba el establecimiento de una línea de defensa permanente, bajo la protección de un cuerpo preparado que operara mientras los pobladores se iban estableciendo. “Se trataba de custodiar las propiedades de nuestra campaña sud y oeste, dice García, y de dar mayor extensión a la provincia”. El objetivo principal del Gobierno es la apertura de la campaña y para ello se necesita de la formación de dos fuertes o poblaciones fortificadas. Para García, “desde el cerro del Volcán, origen de la cadena de sierras que atraviesan la pampa al NO, y corren mas de 50 leguas hasta el paralelo de la Guardia de Lujan, concluyendo en el cerro llamado Cairú, el terreno presenta una barrera que, guarnecida con algunas fortificaciones, aumentaría el territorio de la Provincia con mas de 2000 leguas cuadradas, y custodiaría toda la frontera hasta el paralelo de aquella guardia, y aun la de Rojas”.²⁶ En su opinión, las fortificaciones que deberían establecerse en la cadena de sierras serían seis. Esta línea aseguraría la posesión de todo el territorio que ocupan los indios y los obligaría a retirarse más allá de los ríos Colorado y Negro.

En 1824, se crea la Comisión Topográfica de Buenos Aires,²⁷ repartición creada con el objeto de reglamentar y controlar la mensura de tierras, llevar un registro topográfico, encargarse de la traza de pueblos y ciudades y reunir los datos necesarios para confeccionar un plano de la provincia de Buenos Aires.

²⁵GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1837b, p. 171.

²⁶GARCÍA, Pedro Andrés. Op. Cit., 1837b, p. 174-175.

²⁷ A partir de 1826, pasará a denominarse Departamento General de Topografía, más conocido como Departamento Topográfico. Véase, ESTEBAN, Francisco, *El Departamento Topográfico de la Provincia de Buenos Aires, su creación y desarrollo*. La Plata: Archivo Histórico de Geodesia, 1962.

La expedición de Juan Manuel de Rosas y Felipe Senillosa en 1825

En 1825, bajo la gobernación del general Juan Gregorio de Las Heras, se realiza una nueva expedición al sur de la frontera al mando del coronel Juan Manuel de Rosas,²⁸ participando de la misma además funcionarios del Departamento Topográfico, oficiales del Ejército de Línea y hacendados de la provincia. El 30 de octubre de 1825, el ingeniero del Departamento Topográfico Felipe Senillosa partió de Buenos Aires rumbo a Chascomús, donde encontraría a Juan Saubidet, segundo oficial, quien, en ese momento, se encontraba levantando el plano del pueblo y a quien le informó que a su término lo esperaba el 15 de noviembre en Monsalvo o Montes Grandes. Lo que efectivamente aconteció. El 28 de noviembre llegaron a la estancia “El Tala” de los hermanos Anchorena, allí, en Monsalvo, donde realizaron varias mediciones que servirían de base para la nueva línea de frontera. El 30 de noviembre llegó, procedente de Buenos Aires, Rosas, quien estaba encargado de organizar la marcha. Venía con 60 peones y tres carretas, cargadas con utensilios y víveres.²⁹ Allí se dispuso que mientras se terminaban las mediciones, el 1° de diciembre la tropa se dirigiría a Vacalongo y los peones y las carretas a Las Talitas, una antigua población de Ezeiza, desde donde partirían. El 7, estando ya todos reunidos en Las Talitas, se sumó el teniente coronel Ambrosio Crámer, con varios peones. Luego, pasaron a El Durazno, donde se reunió toda la comitiva, lista para partir. Rosas iba acompañado por un total de 85 personas de su confianza: 4 ayudantes de su dependencia; un cirujano; 4 esclavos; 5 camperos; 5 conchabados; 1 baqueano; 56 peones; 1 capataz y 4 peones carreteros; y el hacendado Pedro Burgos con 3 peones. Además,

²⁸ Gobernador de la provincia de Buenos Aires entre 1829 y 1832 y entre 1835 y 1852. En 1833, realiza la “Campaña al Desierto”, llegando hasta los ríos Colorado y Negro, que no trataré aquí.

²⁹ ROSAS, Juan Manuel. “Diario de la comisión nombrada para establecer la nueva línea de frontera, al sud de Buenos Aires; bajo la dirección del señor coronel D. Juan Manuel de Rosas (1826)”, en Pedro de Angelis. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837, vol. 6, p. 7.

llevaba 10 novillos y 80 vacas, 3 carretas con víveres y 36 bueyes; 200 caballos de su propiedad y 600 caballos de los peones, los camperos y el baqueano. Crámer llevaba un dependiente, un capataz, ocho peones, una carretilla toldada, 10 novillos y 60 caballos.³⁰

La primera tarea que le cupo a la Comisión fue el reconocimiento del campo que mediaba entre Kakel y el punto de la nueva línea de frontera. Para ello, se acordó que se haría con dos divisiones escoltadas por pequeños destacamentos y el resto se dirigiría a Nahuel-ruca, cerca de Mar Chiquita. Una de las divisiones, con Senillosa a la cabeza, reconoció la laguna y, después de hacer varias mediciones, atravesaron el arroyo Vivoratá y el arroyito de los Cueros, apareciendo, al otro lado, una gran ensenada, con barrancas que bajaban hacia la costa y que terminaban en la Punta de Lobos. Se siguió por la costa, donde avistaron gran cantidad de lobos marinos, hasta divisar el Cabo Corrientes. Rosas, por su lado, hizo el reconocimiento de la Sierra del Volcan y el arroyo Dulce, subiendo a caballo, junto a Pedro Burgos, a la cumbre de la sierra y al bajar –lo tuvieron que hacer a pie debido a lo escabroso y empinado de la sierra–, encontraron un arroyo, nombrado el Arroyo del Junco. En el informe elevado por Rosas se detalla que “el terreno que circunda las sierras es muy quebrado, siendo los de mayor consideración el Cerrito de Paulino y los Cerros del Volcan, Largo, Redondo o de la Laguna Brava –reconociendo también la laguna– y de los Padres”. Al llegar al Fuerte Independencia (hoy Tandil),³¹ se aprovechó para reconocer los alrededores, los arroyos Chapaleofú, de los Huesos, Azul y Pueblo Calel. Retomada la marcha, pasaron por la sierra y el arroyo Tapalquén. Después de estos reconocimientos, se preparó la marcha de regreso, llegando a Buenos Aires el 25 de enero de 1826.

El 16 de marzo de 1826 el presidente de la república, Bernardino Rivadavia, decretó que la Comisión Topográfica, creada en 1824, demarcara el territorio en el que debía organizarse

³⁰ROSAS, Juan Manuel. Op. cit., p. 9.

³¹ Fundado por Martín Rodríguez en 1823.

la provincia.³² El territorio se dividió en dos departamentos, uno al norte y otro al sud. El 27 de septiembre de 1826 se emitió un decreto por el cual se proclamaba que uno de los objetos que llamó la atención del presidente fue poner en completa seguridad a la campaña “contra las incursiones y depredaciones de los bárbaros”.³³ El decreto es la respuesta a las frecuentes incursiones indígenas por varios puntos de la campaña, aprovechando incluso la firma de convenios y el consecuente intercambio de regalos. La visión oficial era clara: “sólo el poder de la fuerza puede imponer á estas hordas, y obligarlas a respetar nuestra propiedad y nuestros derechos”. En función de ello, se proyectó una línea militar que fijara la frontera con los territorios indígenas, a fin de controlar sus imprevistas incursiones y proteger las posesiones. La línea se trazó y se demarcaron los puntos en donde podían establecerse los principales fuertes. Dos comisiones, que se habían nombrado oportunamente para hacer los reconocimientos y las operaciones de ejecución, presentaron sus trabajos y el plano correspondiente, que fueron aprobados por el presidente. Se esperaba que esto pudiera ejecutarse pronto dado que contaba con la cooperación y el auxilio de todos los hacendados interesados en poner a resguardo sus fortunas y asegurar un rápido progreso. De esta manera, se acordaba establecer la nueva línea de frontera desde el Fuerte Independencia por los puntos marcados por los comisionados y establecer tres fuertes principales, uno, en la Laguna de Curalafquen, otro, en la de la Cruz de Guerra y otro en la del Potrero. Esta nueva línea estaría guarnecida permanentemente por cuatro regimientos de caballería. Por otro lado, el decreto establecía que el Ministerio de Gobierno acordaría con los hacendados los medios convenientes para proporcionar y

³²Registro Nacional de las Provincias Unidas del Río de la Plata [en adelante RNPURP], 16 de marzo de 1826, pp. 44-45. El 4 de marzo de 1826, el Congreso General Constituyente de las Provincias Unidas del Río de la Plata decretó la ley por la cual la ciudad de Buenos Aires pasaba a ser capital del estado con un territorio que comprendía el espacio que mediaba entre el puerto de las Conchas y el de Ensenada y entre el Río de la Plata y el de las Conchas hasta el puente de Márquez y desde éste hasta el de Santiago. En tanto, en el resto del territorio se organizaría una provincia (RNPURP, 4 de marzo de 1826, p. 42).

³³RNPURP, 27/09/1826, p. 138-139.

conducir población a la frontera, a fin de facilitar su conservación, al mismo tiempo que consideraba que los hacendados debían hacerse cargo de conservar la paz con los indios.

La expedición de Narciso Parchappe en 1828

Inmediatamente después de elegido Gobernador y Capitán General de la Provincia de Buenos Aires en 1828, el coronel Manuel Dorrego decretó que el coronel Rosas, encargado de la celebración y conservación de paz con los indios, fuera autorizado a preparar todo lo necesario para la extensión de las fronteras del sud y fomento del puerto de Bahía Blanca, así como la formación de un plan para proceder a su ejecución.³⁴ El gobierno de Dorrego mostraba un claro interés en asegurar y extender las fronteras. El 13 de noviembre de 1827, la Sala de Representantes sancionó la ley que autorizaba al gobierno a establecer la nueva línea de frontera, facilitar el tránsito a Bahía Blanca y habilitar su puerto. Para solventar los gastos que demandara esta ejecución, se imponía el pago de un real al año por cada cabeza de ganado vacuno y caballar de las estancias de la provincia a cobrarse durante los años 1828 y 1829.³⁵

En 1828, finalmente, se establece la línea de frontera acordada con los indios. De la expedición, conducida por el mayor Perdriel, formaba parte el ingeniero francés Narciso Parchappe, que escribió el diario de marcha y se publicó en la obra de su compatriota, el naturalista Alcided'Orbigny. Según relata Parchappe, cuando se pasó una miserable casucha, último lugar habitado, “el horizonte se hizo perfecto; nos encontrábamos como en medio de un océano de vegetación, donde nada modificaba la monótona uniformidad, y nos hundimos en las pampas”. Finalmente, se llegó a la Cruz de Guerra, donde se establecería el punto de frontera, pero, como dice Parchappe, “el gobierno quería alejar sus fronteras, sin haber hecho, previamente, reconocer las posiciones en condiciones de establecer los fuertes que debían

³⁴ RNPURP, 16/08/1827, p. 70.

³⁵RNPURP, 13/11/1827, p. 116.

componer la nueva línea”. La laguna de Cruz de Guerra formaba parte de la línea de frontera proyectada años antes y que salía del cabo Corrientes, seguía las sierras del Volcan, Tandil y Tapalquén y de allí se replegaba a los establecimientos existentes en el extremo norte de la antigua línea trazada por los españoles. Lo único que se había ejecutado de ese proyecto era la construcción del Fuerte Independencia en 1823. La nueva línea debía apoyarse en el sur en Bahía Blanca. Los puntos intermedios eran completamente desconocidos, continúa diciendo Parchappe, salvo una gran laguna llamada Blanca, cuya posición había sido vagamente determinada por el reconocimiento que en su momento hizo Juan Manuel de Rosas.³⁶

A medida que avanzaban los planes de construcción del nuevo fuerte, el comandante de la expedición había proyectado hacer con Parchappe un reconocimiento de la llanura existente entre Cruz de Guerra y laguna Blanca, pero una comunicación recibida de la oficina topográfica, le ordenaba transferir las obras empezadas a su ayudante y dirigirse lo más pronto posible a la Guardia del Monte y de allí a Tandil, donde se reuniría con la expedición que, bajo la conducción del coronel Ramón Estomba, marcharía a Bahía Blanca. Pero antes de partir, Parchappe decidió efectuar el reconocimiento planificado con el comandante de la expedición. En su opinión, “la facilidad con que se puede recorrer en todas direcciones la provincia de Buenos Aires es realmente admirable”. De regreso en Buenos Aires y en marcha hacia Monte, Parchappe fue bien recibido por el juez de paz, que era además pulpero y panadero, como el de la guardia de Luján, y hombre de negocios de Rosas, a quien se considera “el señor soberano de esa parte de la provincia”. Dueño de grandes estancias y administrador de otro gran número de propiedades ajenas, ha hecho de la forma exitosa de administrar sus empresas un modelo de gestión. Parchappe equipara sus “vastas posesiones” a verdaderos “estados”, en donde impera la ley y el orden y ello le ha traído gran predicamento y popularidad entre los hombres de la campaña, que

³⁶PARCHAPPE, Narciso. “Viaje de Parchappe a la Cruz de la Guerra” en Alcided’Orbigny. *Viaje por la América Meridional*. Buenos Aires:Emecé, 1999. T. II, p. 97; 117-118.

le tienen una “devoción fanática”. “Acostumbrado a gobernar despóticamente los inmensos dominios que administra”, dice Parchappe, ejerce gran influencia en la política y “se ha declarado sucesivamente sostén interesado o duro censor de los diversos gobiernos que han desfilado en los últimos años”.³⁷

Vuelto a la expedición, Estomba le pide a Parchappe que parta el 12 de marzo para hacer un reconocimiento previo de Bahía Blanca y elegir el sitio donde se levantaría el fuerte. Este reconocimiento no estaba exento de peligros, según Parchappe, pues se trataba de recorrer “una región que estaba completamente sometida a los salvajes, que no podían ver con buenos ojos a los cristianos invadir continuamente un territorio del cual se consideraban con bastante lógica sus legítimos poseedores”.³⁸ Parchappe no sólo dirigía las obras, sino que también se ocupó de las observaciones meteorológicas y de la elaboración de un mapa, tarea que le insumió todo un mes. Siguiendo con los trabajos y los reconocimientos de la zona, Parchappe recibió un correo del Departamento Topográfico, donde se le anunciaba que iba a ser propuesto a la Cámara de Representantes un proyecto para acordar 100 leguas cuadradas a cada uno de los nuevos establecimientos de la frontera y que por lo tanto se le solicitaba midiera esa extensión y colocara los mojones que debían fijar los límites. También había llegado un decreto del gobierno que establecía la forma que debía tener el villorrio y la distribución de las tierras para cultivo y pastoreo.³⁹ Finalmente, antes de tomar el camino definitivo de regreso, reconoció el curso del Salado Grande, midió varios lotes de tierra y registró la Sierra de la Ventana. Finalmente, llegó a Buenos Aires el 10 de agosto, finalizando su comisión. Aquí finalizo también el análisis de estas expediciones, pues más allá de la Campaña al Desierto que efectuará Rosas en 1833, la siguiente corresponde a la Campaña del Desierto realizada por el General Roca en 1879, y que excede el interés de este estudio.

³⁷PARCHAPPE, Narciso. Op. Cit., p. 161; 173-175.

³⁸PARCHAPPE, Narciso. Op. Cit., p. 183.

³⁹PARCHAPPE, Narciso, Op. Cit., p. 205.

Consideraciones finales

El pormenorizado relato de cada una de las expediciones, realizado por sus protagonistas en los diarios de viaje, y volcado en informes oficiales, me permitieron abordar algunas consideraciones vinculadas a la/s concepción/concepciones del espacio.

Para Paul Allié (1980), a quien seguimos en esta reflexión, se trata de comprender cómo el espacio se convierte en “proyecto” del estado por intermedio de la administración, para ello, se hace necesario establecer una relación estructurante entre la sociedad civil y el estado propiamente dicho, es decir que la administración termina produciendo el territorio. La unidad del estado no reposa por lo tanto en la unidad física de un territorio, sino en el alcance de un mismo orden jurídico. En este sistema, el establecimiento de las fronteras adquiere gran importancia, ya que fijan el límite para el ejercicio de las competencias estatales, reduciendo el territorio a una circunscripción estatal, en donde el estado ejerce su poder.⁴⁰

Ahora bien, para llegar a esto es necesario analizar la forma de expedicionar, la cual muestra una concepción cartesiana, que considera al espacio como una superficie neutra, abstracta, objetivable, mensurable y cartografiable, al interior de la cual se desarrollan las relaciones sociales, esto es “la espacialidad de las relaciones sociales”⁴¹, es decir la manera en la que cada fenómeno social (los intercambios, los conflictos, los acuerdos, las demostraciones de autoridad o sumisión) se manifiesta en los diferentes lugares y la manera en la que cada elemento del entorno es transformado por los fenómenos sociales (cómo se habla, cómo se los representa, cómo se comportan).⁴²

⁴⁰ALLIES, Paul. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980, p. 14.

⁴¹MORSEL, Joseph. “Construire l'espace sans la notion d'espace. Le cas de Salzforst (Franconie) au XIV^e siècle”, en *Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*. Paris : Publications de la Sorbonne, 2007.

⁴² MEHU, Didier. “Locus, transitus, peregrinatio. Remarques sur la spacialité des rapports sociaux dans l'Occident médiéval (XI^e-XIII^e)” en *Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, p. 277.

A su vez, las descripciones geográficas que hicieron los expedicionarios fueron estructurando el espacio geográfico como un conjunto de compartimentos contiguos delimitados por accidentes naturales y caracterizados por un nombre de origen o impuesto. Esto nos permite considerar el proceso de construcción del territorio por fragmentos que narran en forma continua un proceso histórico –aunque no se observa una continuidad institucional en la cartografía de la provincia que pueda dar cuenta de los cambios– vuelven inteligible una realidad del pasado. Conocer para dominar.

El método utilizado partía de una grilla graduada según latitudes y longitudes sobre la cual se espacializaban los distintos puntos conocidos por sus coordenadas que se unían a partir del método de triangulación, es decir que se determinaban lugares mediante la intersección de líneas. Estos trabajos requerían ciertos conocimientos y determinadas capacidades dados por la aplicación de diversos procesos matemáticos con un considerable proceso de abstracción. En este sentido, podemos pensar que el sistema cartesiano evidencia no sólo un procedimiento técnico, sino que también constituye una forma de pensar y de generar una réplica del territorio que se mide y se dibuja.⁴³ Por ejemplo, si observamos los mapas de la provincia de Buenos Aires que se confeccionaron a lo largo del siglo XIX, o al menos hasta mediados–1824 Aaron Arrowsmith; 1833 César H. Bacle; 1862 Nicolás Grondona y José Ildefonso Alvarez de Arenales; 1877 Taylor; 1890 Departamento de Ingenieros y 1904 Angel Estrada y Cía.–, veremos representada la realidad que se observaba, y en algunos casos con un gran lujo de detalles. Hechos por especialistas, cartógrafos, grabadores y editores, dependía del grado de observación directo –y de fuentes y materiales de que se sirvieran– para ubicar cursos de aguas (ríos, afluentes, lagunas), datos topográficos de relieve (elevaciones, pendientes y alturas), poblados, fuertes y fortines y propiedades, lo cual no los dejaba exentos de tener algunos errores geográficos. El mapa hecho por Arrowsmith, por ejemplo, ubica las propiedades

⁴³ZWEIFEL, Teresa, “La colección de Pedro De Angelis y la circulación de la cartografía en el Río de la Plata (1827-1853)”, en *Estudios de Teoría Literaria*, Año 3, n° 5, Mar del Plata, 2014, p. 176.

de varios estancieros y el lugar donde se encontraban las tolderías. Esto revela la espontaneidad de la localización. Sobre lo escrito es posible ver los avances y retrocesos y la porosidad de un territorio que va cerrándose sobre sí mismo. De ahí la necesidad del reconocimiento y el relevamiento para saber dónde estamos y cómo estamos. Más allá de la ocupación y el establecimiento.

La ocupación del territorio bonaerense fue un proceso que se desarrolló en el largo plazo y en el cual espacializaron su poder el estado, los particulares y también la iglesia. La ocupación se iba dando de hecho. Eran tierras ricas, fértiles y abundantes. Era necesario adentrarse en territorio indio para conocer y saber más. El tipo de construcción del territorio se expresa en una determinada forma espacial que puede generar una capacidad de poder igualitaria o desigualitaria. Esto se vincula con la creación de instituciones que va ligada a determinado tipo de relaciones (políticas, formales, personales, clientelares), que van a definir una forma de acción gubernativa marcada por cierta discrecionalidad y que terminan siendo funcionales a las características naturales que presentaba el terreno (grandes extensiones, poca población, producción ganadera). El territorio comprende una jurisdicción, en el que se ejerce una relación de poder, que se forma de acuerdo al modelo social dominante, el cual es históricamente construido. Esta concepción permite implementar políticas territoriales en función de diagnósticos regionales. La ocupación efectiva del espacio significa la ocupación social del espacio. Esta idea no debiera perder de vista los espacios naturales, con sus sistemas ecológicos, climáticos y biológicos, que forman parte sustantiva del concepto de territorio en la que se sustenta. De alguna manera, el territorio de la provincia de Buenos Aires experimenta los cambios propios que va teniendo la formación del estado nacional centralizado y se relaciona con las formas de organización del poder.⁴⁴

⁴⁴ GIRBAL, Noemí y CERDÁ, Juan M. “Lecturas y relecturas sobre el territorio. Una interpretación histórica”, *Estudios Rurales*, n° 1, 2011.

Fuentes

DE ANGELIS, Pedro, “Colección de Viages y Expediciones a los campos de Buenos-Aires y a las Costas de Patagonia, en *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1837, vol. 5, pp. 1-112.

GARCÍA, Pedro Andrés. “Diario de un viage a Salinas Grandes en los campos del sud de Buenos-Aires, por el coronel Pedro Andrés García” (1810), en Pedro de Angelis. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836, vol. 3.

_____. “Nuevo plan de fronteras de la provincia de Buenos Aires, proyectado en 1816, con un informe sobre la necesidad de establecer una guardia en los manantiales de Casco, o laguna de Palantelen, por el coronel D. Pedro Andrés García (1819)”, en Pedro de Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1837a, vol. 4, pp. 1-26.

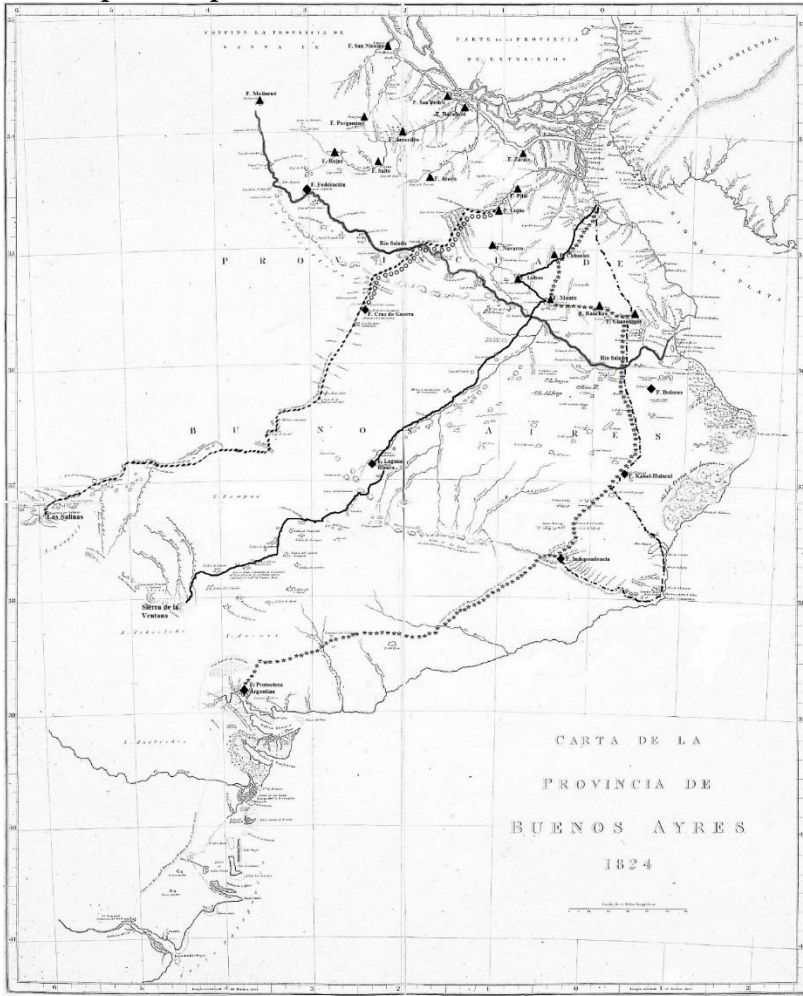
_____. “Diario de la expedición de 1822 a los campos del sud de Buenos Aires, desde Morón hasta la Sierra de la Ventana, al mando del coronel D. Pedro Andrés García”, en Pedro de Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1837b, vol. 4, pp. 1-178.

PARCHAPPE, Narciso, “Viaje de Parchappe a la Cruz de la Guerra”, en Alcided’Orbigny, *Viaje por la América Meridional*, Buenos Aires, Emecé, 1999. T. II.

ROSAS, Juan Manuel, “Memoria del Coronel Juan Manuel de Rosas”, en Adolfo Saldías, *Historia de la Confederación Argentina. Rosas y su época*, Buenos Aires, El Ateneo, 1951.

_____. “Diario de la comisión nombrada para establecer la nueva línea de frontera, al sud de Buenos Aires; bajo la dirección del señor coronel D. Juan Manuel de Rosas (1826)”, en Pedro de Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1837, vol. 6, pp. 1-52.

Mapa 1 - Expediciones a la frontera sur de Buenos Aires



Fuente: Elaboración propia en base a la Carta de 1924 de Aaron Arrowsmith

Referencias: ▲ Fuertes y Fortines anteriores a 1810

◆ Fuertes y Fortines posteriores a 1810

----- Expedición de Pedro A. García en 1810

_____ Expedición de Pedro A. García en 1822

-.-.-.-.- Expedición de Rosas y Senillosa en 1825

○○○○○ Primera Expedición de Parchappe en 1828

***** Segunda Expedición de Parchappe en 1828

SOMBRAS, SOLDADOS E UM COMANDANTE DA GUARDA NACIONAL: FRONTEIRA E GUERRA NO SUL DO IMPÉRIO DO BRASIL (CA. 1850-1873)

*Miquéias H. Mugge**

Apesar de as guerras e as fronteiras se constituírem em um fator fundamental para a construção dos Estados nacionais,¹ surpreendentemente a falta de uma guerra de independência, no Brasil, à moda do ocorrido na América Hispânica, acabou afastando da academia brasileira análises mais densas sobre as guerras, os exércitos e as milícias, pelo menos até as últimas duas décadas, quando o campo da Nova História Militar se consolidou. Daí que a construção e o fortalecimento do Estado foram sistematicamente tratados buscando resultados relacionados à formação e perpetuação de um grupo de elite dirigente (seja ele formado por membros educados de maneira mais ou menos uniforme, seja composto por membros de uma *classe dirigente* fluminense) e as maneiras pelas quais um projeto de nação foi levado a cabo por ele.²

O século 19, período crucial na consolidação do Estado brasileiro, como se sabe, foi marcado por batalhas complexas e violentas na América Latina.³ A derrota na Cisplatina foi sensível

* Postdoctoral Research Associate, Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University/EUA. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo: EdUSP, 1996.

² CASTRO, Celso.; KRAAY, Hendrik.; IZECKSOHN, Vitor. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política Imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

³ CENTENO, Miguel Angel. Limited wars and limited states. In: DAVIS, Diane E.; PEREIRA, Anthony W. (orgs.). *Irregular Armed Forces and their role in politics and state formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003; NUNN, Frederick N. *The South American Military Tradition: Preprofessional Armies in Argentina, Chile, Peru,*

para a queda de Pedro I. A eclosão de diversas revoltas provinciais balançou a Regência. A Guerra contra Oribe e Rosas teve resultados que impactaram a política intervencionista brasileira no Prata. Por fim, a Guerra do Paraguai, na qual o Brasil foi protagonista, talvez tenha sido até agora a guerra que mais chamou a atenção de historiadores brasileiros e estrangeiros.⁴

Percebo que, mesmo assim, as explicações que relacionam a política da Corte (ou do centro) com as províncias (ou as periferias – inclusive fronteiriças) em ação bélica ainda carecem de mais substância.⁵ Tentar compreender o fortalecimento do Império e o funcionamento da sociedade de então a partir de trajetórias de militares, sejam eles comandantes ou soldados, é uma boa oportunidade para refletir sobre os alcances e os limites do próprio Estado, como bem argumentado por Charles Tilly e outros cientistas sociais e historiadores. As mobilizações às guerras transformam-se em objeto de análise para entender as capacidades de intervenção de governos centrais em suplantam – ou não – as prerrogativas e os acordos locais.

Como elementos essenciais do Estado moderno, as forças armadas (regulares ou não) afetavam a vida de milhares de brasileiros, homens, mulheres e crianças, e sua gestão envolveu disputas acirradas entre grupos políticos do Brasil imperial.⁶ Nesse

and Brazil. In: RODRÍGUEZ, Leslie (ed.). *Rank and Privilege: the military and the society in Latin America*. Lanham: SR Books, 1994.

⁴ Ver, por exemplo: IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and war in the Americas: race, citizenship, and State building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014; IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: e-papers, 2002; COSTA, Wilma P. *A espada de Dâmoles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996; KRAAY, Hendrik ; WHIGHAM, Thomas. L.(orgs.). *I die with my country: perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

⁵ Para essas questões somadas às revoltas regenciais, ver: RIBEIRO, José I. *O Império e as Revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

⁶ “Nenhum outro setor do Estado penetrou tão fundo na sociedade”. KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 18. Sobre a importância das forças armadas irregulares, ver: DAVIS, Diane E.; PEREIRA, Anthony W. (orgs.). *Irregular Armed Forces and their role in politics and state formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

âmbito, a Guarda Nacional brasileira torna-se um espaço excepcional para capturar essas articulações. A milícia foi responsável, em boa parte do século 19, por manter a ordem do Império e ajudar o Exército nas fronteiras e costas. Nela baseou-se o sistema de defesa interna e a intervenção externa pelo menos até a Guerra do Paraguai, quando a transferência para o *front* comprometeu a eficiência dos métodos de controle social. Apenas administrando a coerção, o Estado convocava os comandantes superiores da Guarda, recrutados dentro das elites locais e/ou regionais, para auxiliar nas intervenções, uma característica-chave da administração do Império Ultramarino português herdada pelo Império brasileiro.⁷ Representando o governo, e o próprio monarca, indivíduos cujos poderes eram delegados pela Coroa tornavam-se agentes de recrutamento.⁸

Nessa estrutura semi-centralizada,⁹ soldados rasos, capitães, comandantes, nobres, presidentes e ministros compunham o nervo militar do Império brasileiro para defesa de seus interesses nas regiões limítrofes e no além-fronteira. Uma máquina cujas engrenagens tinham vontades e estratégias próprias, formada por instituições antagônicas – uma milícia, a Guarda Nacional, e um Exército ainda em consolidação e profissionalização.¹⁰

⁷ Sobre as milícias nesse tempo, ver: GOMES, José E. *As milícias d'El Rey*. Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

⁸ Sobre a Guarda Nacional, ver: CASTRO, Jeanne B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977; URICOECHEA, Fernando. *O minotouro imperial*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978; SALDANHA, Flávio H. D. *Os oficiais do povo*. São Paulo: Annablume, 2006; RODRIGES, Antonio E. M.; FALCON, Francisco. J. C.; NEVES, Maria de S. (orgs.). *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981; RIBEIRO, José I. *Quando o serviço os chamava*. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul. Santa Maria: EdUFSM, 2005; FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil. Santa Maria: EdUFSM, 2010.

⁹ IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Rev. Bras. Hist.*, 2016, v. 36, n. 73, p. 183-207.

¹⁰ Ver: IZECKSOHN, Vitor. *op. cit.*

Dentro deste complexo mecanismo, formou-se uma elite, oriunda da prestação de serviços militares gratuitos, que, por sua vez, recebeu, em contrapartida, títulos de nobreza, honrarias diversas e, em especial, reconhecimento do espaço privilegiado que ocupava naquela sociedade. Nesse sentido, esse tipo especial de elite regional, ou “a elite da guerra do sul do Brasil”, não era um grupo de sujeitos passivos no processo de consolidação da monarquia, tampouco agia somente como força centrífuga, sempre recalitrante. A negociação era a tônica; havia um conjunto de mediação política entre níveis de poder, e, especialmente quando os interesses de poderosos locais e das elites estatais convergiam, o processo se dava de maneira mais fluida e uniforme. Nem por isso os grupos melhor posicionados nas hierarquias regionais deixavam de ter suas estruturas socioeconômicas internas e suas interações sociais próprias. Tampouco se limitavam a imitar comportamentos cortesãos.¹¹

Nesse texto, pretendo analisar a atuação de um desses senhores da guerra, buscando por suas atuações em esferas locais e regionais. Ao fazê-lo, revelo aspectos fundamentais sobre o recrutamento militar em um momento emergencial e crucial da formação do Estado brasileiro. Para alcançar tal fim, exploro a trajetória de um desses “senhores de guerras”, mais precisamente a do Barão de Serro Alegre, Comandante Superior de Guardas Nacionais de Bagé (e região contígua), em um momento especial, qual seja, a Guerra do Paraguai.

Tomam outro sentido, assim, as formas de solidariedade que delimitavam não só a sobrevivência desses comandantes (e de seus soldados), mas legitimavam seus papéis como integrantes de elites regionais e como comandantes de milícia. Em suma, em um esforço microanalítico,¹² busco observar aspectos de lógicas sociais que operavam na fronteira mais meridional do Império. Ou seja, dou vez aos sistemas de relações e reciprocidades em locais onde

¹¹ MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra*: elites militares no sul do Império do Brasil. Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1845-1873). Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

¹² Inspirado em LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

o exercício de mediação por parte de indivíduos especializados no fazer a guerra era fundamental.¹³

Ao acessar momentos em que se manejavam e adaptavam informações estratégicas de modos peculiares – como são as guerras –, consigo relacionar as escolhas tomadas por esses homens e por suas famílias, que acabavam por limitar e dar forma ao Estado brasileiro em contínua construção. Reitero que só é possível adentrar nessas *sombras* a partir de lentes que contemplem o cotidiano.¹⁴

Um homem de “hábitos antigos”

Em outubro de 1865, mês posterior à rendição das tropas paraguaias que ocuparam Uruguaiana, o Imperador D. Pedro II e seu séquito viajavam pela região da Campanha do Rio Grande do Sul, visitando oficiais de milícia e do Exército, que, anos antes, ajudaram a arrastar o Império para a maior guerra internacional de sua história. Junto da caravana estava o Conde d’Eu, esposo de D. Isabel, filha de Pedro. Durante suas andanças pela província meridional, o genro do Imperador escreveu um livro, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865)*.

No dia 15 daquele mês, depois de atravessar o famoso campo do Ponche Verde e buscar um lugar para o acampamento militar, a caravana se deparou com “uma casa aparentemente rica, no meio de uma bela chácara”. O proprietário dela, no entanto, “prodigiosamente avarento”, não facultou a entrada da família real, tampouco ofereceu uma recepção aos nobres visitantes, que tiveram de “fazer o jantar na cabana de uma pobre mulher, oriental de nascimento e evidentemente de raça indígena”. Com esse relato, o Conde d’Eu resumia aquele dia.

¹³ Sobre a importância da mediação em uma região de fronteira distinta daquela que aqui trabalho, ver: BIEBER, Judy. Mediation through militarization: indigenous soldiers and transcultural middlemen of Rio Doce divisions, Minas Gerais, Brazil, 1808-1850. *The Americas*, 2014, v. 71, n. 2, p. 227-254.

¹⁴ CRAPANZANO, Vincent. *Imaginative Horizons. An essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2004, p. 16. Agradeço a Moisés Kopper pela indicação da obra.

Contrastante ao “ricaço” pão-duro, no entanto, era a figura do comandante militar de Bagé, “que viera ao encontro do Imperador”, juntando-se à comitiva. O Visconde de Serro Alegre se tornara célebre no tempo da guerra civil como chefe das tropas imperiais, o que fez aquele encontro gerar “considerável interesse”. Homenzinho baixo e contando 75 anos de idade, João da Silva Tavares ainda tinha cabelos anelados e abundantes, apesar de grisalhos. Sua barriga protuberante não lhe permitia que fechasse mais de três botões da casaca da farda. Montado em seu cavalo, “sem botas altas, sem polainas, sem presilhas nem esporas”, “o venerável barão” se portava de maneira jovial, “algum tanto fora dos hábitos brasileiros”, e tratou o Imperador sem quaisquer cerimônias — o que horrorizou algumas pessoas.¹⁵

No ano seguinte ao encontro, em dezembro de 1866, o então Barão comandou as solenidades que comemoraram “o Aniversário do Natalício de S. M. O Imperador” em Bagé, o que ocorreu às suas custas. Seu principal desejo era “não deixar passar despercebido esse dia”. Durante algumas semanas ele preparou toda a força que ainda existia nos subúrbios da vila, “tomando de combinação com os outros chefes de corpos e brigadas”, a fim de que todos eles estivessem montados em cavalos brancos, emprestados junto aos moradores do município, que, segundo o comandante, o fizeram “de muito boa vontade e regozijo”. Comunicando e detalhando os festejos, ele finalizou sua carta ao presidente da província com uma sentença muito explicativa sobre suas intenções: “fico satisfeito; que, com esse exemplo, os verdadeiros monarquistas neste município sejam mais escrupulosos quando houver outra eleição”.

João da Silva Tavares, em meio à Guerra do Paraguai, reuniu 945 soldados de milícia, praças de primeira linha, oficiais superiores e inferiores, pertencentes aos seis corpos estacionados em Bagé, para realizar os cortejos que desfilaram pelas ruas da cidade com a efígie de Pedro II à sua frente. Ao liderar a comemoração do aniversário do Imperador do Brasil, o Barão de Serro Alegre não só ritualizou a ordem política, mas também

¹⁵ D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 202-203.

demonstrou sua força, sua habilidade e sua legitimidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele reforçou o poder do Estado e contribuiu para a formação de uma identidade nacional, também se fez reconhecer como parte da elite brasileira naquela fronteira muito distante do mundo da Corte. Dessa forma, o comandante superior mediou o processo cultural da formação do Estado, já que a política era indissociável de suas ações e estratégias.¹⁶

Nomeado comandante de Bagé em 1858, depois de ter prestado serviços ao Império como um dos “campeões da legalidade” contra os rebeldes farrapos e ser eleito para a Assembleia Provincial, Silva Tavares se beneficiou de sua fama e foi um dos líderes militares mais reconhecidos da fronteira sul-brasileira.¹⁷ Situava-se no topo da pirâmide da desigualdade social oitocentista naqueles pagos:¹⁸ concentrou grandes propriedades rurais, foi dono de terras em território uruguaio, possuía um enorme rebanho vacum e foi um dos maiores escravistas da região. É claro que isso não bastava para que ele fosse elevado ao posto de Comandante Superior; muitos foram os militares pobretões que comandaram soldados no extremo sul do país. Fato é que ele e seus filhos ocuparam aqueles cargos de maneira natural – afinal, o governo das tropas vinha sendo sua tarefa desde “tempos imemoriais”. Sua vida era noticiada, inclusive, nos jornais da Corte.

¹⁶ Hendrik Kraay argumenta que o retorno dos rituais (e dos conflitos políticos que deles advinham) coincide com o fim do período da Conciliação. Apesar disso, durante a Guerra do Paraguai os ânimos se arrefeceram grandemente e as celebrações diminuíram tanto em número quanto em entusiasmo — com isso, ele deduz que se a guerra fomentou o nacionalismo brasileiro, ele não resultou em rituais cívicos. Sobre as festividades, ver: KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013, p. 112-145 e 240-269.

¹⁷ Mais informações sobre Silva Tavares podem ser encontradas em: SOUZA, Antônio T. de. *Coronel João da Silva Tavares: Barão e Visconde de Serro Alegre*. Duas vezes grande do Império. Feitos e serviços. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1970; OLIVEIRA, Leandro R. de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790 - c. 1870)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2016.

¹⁸ Para um quadro da estrutura agrária e de posse escrava em Bagé, ver: MATHEUS, Marcelo S. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c. 1820-1870)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016 [no prelo].

Nos labirintos das reuniões

Passados alguns anos, surgia no horizonte o primeiro desafio da família dos *Silvas de Bagé*, como seus inimigos políticos costumavam denominar os membros da parentela de Serro Alegre. O agravamento da situação nos países vizinhos, as medidas de reforço da soberania uruguaia levadas a cabo pelo presidente *blanco* Bernardo Berro, a confluência de interesses entre Brasil e Argentina e a imperícia paraguaia causaram o estopim da maior guerra internacional ocorrida em território sul-americano. Os ventos belicosos atingiram a região onde se localiza Bagé de forma drástica. Diante da situação catastrófica, João da Silva Tavares colocou-se, mais uma vez, à disposição do Império, propondo a criação de uma força de observação, “bem montada e armada convenientemente”. Sua ideia inicial era utilizar a velha tática que se valia de espias e “bombeiros”, tão utilizada no período colonial tardio, a fim de prever os ataques à região e defendê-la de maneira mais efetiva.¹⁹

Apesar de sua proposta não ter sido levada a sério – “o presidente não a compreendeu”, escreveu o redator do Diário do Rio – João da Silva Tavares deu a primeira pista de sua principal “arma”: sua rede de relações mantida no Uruguai. Ao lado dela também estavam as suas “fazendas cheias de homens”, e as tropas de gado “que se seguem umas às outras trazendo grande número de condutores”. Nesse sentido, ele pareceu o homem certo para substituir Manoel Luiz Osório, então chefiando interinamente o Exército Brasileiro, no posto de comandante da fronteira de Bagé,

¹⁹ Os ataques dos partidários *blancos* uruguaiois ocorriam em contrapartida aos avanços das tropas comandadas pelo Marechal Osório em território uruguaio. A situação provocou a mudança da família do Barão do Herval para Pelotas. Ver: BNRJ. Hemeroteca Digital. Diário do Rio. Rio de Janeiro. 11 de fevereiro de 1865, p. 2; DORATIO, Francisco. *General Osório. A espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 134. Sobre o uso de “bombeiros”, “batedores” e “espias”, ver: COMISSOLI, Adriano. Contatos imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (séc. XIX). *Estudios Históricos* (Rivera), v. 13, p. 1-19, 2014.

Piratini e Jaguarão. Sua nomeação ocorreu em julho de 1865.²⁰ A partir dessa data, ele passou a negociar a compra de cinco mil cavalos, bois, uniformes e armamentos, “autorizado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra”, para os corpos provisórios que iam se organizando em Bagé e Jaguarão. Com tal atividade, ele despendeu grandes montas junto aos negociantes “Bordagorry & Garrastassú” durante aquele ano.²¹

Com a ampliação de sua margem de autonomia, Silva Tavares passou a nomear oficiais para reunir guardas nacionais, a fim de formar corpos a serem enviados para a frente de batalha. Essa dinâmica seguiu o mesmo padrão na maior parte da província: usando de contatos já solidificados com parte da oficialidade miliciano, os comandantes superiores indicavam capitães para o serviço *em comissão*, a fim de reunir aliados e apaniguados mais afeitos às armas, e, obviamente, inimigos políticos.²² Tal processo criou um “labirinto de reuniões”, já que aquela área também recebia um contínuo fluxo de uruguaio, enterrianos e correntinos, que procuravam maior segurança em terras brasileiras, também fugindo do recrutamento em territórios uruguaio e argentino; não foram raros os casos em que estrangeiros foram reunidos à força para as tropas brasileiras. De acordo com Silva Tavares, “com essa medida ficaremos livres desses vadios, mas devo informar que tal providência não compreende os orientais *casados e estabelecidos*”.²³ Por conta disso, especialmente a partir de

²⁰ Ângelo Ferraz a Serro Alegre. Rio. 17 de julho de 1865. In: *Documentos relativos à invasão da Província do Rio Grande do Sul*. Mandados coligir pelo Ministério da Guerra para serem presentes ao Corpo Legislativo. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

²¹ AHRS. Autoridades Militares. Maço 186. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 13 de outubro de 1865; 13 de novembro de 1865.

²² FERTIG, André A. *Op. Cit.*; MUGGE, Miquéias H. *Op. Cit.*

²³ A menção aos *casados e estabelecidos* não é fortuita, revelando uma hierarquia interna específica e as normas não escritas que regulavam o recrutamento militar. Sobre a diferenciação entre pobres livres e sua relação com o Exército e a milícia, ver: MEZNAR, Joan E. The Ranks of the Poor: Military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. *The Hispanic American Historical Review*, 1992, v. 72, n. 3, p. 335-351. AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 26 de setembro de 1865.

dezembro daquele ano, avultam as cartas de escusa, baixas de serviço e isenções registradas no Cartório de Notas de Bagé.²⁴

O alcance das medidas de intervenção para que o recrutamento militar funcionasse de maneira mais efetiva acabou deslocando uma parte dos chefes de família da região para os campos de batalha. De Bagé, durante o período belicoso, partiram 2.135 guardas nacionais e voluntários (mais do que o número total de soldados qualificados em 1862).²⁵ Com isso, mulheres e crianças ficavam desassistidas; o caso era ainda mais grave para a multidão de agregados que vivia de favor nas terras dos estancieiros. A tarefa de Serro Alegre, como comandante superior, também era tentar diminuir tal impacto: ao utilizar de seus meios e relações para transferir simples cidadãos para o *front*, ele abraçava a responsabilidade de manter suas famílias bem providas. Sendo assim, Silva Tavares também trocou correspondências visando fornecer víveres para as viúvas de soldados e oficiais mortos no *front*.²⁶

Como era de se esperar, a situação de constante chamamento de tropas “voluntárias” e “provisórias” levou a uma polarização política considerável na região de Bagé. Delegados de polícia, comandantes de guarnição e oficiais da Guarda Nacional buscavam intervir em favor dos seus, também tentando limitar as margens de ação dos adversários. Recrutados desesperados, que acabavam fugindo, eram considerados covardes e até mesmo traidores. A rota mais comum era partir rumo ao sul, atravessar a fronteira e arranjar algum trabalho ou entregar-se à mendicância em território uruguaio.

Mesmo que os Silva Tavares não tivessem um adversário à altura na sua área de atuação, eles passaram a perseguir aliados de seus inimigos locais. Suas ações geraram grande número de soldados para as fileiras imperiais. As situações emergenciais daqueles tempos de guerra também fizeram aumentar as ondas de

²⁴ APERS. Registros Notariais. Bagé. Registros Diversos. Livro 5. 1865-1870.

²⁵ BNRJ. Hemeroteca Digital. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 26 de setembro de 1867, p. 1.

²⁶ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 01 de dezembro de 1865.

deserção, quando soldados rumavam ao Uruguai e à província de Entre Rios a cada chamado às armas. Adicionando mais um fator ao recrutamento militar: antes de fugir para as matas e ervais, como ocorria em Cruz Alta, ou para as casas de vizinhos e parentes, como em Porto Alegre, os habitantes da região da fronteira atravessavam a linha divisória entre o Brasil e o Uruguai e seguiam a fuga buscando um trabalho em uma das inúmeras estâncias de conterrâneos naquela região.

A principal “arma” do Barão de Serro Alegre, à época, era sua rede de correspondentes. A seguir passo a analisar as correspondências trocadas por ele nos anos críticos da guerra do Paraguai (1865-1868), com a finalidade de demonstrar a contribuição de suas conexões para que o recrutamento militar fosse executado de maneira mais efetiva, minorando o impacto das deserções. Para que esse processo funcionasse, ele se inseriu em uma teia de relações sociais de suma importância, que ia da Corte e passava por Porto Alegre, chegando a Bagé e, finalmente, imiscuindo-se em território uruguaio, de modo muitas vezes desrespeitoso à própria soberania nacional do país vizinho. Dessa forma, o comandante superior de Bagé foi um excepcional: locomoveu-se através de espaços muito restritos, ocupados por pessoas de variados estratos sociais.

O epistolário

A partir de janeiro de 1866 Serro Alegre passou a enviar sistematicamente cartas destinadas aos presidentes da província, contendo informações chegadas a ele por “brasileiros vindos há pouco” dos diversos departamentos uruguaios, através de “próprios” que ele enviava ao país vizinho e por “viandantes” que chegavam à região trazendo tropas de gado, por exemplo.²⁷ Elas tratam do movimento das tropas paraguaias, *coloradas* e *blancas*. Muitas vezes ignorava-se a causa e a consequência de tais

²⁷ ANRJ. Série Guerra. Gabinete do Ministro. IG1 195. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 03 de janeiro de 1866. Conforme o dicionarista Luiz Maria da Silva Pinto, “próprio” significava “mensageiro”; para Antonio de Moraes e Silva refere-se a “mensageiro expresso”. Ver: PINTO, Luiz M. da S. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1823; SILVA, Antônio de M. e. *Dicionário da língua portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813, p. 517.

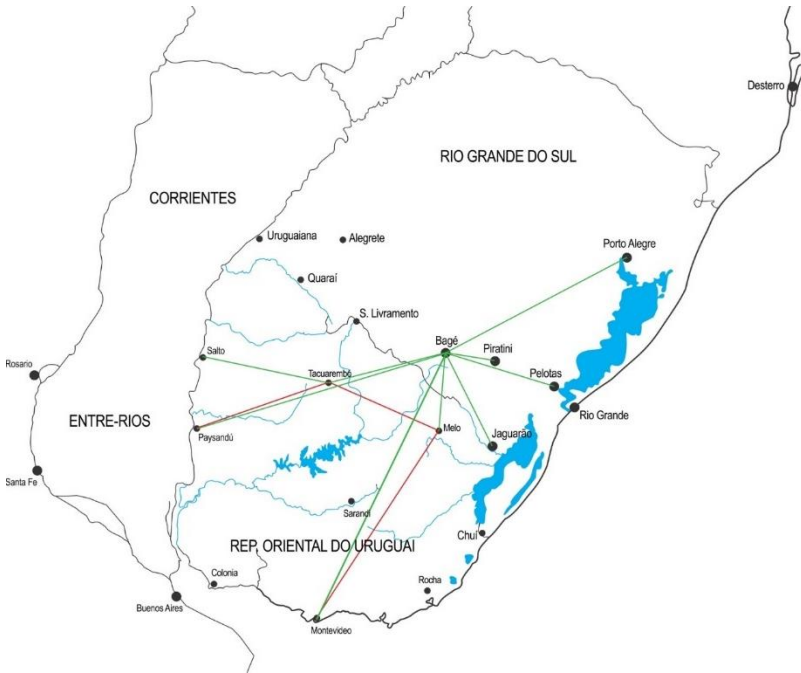
movimentos. Concomitante ao recebimento dessas informações, ele manteve um aparato de vigilância e recrutamento militar. Os postos do oficialato da Guarda foram sistematicamente dominados por familiares, o que certamente potencializava a capacidade de arregimentar homens.²⁸ O número de deserções crescia dia a dia, e, dessa forma, a necessidade de reagrupar os fugitivos era ainda mais necessária, especialmente depois das notícias da formação do 3o. Corpo do Exército, chegadas àquela fronteira em 17 de setembro de 1866.²⁹

O papel assumido pelo Barão de Serro Alegre foi, mais uma vez, o de vigiar e tentar impedir tais fluxos. Na impossibilidade de controlar tão extenso território, ele decidiu enviar indivíduos e grupos a fim de procurar desertores e fugitivos. Tais operações abriram a possibilidade de solicitar fundos para as “comissões”. Suas ações, nesse sentido, redefiniram os próprios limites de um comandante da Guarda: a milícia cidadã agora enviava espiões e batedores em busca de desertores. Nesse sentido, prisões e caçadas levadas a cabo por autoridades brasileiras em território uruguaio tornaram-se uma prática comum durante o período em que Venâncio Flores foi presidente *de facto* (1865-1868). Dessa forma, portanto, Silva Tavares não considerou sua atuação no além-fronteira uma agressão à soberania uruguaia; pelo contrário, graças às suas redes de contatos, ele harmonizava a região.

²⁸ O assunto chegou à Câmara Temporária e foi discutido na sessão de 19 de julho de 1866. Ver: Brasil. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Volume 5. Rio de Janeiro: Typ. do Mercantil, 1866, p. 150.

²⁹ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Serro Alegre a Pereira da Cunha. Bagé. 20 de julho de 1866; 17 de setembro de 1866.

Figura 1 – Mapa das correspondências trocadas por João da Silva Tavares



Fontes: AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maços 2 e 3; ANRJ. Série Guerra. Gabinete do Ministro. IG1 194 e 195; ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 590 e 591. Mapa adaptado de *Carta Geografica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adyacentes*. Paris, 1841; *Carta das Repúblicas do Paraguay e Uruguay e das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes e parte do Império do Brazil*. 1865.

O mapa acima geolocaliza o epistolário de Serro Alegre. As linhas verdes indicam correspondência trocada de forma direta, quando ele foi um dos interlocutores das missivas; as vermelhas demonstram cartas de terceiros que chegaram às suas mãos, contendo informações privilegiadas sobre os acontecimentos em território uruguaio, por exemplo. Durante três anos, essas cartas mencionaram especialmente os movimentos *blancos* e a possível captura de soldados brasileiros que desertaram das tropas.³⁰ Para

³⁰ Apesar de serem grupos políticos diametralmente opostos e que expressavam valores diferentes, os grupos *blanco* e *colorado* eram compostos por membros que provinham tanto das fileiras militares quanto dos grupos dos terratenentes, assim como alguns

que tal atividade fosse possível, Silva Tavares empregou seus amigos e conhecidos – também subordinados ao seu comando na milícia – para que circulassem por aquele território.

O processo todo, é claro, dependia da busca e localização de pessoas (e lugares) que recebessem suas reivindicações, mesmo sabedores do conjunto de leis que regulavam tanto a reunião de tropas em território estrangeiro, quanto os possíveis abusos cometidos pelos recrutadores. Daí que as redes de relações de Serro Alegre e seu resultado mais imediato (aos olhos do governo do Império), qual seja, o recrutamento de soldados para a guerra, só aconteciam graças à porosidade das fronteiras geográficas e legais. Isso, é claro, não acontecia automaticamente; nem todas as autoridades uruguaias eram convencidas automaticamente pelo “*Baron de Cerro Alegre*” que deveriam cooperar na difícil tarefa de prender desertores e fazê-los marchar por cerca de quinhentos quilômetros, até que chegassem a Bagé. Daí que foi necessário a ampliação da rede de contatos, o uso de “próprios” que se encontravam com os chefes políticos dos departamentos uruguaios e – claro – despende algum dinheiro com essa complicada articulação.

A primeira ocorrência dos assuntos uruguaios nas correspondências entre o comandante da fronteira de Bagé e Jaguarão e o presidente da província ocorreu em 17 de novembro de 1865, quando Silva Tavares informou o Barão da Boa Vista que havia se encontrado com o Capitão Comandante das Guardas da Linha ao Norte do Rio Negro, José Rodrigues Pinheiro, a fim de obter informações sobre o assassinato de um casal de brasileiros (José Jacinto da Silva e sua mulher) em terras estrangeiras. Eles haviam sido degolados por um grupo de assassinos e ladrões que rondava a área onde moravam, no Departamento de Tacuarembó, mais precisamente “no lugar denominado de os Conventos”. As notícias davam conta de que o Chefe Político daquele lugar

profissionais urbanos. Ver: BARRÁN, José; Williman, José; PONS, Carlos. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. 1839-1875*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009; SOMMA, Nicolás M. How do intergroup grievances develop in the absence of oppression? Revolutions and political parties in Nineteenth-Century Uruguay. *Journal of Historical Sociology*, v. 2, n. 3, 2015, p. 404-427.

“constantemente perseguiu” os delinquentes, que foram batidos “em uma ilha, nos matos do Arroio Taquary, ficando dois mortos, quatro presos e três se evadiram”.³¹

Quase dois meses depois, em carta que, por cópia, chegou às mãos do Ministro da Guerra do Brasil, Silva Tavares informou que lhe constava que “no Estado Oriental há exaltamento [sic] dos partidários *blancos* em favor do Paraguai e contra o Brasil, mas que ainda não havia reuniões com sentido hostil”.³² No final de janeiro de 1866, mais novidades. Essas chegaram por meio de um homem a quem Silva Tavares “muito recomendou”. Sem revelar seu interlocutor, o Barão ainda seguia preocupado com a passagem de grupos armados pelas fronteiras entre a Província de Entre Rios e o Estado Oriental. A lápis, o presidente da província adicionou uma nota para orientar seu secretário: “recomende-se lhe a maior atenção para o lado Oriental. Dê-se comunicação ao Sr. Min. da Guerra da primeira parte desse officio”.³³

A observação do Visconde da Boa Vista era a autorização para que Serro Alegre adentrasse ainda mais nos complexos e confusos assuntos da soberania uruguaia. Ciente da importância deles, afinou sua pena e retomou o contato, em 26 de janeiro de 1866, dessa vez fazendo notar quem lhe prestava as informações, já que anexava a carta do “Tenente Coronel de Guardas Nacionais Vicente Alves de Simas, pessoa de critério e *amante da integridade do Império, que deu exuberantes provas de épocas que já lá vão...*”. Eis a pista: ele reativava suas antigas alianças legalistas, a fim de “providenciar para estar ao fato dos movimentos políticos orientais”. Simas informou o comandante de Bagé que havia um afluxo de desertores, concluindo que “talvez fosse conveniente tomar-se alguma medida”.³⁴

³¹ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 17 de novembro de 1865.

³² ANRJ. Série Guerra. Gabinete do Ministro. IG1 195. Cópia. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 03 de janeiro de 1866.

³³ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 21 de janeiro de 1866.

³⁴ Apesar de qualificado na Guarda Nacional em Bagé, Vicente de Simas também residia no Departamento de Tacuarembó. Em 1864, foi um dos organizadores das comissões que reuniram donativos pecuniários para auxiliar o governo imperial na aquisição de

Dessas primeiras missivas, denota-se que Silva Tavares mantinha contato com os militares uruguaios, que lhe traziam informações advindas dos chefes políticos – todos aliados de Venâncio Flores, especialmente depois da Cruzada Pacificadora. Também que havia uma afluência de informações por meio de pessoas que, mesmo diante da conflagração da guerra contra o Paraguai e dos constantes chamados às armas, mantinham suas atividades econômicas quase inalteradas, circulando naquele espaço de fronteira quase livremente, carregando informações por meio desses “corredores” de pessoas e mercadorias. O Barão de Serro Alegre, possuidor de uma estância em terras uruguaias, cuja atividade econômica era fortemente ligada ao manejo de gado vacum e às charqueadas em Pelotas, certamente conhecia e tinha feito amizade com muitas pessoas que realizavam esse tipo de atividade, e lhe traziam informações privilegiadas.

Apesar disso, assuntos como deserção e recrutamento militar só foram mencionados de forma mais sistemática a partir de março de 1866. Uma carta datada do dia 17 informou o presidente provincial que Serro Alegre tomara “a deliberação de dirigir aos chefes políticos dos departamentos de Tacuarembó e Serro Largo” um ofício que solicitava ajuda para a prisão e a reunião de desertores brasileiros que haviam procurado refúgio em território uruguaio. De Mello (Departamento de Serro Largo), o *jefe político* respondeu que não havia “*disposición alguna del superior gobierno autorizando la captura en este departamento de los desertores brasileños; pelo interessado en que el ejercito aliado reuna todos sus medios de acción para la guerra del Paraguay, con esta mesma fecha elevo en consulta al superior gobierno la citada nota de V. S.*”. A resposta de Tacuarembó veio em outros termos, muito mais favoráveis: “*siendo evidente que existe esa disposición, el abajo firmado no encuentra inconveniente en que se realice la entrega de todos que se refugir-se en este departamento*”.³⁵

“meios de defesa”. Aparentemente, a família toda contribuiu no esforço, e ele próprio o fez com 16 patações. Ver: Diário Oficial do Império do Brasil. 02 de junho de 1864, n. 121, p. 3; AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 26 de janeiro de 1866.

³⁵ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 17 de março de 1866 e anexos.

Diante de tal abertura para suas ações, no mês seguinte Silva Tavares enviou “dois oficiais de confiança” àqueles Departamentos, com a finalidade de “se entenderem com os chefes políticos e levarem a efeito a prisão dos desertores”. Concomitantemente, também encaminhou “a ida de *próprios* ao Estado Oriental”, cujas instruções eram “trazer notícias sobre a passagem [das forças de Diogo Lamas e Timóteo Aparício] de Entre Rios [para o Uruguai], por dois pontos entre Colônia e Mercedes”.³⁶

É preciso situar as estratégias do Barão de Serro Alegre em um contexto mais amplo: os soldados e oficiais das forças uruguaias em atividade no teatro da guerra eram fortemente identificados com a figura de seu líder, o *colorado* Venâncio Flores. O recrutamento militar em território uruguiaio de cidadãos orientais sofria grandes abalos a cada nova leva; assim como no Brasil, os excessos cometidos pelos agentes recrutadores eram noticiados amplamente, e a opinião pública – inclusive dentro do próprio partido de Flores – começou a questionar a participação do país em uma guerra que não era dele, mas de seu líder.³⁷

Em julho de 1866, com as deserções aumentando e suas redes funcionando ainda de maneira precária, Serro Alegre decidiu enviar o capitão João Anacleto Leite para o território além da linha divisória, portando “uma carta particular” ao chefe político do Departamento de Tacuarembó, “reclamando e pedindo para mandar prender [os soldados brasileiros]”.³⁸ O retorno de sete

³⁶ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Boa Vista. Bagé. 08 de abril de 1866; Serro Alegre a Pereira da Cunha. Bagé. 07 de maio de 1866.

³⁷ CASAL, Juan M. Uruguay and the Paraguayan War: the military dimension. In: KRAAY, Hendrik; WHIGHAM, Thomas L. *I die with my country: perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870*. Lincoln: University of Nebraska Press, p. 119-139.

³⁸ João Anacleto Leite era Capitão da Guarda Nacional. Foi casado com Flora Nunes Caetano Vieira. Faleceu em combate na Guerra do Paraguai. João da Silva Tavares, seu comandante, mediou a solicitação de uma pensão mensal de 80\$000 por parte da viúva. A irmã de Flora, Virgília, foi casada com o filho de Silva Tavares, João Nunes – posteriormente Barão de Itaqui, substituto de seu pai no comando superior de Bagé. Ver: Coleção das Leis do Império do Brasil. Decreto n. 1785 de 28 de julho de 1870, v. 1, pt. 1, p. 39; Ordem do Dia n. 144. Quartel-General em Tuyu-Cuê, 25 de outubro de 1867. In: CAXIAS, Duque de. *Ordens do Dia*. V. 2. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de

praças fugidos foi o resultado imediato. Junto do grupo que policiava os desertores a caminho da fronteira foi remetida uma carta de “Juan Baptista Castro”, e por ela o presidente da província ficaria “informado das boas relações” entretidas entre ele e o comandante de Bagé. Serro Alegre também ativou seus contatos com Manoel Ferreira Bica, possuidor de uma estância em Entre Rios, a fim de que “um próprio” fosse por ele recebido – dessa maneira, Silva Tavares estaria “ao fato de tudo, principalmente sobre aquela província, onde poderá nos vir o maior mal”. Nesse mês de intensos contatos, ele também enviou “cartas aos amigos na Vila do Salto”, já que dessa maneira seria “fácil saber-se de tudo”. Finalmente, ele concluiu sua longa missiva ao presidente Pereira da Cunha: “por minhas custas e de outros que se interessam pelo bem da causa, estabeleci uma porta particular, para virem a tempo todas as notícias que houverem sobre preparativos ou passagens de força”.³⁹ Em outubro de 1866, Silva Tavares noticiou ao presidente que finalmente suas atividades teriam dado resultado: sessenta e cinco desertores haviam sido capturados em Tacuarembó e Serro Largo, todos remetidos ao comandante da guarnição de Rio Grande para seguirem para os campos de batalhas.⁴⁰ Era o primeiro resultado prático daquelas ações no além-fronteira, justamente quando o Exército brasileiro mais precisava de homens, já que, a partir de setembro de 1866, começou a se extrair soldados da Guarda Nacional rio-grandense para a formação do 3o. Corpo de Exército.

Com a nomeação de Homem de Mello para a presidência da província e a articulação entre Manoel Osório e Caxias para que as reuniões de soldados para um novo Corpo que tinha como principal objetivo dar fim àquela “maldita guerra”, concomitante à suspensão das eleições em território rio-grandense, Silva Tavares obteve ainda mais autonomia. De dezembro de 1866 a novembro

Souza, 1877, p. 314; ABREU, Alzira. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

³⁹ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Pereira da Cunha. Bagé. 18 de julho de 1866.

⁴⁰ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 2. Serro Alegre a Pereira da Cunha. Bagé. 11 de outubro de 1866.

de 1867, ele estreitou relações com as elites militares orientais, com a finalidade de prender ainda mais desertores e aumentar seu controle sobre as rotas de homens e animais que ligavam o Rio Grande do Sul ao norte do Uruguai. Nos últimos dias de 1866, Serro Alegre escreveu, contente:

tenho a fortuna de serem bem acolhidas e correspondidas [as cartas] com iguais desejos; tenho cada vez mais estreitado essas boas relações de harmonia e amizade com os que tem substituído aos que existiam quando recebi os comandos [em 1865], chegado ao desejado fim essas relações [de serem] correspondidas por uma e outra parte, de obter por intermédio delas a ordem do Governo da República para a prisão e entrega dos desertores brasileiros para ali refugiados.

Junto das boas-novas ele enviou “a carta escrita pelo punho do Exmo. Sr. Presidente e General D. Venâncio Flores, de 6 de novembro findo”. O próprio presidente do Estado vizinho sancionava suas atividades extradiplomáticas. Com a volta de Flores para o território uruguaio, as posições das chefias políticas dos departamentos passaram por mudanças – e isso acabou favorecendo Silva Tavares. Em 1866, Nicomedes Castro (irmão de Juan Baptista, com quem ele já havia se correspondido) tomou posse do Departamento de Tacuarembó. Os Castro eram fiéis escudeiros de Flores, e, em boa medida, seus herdeiros políticos.⁴¹

O ano de 1867, dessa maneira, foi o ápice da dinâmica epistolar. Enviando e recebendo cartas de membros da elite militar uruguaia, o Barão comandante da milícia de Bagé passou a usar suas ligações com familiares e amigos para obter ainda mais informações sobre os assuntos orientais. Elizeu Antunes Maciel,

⁴¹ Juan Manuel Casal caracteriza os membros da família Castro como “landlord-warriors”, ou guerreiros terratenentes. Enrique, Gregorio, Juan Baptista e Nicomedes eram ricos estancieros cujas terras se situavam ao longo do rio Uruguai. Enrique tornou-se membro do Estado-Maior de Venâncio Flores durante a Cruzada Libertadora e seu sucessor no comando da Divisão Oriental durante a Guerra do Paraguai. Gregorio comandou uma milícia própria e, junto dela, foi um dos capatazes de Justo José Urquiza em suas terras em Entre Ríos; as tropas se juntaram, posteriormente, à Divisão Oriental, denominando-se Batalhão Florida. Ver: CASAL, Juan M. *op. cit.*, p. 125.

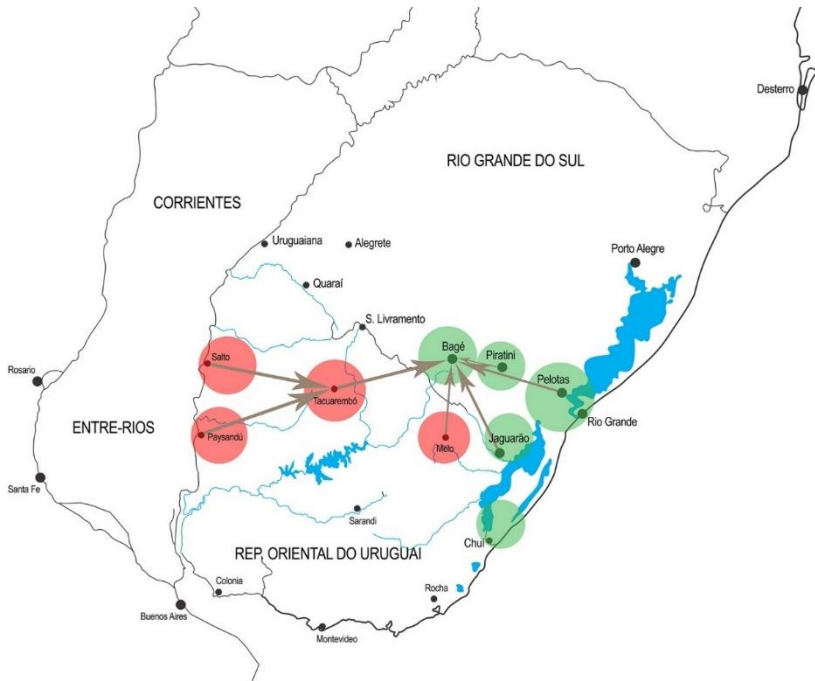
Fortunato José de Medeiros, Antonio Porciúncula Costa, Thomaz José Collares, todos oficiais da Guarda Nacional proprietários de terras no Uruguai,⁴² carregaram missivas surrupiadas por autoridades uruguaias, que posteriormente foram copiadas e chegaram às mãos de João da Silva Tavares – que, por sua vez, as enviava tanto aos presidentes da província, quanto aos ministros da Guerra. Assim, as autoridades brasileiras ficaram sabendo dos movimentos militares de Justo José Urquiza e Francisco Borges Lafinur e da morte de Venâncio Flores.⁴³

Daí a importância de suas redes de informação e de suas “amizades políticas” mantidas com as autoridades uruguaias. Cada leva de recrutas trazidos de volta ao território brasileiro era mais um atestado das conexões de Silva Tavares com os chefes políticos uruguaios. Ou seja, ele atuava tanto como militar quanto como uma espécie de *diplomata em armas*, visto que as missivas trocadas não continham apenas autorizações e pedidos para a busca de desertores, mas informações preciosas sobre o estado de ânimos da política uruguaia.

⁴² Os Antunes Maciel eram ligados aos Silva Tavares, sendo Elizeu primo de João. Foram charqueadores de grande vulto em Pelotas e criadores de gado em estâncias no Uruguai. Os filhos de Elizeu tornaram-se Barões (de Cacequi e de São Luís). Fortunato José Medeiros tinha ligações estreitas com seu comandante; no ano em que carregou as cartas, teve sua patente elevada (de sargento para alferes) pelo Visconde da Boa Vista, presidente da província. Thomaz José Collares era membro do Estado Maior do Comando Superior e também foi um dos fazendeiros elencados nas listas de qualificação, compondo o círculo íntimo de Serro Alegre. Todos eles constam no relatório da comissão que angariou fundos, cavalos e homens para a defesa do Império em território uruguaio. Ver: VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2013; APERS. Registros Notariais. Bagé. Livro 5, p. 115v; Diário Oficial do Império do Brasil. 02 de junho de 1864, n. 121, p. 2-4.

⁴³ AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maço 3. Serro Alegre a diversas autoridades. 25 de fevereiro, 28 de fevereiro, 06 de março, 15 de março, 08 de novembro, 10 de novembro, 25 de dezembro de 1867; 11 de março, 13 de março de 1868.

Figura 2 – Mapa das regiões de captura de desertores e recrutamento militar (1865-1868)



Fontes: AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Maços 2 e 3; ANRJ. Série Guerra. Gabinete do Ministro. IG1 194 e 195; ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 590 e 591. Mapa adaptado de *Carta Geográfica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adyacentes*. Paris, 1841; *Carta das Repúblicas do Paraguay e Uruguay e das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes e parte do Império do Brazil*. 1865.

Como se pode perceber, as regiões para onde João da Silva Tavares remeteu cartas e enviou amigos para negociar são praticamente as mesmas de onde foram retirados desertores e soldados para comporem as fileiras brasileiras, em especial do 3o. Corpo do Exército. Dessa forma, o Comando Superior de Bagé foi o que mais contribuiu com o último esforço de reunião de soldados para o *front*, somando 491 soldados reunidos entre janeiro e abril de 1867. Quanto ao mapa acima (Figura 2), os círculos vermelhos indicam que isso ocorreu em território da República vizinha; os da

cor verde, onde Serro Alegre recebeu autorização para sobrepor as autoridades locais e extrair soldados sem seu consentimento. Em alguns casos, os comandantes superiores dessas localidades foram substituídos, para que o trabalho dos agentes fosse mais efetivo, como, por exemplo, em Jaguarão.⁴⁴

No tocante ao território uruguaio, as regiões circuladas em vermelho coincidem com os resultados obtidos por Carla Menegat, quando ela mapeou as áreas ocupadas por brasileiros no país vizinho, em duas grandes ondas migratórias (colonial tardio e na década de 1830).⁴⁵ O próprio Silva Tavares possuiu uma estância de considerável extensão na região de Taquary (Departamento de Melo).⁴⁶ Nesse sentido, o que Serro Alegre fez foi adaptar o circuito comercial transnacional de que ele próprio participava para que por ele fluíssem soldados (e, especialmente, desertores). Em um contexto de difícil definição sobre quais autoridades deveriam regular esses caminhos de gentes e tropas, ele, sua família, seus aliados, enfim, sua rede, trataram de adaptar e criar um sistema típico de fronteira que fizesse fluir por entre essas conexões as demandas daquela época.

Portanto, a rede social mantida pelo Barão de Serro Alegre, visualizada apenas através das correspondências – tenho ciência de que esse é um retrato circunstancial de suas conexões –, era restrita e pouco perene a forasteiros. Ela pressupunha tanto conexões antigas, da época que remontava à ocupação daquelas áreas, quanto histórico legalista, conectando-o ora ao núcleo decisório

⁴⁴ Quando o presidente da província Homem de Mello se viu em dúvida sobre quem nomear, se Balbino Francisco de Souza ou Atrogildo Pereira da Costa, perguntou a opinião do Barão de Serro Alegre, que respondeu: “Em desempenho de meus deveres, informo que ambos principiaram a servir comigo muito jovens, e *se fizeram homens em minha companhia*; ambos são valentes na peleja e até temerários. O primeiro é antigo no serviço e posto que exerce, a conduta é exemplar e mais prudente; o segundo é algum tanto violento e não tem tanta aplicação a aprender o serviço militar. Aquele foi casado em primeiras núpcias com uma filha minha e ficando viúvo, casou segunda vez. Este é meu primo e meu compadre.” AHRs. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Bagé. Serro Alegre a Homem de Mello. Bagé. 15 de março de 1868.

⁴⁵ MENEGAT, Carla “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865). Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

⁴⁶ MENEGAT, Carla, *op. cit.*, p. 91-98.

conservador na Corte, ora aos chefes políticos uruguaios. Para os indivíduos que se transformavam em “nós” dessa teia não faltavam motivos para se articularem: era necessário manter a indústria escravista da província, na qual eles estavam inteiramente inseridos; impossível separar seus interesses econômicos das tomadas de posição nos campos militares e políticos.⁴⁷

Nesse âmbito, a existência dessa rede ajudou a moldar uma prática típica da região fronteiriça, um mecanismo que fez sobreviver simultaneamente métodos de recrutamento – que desafiavam soberanias e estruturas nacionais – e uma instituição semi-centralizada como a Guarda Nacional. Aqueles acordos de tempos emergenciais não passavam pelos corpos diplomáticos das nações, antes por autoridades locais, ou seja, por membros das elites regionais que se utilizavam deste artifício para legitimar suas diferenças frente “ao resto” da sociedade. Aqueles contatos eram exclusividade sua. Tais ligações possibilitaram que Serro Alegre acessasse recursos imateriais diferenciados, colocando sua família em uma posição privilegiada na Campanha rio-grandense. Não foi à toa que, antes de falecer, ele recebeu o título de Visconde com Grandeza, resultado de seu papel como elite provincial, sabedora da necessidade de aproximar-se de *loci* de poder mais amplos. Seus filhos, por sua vez, foram “feitos” Barão de Santa Tecla e Barão de Itaquí. Para o Estado brasileiro, reconhecer tais relacionamentos foi essencial para obter informações valiosas sobre seus vizinhos que, apesar de membros de uma tríplice aliança, eram imprevisíveis. Também foi fundamental para solidificar a política

⁴⁷ Como destaca Jonas Vargas, a endemia bélica dos anos 1860 na Argentina e no Uruguai, somada ao grande montante de charque produzido em Pelotas e vendido ao Exército brasileiro em operações, levou “ao maior boom da história das charqueadas pelotenses. A safra de 1867/68 abateu quase 500 mil reses e atingiu o grande pico das exportações de charque. É bem verdade que esta safra também foi favorecida pela epidemia de cólera no rio da Prata e à Revolução Florista (1863-1865) no Uruguai (guerra civil na qual os colorados, apoiados pelos rio-grandenses, tiraram os blancos do poder), que devastou os campos do país vizinho, prejudicando a sua economia. Alguns comerciantes e charqueadores emprestaram significativas quantias ao Império para financiar a campanha militar, libertaram alguns de seus escravos para servirem ao Exército e ajudaram a mobilizar soldados em Pelotas”. Ver: VARGAS, Jonas M. *op. cit.*, p. 319.

de manutenção da pacificação das fronteiras, especialmente depois de uma inesperada invasão paraguaia em 1865.

Conclusão

Em outras palavras, o Estado brasileiro que “emergiu” – ou que foi formado – naquela região não foi apenas imaginado, inventado ou pensado pelos homens da elite intelectual, ou por um grupo de abastados que formaram uma classe senhorial dominante, mas ativamente construído através de um processo de adaptação, tanto em salas da justiça, como defende Joseph Younger, quanto nos corredores comerciais que, durante a guerra, não faziam circular apenas bens materiais, mas uma “mercadoria” essencial para o sucesso daquela elite: homens em armas.⁴⁸

O Estado brasileiro em construção existia naqueles rincões através dos serviços prestados por Silva Tavares; este, por sua vez, utilizava de sua vinculação ao aparato de governo para aumentar seu prestígio e seu patrimônio. Este era um traço comum aos comandantes superiores de guardas nacionais, como já demonstrado.⁴⁹ As margens de manobra, dessa forma, eram ampliadas e diminuídas sazonalmente e de modo especial quando as guerras se avizinhavam.

Por conta de escolhas desse grupo de senhores guerreiros, como João da Silva Tavares, com interesses no além-fronteira, o Império foi arrastado para uma guerra internacional. Boa parte dos comandantes da Guarda Nacional participou da Guerra do Paraguai de alguma forma e, por conta disso, foi beneficiado com diferentes medidas de distinção. Ficando em seus quartéis, arregimentaram e transferiram homens para o Exército, graças ao prestígio que mantinham a duras penas. O Rio Grande do Sul contribuiu com parte dos soldados enviados ao *front*, em especial na última fase da guerra; esse fator foi primordial para a vitória e

⁴⁸ YOUNGER, Joseph. “*Monstrous and illegal proceedings*”: law, sovereignty and revolution in the Río de La Plata borderlands, 1810-1880. Tese (Doutorado em História). Princeton: Princeton University, 2011.

⁴⁹ MUGGE, Miquéias H., *Op. Cit.*

para o término bem-sucedido do conflito.⁵⁰ Eles também negociaram cavalos, bois e ovelhas junto do Império, lucrando consideravelmente com esses negócios pouco fortuitos. Foram intermediários dos assuntos centrais naquela periferia estratégica, aumentando e diminuindo o horizonte das elites imperiais, que viam o exterior através de seus olhos (e suas lentes).

Em vez de partir de uma perspectiva centralista, procurando pelos aspectos institucionais – para este caso, da Guarda Nacional – da formação do Estado brasileiro do século 19, tratei de atentar para as interações entre a milícia e as redes de relações que seus partícipes integravam. Argumento, por fim, que a Guarda Nacional obteve seu sucesso durante o período de consolidação do Estado (1845-1873) graças à sua adaptabilidade às redes locais de poder, fossem elas compostas por familiares, aliados, apaniguados ou amigos. Utilizando relações preexistentes, a milícia fundamentou a sua própria coesão. É impossível tratar dela, portanto, sem analisar as estruturas internas do coletivo que a compunha, em especial os intermediários que conectaram as distantes aldeias à Corte.

⁵⁰ IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. *Op. Cit.*

FESTA E POLÍTICA: O FIM DA GUERRA DO PARAGUAI NA CORTE IMPERIAL¹

Hendrik Kraay

Em 17 de março de 1870 chegou ao Rio de Janeiro a notícia da morte de Francisco Solano López e, portanto, o almejado fim da longa guerra contra o Paraguai. A essa altura, a Corte já estava em festa pelo regresso dos batalhões de Voluntários da Pátria e os festejos comemorativos da vitória durariam até meados do ano, quando da festa oficial organizada pelo governo, que foi enfim realizada no dia 10 de julho. Já há alguns estudos sobre essas festas cívicas, destacando a festa oficial (que foi sem dúvida um grande fracasso), mas ainda não foi levada em conta a dimensão política dessas festas.² As festas cívicas imperiais eram sempre festas políticas, durante as quais os partidos políticos, através da imprensa, debatiam os significados da efeméride comemorada e procuravam desqualificar as comemorações organizadas por seus rivais. Através da discussão sobre os que participavam das festas, debatia-se a natureza da nação brasileira e, por vezes, revelava-se a participação de um amplo leque da população urbana na política.³

As festas da primeira metade de 1870 não fugiam dessa regra e, de forma a demonstrar tal fato, apresentarei uma narrativa delas na qual destacarei alguns temas-chaves. Houve duas rodadas

¹ Esse capítulo é uma versão revisada do trecho sobre as festas de 1870 em KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, 1823-1889*. Stanford University Press, 2013, pp. 255-268. As seguintes abreviaturas são usadas nas notas: *ACD* (Anais da Câmara dos Deputados), *ABT* (*The Anglo-Brazilian Times*), *AS* (*Anais do Senado*), *DRJ* (*Diário do Rio de Janeiro*), *JC* (*Jornal do Commercio*), *JT* (*Jornal da Tarde*), *VF* (*Vida Fluminense*). A não ser que seja indicado, todos os periódicos foram publicados no Rio de Janeiro. A revisão do português é de Mariana Hipólito Ramos Mota.

² Esses eventos, mas sem atenção suficiente ao contexto político, foram analisados por BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945*. Duke University Press, 2001, pp. 59-61; IPSEN, Wiebke. *Delicate Citizenship: Gender and Nationbuilding in Brazil, 1865-1891*. Tese de Doutorado em História, University of California at Irvine, 2005, pp. 192-194; e RODRIGUES, Marcelo Santos. A festa do barracão: festejos oficiais pelo fim da Guerra do Paraguai (1870). In RODRIGUES, Fernando da Silva, e PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (orgs.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Editora Prisma, 2015, pp. 405-432.

³ Essa é a tese principal de KRAAY, *Days*, passim.

de festas. A primeira delas ocorreu a partir do regresso dos batalhões de Voluntários da Pátria em fevereiro até a recepção do conde d'Eu no início de maio; já a segunda festa ocorreu no dia 10 de julho. Esta era a festa oficial, enquanto aquelas eram qualificadas de festas populares. Essa distinção era muito importante no discurso sobre festas cívicas: as oficiais eram organizadas pelo governo, pelo poder, enquanto as populares eram organizadas por particulares, pela sociedade civil, para usar um termo um pouco anacrônico.⁴

A fonte principal para a análise das festas cívicas do Império é a imprensa, cuja cobertura era dominada pela política partidária. Portanto, só uma leitura atenta de todos os periódicos disponíveis, com a devida atenção às suas orientações políticas, permite uma compreensão do significado das festas. Desde o dia 16 de julho de 1868, o ministério conservador (saquarema) do visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres) governava o Brasil. Conquistou uma maioria esmagadora na Câmara dos Deputados nas eleições de janeiro de 1869, pois o Partido Liberal se absteve do pleito. O *Diário do Rio de Janeiro* era então o órgão oficial do Partido Conservador, e o governo também manteve o *Diário Oficial do Império do Brasil* para publicar seus atos oficiais (por vezes, nele também se publicava artigos políticos). O *Jornal do Commercio*, oficialmente neutro na política, tinha uma linha editorial conservadora. O Partido Liberal ainda estava numa fase de reorganização. Formado por uma fusão de progressistas (que perderam o poder com a queda do ministério de 3 de agosto de 1866, chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos) e liberais históricos, o partido estava organizando seu programa; este incluía reformas políticas, eleitorais e judiciárias, bem como a abolição da escravidão. Desde abril de 1869, publicava-se *A Reforma*, órgão do partido. Da ala mais radical do Partido Liberal vinham críticas ao poder pessoal do imperador e, no final do ano, alguns ex-liberais assinariam o Manifesto Republicano.⁵

⁴ Sobre essa distinção, ver KRAAY, *Days*, p. 3.

⁵ Sobre o contexto político de 1870, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo 2: *O Brasil monárquico*. 5 Vols. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). Difel, 1966-71, vol. 5, pp. 105-132; NABUCO,

O regresso dos batalhões de Voluntários da Pátria, que seriam logo dissolvidos, preocupava o governo saquarema por duas razões. Os batalhões haviam sido organizados em 1865 e 1866 por governos liberais e progressistas e, a princípio, o gabinete de 16 de julho relutava em festejar o regresso de unidades organizadas por seus rivais. Temia-se a desordem que poderia ser provocada por veteranos que haviam passado longos anos fora de casa e que teriam dificuldades em se adaptar à vida civil. Havia também preocupações com a origem social dos “voluntários”, muitos dos quais eram homens de cor recrutados à força, entre eles alguns escravos (embora a maioria dos escravos recrutados em 1866 e 1867 servissem no Exército e na Marinha e não voltariam à vida civil antes de completar seu tempo de serviço de seis ou mais anos). A falta de transporte e de alojamento para todos os voluntários na Corte fez com que os batalhões voltassem individualmente.⁶

* * *

Começaremos em março de 1870, com a recepção da grata notícia da morte do ditador paraguaio. A essa altura, a capital do Império já estava festejando a chegada dos batalhões de Voluntários da Pátria que estavam sendo desmobilizados. Os batalhões a caminho das províncias do Norte faziam alto no Rio de Janeiro, onde desfilavam antes de seguir viagem.⁷ A charge de

Joaquim. *Um estadista do Império*. Nova Aguilar, 1975 [1897], pp. 650-695; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford University Press, 2006, pp. 239-266; BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*. Stanford University Press, 1999, pp. 211-234; CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. CARVALHO, José Murilo de, e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). Civilização Brasileira, 2009, pp. 19-48.

⁶ Sobre o planejamento para o regresso dos batalhões, ver RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2009, cap. 1.

⁷ Para alguns relatos desses desfiles, ver “Voluntarios da Patria”, *JC*, 22 mar. 1870; “Chronica geral”, *A Reforma*, 22 mar. 1870; *VF*, 26 mar. e 2 abr. 1870; “Chronique”, *Ba-Ta-Clan*, 26 mar. 1870; “Voluntarios da Patria” e “Desembarque de voluntarios”, *JC*, 30 abr.-1 maio 1870; LESTER, “Brazil: From Montevideo to Rio de Janeiro, Special Correspondence of the *Courant*”, *Hartford Daily Courant* (Hartford, CT, Estados Unidos),

Ângelo Agostini retrata a recepção de um desses batalhões no dia 23 de fevereiro (Figura 1). Como bem observou Marcelo Balaban, a imagem não inclui nenhum homem negro na tropa e destaca a natureza ordeira do desfile, indício da preocupação das autoridades em manter a ordem entre os recém-chegados.⁸ Ao contrário, estrangeiros comentavam a presença maciça de homens negros entre os voluntários.⁹ Os voluntários foram recebidos por longas saudações e poesias que, segundo o caricaturista, eram mais difíceis de enfrentar que a metralha paraguaia (Figura 2).¹⁰ A maioria dos relatos desses desfiles destaca a participação do imperador e dos altos oficiais civis e militares na recepção dos batalhões, bem como a recepção entusiasta da população. Como observou Wiebke Ipsen, comissões de senhoras também tiveram um papel de destaque nesses rituais.¹¹

A chegada da notícia da morte de López incentivou mais os festejos, e o ministro (embaixador) dos Estados Unidos relatou:

A população inteira ... compareceu às manifestações de grande regozijo e um entusiasmo geral prevaleceu. O coche do Imperador foi puxado por seus sujeitos entusiastas pelas ruas da sua capital e, na noite seguinte, o Imperador, a Imperatriz e as Princesas caminharam pelas Ouvidor e Direita, as duas grandes ruas da cidade do Rio. Música e marchas, bandeirolas, tochas e iluminações das mais espetaculares continuavam durante três noites sucessivas, e todas as manifestações demonstravam a existência de um único sentimento. (...) As massas [populares] parecem ter inteiramente se livrado a manifestar seu júbilo triunfante.¹²

14 maio 1870.

⁸ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Editora da Unicamp, 2009, pp. 207-210.

⁹ “Chronique”, *Ba-Ta-Clan*, 26 Mar. 1870; LESTER, “Brazil”, *Hartford Daily Courant* (Hartford, CT, Estados Unidos), 14 maio 1870.

¹⁰ *VF*, 30 abr. 1870; “The Returned Volunteers”, *ABT*, 23 maio 1870.

¹¹ IPSEN, Wiebke. *Patricias, Patriarchy, and Popular Demobilization: Gender and Elite Hegemony in Brazil at the End of the Paraguayan War*. In *Hispanic American Historical Review*, no. 92, vol. 2 (maio 2012), pp. 303-330.

¹² Henry T. Blow para Secretário do Estado, Petrópolis, 24 mar. 1870, Estados Unidos, National Archives and Record Service, M-121, rolo 38. O relato de Blow segue de perto

A notícia da morte de López chegara sem aviso e, portanto, as festas eram espontâneas. Não havia tempo para construir monumentos efêmeros; os donos das casas rapidamente buscaram seus copinhos, velas e lâmpadas para iluminarem suas fachadas; as bandas de música foram às ruas, e lançaram-se fogos de artifício. Durante o intervalo do espetáculo de gala no Teatro de São Pedro, programado na última hora, a família imperial foi à varanda para receber os vivas do povo que apinhava a Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes).¹³ No dia 25, a Câmara Municipal mandou celebrar um *Te-déum* na igreja de São Francisco de Paula para dar graças a Deus pela vitória.¹⁴

Houve mais uma rodada de festejos públicos no final de abril, desta vez para receber o conde d’Eu. Seu regresso à capital depois de comandar as tropas que puseram fim à guerra era previsto e, portanto, houve tempo para preparar uma recepção digna do general. Subscrições populares transformaram a cidade em “um enorme arco de triunfo, que começa em Mataporcos e acaba na rua da Guanabara, nas Laranjeiras”, onde residiam Eu e Isabel.¹⁵ Não foi publicado nenhum programa para a recepção do conde, o que surpreendeu o autor de um apedido, que concluiu que os festejos não eram oficiais: “o governo não fará programas (...) são festas populares”.¹⁶

O cronista da *Vida Fluminense* julgou a recepção do conde d’Eu “a festa mais completa, mais espontânea, e mais brilhante” que jamais havia visto, embora outro jornal julgasse a arquitetura

a cobertura da imprensa: “Regosijo nacional”, *DRJ*, 18 mar. 1870; “Festejos pela terminação da guerra”, *DRJ*, 19 mar. 1870; “Regosijo publico”, *DRJ*, 20 mar. 1870; “Regosijo nacional”, *JT*, 18 e 19 mar. 1870; “Chronica geral”, *A Reforma*, 20 mar. 1870.

¹³ “Regozijo publico”, *JC*, 20 mar. 1870.

¹⁴ “Grande e solemne Te-Deum”, “Te-Deum” e “Festa municipal em S. Francisco de Paula”, *JC*, 25, 26 e 27 mar. 1870.

¹⁵ *VF*, 9 e 30 abr. 1870. Ver também as imagens nos números de 30 abr. e 7 e 14 maio.

¹⁶ Povo Agradecido, “A chegada do Sr. Conde d’Eu” (apedido), *JC*, 27 abr. 1870. Nesse dia, a câmara convidou seus munícipes a iluminarem as fachadas das suas casas por três noites, “Camara Municipal” (editais), *JC*, 29 abr. 1870.

efêmera de tamanho modesto demais.¹⁷ Julia Keyes, uma exilada confederada, lamentou que o surto de febre amarela houvesse tornado a cidade perigosa demais para que ela fosse de Bangu ao centro para assistir às festividades, mas seu pai foi e testemunhou a multidão compacta na rua Direita. Os soldados não conseguiam abrir caminho para o Imperador e o conde, e Pedro teve que “suplicar permissão para passar, acenando com seu chapéu, que tinha tirado para refrescar sua frente” (Figura 3).¹⁸ O repórter do *Anglo-Brazilian Times* escreveu sobre a “viva estrondosa” soltada pela “multidão” que parecia um rio de povo quando da chegada do conde até sua entrada à capela imperial.¹⁹ André Rebouças, que estava com o conde, lembrou o “indescritível (...) delírio. Lutava-se para conquistar onde assentar o pé. Foi-se assim rompendo a massa compacta e confusa ... até a capela”. Depois do *Te-déum*, foi para casa, “a roupa molhada de suor e amarrotada pela pressão do povo”. Voltou a participar dos festejos à noite, quando muitas comissões foram à residência do conde e da princesa para felicitá-los; um coro de duzentas crianças cantou um novo hino. Rebouças lamentou que “uma turba de povo, que invadiu o palácio, perturbou o final dessa festa”, um indício que não só as comissões organizadas queriam participar. Mais tarde, Rebouças ainda tinha ânimo para visitar as ruas e praças iluminadas do centro.²⁰ Os relatos de Keyes e Rebouças dessa recepção caótica e entusiasta são corroborados pela imprensa, embora nenhum jornal adotasse o tom desdenhoso de Rebouças para o que *A Reforma* qualificou de “povo que enchia o jardim do palácio”.²¹

Os festejos continuaram por mais alguns dias com todos

¹⁷ A. de A., “Assumpto de varias cores”, *VF*, 7 maio 1870; *A Comédia Social*, 21 abr. 1870. Ver também IPSEN, *Delicate Citizenship*, pp. 202-204; e BARMAN, *Citizen Emperor*, p. 230.

¹⁸ KEYES, Julia L. Our Life, in Brazil. In *Alabama Historical Quarterly*, no. 28 (1966), p. 329.

¹⁹ “The Arrival of the Comte d’Eu”, *ABT*, 6 maio 1870.

²⁰ REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. VERÍSSIMO, Ana Flora e Inacio José (orgs.). José Olympio, 1938, p. 120.

²¹ “Recepção de S. A. o Sr. Conde d’Eu”, *JC*, 30 abr.-1 maio 1870; *DRJ*, 30 abr. 1870; *A Reforma*, 1 maio 1870; “Regosijo nacional”, *JT*, 30 abr. 1870; “Recepção do General Gastão de Orleans”, *A Reforma*, 1 maio 1870.

os elementos usuais dos rituais cívicos, um *Te-déum*, um espetáculo de gala no Teatro Lírico (com reclamações de que o empresário havia aumentado o preço dos ingressos para a representação da ópera *Ermani*, de Verdi).²² Até meados de junho, sociedades, corporações e repartições públicas mandaram comissões ao palácio para felicitar Eu e Isabel (Figura 4).²³ No dia 11, a Sociedade Club Fluminense promoveu um baile em sua honra.²⁴ Festas de bairro pelo fim da guerra e pelo regresso do conde também continuaram até meados de junho, bem como *Te-déums* em capelas de irmandades e matrizes de freguesias.²⁵ Os inúmeros apedidos publicados no *Jornal do Commercio*, nos quais “todos gabam a sua rua”, não só demonstram orgulho bairrista mas também indicam que foi um festejo caótico, sem a coordenação de uma comissão organizadora. Houve conflitos entre organizadores sobre o destino dos fundos arrecadados por subscrições de bairro, bem como reclamações sobre iluminações localizadas longe das residências dos que doaram. Os donos das casas comerciais localizadas num beco transversal à rua Direita foram surpreendidos pela construção de um coreto pela Associação Comercial na entrada da sua rua, espaço que eles pretendiam engalanar.²⁶ Todavia, ninguém duvidou do entusiasmo, e em meados de maio, José de Alencar calculou que já haviam sido gastos mais de 800 contos nesses festejos populares.²⁷

²² “Theatro Lyrico”, *JT*, 4 maio 1870; “Manifestações patrióticas”, *JC*, 4 maio 1870. A reclamação sobre o preço dos ingressos é de Um Brasileiro, “Theatro Lyrico Fluminense” (apedido), *JC*, 30 abr.-1 maio 1870.

²³ “Manifestações patrióticas”, *JC*, 4 e 6 maio 1870; “Felicitações”, *JC*, 8, 15 e 16 maio 1870; “Veteranos da Independência”, *JC*, 8 junho 1870.

²⁴ “Baile”, *JC*, 13 maio 1870.

²⁵ Para alguns exemplos de festejos de bairro, ver “Festejos”, *JC*, 10 maio 1870 (rua Príncipe dos Cajueiros), 24 maio 1870 (Cais da Imperatriz), 5 jun. 1870 (Botafogo). Para exemplos de *Te-déums*, ver “Te-Deum”, *JC*, 7 maio 1870 (Irmandade de Santa Cruz), 11 maio 1870 (Venerável Ordem Terceira da Penitência), 12 maio 1870 (Campinho), 3 jun. 1870 (Ilha do Governador).

²⁶ “Rua da Assembléa” (apedido), *JC*, 2 maio 1870; “À comissão dos festejos na freguezia de Santa Rita: protesto em tempo” (apedido), *JC*, 29 abr. 1870; “Festejos da rua do Livramento” (apedido), *JC*, 3 maio 1870; “Para a comissão dos festejos da praça do commercio ler e avaliar” (apedido), *JC*, 28 abr. 1870.

²⁷ Fala de José de Alencar, 19 maio, *ACD* (1870), vol. 1, p. 44.

Muito escravos foram libertos em honra do conde – pelo menos trinta, segundo o *Anglo-Brazilian Times* de 6 de maio.²⁸ Os tipógrafos libertaram duas crianças e saudaram Eu por seu papel na libertação do Paraguai do despotismo e na abolição da escravidão naquele país. *A Reforma* deixou de publicar no dia 30 de abril para garantir a participação dos seus tipógrafos nessa manifestação.²⁹ Entre 30 de abril e 3 de maio, o *Jornal do Commercio* noticiou sete manumissões particulares em honra do conde e do final guerra.³⁰ Pelas mesmas razões, o barão de São João do Príncipe prometeu libertar todas as crianças que viriam a nascer de suas escravas e se ofereceu a criá-las (antecipando assim a Lei do Ventre Livre de 1871).³¹ A comissão dos festejos do largo de Estácio de Sá gastou as sobras da sua subscrição na compra da liberdade de uma criança e na ajuda a uma escrava que precisava de dinheiro para se libertar.³² A sociedade carnavalesca Democráticos libertou uma criança durante seu baile para comemorar o regresso de Eu.³³ Até julho, o *Jornal do Commercio* noticiava frequentemente tais manumissões, que comemoravam os aniversários de batalhas (Tuiuti e Riachuelo), o regresso de filhos ou simplesmente o fim da guerra.³⁴

Esses atos iam além do costume tradicional de libertar escravos em honra de acontecimentos importantes. Em maio e julho, o *Anglo-Brazilian Times* julgou que faziam parte de um “movimento emancipacionista” que se fortalecia e que tinha muito apoio parlamentar.³⁵ Que Eu ordenara a abolição no Paraguai –

²⁸ “Summary of News”, *ABT*, 6 maio 1870.

²⁹ “Recepção de S. A. o Sr. Conde d’Eu”, *JC*, 30 abr.-1 maio 1870; “Recepção do General Gastão de Orleans”, *A Reforma*, 1 maio 1870; “Regosijo nacional”, *JT*, 30 abr. 1870; “The Arrival of the Comte d’Eu”, *ABT*, 6 maio 1870. *A Reforma* divulgou o motivo para não publicar no seu número de 29 abr. 1870.

³⁰ “Liberdade”, *JC*, 30 abr.-1 maio e 2 e 3 maio 1870.

³¹ “Liberdade” (apedido), *JC*, 30 abr.-1 maio 1870.

³² “Festejo do largo de Estacio de Sá” (apedido), *JC*, 31 maio 1870.

³³ “Chronica geral”, *A Reforma*, 3 maio 1870.

³⁴ Ver as matérias intituladas “Emancipação”, *JC*, 24 e 26 maio, 11 e 12 jun., e 8 jul. 1870. Ver também IPSEN, *Delicate Citizenship*, pp. 202-203.

³⁵ “Summary of News”, *ABT*, 23 maio e 23 jul. 1870. A historiografia sobre a abolição ainda não levou em conta esse surto precoce de abolicionismo, CASTILHO, Celso

embora seja pouco provável a existência de escravos no país devastado – indicava seu apoio pela abolição no Brasil, iniciativa que Pedro advogava nos bastidores há alguns anos. Sua declaração na fala do trono de 1867 colocou a abolição na pauta política, mas o Conselho do Estado recomendou adiar a questão até depois da guerra. O novo Partido Liberal incluiu a abolição no seu programa e a pressão do imperador aumentava, mas os dois ministérios saquaremas de 1868 a 1871 relutavam em apresentar um projeto abolicionista.³⁶

Festejar o regresso do conde d’Eu com libertações destacava o apoio dos liberais pela abolição, e serviu para dividir os saquaremas emperrados dos deputados conservadores que aceitavam a apresentação de projetos antiescravistas. Ademais, solapava o prestígio do general conservador, o duque de Caxias.³⁷ A cobertura entusiasta do regresso do conde n’*A Reforma*, órgão do Partido Liberal, é um indício disso e, posteriormente, os festejos foram atribuídos aos liberais, mas o articulista lembrou que o conde os havia decepcionado.³⁸ Abalado por sua experiência na guerra, Eu não tinha condições físicas e mentais para assumir um papel político, e Pedro logo despachou-o para a Europa com a princesa Isabel.³⁹ Outro indício dessa dinâmica política apareceu na imprensa. *A Reforma* criticou um grupo de “soldados assalariados” que pretendiam “obrigar o povo a dar vivas ao Sr. Caxias” no dia 2 de maio. Os organizadores dessa manifestação retorquiram que queriam reconhecer todos os generais brasileiros, inclusive aquele que liderara o Exército de Tuiuti a Assunção (Caxias). Condenaram os que “se ocultavam nos cafés e teatros desta Corte” durante a

Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. University of Pittsburgh Press, 2016, pp. 22-52.

³⁶ CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. University of California Press, 1972, pp. 70-89; NEEDELL, Party, pp. 248-271.

³⁷ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras, 2002, p. 455.

³⁸ “Quem é o Conde d’Eu”, *O Gavroche*, 1889.

³⁹ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. EdUSC, 2004, pp. 64-66; BARMAN, Roderick J. *Princess Isabel of Brazil: Gender and Power in the Nineteenth Century*. Scholarly Resources, 2002, pp. 107-109.

guerra e agora se atreviam a insultar “um chefe tão querido”.⁴⁰

* * *

Quando ainda continuavam os festejos de recepção ao conde, o ministério conservador começou a organizar os festejos oficiais pelo final da guerra. Haveria um *Te-déum* num templo efêmero construído no Campo da Aclamação (atual Praça da República), seguido por uma parada da Guarda Nacional, um cortejo no paço da cidade, uma cantata no templo, e a iluminação noturna do Campo, bem como um espetáculo de gala no Teatro Lírico. Esperava-se um grande concurso e o governo contratou a construção de três grandes arquibancadas. Essa festa oficial, que parecia uma resposta do governo à recepção do conde d’Eu, foi um completo fiasco quando finalmente realizada no dia 10 de julho. A forma como essa festa fracassou é muito reveladora da política dos festejos oficiais e do tenso clima político do pós-guerra.

Esse era um festejo oficial, contrastado com os festejos populares em honra do conde e dos batalhões de regresso à pátria. Foi, a princípio, marcado para o dia 24 de maio (o quarto aniversário da primeira batalha de Tuiuti) e, pouco depois da abertura do parlamento, o governo apresentou um projeto para abrir um crédito suplementar de 200 contos para arcar com as despesas da festa. Metade dessa importância era destinada à construção do templo, e o restante era destinado às decorações, aos músicos e padres e à iluminação. Alencar, que se demitira do ministério em janeiro, condenou o projeto na Câmara dos Deputados como um desperdício colossal de dinheiro público: cogitava o governo “opor uma festa oficial à festa popular” do início do mês? Acrescentou que não seria uma festa nacional, pois não havia tempo para convidar representantes das províncias longínquas.⁴¹ O ministro da guerra, o barão de Muritiba (Manuel

⁴⁰ Ver os apedidos em *JC*: “A Reforma” e “Manifestação dos Officiaes”, 4 maio 1870; e Sotero de Castro, “Ao meu amigo o Sr. Dr. J. Julio de Barros”, 7 maio 1870.

⁴¹ Proposta, Ministro da Guerra, 18 maio, *ACD* (1870), vol. 1, p. 39; fala de Alencar, 19 maio, *ACD* (1870), vol. 1, pp. 44-46. Sobre a divergência entre Alencar e o ministério,

Vieira Tosta), justificou a despesa lembrando aos deputados que os católicos tinham a obrigação de “dar solenes graças ao Onipotente pelo grande benefício que outorgou ao Brasil”. No máximo, a celebração custaria 200 réis a cada um dos contribuintes brasileiros, estimados em um milhão.⁴² Apesar dos esforços de Alencar, o projeto foi aprovado por ampla maioria (58 a 8) no dia 24 de maio, a data anteriormente prevista para a celebração mas que o governo já adiarda para uma data a ser indicada. O projeto foi então ao Senado.⁴³

Enquanto o projeto ainda estava sob discussão na Câmara, um grande número de operários estava trabalhando no canteiro do “grande templo de papelão” e o cronista da *Vida Fluminense* se juntou a Alencar nas suas denúncias quanto ao desperdício de dinheiro quando não havia com que ajudar os veteranos estropiados. Quais pecados cometera o governo para orçar quarenta contos para padres?⁴⁴ Uma das suas charges mostrou Muritiba, alegre, dando dinheiro para comprar vivas ao ministério, a Caxias e a si mesmo (Figura 5).⁴⁵ Outros críticos condenaram o governo por ter contratado estrangeiros para projetar o monumento e dirigir sua construção. *A Reforma* denunciou o aparente nepotismo quando soube que um dos engenheiros italianos encarregado do monumento era o genro de Itaboraí.⁴⁶

O Senado discutiu o projeto em três sessões entre os dias 15 e 27 de junho. Na câmara vitalícia, havia uma oposição organizada e liberais proeminentes fustigaram o governo pelo gasto inconstitucional de fundos (isto é, antes da aprovação

ver NEEDELL, *Party*, p. 257.

⁴² Fala do Ministro da Guerra, 19 maio, *ACD* (1870), vol. 1, pp. 46-48.

⁴³ *ACD* (1870), vol. 1, pp. 50, 70; “Festejos”, *JC*, 22 maio 1870; *AS* (1870), vol. 1, pp. 16-17.

⁴⁴ “Assumptos de varias côres”, *VF*, 21 maio 1870. Foi um exagero, pois os quarenta contos eram destinados também às despesas com decorações, músicos e cantores. Para críticas semelhantes, ver Solon, “Festejos nacionaes!!!” (apedido), *JC*, 16 maio 1870.

⁴⁵ *VF*, 21 maio 1870.

⁴⁶ Ypiranga, “Os Brasileiros prescriptos no anno da graça de 1870?” (apedido), *Jornal do Commercio*, 20 maio 1870. Ver também a resposta a essa crítica por Um cidadão plebeu, “Festejos officiaes” (apedido), *Jornal do Commercio*, 29 maio 1870. Sobre o genro de Itaboraí, ver “Festejos”, *A Reforma*, 6 jul. 1870.

parlamentar): denunciaram a medida como um maciço desperdício de dinheiro em estruturas efêmeras e em fogos de artifício que acabariam em fumaça; previram que os gastos excederiam por muito o crédito solicitado. Muritiba assumiu a responsabilidade pela decisão de começar a obra e declarou que fora financiada até então pela verba dos eventuais do seu ministério.⁴⁷ O grande líder dos liberais, José Tomás Nabuco de Araújo, lembrou as festas populares de março e abril e se perguntou se o governo estava empenhado numa “política de diversão” para desviar a atenção das muitas necessidades do país. Os 200 contos poderiam ter sido gastos em pensões para viúvas e órfãos de soldados falecidos ou em libertar escravos. Entre muitos apoiados dos seus correligionários, Nabuco concluiu que o “barracão”, como ficou popularmente conhecido, demonstrava “glória no exterior”, mas também revelava a “decadência” e a “degradação” do sistema parlamentar sob o governo conservador.⁴⁸ A maioria conservadora no Senado aprovou o projeto e a lei foi sancionada pelo Imperador no dia 8 de julho.⁴⁹

O templo da vitória que se erguia no lado oeste do Campo da Aclamação, em frente à Casa da Moeda (o atual Arquivo Nacional), era uma estrutura impressionante (Figura 6). Nada menos que 124 colunas dóricas sustentavam o templo de altura de 85 palmos. A cúpula central, de uma altura de 186 palmos, foi encimada de um anjo de vitória. O templo abrigava 43.000 palmos quadrados de área coberta, e a capela central continha um altar e uma cruz que podiam ser vistos de toda a praça. Havia lugares para músicos e espaço suficiente para milhares de espectadores.⁵⁰ As arquibancadas ficavam aos outros três lados do Campo.⁵¹

⁴⁷ Falas de Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, 15 jun., *AS* (1870), vol. 1, pp. 176-177; José Inácio Silveira da Mota e Bernardo de Souza Franco, 20 jun., *AS* (1870), vol. 1, pp. 208-214, 215-216; e barão de Muritiba, 27 jun., *AS* (1870), vol. 1, pp. 248-250.

⁴⁸ Fala de José Tomás Nabuco de Araújo, 27 jun., *AS* (1870), vol. 1, pp. 250-252 (citações, 252). Sobre a liderança de Nabuco de Araújo, ver NABUCO, *Estadista*, 680.

⁴⁹ Lei 1766, 8 jul. 1870, *Coleção das Leis do Brasil*.

⁵⁰ Para descrições do templo, ver “Festa Oficial”, *JC*, 11 jul. 1870; e “Festejos officiaes”, *DRJ*, 11 jul. 1870.

⁵¹ Para uma imagem das arquibancadas, ver FERREZ, Gilberto. O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Logo tornou-se notório que a construção das arquibancadas deixava muito a desejar. Já no dia 20 de maio, os moradores do Campo agradeceram aos empreiteiros por bloquear sua vista do templo; em lugar do templo, teriam uma vista maravilhosa do esperado desabamento das arquibancadas (de fato, os moradores estavam muito bem colocados para presenciar o fogo que as destruiria alguns dias depois da festa).⁵² A polícia e o Ministério da Guerra enviaram engenheiros para inspecionar as estruturas e ambas as equipes de peritos recomendaram reforçá-las; na primeira semana de julho, ainda não estavam satisfeitos e mandaram reformas numa delas. O governo publicou os laudos das inspeções no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Commercio* no dia da festa, mas essa tentativa de tranquilizar os espectadores provavelmente serviu mais para lembrar-lhes os problemas na construção.⁵³ Enquanto os engenheiros avaliaram que as três arquibancadas suportariam o peso de 4.335 pessoas, *A Reforma* julgou que pouco mais de algumas centenas de espetadores seriam o suficiente para provocar seu desabamento e aconselhou os seus leitores a ficarem em casa.⁵⁴

No início de julho, quando o governo anunciou a celebração para domingo, dia 10, o debate político esquentou. No dia 4, Alencar publicou um panfleto no qual ele conclamou aos brasileiros a boicotarem “a festa macarrônica”. Reiterou suas críticas primitivas, chamou atenção ao modo inconstitucional com que o governo a financiara e condenou a modéstia ostentosa do imperador. O projeto original contemplara uma grande estátua temporária do monarca, a qual Pedro tirou da proposta (os organizadores, então, a substituíram por uma estátua que representava a paz). Tal modéstia excessiva entre reis era perigosa,

Brasileiro, no. 278, jan.-mar. 1968, prancha 46.

⁵² Os Gratos Habitantes Supra Mencionados, “Festejos no campo de Sant’Anna” (apêndice), *JC*, 20 maio 1870. Sobre o fogo, ver SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Editora Universidade de Brasília, 1983 [1895], p. 415.

⁵³ “Ministro da Guerra” e “Archibancadas”, *DRJ*, 10 jul. 1870; “Archibancadas” (aviso), *JC*, 10 jul. 1870.

⁵⁴ “Archibancadas no Campo da Acclamação”, *Jornal da Tarde*, 9 jul. 1870; “Ministerio da Guerra”, *A Reforma*, 9 jul. 1870; “Prevenção!” *A Reforma*, 10 jul. 1870.

concluiu Alencar, pois normalmente escondia ambição excessiva.⁵⁵ A essa altura, Alencar, conservador dissidente, era um dos críticos mais lúcidos do poder pessoal do monarca.⁵⁶ Segundo *A Reforma*, os jornais oficiais (o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*) se recusaram a publicar anúncios do panfleto.⁵⁷ *A festa macarrônica*, bem como um outro panfleto anônimo, *Roleta italiana* (publicado logo depois da celebração), muito contribuíram à impopularidade do ministério, segundo um observador.⁵⁸

Nos seus números publicados antes do dia 10 de julho, *A Reforma* acrescentou novos elementos à crítica ao festejo oficial, destacando sua feição excludente. Os convites para assistir à festa especificaram traje de gala, mas muitos dos recém-chegados militares não tinham “grande uniforme”. Civis de “paletó” ou de “jaqueta” eram admitidos aos *Te-déuns* na Capela Imperial, mas seriam excluídos dessa função.⁵⁹ Quando o Ministério da Guerra anunciou as categorias de convidados que teriam acesso pelos quatro portões do templo, *A Reforma* indicou que o quinto portão seria reservado ao povo. Não havia uma quinta entrada, e o periódico assim chamava atenção à natureza elitista da festa.⁶⁰ Os que não receberam convites poderiam comprar ingressos para as

⁵⁵ ALENCAR, José de. A festa macarrônica. In *Obra completa*. José Aguilar, 1960, vol. 4, pp. 1196-1202. A recusa de Pedro a essa estátua é mencionada em fala de José Inácio Silveira da Mota, 20 jun., *AS* (1870), vol. 1, pp. 209. Essa projetada estátua do imperador não deve ser confundida com a oferecida por uma comissão de negociantes em março, também rejeitada pelo imperador que avisou que os fundos deveriam ser aplicados na construção de escolas. Para essa confusão, ver RODRIGUES, Festa do Barracão, p. 407. Para a distinção, ver KRAAY, *Days*, pp. 256, 265.

⁵⁶ BARMAN, *Citizen Emperor*, pp. 259-261.

⁵⁷ “O jesuitismo de um jornal de grande circulação da corte” e “Festa macarrônica”, *A Reforma*, 10 e 12 jul. 1870.

⁵⁸ *Roleta italiana*: governo e povo. Typ. Industrial Nacional J. J. C. Cotrim, 1870; Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa a João Brígido, Rio, 18 jul. 1870, in CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Um soldado do Império: O general Tibúrcio e seu tempo*. José Olympio, 1978, p. 235.

⁵⁹ “Ao publico”, *A Reforma*, 8 jul. 1870; “Ministerio da Guerra”, *A Reforma*, 9 jul. 1870; “Parte não editorial”, *A Reforma*, 6 jul. 1870. Ver também “Aos officiaes do 1.º de infantaria” (apedido), *JC*, 10 jul. 1870.

⁶⁰ “Ministerio da Guerra”, *JC*, 9 jul. 1870; “Festa official”, “A festa” e folhetim, *A Reforma*, 10 jul. 1870.

arquibancadas, mas os preços estavam muito além das condições da maioria da população. Um camarote para seis espectadores custava 50\$000 e os ingressos gerais custavam 5\$000, preços semelhantes aos dos camarotes e das melhores cadeiras no Teatro Lírico.⁶¹ Outros contrastaram os 200 contos gastos no templo com o destino das viúvas de soldados que ainda não recebiam pensões. Dois autores de apedidos no *Jornal do Commercio* lamentaram a natureza efêmera do templo e recomendaram a construção de “uma sólida e magnífica catedral” ou um “monumento nacional” que serviria de “mausoléu nacional” para as “cinzas dos beneméritos da pátria”.⁶² Em fins de junho, um crítico recomendou marcar a festa para o dia 16 de julho, o segundo aniversário do ministério Itaboraí, pois, afinal de contas, seria a celebração do gabinete.⁶³

Apesar de todas as críticas, o coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, que há pouco voltara na qualidade de comandante de um dos batalhões de Voluntários da Pátria, antecipava “uma grande festa nacional”, mais “um pretexto grande para a reprodução do delírio e do frenesi deste povo *manso e fácil*”.⁶⁴ No dia 11, os leitores do *Diário do Rio de Janeiro*, do *Jornal do Commercio*, e do *Jornal da Tarde* aprendiam que “tudo concorreu para que o ato fosse celebrado com a maior solenidade”, para citar o *Diário*. Tanto o *Diário* como o *Jornal* publicaram longas descrições do templo e das suas decorações. No dia seguinte, o *Diário Oficial* acrescentou que o povo havia dado muitos vivas durante a função.⁶⁵

A Reforma e os periódicos ilustrados não pouparam esforços em contestar essas tentativas de retratar uma festa bem-sucedida e, ao que tudo indica, tinham razão. No dia 12, *A Reforma* publicou a sua versão do que aconteceu. Enquanto 8.000 convites

⁶¹ Ver os anúncios para as arquibancadas e o espetáculo de gala, *JC*, 10 jul. 1870.

⁶² “Uma idéa grandiosa” e “Um pensamento patriótico” (apedidos), *JC*, 10 jul. 1870.

⁶³ “Festejos officiaes” (apedido), *JC*, 30 jun. 1870.

⁶⁴ Tibúrcio a Brígido, Rio, 8 jun. 1870. In CÂMARA, *Soldado*, p. 231 (itálico no original).

⁶⁵ “Festejos officiaes”, *DRJ*, 11 jul. 1870; “Festa official”, *JC*, 11 jul. 1870; “Festejos officiaes”, *JT*, 11 jul. 1870; *Diario Oficial do Imperio do Brasil*, 12 jul. 1870.

para o *Te-déum* haviam sido distribuídos, apenas 200 pessoas compareceram e somente quinze pessoas se atreveram a tomar assento nas arquibancadas; a maioria destas eram familiares dos empreiteiros (nenhuma outra fonte corrobora essas cifras). O Campo foi “um vasto deserto” no qual se encontrava mais policiais e soldados que espectadores (uma avaliação parcialmente confirmada pela fotografia de Marc Ferrez, Figura 6). Às 10h, chegou a família imperial e os sinos das igrejas anunciavam que a hóstia estava sendo levado da Igreja de São Gonçalo para o templo. Um “grupo numeroso de povo” seguia os padres que levavam o viático e, em vez de deixar o *Te-déum* ser realizado num templo vazio, Pedro mandou abrir os portões a todos que queriam entrar.⁶⁶ Essa decisão deu “um simulacro de vida popular” à festa, graças ao “influxo da canalha [*rabble*] da cidade”, relatou o *Anglo-Brazilian Times*.⁶⁷ Etelvino, o cronista da *Comédia Social*, acrescentou que o imperador assim procedeu por compaixão a Muritiba. *A Reforma* destacou a mistura social que ocorreu: “Foi assim que ao lado do Sr. barão de Muritiba puderam colocar-se o carroceiro e a quitandeira, os jaquetas e os descalços, e os mais irmãos em Jesus-Cristo que ele desprezara pelas calças azuis e fardões bordados”, alusões aos grandes uniformes dos militares e aos librés dos cortesãos. Um dos amigos de Etelvino, “vendo o caráter nimamente democrático da reunião, ficou envergonhado de ter levado luvas, e tratou de escondê-los a toda pressa nos bolsos das calças”.⁶⁸ O único viajante estrangeiro que escreveu sobre o *Te-déum* relatou que “a extensa plataforma estava muito pouco ocupada” e qualificou “o público de fora” como “muito ordeiro” quando admitido.⁶⁹

Etelvino achou a parada da Guarda Nacional e as salvas de artilharia “chochas” e, à tarde, voltou ao Campo para a cantata quando viu que os organizadores andavam “distribuindo grátis os

⁶⁶ “A opinião”, *A Reforma*, 12 jul. 1870; “O cantor oficial”, *A Reforma*, 13 jul. 1870.

⁶⁷ “The ‘Official Rejoicing’”, *ABT*, 23 jul. 1870.

⁶⁸ “A opinião”, *A Reforma*, 12 jul. 1870; Etelvino, “O que vai por ahi”, *Comédia Social*, 14 jul. 1870. Essa crônica foi republicada por *O Alabama* (Salvador), através do qual Marcelo Rodrigues teve acesso a ela, RODRIGUES, Festa do Barracão, pp. 416, 420, 421

⁶⁹ HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate, 1870-76*. W. R. Church, 1877, p. 35.

cartões das arquibancadas” (Figura 7). Não visitou o Campo à noite, mas ouviu falar que a iluminação fora fraca. Alguns dias depois, a *Semana Ilustrada* e a *Vida Fluminense* zombaram dos poucos que compraram ingressos para as arquibancadas quando poderiam tê-los recebido de graça no dia.⁷⁰ Nos dias seguintes, *A Reforma* ainda criticou alguns aspectos da festa, a ornamentação interior (“em qualquer aldeia de interior fazem-se festejos mais pomposos”), o pagamento atrasado dos músicos e os 800 ingressos ao espetáculo de gala que a polícia e o Ministério da Guerra deram de graça aos seus amigos. Seus jornalistas imaginavam a reação de “duas pretas de ganho” admitidas ao templo:

A do tabuleiro de bananas: “Uê! ... blanco não sabe faze cousa direta ... Barraca está que parece tijupá velha”.

A do tabuleiro de quiabos: “Uê! E como nós entra aqui sem biête e só por orde do sordado?”

No dia 17, seu cronista lamentou que a obra de 200 contos seria em breve reduzida a lenha: “Tremem de horror as dóricas colunas, porém elas vão caindo abaladas pela força do imortal Sansão, que se chama – Povo!”⁷¹ Até o *Jornal do Commercio* admitiu que o ambiente da capela estava “decorado talvez um tanto pobrememente”.⁷²

A grande imprensa manteve silêncio a respeito dos incidentes mais graves, ocorridos no final da festa oficial. Etelvino ouviu “algumas assuadas contra o ministro de guerra” no final da tarde e *A Reforma* relatou que, à noite, “ouviu-se por toda a cidade o grito de – abaixo o ministério!” Tibúrcio relatou mais detalhes:

À noite, militares de linha, depois de percorrerem diversas ruas da cidade vitoriando o Imperador, o conde d’Eu e a família imperial, e dando foras ao gabinete de 16 de julho e

⁷⁰ Etelvino, “O que vai por ahi”, *Comédia Social*, 14 jul. 1870; *Semana Ilustrada*, 17 jul. 1870; *Vida Fluminense*, 16 jul. 1870.

⁷¹ Ver n’*A Reforma*, “Parte Não Editorial”, 13 jul. 1870; “Parte Não Oficial” e “Esbanejamento (Parte não editorial)”, 16 jul. 1870; “Como foi a festa”, 12 jul. 1870; “Folhetim”, 17 jul. 1870.

⁷² “Festa oficial”, *Jornal do Commercio*, 11 jul. 1870.

morras ao Muritiba, estabeleceram-se na frente do Teatro Lírico, fazendo parar todos os coches da comitiva imperial, em busca do Muritiba, que se meteu *por prudência* no quartel.

É possível que Pedro não tenha presenciado essa manifestação, pois seu coche fora atrasado pela grande quantidade de povo que queria entregar-lhe seus requerimentos. Tibúrcio, cujo relato desse episódio é o mais pormenorizado, condenou a atuação criminosa de militares cujo dever era seguir a lei.⁷³

Segundo *A Reforma*, o fracasso do festejo oficial, contraste marcante ao júbilo de março, abril e maio, foi devido aos erros do governo, seu desperdício do dinheiro público, à alegada exclusão dos Voluntários da Pátria e da Marinha da comemoração (organizada pelo Ministério da Guerra) e aos convites enviados somente aos ricos e poderosos. A data de 10 de julho foi o aniversário da partida de Pedro para Uruguaiana em 1865, mas 24 de maio ou mesmo 11 de julho (o aniversário da batalha do Riachuelo) teriam sido datas mais convenientes. Através da sua ausência, os cidadãos “também protestaram contra o governo, que lhes conculca a liberdade, nega-lhes justiça, pão e água, e converte o suor do povo em circenses”.⁷⁴ Tibúrcio atribuiu o “solene protesto” do povo à “imprensa oposicionista” e ao seu cansaço depois de tantas festas.⁷⁵ O historiador Peter Beattie recentemente atribuiu a relutância da elite fluminense em comparecer à celebração ao desdém que nutriam pelos soldados não brancos que haviam lutado na guerra.⁷⁶ O racismo identificado pelo historiador,

⁷³ Etelvino, “O que vai por ahí”, *Comedia Social*, 14 jul. 1870; “O cantor official”, *A Reforma*, 13 jul. 1870; “Os officias do exercito e o povo apreciados pelo – *Diario Official*”, *A Reforma*, 15 jul. 1870; “A opinião”, *A Reforma*, 12 jul. 1870; “A falsidade official”, *A Reforma*, 15 jul. 1870; *Roleta*, pp. 10-11; Tibúrcio para Brígido, Rio, 18 jul. 1870, in CÂMARA, *Soldado*, p. 234. Sobre essas manifestações, ver também DÓRIA, Luiz Gastão d’Escragnoille. Cousas do passado. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no. 71 (1908), p. 267; e RODRIGUES, Festa do barracão, pp. 426-429.

⁷⁴ “A opinião”, *A Reforma*, 12 jul. 1870.

⁷⁵ Tibúrcio para Brígido, Rio, 18 jul. 1870. In CÂMARA, *Soldado*, p. 234.

⁷⁶ BEATTIE, *Tribute*, p. 59; BEATTIE, Peter M. Illustrating Race and Nation in the Paraguayan War Era: Exploring the Decline of the Tupi Guarani Warrior as the Embodiment of Brazil. In *Military Struggle and Identity Formation in Latin America: Race, Nation, and Community during the Liberal Period*. FOOTE, Nicola e HORST, René D.

todavia, não impedira brasileiros de todas as classes (entre eles, as senhoras da elite cujo papel proeminente Ipsen analisou⁷⁷) de festejar o regresso dos soldados e voluntários alguns meses antes, e a explicação pelo fracasso do festejo se encontra, como contemporâneos reconheceram, na política partidária.

* * *

O contraste entre os bem-sucedidos festejos populares (organizados por particulares) do fim da guerra (e do regresso do conde d'Eu durante os primeiros meses de 1870) e o fracassado festejo oficial em julho destacaram a incapacidade do governo de controlar a recepção das festas cívicas. O sentimento de alívio com o fim da guerra e a satisfação com o regresso de amigos e familiares sem dúvida contribuíram em larga medida aos festejos populares com os quais as tropas foram recebidas. Também contribuíram os esforços dos liberais de se associarem a Eu em oposição ao ministério conservador e ao seu apoio a Caxias. Em contraste, os custosos festejos oficiais e o templo exagerado, que ficou abandonado no Campo de Santana à espera de uma decisão sobre a data da celebração, cheirava demais a desperdício de dinheiro, ostentação vazia e promoção sem vergonha do gabinete. Sem querer, o governo dera muita munição à oposição. O fracasso da festa oficial de 10 de julho e as festas populares de fevereiro a maio demonstraram a fraqueza do ministério. Sua posição emperrada contra qualquer medida tendente a acelerar o fim da escravidão era inviável face ao movimento popular abolicionista e à pressão imperial. Sua relutância em festejar o regresso de batalhões de voluntários organizados por liberais e progressistas em 1865 e 1866, bem como sua abstenção da organização da recepção para o conde d'Eu, abriu espaço para as festas populares e para os liberais associarem-se a elas. A queda do ministério em setembro não seria surpresa.

A exclusão das classes populares do espaço festivo do dia

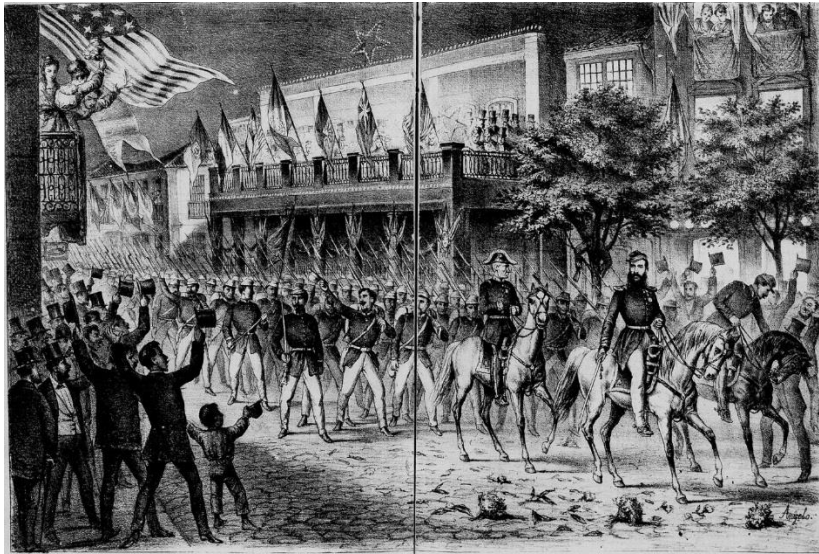
Harder (orgs.). University Press of Florida, 2010, pp. 190-191.

⁷⁷ IPSEN, *Patrícias*, pp. 313-323.

10 de julho, bem como sua admissão à última hora, coloca questões sobre sua identificação com o regime imperial, bem como seu lugar na nação, questões que seriam amplamente discutidas nas décadas de 1870 e 1880. O gesto magnânimo do imperador de abrir o templo ao povo é um de seus muitos atos que reforçaram a popularidade do regime imperial. Todavia, não devemos aceitar ingenuamente a retórica d'*A Reforma* e concluir que o povo apoiava o Partido Liberal. Para liberais e conservadores, a nação excluía muito mais do que incluía. O governo conservador manifestou sua visão claramente no recinto fechado construído para a festa oficial. Os liberais que falavam em nome do povo tinham uma visão mais ampla, mas ainda restrita, dele. Entre outros, as africanas cujo diálogo foi imaginado pelo cronista d'*A Reforma* não faziam parte da nação nem do povo brasileiro. Serviam apenas para dar um toque de humor à cobertura e para desqualificar o governo.

Analisar as festas cívicas requer atenção cuidadosa à orientação política dos periódicos. Suas páginas cheias de relatos de organizadores, de reportagens, de apedidos, de charges e de avisos são a fonte principal para os estudiosos dessas manifestações de civismo brasileiro, mas elas são altamente politizadas. Devem ser lidas como os leitores do século XIX o faziam, sempre levando em conta sua orientação política. Não havia reportagens neutras, mas através do confronto entre matérias concorrentes, bem como da análise cuidadosa das divergências entre os periódicos com atenção aos seus silêncios, há como entender o significado das festas cívicas para a política e para a sociedade oitocentista.

Figura 1: Entrada triunfal dos Voluntários da Pátria na tarde de 23 de fevereiro de 1870



Fonte: *VF*, 26 mar. 1870.

Figura 2: Reflexões de um voluntário



Legenda: “Eu lhes afianço que antes queria ver-me diante de uma peça a lançar metralha do que aguentar um discurso de duas horas”.

Fonte: *VF*, 9 abr. 1870.

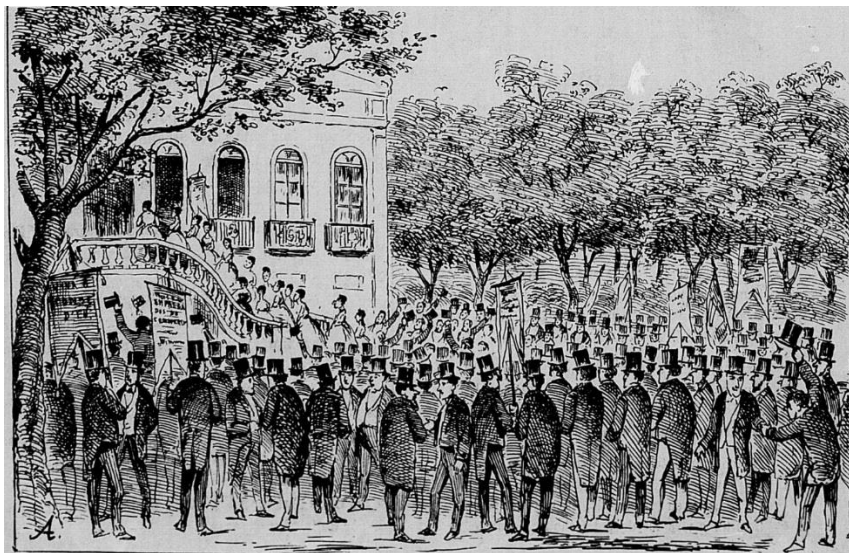
Figura 3: A chegada a esta Capital de S. A. o Snr. Conde d'Eu



Legenda: “Ao chegar à capela imperial, foram tais o fanatismo, o delírio e os apertos, que S. M. o Imperador viu-se obrigado a abrir caminho com seu chapéu!”

Fonte: *VF*, 7 maio 1870.

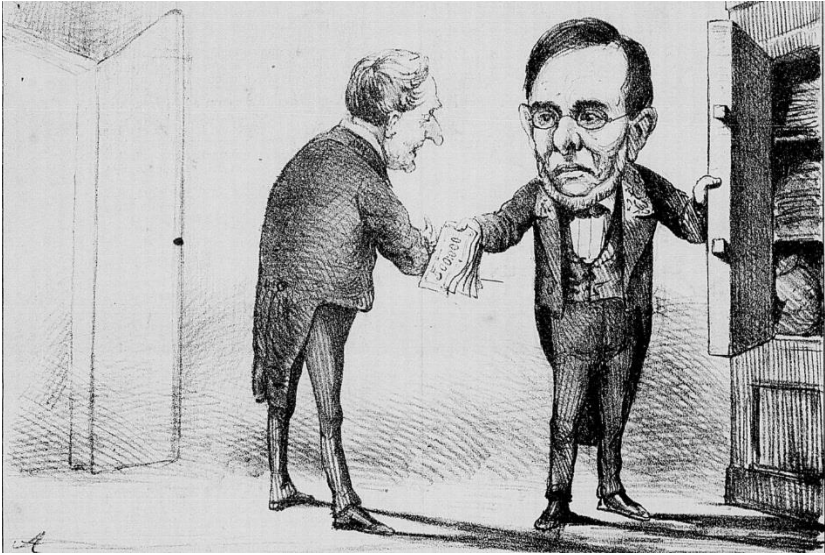
Figura 4: Homenagens ao conde d'Eu e à princesa Isabel



Legenda: Sítio em regra, que sofreu sua alteza o conde d'Eu desde que chegou até hoje, pelas senhoras fluminenses, sociedades, corporações, clubes &c. Sua alteza duvida ainda que a paz tenha sucedido à guerra.

Fonte: *VF*, 14 maio 1870.

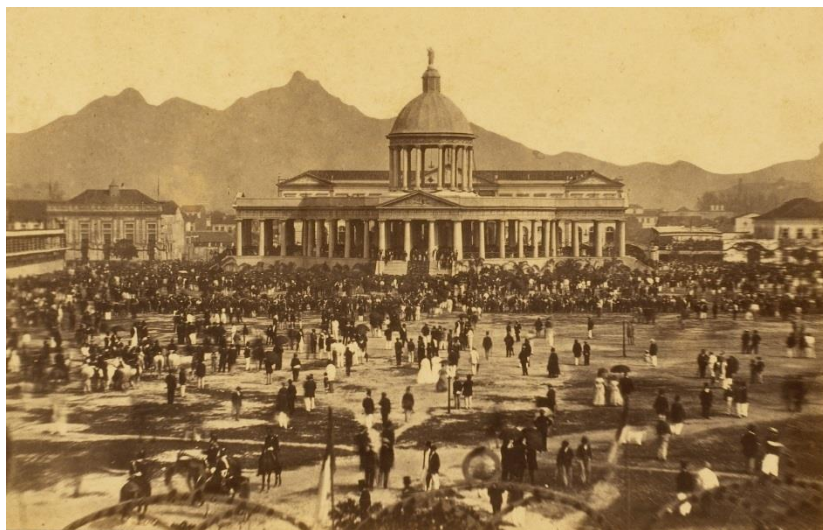
Figura 5: O barão de Muritiba compra vivas.



Legenda: “Dos 200 contos, 100 são destinados a distribuir pela população para que dê vivas ao ministério, vivas ao Caxias, e sobretudo vivas a mim; mas a mim sobretudo, veja lá hein!... Como é cara a popularidade nesta minha terra!”

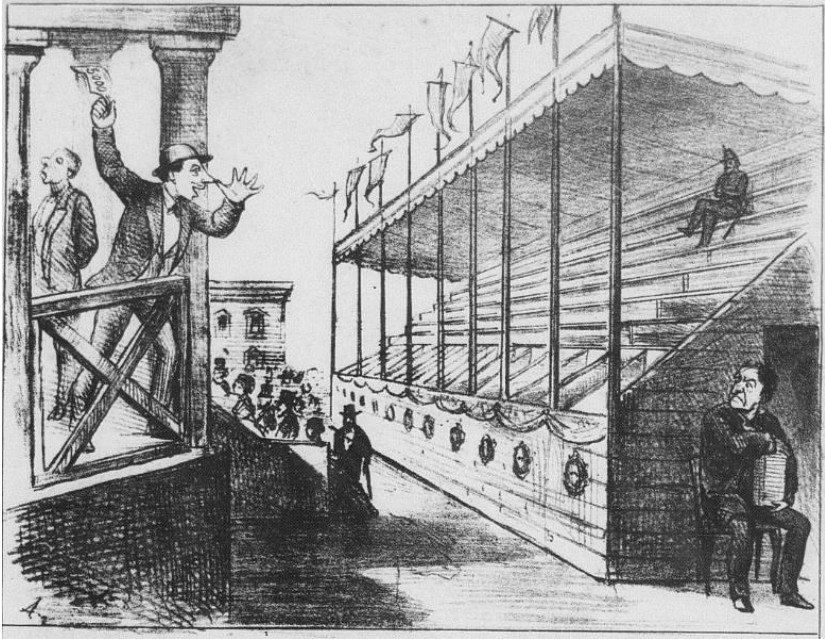
Fonte: *VF*, 21 maio 1870.

Figura 6: O “barracão” no dia 10 de julho de 1870



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Iconografia, 870518.

Figura 7: As arquibancadas vazias



Legenda: “(Um do povo). Meu amigo, pode guardar seus bilhetes; tive a honra de ser convidado por Sua Majestade, e poupei 5\$000 rs.”

Fonte: *VF*, 16 jul. 1870.

DISPUTAS POLÍTICAS, IMPRENSA E CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO NO PARAGUAI DURANTE A OCUPAÇÃO ALIADA (1869- 1876)

Bruno Félix Segatto¹

Em janeiro de 1869, tropas brasileiras comandadas pelo Marquês de Caxias ocuparam a capital do Paraguai, Assunção, evacuada por ordens do presidente Francisco Solano Lopez no ano anterior. A partir de então, aquela guerra, que havia começado entre Brasil e Paraguai em 1864 em função da guerra civil uruguaia, e que no ano seguinte contaria com a adesão da Argentina, se tornaria uma caçada a Solano Lopez e ao que restava de seu exército pelo interior do país.

No entanto, apesar de tomada a capital inimiga, a guerra se estendeu até março de 1870, quando Solano Lopez foi assassinado por tropas brasileiras na localidade de Cerro Corá. Este episódio pôs término às campanhas e batalhas, mas não significou a resolução das disputas entre os países envolvidos, principalmente entre o Império do Brasil e a República Argentina.

Com a desapareição do antigo inimigo em comum, estes dois países passariam a disputar a influência sobre as autoridades dos governos paraguaios com vistas a garantir seus objetivos territoriais nos tratados de paz e limites que viriam a ser assinados. Desta forma, devido às discordâncias e disputas entre argentinos e brasileiros, o país derrotado permaneceria política e militarmente ocupado entre 1869 e 1876, quando a Argentina assinou um tratado de paz e limites com o governo de Assunção.

Durante estes anos de ocupação aliada, surgiram em Assunção facções políticas orientadas a disputar o poder daquele Estado em vias de estruturação. Como a atuação na imprensa constituía uma das principais formas de se fazer política no século XIX, estas facções trataram de publicar órgãos difusores ou de

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

apoiar jornais de aliados políticos. Deste modo, constitui o objetivo deste artigo² analisar a atuação desta imprensa paraguaia durante a ocupação aliada, de modo a destacar sua relação com o público e os circuitos de informação nos quais estes jornais estavam inseridos.

Com este fim, foi consultado um conjunto de jornais assuncenhos, portenhos e montevidéanos, posto que apesar das distâncias, estavam em constante interação, conformando o que Robert Darton³ denomina circuitos de informação: saíam das suas oficinas tipográficas e ganhavam as casas dos seus assinantes, ruas, livrarias, cafeterias, portos, embarcações e, a partir daí, chegavam às demais cidades situadas às margens dos rios Paraná e Paraguai.

Abordar as disputas políticas através dos jornais em circulação e em interação permite perceber outras formas de se fazer a política no século XIX, posto que esta não se dava somente nas residências oficiais, casas de governo, parlamentos ou nas reuniões e negociações partidárias. De acordo com René Rémond⁴, o mundo da política não constitui um setor apartado da realidade social, pois nela está inserido, dela sofre e exerce influências. Nesta perspectiva, a imprensa deve deixar de ser percebida como um suporte de informações ou representações para, conforme Fabio Wasserman⁵, ser vista como uma prática produtora de sentido e como um ator social e político.

A imprensa argentina no século XIX, segundo Hilda Sabato⁶, constituía uma peça-chave do sistema político, pois era

² Este artigo constitui parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a respeito dos usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa argentina entre 1870 e 1876.

³ DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁵ WASSERMAN, Fabio. La política, entre el orden local y la organización nacional. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: EDHASA; UNIPE; Editorial Universitaria, 2013, p. 153-178.

⁶ SABATO, Hilda. La vida pública en Buenos Aires. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Liberalismo, estado y orden burgués*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 161-216.

através dela que o diálogo e a discussão entre personalidades e facções políticas ocorriam. Victoria Baratta⁷ endossa esta visão ao agregar que a imprensa argentina constituía um ator político destacado da cena pública, dado ser a catalizadora do debate de ideias durante a segunda metade do século XIX na Argentina.

Para o caso brasileiro, Maria Helena Rolim Capelato⁸ afirma que a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social e que esta categoria abstrata, “imprensa”, se desmistifica quando se faz emergir a figura dos seus produtores dotados de consciência determinada na prática social. Além de buscar desvendar estes sujeitos responsáveis pela elaboração de jornais, cabe salientar, conforme Marialva Barbosa⁹ e Marco Morel¹⁰, a relevância de identificar a quais grupos sociais estes produtos estavam destinados, bem como os espaços por onde circulavam, os quais configuravam um amplo circuito de informação que ultrapassava as fronteiras nacionais.

Compreender a política paraguaia durante os anos de ocupação aliada entre 1869 e 1876 implica, dentre outras medidas, analisar a atuação da imprensa assuncenha, sua relação com seu público leitor e também com os demais jornais das outras cidades da região, interconectadas graças às inúmeras embarcações a vapor que realizavam a rota Assunção-Buenos Aires, passando por cidades portuárias como Humaitá, Corrientes, Paraná e Rosario¹¹.

⁷ BARATTA, María Victoria. ¿Aliados o enemigos? Las representaciones de Brasil en el debate público argentino durante la Guerra del Paraguay (1864-1870). *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 1-34, jan./jun. 2015.

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

⁹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

¹⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). Jundiá: Paco Editorial, 2016.

¹¹ A respeito dos barcos a vapor que faziam a rota Buenos Aires-Assunção, os anúncios da sessão Marítima dos portenhos *El Nacional* e *La Tribuna* citam os seguintes: *Veneçia, Río de la Plata, Cuyaba, Río Gualaguay, 34-Victoria-34, Goya, Taragui e Guarany*. *El Nacional* do dia 2 de julho de 1870 anunciava a saída do vapor inglês “Rosario” rumo a San Nicolas, Rosario, Paraná, La Paz, Goya, Corrientes, Cerrito, Humaitá e Asunción.

A política paraguaia em meio às disputas entre Brasil e Argentina

Logo nos primeiros meses de ocupação de Assunção, o governo brasileiro enviou àquela capital seu representante José Maria da Silva Paranhos com o objetivo de estabelecer um governo provisório. Esta medida, acreditava o governo imperial, garantiria a existência do Estado paraguaio e evitaria uma possível anexação, voluntária ou não, à Argentina. Após resistências do governo argentino e acirradas disputas entre as nascentes facções paraguaias, o governo provisório foi instalado sob o formato de um triunvirato em agosto de 1869¹².

A morte de Solano Lopez abriu caminho para a convocação de uma Assembleia Constituinte. As eleições foram realizadas em julho e em agosto se iniciaram os trabalhos, os quais foram concluídos com o juramento da Constituição em novembro do mesmo ano. Assumia o mando presidencial do país Cirilo Rivarola, um dos três triúnviros do extinto governo provisório¹³.

No decorrer destes dois primeiros anos de ocupação aliada, delinear-se os dois principais grupos políticos paraguaios que ocupariam o cenário político nacional dali em diante. De um lado, agrupou-se em torno da família Decoud um conjunto de jovens que se encontravam no exílio durante os governos Lopez e que se auto-intitulavam “liberais”, como Salvador Jovellanos, Benigno Ferreira, Juan Silvano Godoy, Jaime Sosa Escalada, entre outros. Do outro lado, agrupou-se ao redor de Cândido Bareiro, ex-representante de Lopez na Europa, um conjunto de pessoas que iam desde indivíduos que haviam sido próximos a Solano Lopez, como Félix Egusquiza e Carlos Saguier, jovens bolsistas paraguaios enviados à Europa pelos governos Lopez como Cayo Mitos e Juan Jara, a outros indivíduos que não toleravam a liderança que os Decoud vinham construindo¹⁴.

¹² WHIGHAM, Thomas. Silva Paranhos e as origens de um Paraguai Pós-López (1869). *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 1085-1119, set./dez. 2015.

¹³ ESTEVES, Gomes. *Historia contemporánea del Paraguay*. Assunção: El Lector, 1996.

¹⁴ ACOSTA TOLEDO, Gustavo. *Posguerra contra la Triple Alianza: Aspectos políticos e institucionales (1870-1904)*. Assunção: Servilibro, 2013.

Distanciavam estes grupos querelas que vinham desde os tempos de guerra, além de outras que apareceram durante estes anos em virtude de rancores pessoais, das disputas pelos cargos públicos ou pela proximidade com alguma liderança política que despontava. Thomas Whigham considera que estas facções “invocaban metas ideológicas, pero actuaban como si los resentimientos privados fueran lo más importante [...]. Carecían de doctrinas y ponían las lealtades (y rancores) personales por encima de otras consideraciones”¹⁵. Paul Lewis agrega que “estaban separados por personalidades y lealtades familiares, no por ideología”¹⁶. Apesar desse personalismo, Harris Warren assinala que a facção de Bareiro possuía uma feição mais conservadora, pois “creía que la política era el arte de lo militarmente posible”¹⁷. Whigham endossa esta visão ao afirmar que a facção ligada aos Decoud “profesaba la orientación más ‘liberal’ entre las incipientes organizaciones políticas paraguayas”¹⁸.

Estas diferenças, no entanto, não impediram que políticos paraguaios mudassem de lado de acordo com as conveniências de cada conjuntura. Estas mudanças foram constantes durante a ocupação aliada, uma vez que tanto os governos como estas agrupações políticas se encontravam em meio às pressões e disputas entre autoridades brasileiras e argentinas em Assunção.

Brasileiros e argentinos passaram a entrar em desacordo nas negociações relativas ao cumprimento dos termos do Tratado de Tríplice Aliança, assinado em 1865 pelos representantes dos países aliados e que cedia o território do Chaco à Argentina. Em 1868, porém, o Gabinete liberal brasileiro, um dos responsáveis pelo tratado, foi derrubado e substituído por outro Conservador, que passou a atuar, a partir de 1869, com o objetivo de impedir que a Argentina se apossasse de todo o território do Chaco. Alegavam

¹⁵ WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Danza de muerte y destrucción. Asunción: Taurus, 2012. Volumen III. p. 403.

¹⁶ LEWIS, Paul. *Partidos políticos y generaciones en Paraguay (1869-1940)*. Assunção: Tiempo de Historia, 2016, p. 38.

¹⁷ WARREN, Harris. *Paraguay y la Triple Alianza*. La Década de Posguerra: 1869-1878. Asunción: Intercontinental, 2009. página

¹⁸ WHIGHAM, op. cit., p. 404.

os conservadores no Conselho de Estado imperial que o Tratado de 1865, assinado pelos liberais, era um equívoco, pois cedia territórios em demasia à Argentina, criando mais uma zona fronteiriça entre os dois países e colocando o Paraguai em uma situação vulnerável, por estar “abraçado” por aquela república¹⁹.

Desta forma, a atuação brasileira em Assunção se orientou em impedir que políticos paraguaios considerados “argentínistas” assumissem importantes postos de comando no país. Buscavam as autoridades brasileiras que os paraguaios cedessem às pretensões brasileiras, como a livre navegação nos rios, a fronteira no rio Apa, a permanência de tropas brasileiras no país e que estas resistissem às pretensões argentinas em relação ao Chaco. Assim, a rivalidade e as disputas entre Brasil e Argentina influenciavam a política interna paraguaia, uma vez que as facções buscavam se aproveitar desta situação. Conforme Whigham, “ninguna se complacía de tener a Brasil o Argentina como procuradores, pero nadie veía otra alternativa que ofrecerse al mejor postor”²⁰.

Cabe mencionar que as relações entre as autoridades brasileiras e argentinas com as paraguaias estiveram marcadas pela alternância entre períodos de aproximação e afastamento, de acordo com a conjuntura imperante. No entanto, os governantes paraguaios frequentemente recorriam às autoridades aliadas quando da realização de movimentos armados e insurreições no interior do país, as quais foram constantes durante os anos de ocupação aliada.

Ao perceber que o governo argentino não desistiria da reivindicação de posse do Chaco, o representante brasileiro, Barão de Cotegipe, iniciou negociações em separado com o governo de Assunção, assinando com o mesmo os tratados de paz, limites, extradição e navegação em janeiro de 1872. Por meio deste acordo, o Brasil garantia suas pretensões fronteiriças, a livre navegação dos rios e a permanência de suas tropas até a assinatura de um tratado de paz entre os governos de Assunção e Buenos Aires.

¹⁹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁰ WHIGHAM, op. cit., p. 406.

Este tratado foi recebido com indignação na capital argentina, onde a atuação do Barão de Cotegipe e da diplomacia brasileira foram duramente condenados. O Brasil, que já não contava com boa imprensa desde os anos finais da guerra com o Paraguai, foi acusado de traidor e expansionista por jornais como *El Nacional*. Mesmo aqueles que até então defendiam a aproximação com o Brasil, como *La Nación*, passaram a condenar a atuação do Gabinete e da diplomacia imperial.

A resposta do governo argentino foi a nomeação do General Julio de Vedia como governador do Território do Chaco, ato que gerou uma nota de protesto do governo paraguaio. Ainda em 1872, o presidente Sarmiento encomendou ao General Mitre uma missão especial ao Rio de Janeiro, cujo objetivo era garantir o apoio brasileiro às pretensões argentinas em relação ao Paraguai. O acordo foi selado e Mitre retornou a Buenos Aires, sendo recebido com festas no porto da cidade²¹. Porém, na segunda parte da missão, desta vez em Assunção, o governo paraguaio, apoiado pelo brasileiro, não aceitou ceder às pretensões de Buenos Aires de ter a posse do Chaco.

Nesta negociação, Mitre ponderou ao governo argentino a possibilidade de ficar com uma parte do Chaco e ceder a Villa Occidental ao Paraguai; mas o presidente Sarmiento e o ministro de relações exteriores, Carlos Tejedor, ordenaram ao general não ceder e manter a reivindicação. Tendo em consideração que 1873 era ano eleitoral na Argentina, Sarmiento e Tejedor temiam que Mitre, ao obter um êxito em Assunção, retornasse fortalecido para o pleito, no qual enfrentaria algum candidato oficialista a ser respaldado por Sarmiento.²²

Novas negociações foram realizadas em 1874, porém a influência brasileira no Paraguai impedia que fossem concretizadas e aprovadas pelo Congresso daquele país. No entanto, foi em 1874 que o presidente Juan Bautista Gill realizou um giro político e se

²¹ *La Nación* (Biblioteca do Congresso da República Argentina), Buenos Aires, 08.01.1873.

²² CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Política Exterior/Consejo Argentino para Relaciones Internacionales, 1998, 141.

desvencilhou da influência brasileira²³. Rompia, desta forma, uma tendência de relativa subordinação dos mandatários paraguaios frente à pressão das autoridades imperiais, como havia ocorrido com os presidentes Cirilo Rivarola (1870-1871) e Salvador Jovellanos (1871-1874). A preponderância brasileira perante os governos paraguaios era tanta que Victoria Baratta afirma que “entre 1869 y 1874 el Paraguay fue prácticamente un protectorado del Imperio”²⁴.

Desvencilhado da influência brasileira, o governo paraguaio iniciou negociações com o argentino em 1875, as quais foram concluídas em 1876 com a assinatura de um tratado definitivo de paz. A posse do Chaco, incluindo a Villa Occidental, ficou incumbida à arbitragem do presidente dos Estados Unidos na época, Rutherford Hayes, que deu ganho de causa ao Paraguai.

Em meio a estas disputas entre brasileiros e argentinos, o governo paraguaio tinha diante de si uma tarefa hercúlea: prestar assistência à população sobrevivente, repovoar o interior, reativar a agricultura, evitar a proliferação de epidemias, fomentar a atividade comercial, conseguir recursos para a manutenção do aparato estatal etc. Tudo estava por se fazer naquele país destruído²⁵. Era tanto por fazer e tão débil o governo provisório instalado pelos aliados em 1869 que o jornal montevidiano *El Siglo* assim se referia²⁶:

El Gobierno Provisorio marcha con pies de [ilegível], pues aun si ha ocupado de organizar sus rentas, no hay ni administración de correos ni aduana. Si ha nombrado Municipalidad nada hace a favor de este pueblo; así es que en el Estado que se encuentra, de desaseo, es muy probable

²³ DORATIOTO, Francisco. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 209-235.

²⁴ BARATTA, op. cit., p. 30.

²⁵ ROLÓN, Oscar Bogado. *Sobre cenizas: construcción de la Segunda República del Paraguay – 1869-1870*. Assunção: Intercontinental, 2011.

²⁶ A ortografia original foi mantida na transcrição de todas as citações dos periódicos.

que muy pronto se desarrolle alguna epidemia, que con la aglomeración de gente que hay hará grandes estragos.²⁷

O correspondente do jornal de Montevideu parecia prever que a febre amarela faria milhares de vítimas na região em 1871, inclusive o vice-presidente paraguaio Cayo Miltos. Além das questões referentes aos tratados de paz com os aliados e à saúde pública, inúmeros outros foram os temas de debate parlamentar e público que chegaram às páginas da imprensa assuncenha durante os anos de ocupação do país²⁸: o fomento à imigração e a consequente reativação da agricultura, o caráter daquela que deveria ter a primeira constituição nacional, a criação de escolas, a realização de campanhas de filantropia e assistência aos pobres²⁹, a condenação de atos de “vadiagem” e prostituição nas ruas da cidade, a situação financeira do país, a retirada das tropas aliadas etc.

Estes debates públicos ocorreram principalmente nos jornais de Assunção, inaugurando uma prática que ainda não havia existido no país, uma vez que até 1870 este havia sido governado por regimes unanimistas que não toleravam o dissenso e não permitiam a liberdade de expressão e de imprensa. No entanto, embora a Constituição de novembro de 1870 tenha garantido a liberdade de imprensa sem censura prévia, publicar um jornal naqueles anos estava longe de ser uma atividade segura, principalmente quando se tratava de uma atuação opositora.

Imprensa, público e circuitos de informação

A imprensa paraguaia, desde seu surgimento na década de 1840 até a guerra contra a Tríplice Aliança, esteve diretamente

²⁷ *El Siglo* (Biblioteca Nacional da República do Uruguai), Montevideu, 18.09.1869.

²⁸ SEGATTO, Bruno. Imprensa, debates públicos e poder político no Paraguai durante os primeiros anos de ocupação aliada (1869-1870). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 20, jan./jul., 2016, p. 222-255.

²⁹ ORTOLAN, Fernando. Dócil, elegante e caridosa: representações das mulheres paraguaias na imprensa do Pós-Guerra do Paraguai (1869-1904). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFPR, Curitiba, 2010.

ligada ao Estado. Todos os jornais que circularam pelo país entre 1845, desde o surgimento de *El Paraguayo Independiente*, até 1869, quando foi publicado o último periódico de trincheira³⁰ *La Estrella*, foram publicados por imprensas que pertenciam ao Estado. Na década de 1840, o objetivo era lutar, através da imprensa, pelo reconhecimento externo da independência do país³¹, enquanto na de 1860 era fomentar a coesão nacional através do apelo patriótico, bem como auxiliar na mobilização da população para aquela que era uma guerra total³².

Uma vez ocupada a capital e com o surgimento das primeiras agrupações políticas, surgiram os primeiros periódicos independentes da história paraguaia, embora esta independência fosse relativa. Praticamente todos os jornais que surgiram durante a ocupação de Assunção eram político-partidários ou, apesar de não o serem diretamente, seus proprietários e redatores estavam ligados às facções políticas locais. Outra característica em comum a estes jornais era a efemeridade: circulavam por alguns anos, meses e alguns nem sequer chegaram a completar um mês de circulação, como *La Opinión Pública*, que publicou somente seis números em novembro de 1870.

Os motivos para esta efemeridade são variados, mas geralmente estavam relacionados às perseguições políticas por parte do governo ou de outros grupos da cidade. Falência financeira, discordâncias e conflitos entre redatores e proprietários, mudança de filiação partidária do proprietário ou do redator também podiam levar ao encerramento das atividades de um periódico.

A principal fonte de financiamento destes jornais eram as subvenções governamentais e/ou partidárias, as quais se davam frequentemente através de contratos em que o governo adquiria

³⁰ JOHANSSON, María. Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870). *Annuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti*, Córdoba, ano 10, n. 10, p. 189-210, 2010.

³¹ SEIFERHELD, Alfredo. El Cabichuí en el contexto histórico de la Guerra Grande. *Cabichuí. Periódico de la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Centro de Artes Visuales/Museo del Barro, 2016.

³² CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870*. Ensayo de historia del tiempo presente. Buenos Aires: SB, 2010.

um número considerável de assinaturas em troca da publicação de documentos oficiais. Desta forma, embora representassem uma importante fonte de renda para os redatores e proprietários, estes contratos implicavam, no mínimo, uma boa relação com o governo, o que reduzia em boa medida a margem de independência destes jornais.

Além das subvenções, as assinaturas constituíam outra importante fonte de ingressos destes periódicos. Em geral, a assinatura dos jornais da cidade custava 2 pesos bolivianos ou 2 reais fortes. Nenhum jornal oferecia a venda avulsa em suas capas, embora fosse provável que a mesma ocorresse de forma direta nas sedes onde funcionavam. Estipular o número de assinantes que contavam estes jornais constitui tarefa difícil, porém pode-se tomar o a cifra de 500 *suscriptores* que *La Regeneración*³³ anunciava possuir em 1870 como uma quantidade razoável para a Assunção daqueles anos, sobretudo se comparado aos 990 que o rosarino *La Capital*³⁴ e os 5 mil que o portenho *La Tribuna*³⁵ afirmavam contar no mesmo ano.

As referências aos assinantes são raras. No entanto, indícios permitem apontar pelo menos os potenciais grupos assinantes de jornais naquela cidade que, em 1869, contava com 14 mil habitantes³⁶: os comerciantes, os militares, as autoridades nacionais e estrangeiras, representantes diplomáticos, correspondentes de jornais estrangeiros, funcionários públicos, profissionais liberais como professores e médicos-cirurgiões, farmacêuticos, agentes das companhias de navegação, entre outros. Constitui, portanto, um público leitor letrado e urbano, embora os

³³ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 06.04.1870.

³⁴ [MEGÍAS, Alicia. Prensa y formación de la opinión pública. Rosario a mediados del siglo XIX. Cuadernos del Ciesal](#), ano 3, n. 4, Rosario, p. 67-87, 1998.

³⁵ *La Tribuna* (Biblioteca do Congresso da República Argentina), Buenos Aires, 10-11.07.1870.

³⁶ BREZZO, Liliana. Reconstrucción, poder político y revoluciones (1870-1920). In: TELESKA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Prisa Ediciones, 2011, p. 199-224.

jornais circulassem também por ambientes onde vigorava o analfabetismo³⁷.

Outra fonte de renda que não deve ser desprezada em uma cidade portuária que havia recebido uma grande quantidade de comerciantes vindos junto com as tropas aliadas eram os recursos oriundos dos avisos publicitários. Terrenos, roupas, pratarias, livros, elixires e cavalos eram oferecidos, geralmente nas últimas páginas dos jornais, ao lado de anúncios de escritórios de advogados, médico-cirurgiões, boticários, de agências de navegação e dos consulados estrangeiros instalados na cidade. Os avisos evidenciam uma parte do público consumidor dos jornais, uma vez que os anunciantes publicavam seus produtos e/ou serviços sabendo que seriam vistos por potenciais interessados. Por último, podem citar-se os livros, almanaques, edições especiais e compilados de jornais que os estabelecimentos impressores onde funcionavam ofereciam.

Atuavam, nesta imprensa, indivíduos que exerciam outras funções profissionais, como José Segundo Decoud, redator de inúmeros jornais durante os anos de ocupação como *La Regeneración* e *La Reforma*, e que exerceu mandatos de deputado e ministro de Estado. Do mesmo modo, Miguel Gallegos, cirurgião do exército argentino, atuava no hospital daquela nacionalidade na capital e redigia *La Voz del Pueblo*.

Além dos proprietários, redatores e editores, os quais tinham os nomes estampados nas capas dos periódicos, atuavam nas oficinas dezenas de trabalhadores e trabalhadoras que ficavam relegados ao anonimato: tipógrafos, letristas, compositores caixistas, tinteiros, corretores, repartidores, distribuidores, serventes em geral. Estes inúmeros trabalhadores eram os responsáveis por passar escritos, manuscritos e relatos orais às máquinas tipográficas, por fazê-las funcionarem, por garantir a qualidade da tinta, do papel, dos tipos, por dobrar os jornais e distribuí-los pela cidade. Estes operários do mundo impresso trabalhavam para colocar os jornais nas ruas a cada dois ou três dias, configurando uma imprensa de caráter artesanal, embora

³⁷ MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

alguns jornais já adotassem estratégias de diversificação de conteúdo, através da adoção de inovações como os folhetins e as seções de variedades. Estas medidas estavam orientadas a ampliar o público leitor dos periódicos.

Apesar do anonimato ao qual eram relegados, os anúncios de jornais procurando trabalhadores permitem evidenciar a falta que faziam estes trabalhadores em um país devastado por anos de guerras e pela perda de quase toda sua população adulta masculina. Anunciava *La Regeneración*: “Cajistas. Se necesitan en esta imprenta dos. Se ofrecen condiciones muy ventajosas”³⁸. Dois anos depois, *El Pueblo* também necessitava compositores caixistas, mas com experiência: “Se necesitan Cajistas en esta imprenta. En igualdad de circunstancias, los de nacionalidad Paraguaya tendrán la preferencia. El que no sea buen cajista es inútil que se presente”³⁹. Os redatores de *La Regeneración*, por outro lado, pareciam estar dispostos a ensinar as artes da tipografia a quem não tivesse experiência prévia: “En esta Imprenta se necesita una mujer para doblar periódicos y tirar el pliego de la prensa. [...] También se ofrece enseñar a la que desee aprender el arte del tipógrafo, pudiendo ganar sueldo al mes subsiguiente de su entrada”⁴⁰.

São anúncios que permitem perceber outro problema que enfrentou a imprensa paraguaia: a falta de trabalhadores. Desta forma, não surpreende que em um aviso se solicitem trabalhadoras e que em outro se relate a presença de estrangeiros:

Este establecimiento, el primero en su clase que se encuentra en el Paraguay, se ofrece al público para hacer cualquier clase de trabajo tipográfico, para lo cual cuenta con nuevos y flamantes tipos todos de gusto como también letrones para carteles de mayor formato, advirtiendo que todo se hará con prontitud y esmero á un precio completamente reducido. A mas podemos recibir impresiones en diferentes idiomas, para lo cual contamos

³⁸ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 27.07.1870.

³⁹ *El Pueblo* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 21.07.1872.

⁴⁰ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 31.10.1869.

con tipógrafos estrangeiros vindos de Buenos Aires espresamente.⁴¹

A presença de argentinos entre os tipógrafos, entre os redatores, como Miguel Gallegos, ou entre os colaboradores como Miguel Macias, era frequente nas oficinas dos jornais assuncenhos, uma vez que estes jornais estavam inseridos em um extenso circuito de informações que conectava a capital guarani às demais cidades da Bacia do Estuário do Rio da Prata. Era através das inúmeras embarcações a vapor que realizavam a rota Buenos Aires-Assunção que os jornais e os trabalhadores do mundo impresso circulavam: “Por el último paquete llegado del Rio de la Plata hemos recibido un folleto escrito en Bahia por el Sr. Baron de Cotejipe”⁴². Desta forma, as oficinas, as ruas, as casas, os espaços de sociabilidade como livrarias e cafeterias, os portos e as embarcações conformavam um circuito de transmissão e difusão de informações pela via escrita ou oral⁴³.

Expressões como “se dice”, “corre la voz”, “hay rumores” geralmente introduziam notas informativas destes jornais, as quais evidenciam a presença da oralidade no mundo impresso oitocentista, como destacado por Marialva Barbosa para a imprensa brasileira durante o século XIX⁴⁴: “Corre con generalidad en el pueblo que va á establecerse otro periódico en esta ciudad. Al efecto se ha levantado una suscripción que según se nos dice ha llegado a ser suficiente para costear una nueva Imprenta”⁴⁵. É novamente em *La Regeneración* que os indícios de oralidade se fazem perceptíveis: “Corre la voz que los arreglos definitivos, quedan suspendidos hasta la elección del Gobierno Constitucional, único competente y autorizado para darles una solución conveniente”⁴⁶. Com um editorial titulado “Rumores graves”, assim se referia o

⁴¹ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 05.08.1870.

⁴² *El Orden* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 11.08.1872.

⁴³ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

⁴⁴ Idem, *História cultural da imprensa...*

⁴⁵ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 22.12.1869.

⁴⁶ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 27.04.1870.

redator de *El Progreso*: “Tal como le hemos oído referir, le vamos a narrar sin responder de su verdad y prontos a rectificar los hechos si la relación no es verídica, pero exigiendo en todo caso explicaciones terminantes...”⁴⁷.

O periódico portenho *La Tribuna* assim se referia às recentes informações orais recebidas pelo comandante do barco a vapor *Veneçia*, um dos que fazia a rota Buenos Aires-Assunção:

El mismo día en que el *Veneçia* salió de la Asunción, el Gobierno, por medio de un acto violento, prendió veintinueve Diputados y Senadores y requirió del capitán del *Veneçia* que se demorara cuatro horas para embarcar los presos y remitirlos aquí. El vapor no demoró; y solo condujo la noticia verbal del hecho, siendo su mismo Capitán el que ha dado los informes.⁴⁸

Anos depois, o mesmo vapor *Veneçia* foi citado pelo periódico assuncenho *La Patria*: “Retiramos nuestro editorial para dar lugar a las importantísimas noticias de abajo, traídas por el vapor *Veneçia* y que nuestros lectores verán con agrado. Imponentes han sido los sucesos que tuvieron lugar en Buenos Aires en los días 1º e 2º del corriente...”⁴⁹. A relação entre as oficinas dos periódicos e o porto de Assunção era tão próxima que, ao encerrar seus trabalhos sem receber informes vindos do vapor *Goya*, *El Progreso* se justificava: “El *Goya*: No había llegado hasta el momento de cerrarse nuestro periódico”⁵⁰.

A dinâmica do fluxo de periódicos por esse circuito parece ter sido tão intensa que existia uma “lógica da retribuição”, uma prática comum entre os jornais da região de permutar jornais que haviam sobrado das tiragens. Pelo menos é isso o que se pode depreender da seguinte publicação:

⁴⁷ *El Progreso* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 20.04.1873.

⁴⁸ *La Tribuna* (Biblioteca do Congresso da República Argentina), Buenos Aires, 20.10.1871.

⁴⁹ *La Patria* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 17.03.1875.

⁵⁰ *El Progreso* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 09.04.1873.

A La Tribuna de Buenos Aires. Este cólega se queja de no recibir nuestros números, y en verdade que tiene razon, pues hace dos meses ya que no le remitimos “La Regeneración”, por que él no ha aparecido una sola vez por esta imprenta. Esperamos, pues, que “La Tribuna” de hoy en adelante sabrá retribuir nuestros números como lo hacen los demas periódicos.⁵¹

O “alerta” dado pelo jornal assuncenho ao portenho parece ter surtido efeito, posto que algumas semanas depois *La Regeneración* informava a seus leitores, através do aviso “Retribuciones”, que, dentre os vários jornais de outras localidades que se encontravam na sua oficina⁵² estavam os portenhos *La República*, *La Nación*, *El Nacional*, *La Prensa*, *La Verdad*, *La Discusión*, *El Río de la Plata*, *Intereses Argentinos*, *The Standard* e, finalmente, *La Tribuna*⁵³.

Estas trocas, no entanto, não eram novidade na região platina. Alicia Megías identificou, durante a existência da Confederação Argentina entre 1852 e 1859, um conjunto de periódicos federais auxiliados pelo governo de Paraná e publicados nas cidades da região do litoral, como Corrientes e Rosario. Segundo a autora, era prática comum entre estes jornais a troca de exemplares e a reprodução de editoriais como forma de exercer uma luta coletiva contra a imprensa portenha⁵⁴.

Da mesma forma, as trocas de exemplares efetuadas entre os jornais paraguaios, argentinos e uruguaios não era realizada somente com o objetivo de difundir ideias, propostas e nomes pelas cidades da região. Estas permutas também serviam para

⁵¹ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 04.02.1870.

⁵² De Montevideo haviam chegado os jornais *La Paz*, *El Telégrafo Mercantil*, *El Ferro-Carril* e *El Nacional*. De Corrientes *La Voz de la Patria* e *La Esperanza*. De Rosario *La Capital*, *La Reforma* e *La Patria*. De Paraná *El Paraná*, *El Comercio* e *El Obrero Nacional*. De Córdoba *El Eco de Córdoba* e *El Progreso*. De Santa Fe *El Pueblo*. De Gualaguaychú *La Regeneración*. De Gualaguay *El Gualaguay*. De Concepción del Uruguay *El Uruguay*. De Salto Oriental *Las Noticias*. De Tucuman *La Juventud*. De San Juan *La Voz de Cuyo*. A presença de jornais de províncias como San Juan evidencia a abrangência desse circuito de informação que interligava as oficinas dos jornais da região.

⁵³ *La Regeneración* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 25.02.1870.

⁵⁴ MEGÍAS, op. cit.

combater opositores, denunciar arbitrariedades, manifestar apoios e ostentar o quanto uma determinada ideia ou proposta ganhava força no exterior, como se pode perceber nas citações abaixo:

Transcribimos á continuación un artículo del “Comercio” periódico que se publica en la ciudad del Paraná, y por el que verán nuestros lectores que nuestra propaganda y nuestros esfuerzos reciben la merecida justicia en el exterior. En vano nuestros detractores y los que quieren negar todo mérito y virtud á la juventud paraguaya, como los colaboradores de “La Voz del Pueblo”, pretenderán denigrarnos con personalidades y miserias.⁵⁵

Seguindo a mesma lógica, o opositorista *La Voz del Pueblo* anunciava o apoio da imprensa argentina nos seguintes termos:

La prensa Argentina también se ajita apoyando decididamente la causa del pueblo paraguayo, y adhiriéndose al pensamiento que nos ha guiado desde mucho tiempo; la sociedad porteña por medio de la amistad particular nos envía palabras de felicitación por la ardua pero hermosa tarea que se ha impuesto “La Voz del Pueblo” de sostener la independencia de este país amenazado por la estupidez de un mandón que se [ilegível] decididamente a la funesta política de un hombre que tiende sus redes al pueblo paraguayo.⁵⁶

La Voz del Pueblo era um periódico de tendência argentinista fundado pela facção de Cândido Bareiro com o objetivo de contrapor a influência brasileira em Assunção. Seu redator Miguel Gallegos assim se referia à postura do jornal em relação ao Império do Brasil:

No somos pues enemigos del Brasil, y como el diplomático Brasileiro no es la nación Brasileira, declaramos que somos enemigos de la política Brasileira en el Paraguay, y que nó

⁵⁵ *El Paraguay* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 28.05.1870.

⁵⁶ *La Voz del Pueblo* (Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul), Assunção, 14.07.1870.

de ahora sino desde la instalación del Gobierno provisorio, venimos combatiéndola, no porque pensamos ser los únicos diplomáticos en el Paraguay, sino porque somos uno de tantos, y porque tenemos el derecho de hacer públicos nuestros pensamientos...⁵⁷

Apesar de ressaltar a nacionalidade brasileira e de especificar seu inimigo, parece que esse exemplar do jornal foi o estopim para alguns soldados brasileiros, que na noite do dia seguinte tentaram destruir a oficina onde funcionava o jornal. Este reagiu e publicou um número ainda mais crítico ao Brasil, e aproveitou para denunciar perante o mundo as arbitrariedades do Império no Paraguai:

La tormenta que se descargó al fin en la noche del 15 del corriente, no la hemos provocado nosotros que no hemos hecho más que decir verdades; esa tormenta ha sido el resultado lógico de la impotencia de los que no teniendo razones que oponer a las nuestras, han querido matar la voz de la verdad, echando una imprenta a la calle, como si quince días después no habíamos de tener otra imprenta planteada, y otra vez la facilidad de denunciar los déspotas para que el mundo entero los maldijese cien veces más. [...] Porque hemos dicho que soldados brasileros atacan una casa con la idea de echar una imprenta a la calle; [...] Toda nuestra oposición es á la política del Consejero Paranhos, como seria a la del Ministro Argentino si lo viésemos influyendo en lo más mínimo en los asuntos locales del Gobierno Provisorio del Paraguay.⁵⁸

E, ao realizar esta denúncia, *La Voz del Pueblo* ainda questionou *La Tribuna* sobre o que diria a respeito daquele acontecimento, ao que o periódico portenho contestou:

⁵⁷ *La Voz del Pueblo*, (Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul), Assunção, 14.07.1870.

⁵⁸ *La Voz del Pueblo*, (Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul), Assunção, 19.07.1870.

La Voz del Pueblo, cuja imprensa fue atacada, al referir a los hechos pregunta: ¿Qué nos dirá de esto la TRIBUNA de Buenos Aires? La *Tribuna* de Buenos Aires, contestamos, dirá siempre la verdad, pese a quien pese, en este hecho como en cualquier otro... [...] No es un acto de las fuerzas brasileras, sino simplemente un delito vulgar, cometido por individuos que pertenecen a aquellas fuerzas. Al cometerlo no han obrado como soldados, bajo la bandera imperial, no obedeciendo órdenes de sus gefes superiores.⁵⁹

Se *La Tribuna*, com a moderação que a caracterizava, preferiu não dar prosseguimento à polémica com o jornal assuncenho, o antibrasileiro *El Nacional* não poupava tintas em suas críticas ao Barão de Cotegipe, ao Gabinete Conservador e à monarquia brasileira. Assim como outros periódicos portenhos, *El Nacional* possuía um correspondente em Assunção, o qual remetia informes a respeito da situação política daquela capital, como o seguinte: “Pretendían los brasileiros ir realizando poco a poco sus proyectos maquiavélicos, encubiertos bajo la faz de la más hipócrita maldad, y desgraciadamente no podrá negarse que lo han conseguido en parte...”⁶⁰.

La Voz del Pueblo, assim como seu rival *La Regeneración*, deixaram de circular no segundo semestre de 1870 devido a ataques às suas impressoras realizadas por grupos desconhecidos⁶¹. Em novembro do mesmo ano circularam seis números do periódico *La Opinión Pública*, o qual foi fechado por ordens do presidente Rivarola alguns dias antes do juramento da Constituição, que estipulava a liberdade de imprensa no país. Mesma sorte, ou falta dela, teve *El Progreso*, que circulou entre março e maio de 1873 e que lançou aos seus assinantes o seguinte texto de despedida:

⁵⁹ *La Tribuna* (Biblioteca do Congresso da República Argentina), Buenos Aires, 22.07.1870.

⁶⁰ *El Nacional* (Biblioteca do Congresso da República Argentina), Buenos Aires, 05.02.1876.

⁶¹ A destruição da impressora de *La Regeneración* e as mortes ocorridas durante aquele episódio foram abordadas pelos portenhos *El Nacional*, *La Tribuna* e *La Nación* nos números de 5 de outubro, e pelo montevidiano *El Siglo* do dia 7.

Ayer por la tarde fuimos sorprendidos con la órden del ministério del interior, notificada por la policia mandando suspender la publicacion de *El Progreso*. Una vez mas, ha sido pisoteada la Constitución del país. De nada ha servido que la ley fundamental estableciera las garantias mas formales en favor de la prensa política; el gobierno desatendiendo tan terminantes preceptos nos ha atropelado en nuestro derecho, al objeto seguro de que la opinión pública amordazada con la suspension de nuestra publicacion y maniatada por todos los lados con los bárbaros proceder del “cuando poder”, sufra resignada el peso de sus passos desatinado y torpes.⁶²

Percebe-se, desta forma, quão instáveis e precárias eram as condições de atuação da imprensa de Assunção durante os anos em que a cidade esteve ocupada pelas tropas e autoridades aliadas. As facções políticas paraguaias em disputa não pouparam nas críticas umas às outras através dos seus órgãos difusores. Para Juan Crichigno, a rivalidade entre os grupos adquiriu características sórdidas, violentas e trágicas ao longo da década de 1870⁶³. Harris Warren, por sua vez, destaca que a liberdade de imprensa⁶⁴ foi um ideal não realizado durante os governos paraguaios pós-Cerro Corá e concluiu: “La falta de tolerância con la crítica periodística fue actitud prevaleciente de casi toda la historia paraguaya, con algunas excepciones a fines del siglo XIX”⁶⁴.

Considerações Finais

Apesar de a Constituição de 1870 haver estipulado a liberdade de expressão sem censura prévia, a nascente imprensa independente assuncenha surgida durante os anos de ocupação aliada atuou em condições precárias e instáveis e teve de enfrentar inúmeras limitações, como a reduzida margem de autonomia frente

⁶² *El Progreso* (Biblioteca Nacional do Paraguai), Assunção, 04.05.1873.

⁶³ CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción: ABC, Centro Gráfico, 2010.

⁶⁴ WARREN, op. cit., p. 240.

à política e aos governos paraguaios, o diminuto número de assinantes e a falta de trabalhadores do mundo impresso.

Não obstante estas limitações e dificuldades, a imprensa paraguaia se converteu em um destacado ator político no pós-guerra, pois foi nas colunas dos jornais onde ocorreram debates públicos que versavam sobre temas variados, como a presença das tropas no país, os tratados de paz e limites e as medidas necessárias para retirar o Paraguai da situação de prostração em que se encontrava. Desta forma, estes jornais divulgaram ideias, propostas, representações e se inseriram nas lutas políticas.

Os periódicos estavam voltados principalmente para o público letrado e urbano de Assunção, embora também tenham circulado por ambientes onde predominava o analfabetismo. No entanto, sua atuação, por vezes, não foi bem recebida por governantes e outros grupos da cidade. Estes jornais consultados interviram na política local, divulgaram o que consideravam erros e abusos para os países vizinhos, de onde recebiam apoio ou críticas por parte de outros periódicos. Com estes polemizavam e debatiam, tornando questões locais temas de debate que ultrapassavam as fronteiras nacionais, graças a um amplo circuito de informações que conectava os jornais de Assunção aos das demais cidades da Bacia do Rio da Prata.

TRABAJO LIBRE Y ESCLAVO DE LA POBLACIÓN AFRODESCENDIENTE EN MONTEVIDEO, 1835-1841. APROXIMACIÓN AL ESTUDIO DEL MERCADO DE TRABAJO A TRAVÉS DE LOS REGISTROS DE PAPELETAS DE CONCHABO.¹

Florencia Thul Charbonnier

Introducción

Este capítulo presenta los resultados de una investigación realizada en torno al tema del mercado de trabajo en Montevideo en la primera mitad del siglo XIX. El problema que le da origen son las circunstancias específicas generadas por la escasez de la mano de obra a partir de las guerras por la independencia. Particularmente, busca responder cuál fue la participación de esclavos y libertos en el mercado de trabajo de la ciudad de Montevideo, entre 1835 y 1841.

Montevideo, desde el período colonial, era una *sociedad con esclavos*, de acuerdo a la clasificación de Silvia Mallo² (y con muchos esclavos, como bien acota Borucki³). La imposibilidad de someter a la población libre al trabajo asalariado y las dificultades de atraer inmigrantes, impusieron el trabajo de africanos esclavizados.

¹ Una versión anterior de este capítulo fue publicada en: Thul, F (2013). “Trabajo libre y esclavo de la población afrodescendiente en Montevideo, 1835-1841. Los registros de papeletas de conchabo para el estudio del mercado de trabajo”, *Revista Uruguaya de Historia Económica*, p. 31 - 45.

² Mallo, Silvia, (2005) “Espacio atlántico y esclavitud en el Virreinato del Río de la Plata. Experiencias de vidas, formas de trabajo y búsqueda de libertad” en: *Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo, UNESCO - Oficina Regional de Ciencia para América Latina y el Caribe.

³ Borucki, A (2005). “¿Es posible integrar la esclavitud al relato de la historia económica uruguaya previa a 1860?”, en *Boletín de Historia Económica*, año III, n° 4, Montevideo, Asociación Uruguaya de Historia Económica, octubre, pp. 42-50.

Borucki, Chagas y Stalla señalan que la esclavitud no terminó por cuestiones económicas, sino por la coyuntura generada por la Guerra Grande. O sea que la productividad del trabajo esclavo no había descendido y la escasez de trabajadores libres, volvía a los esclavos aún muy necesarios.⁴ Pocos años antes de la abolición de la esclavitud (concretada en 1842), los esclavos seguían siendo el principal aporte de mano de obra en Montevideo tanto por el trabajo que realizaban para sus amos como por el trabajo que hacían conchabándose para otros.⁵

A partir del estudio cuantitativo de dos fuentes emanadas de la Policía de Montevideo, se buscó demostrar la importancia de la población afrodescendiente para el mercado laboral y su estructura ocupacional. Las fuentes analizadas fueron un *Registro de Papeletas de conchabo* entre 1835 y 1841; y el *Libro de Receptoría* de la Policía de Montevideo con el registro de los ingresos por concepto de cobro de papeletas de conchabo para “negros esclavos y libres” y para “peones”.

Los resultados revelaron la importancia de los esclavos y negros libres en el total del universo de los que solicitaron papeleta durante el período estudiado. Se comprobó también que el trabajo conchabado de los esclavos fue una práctica extendida en la época, siendo ésta una de las principales vías de acceso a la libertad. Finalmente, se analizó la estructura ocupacional de los negros libres, constatando la importancia del comercio como principal sector de ocupación. Para el caso de los esclavos, la fuente dio cuenta de que la mayoría de ellos, no declararon una ocupación específica.

Fuentes y metodología

Este trabajo presenta una aproximación cuantitativa a las condiciones de trabajo de los afrodescendientes en Montevideo

⁴ Borucki, A, Chagas, K y Stalla, N (2004). *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*, Montevideo, Pulmón Ediciones.

⁵ Thul, F (2013). “Trabajo libre y esclavo de la población afrodescendiente en Montevideo, 1835-1841. Los registros de papeletas de conchabo para el estudio del mercado de trabajo”, *Revista Uruguaya de Historia Económica*, p. 31 - 45.

entre 1835 y 1841. Se utilizaron fundamentalmente dos conjuntos documentales: un *Registro de Papeletas de Conchabo* correspondientes a los años 1835 a 1841; y el *Libro de Receptoría de la Policía Montevideo*, para los años 1838-1840.

El *Registro de Papeletas de Conchabo* es un documento de la Policía de Montevideo, ubicado en el fondo Archivo General Administrativo (AGA) del Archivo General de la Nación de Uruguay (AGN), que proporciona información sobre la condición jurídica, ocupación y dirección de los trabajadores afrodescendientes, entonces identificados como “conchabados”.

La papeleta era entregada por la Policía y permitía acreditar que quién la obtenía, estaba conchabado con algún empleador. Las leyes que regulaban su existencia se vinculan con la erradicación de la vagancia, ya que obtener una papeleta era el requisito necesario para no ser apresado por vago.

El 25 de enero de 1827, el gobierno provisorio de la Provincia Oriental en Canelones dictó un decreto titulado “*Policía. Su organización y reglamento*”. Tras numerosos artículos sobre ordenamiento urbano, se suceden una serie de reglamentaciones acerca de la vagancia y las formas de erradicarla.

El artículo 30 estipulaba que “los comisarios de sección, los de Departamento y los Alcaldes de Barrio, no permitirán ningún vago, y todo el que se averigüe con certeza serlo, será aprehendido (...) y se los destinará al servicio de las armas en los regimientos de línea por el término de seis años”.⁶

En caso de que los detenidos no fueran útiles para el servicio de las armas, serían destinados a los trabajos públicos por cuatro años, a cambio de un “corto salario”. Si el individuo reincidía, las penas se duplicaban o triplicaban. Este decreto, que surge en el contexto de la Guerra del Brasil, tiene como objetivo asegurar los recursos humanos necesarios para la lucha.

El vago, en las jurisdicciones urbanas, era definido como “todo el que no tenga oficio ni ejercicio conocido y todo el que se halle sin papeleta que justifique la ocupación que tenga, cuyo

⁶ Alonso Criado, M, *Colección Legislativa*, “Policía. Su organización y reglamento”, año 1827, pp. 13-21.

documento debe estar visado por el Comisario de Policía, o aunque lo tenga, no trabaje constantemente, no siendo propietario”.

Los estudios sobre el medio rural y sobre las ciudades de frontera de las primeras décadas del siglo XIX, han demostrado que una de las principales características de los trabajadores era su movilidad. La escasez e inestabilidad de mano de obra estaba asociada a las posibilidades que tenían los individuos de trasladarse de un lugar a otro, en busca de nuevas alternativas laborales o para mantener los animales y cultivos de sus propios establecimientos. Medidas como la implementación de la papeleta de conchabo, fueron un intento de los gobiernos de “sujetar” a los sectores populares.

La segunda ley de la época, referida al control en pos de evitar la vagancia y disciplinar a la población por medio del trabajo, fue promulgada en 1829, ya en tiempos de paz, con el nombre de “*Garantías a la propiedad. Reglamento de campaña*”.

La ley comenzaba describiendo una situación de la campaña:

“...considerando que la multitud de hombres errantes, y habituados a un ocio siempre funesto a la sociedad, en que por desgracia abunda nuestra campaña, es la principal causa de los frecuentes abigeatos, y desordenes que obstan al bienestar de la clase propietaria y laboriosa no menos que a los progresos de la ganadería, e industria rural y teniendo presente otras razones de igual entidad, y trascendencia al interés público y particular”.⁷

El primer artículo estipulaba que ningún peón o capataz podría ser conchabado para establecimiento, faena o servicio alguno de campo, sin contar con un contrato escrito autorizado por el alcalde ordinario, Juez de Paz o Teniente Alcalde del distrito de cualquiera de los contratantes.

El contrato debía expresar la fecha, el tiempo de su duración, la clase de servicio a realizar, el salario que se recibiría y

⁷ Alonso Criado, M, *Colección Legislativa*, "Garantías a la propiedad. Reglamento de campaña", año 1829, pp. 103-105.

las demás obligaciones que se imponían. Aquellos que no estuvieran conchabados, serían tenidos por vagos y sujetos a las siguientes penas: tres meses de trabajos públicos por primera vez, por la segunda a seis meses y a otros tantos cada vez que reincidieran.

Quedaban exentos de tal disposición: los propietarios cuyo capital excediera los 500 pesos; los oficiales retirados o licenciados; los hijos de familia, que estuvieran bajo la patria potestad de sus padres, quienes debían probar activos como para mantenerlos; los que conocidamente vivieran de cualquier clase de industria permitida que les brindara lo necesario para su subsistencia; los que tuvieran algún impedimento físico y los mayores de 50 años de edad.

La papeleta de conchabo era utilizada también en los casos en que el patrón necesitara destinar fuera de su casa o establecimiento a uno o más de sus asalariados, a los que debía darles aquel documento firmado, con la fecha en que el peón o capataz debía ocuparse en el campo o fuera de establecimiento.

No es fácil evaluar la representatividad de esta fuente con relación a todos los asalariados montevideanos, puesto que no se tienen datos indicativos de la cantidad de trabajadores que se conchababan sin formalizar su registro en la policía. De hecho, la cantidad de papeletas registradas por año es muy variable.

La mayoría de los registros- el 57%- se hicieron entre los años 1839 y 1841, o sea en el contexto de la Guerra Grande, pero la fuente no permite avanzar más acerca de los motivos por los cuales se encuentran estas variaciones, por lo que no se conoce si en el notable aumento del año 1838 se refleja un real aumento de las solicitudes de papeletas desde ese año o si simplemente mejoró la calidad del registro. Cabe preguntarse si realmente todos los trabajadores de la ciudad obtenían la papeleta. Los registros de presos⁸ dan un dato al respecto: muchos individuos de diversa procedencia son apresados por “transitar” sin papeleta de conchabo, por lo que habría que preguntarse cuál fue el real alcance

⁸ AGN, AGA, Policía de Montevideo, Libros de Registros de Presos, 1835-1842.

del control que el Estado quiso imponer sobre este sector de la población implementando este registro.

Por otro lado, del total de registrados solamente dos son mujeres, y por lo tanto los casos hallados no permiten avanzar hipótesis respecto a las mujeres conchabadas. Es posible que las mujeres no fueran objeto del control policial en esta época. Recién en 1852, luego de la abolición de la esclavitud, surgió en la policía un registro específico para “mujeres negras” para identificar a la servidumbre doméstica.⁹

La metodología utilizada para crear la base de datos fue mediante una muestra. Se registraron los primeros y los últimos cinco días de cada mes, de todos los años. Esto permitió obtener un cuadro con 2479 registros, con los siguientes datos: día, mes y año; nombre y apellido del portador de la papeleta; condición jurídica de la persona; profesión en caso de tenerla; amo en caso de ser esclavo y patrón en caso de ser negro libre; y por último, dirección del empleador o del lugar de trabajo. Así se pudo obtener datos seriales sobre la condición jurídica y la estructura ocupacional de los solicitantes de la papeleta de conchabo.

El *Libro de Receptoría de la Policía de Montevideo* es un registro contable de las entradas y salidas de dinero de este organismo. Dentro de los ingresos, se incluyen los referidos al concepto “papeletas de conchabo de negros” y “papeletas de conchabo de peones”. Esto ocurre porque la Policía cobraba una tasa (1 peso por papeleta en este período) al empleador que solicitaba este documento para sus trabajadores. La utilidad de esta fuente - que abarca el período 1838-1840- es que, en primer lugar, permite conocer la proporción de los registrados como “negros” que solicitaban la papeleta, en relación al universo de los que solicitaban la papeleta. En segundo lugar, dado que la Policía cobraba una tasa por cada papeleta emitida, la fuente permite conocer el número de papeletas de conchabo otorgadas para contrastarlo con el registro de papeletas anteriormente citado. Efectivamente, en el registro

⁹ Borucki, Alex (2004) “Después de la abolición...La reglamentación laboral de los morenos y pardos en el Estado Oriental, 1852-1860” in Arturo Bentancur, Alex Borucki, Ana Frega, (eds.), *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: FHCE-UdelaR, pp. 67-84.

de papeletas del año 1839 fueron anotados un total de 2351 individuos, mientras que el Libro de Receptoría da cuenta del ingreso por el cobro de 2304 papeletas, un número que si bien no coincide exactamente, es muy cercano y valida la fuente.

La población afrodescendiente en el mercado de trabajo

Al finalizar las guerras por la independencia y comenzar el período republicano con la creación del Estado Oriental del Uruguay en 1830, se reactivó la economía y con ella, la demanda de mano de obra. Ante la carestía del trabajo remunerado, sumado al vacío demográfico, se acudió a diferentes formas de trabajo forzado, siendo la esclavitud la más importante.

A pesar de que la Constitución de 1830 había establecido la libertad de vientres y la abolición del tráfico de esclavos, esta última disposición no se cumplía. Varias fueron las formas en que africanos esclavizados continuaron ingresando al país: mediante el contrabando, de forma ilegal por la frontera terrestre con Brasil y bajo la forma de “colonos africanos”.

Como señalan Borucki, Chagas y Stalla los amos de esclavos eran propietarios tanto del sujeto esclavizado como de su trabajo. En caso de no trabajar directamente con su amo, lo hacían para otras personas. De esa labor, el esclavo recibía una paga que en su mayoría iba para el amo. Los amos se beneficiaban del pago recibido, excepto sábados y domingos, cuando los esclavos podían retener lo ganado. Comprar un esclavo para obtener un ingreso fijo era un buen negocio sobre todo si este era un trabajador especializado. Esto hizo que algunos amos se preocuparan de que sus esclavos aprendieran algún oficio.¹⁰

Esta fue una de las rutas principales de la libertad en este período, ya que los amos podían consentir que sus esclavos trabajasen para sí mismos algún día de la semana o que conservaran el “plus” que restaba de su trabajo luego de entregar el salario estipulado al amo.¹¹

¹⁰ Borucki, A, Chagas, K y Stalla, N, *Esclavitud y trabajo...* Op. Cit, p. 198.

¹¹ Bentancur, Arturo y Aparicio, Fernando (2006), *Amos y esclavos en el Río de la Plata*, Buenos Aires, Planeta, p. 245.

Esta característica de la esclavitud, fue señalada por Eduardo Saguier en su artículo “La naturaleza estipendiaria de la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el siglo XVIII”. El autor plantea que en las ciudades, regía una “*esclavitud estipendiaria*”, o sea aquella donde los amos “*obligaban a sus esclavos a contribuir con un tributo individual llamado jornal*”.¹² Por tanto, los amos se beneficiaban no solo del trabajo de sus esclavos para ellos, sino también del jornal que éstos pudieran ganar al integrarse al mercado de trabajo.

Un decreto de 1833, que regulaba los días del precepto religioso, establecía que los indios, morenos, pardos y demás castas componían “*la mayor parte de nuestros jornaleros y artesanos*”.¹³

En el año 1839 Juan María Pérez- uno de los empresarios montevideanos más ricos del período- se presentó ante el Juez Civil reclamando que a pesar de haber sido emitidas repetidas órdenes por parte del Presidente del Estado para que el Señor Comandante de la Isla Martín García

me entregase los esclavos de mi propiedad que se hallaban en aquella guarnición, a cuyas órdenes, no se por qué razón, no se les dio cumplimiento; pero sabiendo ahora que en el Batallón que guarnece esta Plaza existen 3 de aquellos: Rafael, José y Paulino, cuya propiedad es acreditada por el adjunto documento y constándome que el Superior Gobierno desea abonar en valor antes que privarse de estos soldados, a pesar de la falta que me hacen para los trabajos a los que eran destinados y cuya falta no se puede llenar con otros peones que no es fácil encontrar con las aptitudes de aquellos para los trabajos de saladero, para lo que fueron comprados en alto precio; convengo en venderlos al Superior Gobierno por los mismos precios de compra: por tanto pido a V.E se digne así decretar por ser de justicia.¹⁴

¹² Saguier, Eduardo (1989) “La naturaleza estipendiaria de la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el Siglo XVIII”, *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 26, N° 74, pp.45-54. Para Uruguay ver: Thul, F. *Coerción y relaciones de trabajo en el Montevideo independiente, 1829-1842*, Tesis para aspirar al título de Magíster en Ciencias Humanas- opción Historia Rioplatense, FHCE, UDELAR, 2014.

¹³ Alonso Criado, M, Colección legislativa, tomo 1, Montevideo, 1876, p. 237-240.

¹⁴ AGN, AGA, Archivo de J.M Pérez, caja 138, carpeta 1.

Este testimonio es revelador de tres aspectos que convivían en este período. Por un lado, la importancia de los esclavos como mano de obra para las diversas actividades productivas que se desarrollaban en Montevideo. Por otro, la dificultad de sustituirlos por mano de obra libre dada la escasez de peones y finalmente, la incorporación tanto parcial como sistemática de los esclavos en los ejércitos de las décadas de 1830 y 1840.

Además de ser importantes por sus cualidades para el trabajo, los esclavos continuaban siendo cuantitativamente importantes en la ciudad de Montevideo. De acuerdo al censo de 1836, un 9% de la población de la capital era esclava (2107 habitantes) y un 4% era liberta (942 habitantes).¹⁵

De acuerdo al padrón de “*hombres de color esclavos, colonos y libertos*” de 1841, en la ciudad había 2215 esclavos, 169 colonos¹⁶ y 81 libertos.¹⁷ Estos números dan cuenta únicamente de la población masculina- ya que el padrón se realizó con fines militares- y parecen sub-dimensionar la cantidad real de esclavos que en ese año habitaban en la ciudad. Dado que el padrón buscaba contabilizar los soldados que el Estado tendría disponibles una vez decretada la abolición esclavitud, en el contexto de la Guerra Grande y el inminente sitio a la ciudad de Montevideo, los amos tendieron a ocultar a sus esclavos- al menos a algunos de ellos.

Estas informaciones preliminares, más las que veremos a continuación, permiten afiliarnos a la idea de Alex Borucki de que ésta efectivamente era una sociedad con esclavos, si, pero con muchos esclavos.

¹⁵ AGN-AGA, *Padrones de Montevideo de 1836*, libros 146,147, 148 y 465.

¹⁶ Se consideraron colonos aquellos africanos introducidos luego de 1826 (seis años antes del primer contrato de introducción de colonos al Estado Oriental y tras la prohibición del tráfico de 1825) y libertos quienes habían nacido de padres esclavos y eran libres por ley.

¹⁷ AGN, AGA, *Padrón de hombres de color esclavos, colonos y libertos*, Montevideo, 1841, libro 255.

Papeletas de conchabo de “negros” y de “peones”

El estudio estadístico de los datos aportados por el *Libro de Receptoría* de la Policía de Montevideo permite hacer una aproximación cuantitativa a la importancia de la población negra en el universo de los trabajadores que obtuvieron la papeleta de conchabo. Como muestra el cuadro 1, los registrados como “negros” fueron un tercio del total en 1838, casi la mitad en 1839 y tres cuartos del total en 1840.

Cuadro 1: Papeletas de conchabo entregadas por la Policía de Montevideo a “negros” y a “peones”, 1838-1840

	“Negros”(*)	%	“Peones”	%	Total
1838	939	33	1864	67	2803
1839	2304	45	2864	55	5168
1840	704	73	258	27	962
Total	3947	44	4986	56	8933

*“Negros” incluye esclavos y libres.

Fuente: AGN, AGA, Policía de Montevideo, “Libro de Receptoría”, 1838-1840

La situación del año 1840, donde tres cuartos de los conchabados son personas registradas como “negras”, es llamativa. Una de las hipótesis al respecto es que a partir del año 1840, se incrementaron las levas de negros libres en el contexto de la llamada Guerra Grande (1838-1852). Esta reglamentación, exceptuaba del enrolamiento a aquellos que estuvieran conchabados para algún establecimiento productivo. En ese marco, obtener la papeleta de conchabo era para los negros libres, una forma de evadir el alistamiento.¹⁸

A esto puede sumarse las dificultades que los libertos tenían de comprobar su libertad, lo que los podría haber llevado a obtener la papeleta con el objetivo de comprobar su condición. En 1838, cuatro morenos fueron remitidos a la Jefatura de Policía: “Juan Manuel da Silva, Pedro Mariano, Miguel Santana y Fabian Quentino fueron

¹⁸ AGN, AMGH, Caja 928, carpeta 5, año 1840-1841.

aprehendidos en este departamento por no haber justificado su libertad”.¹⁹ El contar con una papeleta de conchabo les habría proporcionado la documentación suficiente para mostrar su situación jurídica.

Otro caso del mismo año ilustra las contradicciones halladas por las autoridades en estos casos. Un parte de la Policía señala: “Se remite a disposición del Juez del Crimen al negro esclavo Manuel Seco. Es de advertir que el referido Manuel Seco, es esclavo y no libre como dice el parte, pues el negro dijo al Comisario que era “como libre” porque da "jornal" a su ama doña Ana Seco”.²⁰ La posibilidad que los esclavos tenían de conchabarse fuera de la casa de sus amos, tornaba aún más difusa su situación social y judicial.

Trabajo conchabado de negros libres y esclavos en Montevideo

Como revela el cuadro 2, de la muestra de 2.479 papeletas registradas entre los años 1835 y 1841, 418 son de negros libres (el 17%) y 2.066 de esclavos (el 83%).

El cuadro 2 muestra que la cantidad de esclavos que obtuvieron papeleta de conchabo desde 1835 hasta 1841 aumentó en porcentaje respecto al total de registrados. Como ya se mencionó anteriormente, esto podría explicarse por la fragilidad de la situación de los esclavos en un contexto de guerra. A su vez, la disminución de los negros libres, puede deberse a que éstos comenzaron a ser reclutados para los ejércitos, más allá de que las primeras levadas forzadas se dieron en 1840, pueden haber existido otros mecanismos de reclutamiento antes de ese año.

Cuadro 2- Porcentaje de papeletas de conchabo entregadas a esclavos y a negros libres, Montevideo, 1835-1841.

	1835	1836	1837	1838	1839	1840	1841
Negros libres	74	60	36	24	9	3	2
Esclavos	26	40	64	76	91	97	98

Fuente: AGN, AGA, Jefatura de Policía de Montevideo, *Papeletas de Conchabo: 1835-1841*, 111 folios.

¹⁹ AGN, AGA, Policía de Montevideo, Libro de Partes diarios, libro 946, oficio 602.

²⁰ AGN, AGA, Policía de Montevideo, Libro de Partes diarios, libro 946, oficio 481.

El libro *Copiador de Notas de la Policía de Montevideo*, aporta algunos datos en relación a esto último. Desde 1838, surgen una serie de notas sobre enrolamiento de negros libres y esclavos a los ejércitos; en algunos casos, era de forma voluntaria y en otros, eran cedidos por sus amos. En agosto de 1838, el Jefe de Policía, remitió al Coronel Don Cipriano Miro “41 cartas de libertad que por comisión especial del Gobierno ha expedido para igual número de individuos que fueron esclavos y hoy se hallan alistados para el servicio militar en el batallón de su mando”.²¹

En diciembre de 1838, ante una consulta del Juez de Paz, el Coronel Intendente de la Policía señalaba que “las papeletas para los morenos esclavos deben darse a todos por conveniencia de los mismos amos, pues no llevándola sabrán los criados que están expuestos a ser aprehendidos, porque también así se distinguen de los que estén fugitivos”.²² Dos resoluciones del mismo año, revelan los pedidos desde las autoridades policiales, para que las medidas de exigencia de papeleta de conchabo fueran efectivamente cumplidas. En octubre de 1838, tras el cambio de autoridades nacionales luego del golpe de Estado de Fructuoso Rivera, se confirman los poderes de los oficiales de actuar “en las reuniones, lugares públicos y en los pueblos sobre los embriagados, los esclavos huidos, los peones y morenos libres que no tengan papeletas, los que transiten sin pasaporte o fueran de conducta sospechosa”.²³

Categorías ocupacionales de los esclavos y de los negros libres en Montevideo

Los datos sobre ocupaciones de los esclavos son escasos. Esto puede deberse a un sub-registro de la fuente o a que efectivamente, los esclavos conchabados no tenían una ocupación

²¹ AGN, AGA, *Libro Copiador de Notas de la Policía de Montevideo*, 1835, libro 946, oficio 756.

²² *Ibíd.* Oficio 932.

²³ *Ibíd.* Oficio 872.

definida sino que realizaban tareas diversas, estando sujetos a las necesidades del mercado.

Del total de esclavos registrados, únicamente ocho de ellos tenían una profesión definida, frente a 2053 sin ocupación registrada. Cinco eran changadores, uno albañil, uno quintero y uno herrero.

Además de los datos cuantitativos, la fuente permite ver las experiencias personales de algunos individuos. Uno de estos casos es el de Antonio Sierra, quien figura tres veces en los registros, en todos los casos con datos diferentes. En 1835, se lo identificó como esclavo de Pedro Sierra, pero sin profesión. El segundo registro, ocurrió en 1838 y su condición jurídica no varió pero sí se incluyó su profesión: changador. Finalmente, en 1839, la policía lo ingresó como libre y nuevamente como changador, viviendo en la Calle del Portón.

Antonio Sierra en el transcurso de tres años transitó por dos condiciones jurídicas diferentes y por trabajos distintos. Este caso puede ser un ejemplo de una práctica extendida entre la población esclava en la época en cuanto a su experiencia personal. Esto permite cuestionarse si la movilidad de los trabajadores era una característica del mercado de trabajo en la época; y si estos hombres estaban habituados a la inestabilidad laboral; así como si esto se debía a su propio interés o a las características intrínsecas del mercado.

Del total de negros libres, el 79% fue registrado con una ocupación específica, o sea 330 individuos. De todos ellos, solamente 29 señalaron el nombre de su patrón.

Las ocupaciones fueron clasificadas en sectores, para poder realizar un análisis en conjunto de las categorías ocupacionales. El gráfico 1 muestra los porcentajes de trabajadores ocupados en cada sector, lo que permite realizar un análisis de las actividades productivas que se desarrollaban en Montevideo.

La principal ocupación de los libertos en Montevideo en estos años, fue la de changador, una tarea directamente asociada al comercio, al traslado de mercancías de un lugar a otro, particularmente al comercio portuario. Según la definición del *Vocabulario rioplatense razonado*, se trata de “*el que se ocupa de llevar*

cargas a pie de una parte a otra de las ciudades o pueblos. Para en las esquinas de las calles, con cuerda y bolsa al hombro".²⁴

Un total de 110 negros libres, registraron esta profesión, un 33% de los que identificaron su empleo. Si bien los hemos incluido dentro del sector "comercio", son difíciles de catalogar ya que en otras actividades también podían ser útiles, como es el caso de la industria, los trabajos rurales o la construcción. Puede destacarse que se trata de una profesión que implicaba una gran movilidad, lo que sorprende especialmente al recordar que cinco esclavos declararon tener esta ocupación. El trabajo podría implicar el moverse tanto dentro de la ciudad como fuera de ella. Otra de las características de este tipo de trabajo, como los de la mayoría de la época, era su inestabilidad. Se empleaban cuando se los necesitaba, o sea que podían cambiar de tarea continuamente, incluso empleándose para patrones diferentes y en actividades diversas.

Durante la década de 1830, Montevideo vivió un dinamismo comercial que concentró la actividad económica del país. No obstante, la mayor parte de la población habitaba en la campaña. Solo el 18% de la población vivía en la capital en 1835. Borucki, Chagas y Stalla destacaron el carácter "*esencialmente rural de la vida cotidiana, pues la actividad comercial estaba vinculada a la campaña*".²⁵ La "*paç relativa*" que se estableció en el Estado Oriental durante los primeros años de su independencia, permitió este desarrollo económico.

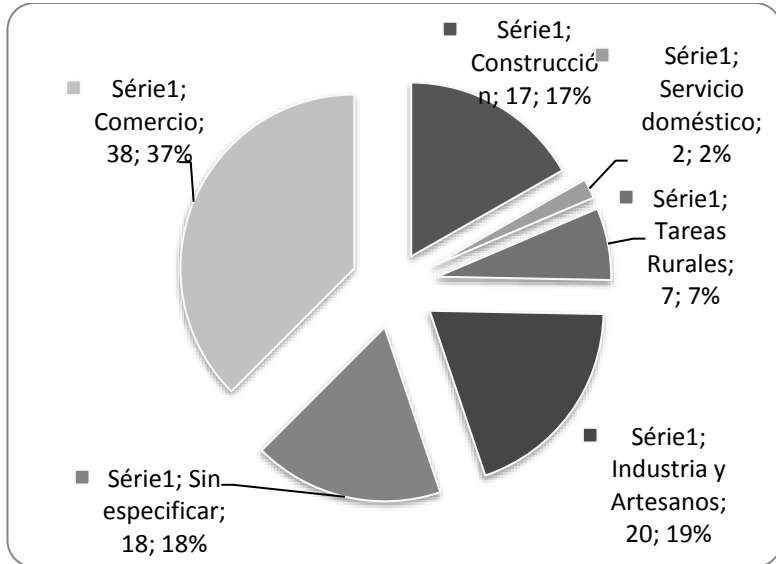
El desarrollo agropecuario comenzó su declive a partir del Sitio Grande de 1843, al igual que las exportaciones. El dinamismo económico previo se nutrió del aumento entre 1829 y 1840 de los rubros pecuarios: cueros, carne salada, grasa e incluso lanas. Hacia 1835 se instalaron en la capital las primeras graserías a vapor, además de que aumentó el número de saladeros.²⁶ Esta dinamización económica y comercial requirió de mano de obra, tanto libre como esclava.

²⁴ Granada, Daniel (1890). *Vocabulario rioplatense razonado*, Montevideo, Imprenta Rural, p. 21.

²⁵ Borucki, A, Chagas, K y Stalla, N (2004). *Esclavitud y trabajo...* Op. Cit, p. 7.

²⁶ *Ibíd.* pp. 20 y 21.

Gráfico 1- Porcentaje de ocupaciones de los negros libres por sector, Montevideo, 1835-1841



Fuente: AGN, AGA, Jefatura de Policía de Montevideo, *Papeletas de Conchabo: 1835-1841*, 111 folios.

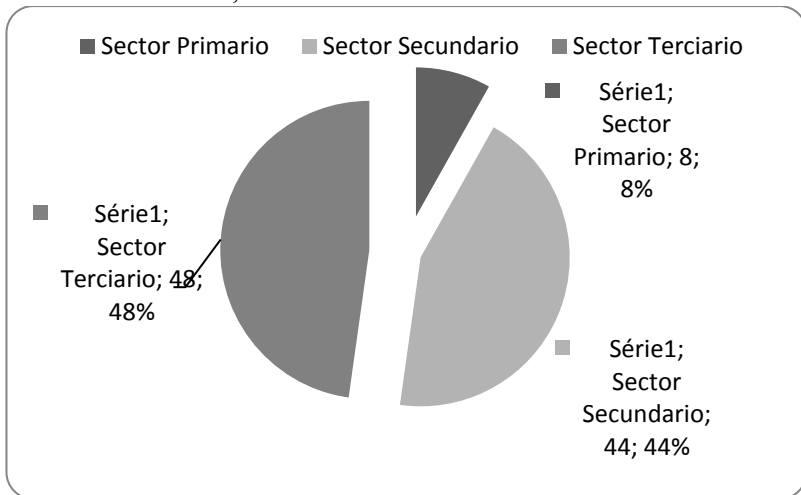
Otra de las ocupaciones predominantes eran los albañiles (13%), lo que podría ser explicado por el crecimiento de la ciudad, que tras la primera ola inmigratoria europea y regional, comenzaba a consolidar su carácter urbano. Otros oficios completan el sector definido como “Construcción”.

El gráfico 2, muestra los porcentajes de acuerdo a sectores de actividad. Estos datos pueden ser cotejados con la estructura ocupacional del total de la población de Montevideo, obtenida de la tesis de Carolina Vicario. De acuerdo al censo de 1836, el sector terciario representaba el 81% del total de ocupaciones declaradas en el casco de Montevideo. El 55% de este total se declaró comerciante y el 39% dependiente de comerciantes. El sector secundario aportaba un 16%. Dentro de ellos se destacaban oficios asociados a la madera (dentro de estos, un 80% eran carpinteros o dependientes de carpinteros), el cuero (zapatero o dependiente de este), el metal (sobre todo plateros y herreros) y

el textil (en su mayoría sastres). El sector primario era muy poco significativo: solo un 2%. Dentro de ellos, el 55% declararon como ocupación “otro”- que no era agricultura (32%) ni ganadería (11%)- siendo fundamentalmente pescadores.²⁷ Debe tenerse en cuenta que estos datos corresponden al caso de la ciudad, y no incluye los extramuros de Montevideo.

Si se comparan ambos resultados, se puede comprobar una coincidencia en cuanto a los sectores que ocupaban mayor cantidad de mano de obra. Tanto para el total de la población, como para la población negra en particular, el comercio era el sector que más individuos empleaba, seguido por el sector secundario, siendo el primario el más relegado.

Gráfico 2- Porcentajes de ocupaciones de esclavos y negros libres, por sectores de actividad, 1835-1841



Fuente: AGN, AGA, Jefatura de Policía de Montevideo, *Papeletas de Conchabo: 1835-1841*, 111 folios.

Tal como ocurre para los esclavos, este estudio cuantitativo, puede ser complementado con algunos datos sobre

²⁷ Vicario, Carolina (2010). *Montevideo y la campaña del sur: estructura social y demográfica. 1769-1858*. Tesis de Maestría, Facultad de Ciencias Sociales, Programa de Historia Económica y Social. Montevideo, Universidad de la República, pp. 134-135.

las experiencias particulares, que muestran la potencialidad del documento como fuente de información.

José Benito Obregón, fue registrado en dos oportunidades. En ambas, como negro libre. La particularidad de su caso es que en el transcurso de unos pocos meses, cambió de ocupación. En junio de 1835 fue presentado como jornalero, mientras que en octubre del mismo año, como panadero. También en este caso debemos tener en cuenta las dificultades que implica el uso de términos poco específicos para definir las profesiones.

Una situación similar es la de Manuel Rodríguez, negro libre, que de marzo a noviembre de 1838 pasó de ser peón en el mercado a cocinero. También Patricio Vilardebó, de la misma condición, cambió en un año y medio, tres veces de ocupación: primero fue albañil, luego portero y finalmente blanqueador.

Reflexiones finales

A partir del tema del mercado de trabajo de la ciudad de Montevideo en la primera mitad del siglo XIX, este capítulo intentó responder a una interrogante asociada a la importancia del trabajo de la población negra- tanto libre como esclava- en este contexto. Los antecedentes sobre esta cuestión son más bien escasos en la historiografía uruguaya, no obstante, este trabajo se nutrió de variada bibliografía que ha abordado este período de tiempo desde otras perspectivas asociadas a la historia económica.

Las fuentes analizadas, mediante una metodología cuantitativa, fueron dos. La primera de ellas, un registro de papeletas de conchabo de la Policía de Montevideo entre los años 1835 y 1841. La papeleta tiene su origen en el derecho indiano en América, y fue utilizada por los distintos gobiernos que se sucedieron en el Río de la Plata como forma de “sujetar” una población que se caracterizaba por una alta movilidad, estando asociada a la represión de la “vagancia”. La fuente- que no ha sido analizada en otros trabajos historiográficos hasta el momento- tiene algunas debilidades asociadas a la inestabilidad de los registros, que resultan en cantidades muy dispares en los diferentes años. No obstante, se ha destacado su valor como forma de

aproximarse al universo de la población negra que solicitaba papeleta de conchabo, debido a la completa información que brinda de los individuos registrados.

La segunda fuente utilizada es el Libro de Receptoría de la Policía de Montevideo entre 1838 y 1840, que aporta los ingresos a la caja policial, por concepto de papeletas entregadas, por un lado a “negros” y por otro lado a “peones”. Este documento permitió hacer una primera aproximación a la cantidad de esclavos y negros libres que la solicitaban, en relación al total de los registrados. La principal debilidad de esta fuente, es que se trata de solo tres años, además de que también se limita al universo de los que solicitan la papeleta, sin poder avanzar más respecto a cuántos representaban estos en el total de los trabajadores de la ciudad.

Como primer resultado se encuentra el hecho que los esclavos y negros libres representaban casi la mitad de los individuos que solicitaron la papeleta entre 1838 y 1840. Además, la cantidad de esclavos conchabados, en relación a los negros libres, fue ascendiendo desde 1835 hasta 1841. La crítica de las fuentes sugiere tomar con cierta cautela estos resultados, y tomarlo como indicativos de posibles tendencias.

Del total de esclavos registrados, solo ocho declararon una profesión definida. El número asciende notablemente al analizar los negros libres: el 79% de ellos tenía una ocupación específica, o sea 330 individuos. Su principal ocupación fue la de changador. Otra de las ocupaciones predominantes eran los albañiles. Además de las ocupaciones que empleaban a más cantidad de individuos, se pudo comprobar la gran variedad de tareas específicas que realizaban los libertos en Montevideo, entre 1835 y 1841. La comparación de estos datos con la estructura ocupacional del total de la población en 1836 permitió corroborar que, tanto para el universo que aquí se analiza como para el conjunto de la sociedad, el sector terciario era el predominante respecto a la demanda de trabajo.

Esta aproximación cuantitativa al mercado laboral, permitió comprobar la importancia de los esclavos y libertos en la composición del mercado de trabajo en Montevideo. Si bien la población negra estaba sobrerrepresentada en el mercado laboral

con relación a su proporción en la población general, estas fuentes dan un fuerte indicio sobre la alta participación, tanto de negros libres como esclavos, en el mercado de trabajo libre. Esto invita a avanzar en el tema, y pensar en un abordaje que incluya los diversos tipos de explotación de la mano de obra: la esclava, la libre y la familiar en la historia del mundo del trabajo rioplatense; y a repensar el planteo de la historiografía tradicional sobre la esclavitud en el Río de la Plata, donde se limita la participación de los esclavos a los trabajos domésticos o secundarios para la economía.

Fuentes

AGN, AGA, *Censo de 1836*, Libro 148.

AGN, AGA, Copiador de Notas de la Policía de Montevideo, 1835, libro 946.

AGN, AGA, Jefatura de Policía de Montevideo, *Papeletas de Conchabo: 1835-1841*, 111 folios.

AGN, AGA, Policía de Montevideo, *Libro de Receptoría*, 1838-1840.

AGN, AGA, Policía de Montevideo, Libros de Registros de Presos, 1835-1842.

AGN, AP, Archivo de Juan María Pérez, caja 138, carpeta 1.

Alonso Criado, M. *Colección Legislativa*, tomo 1.

LOS CONTRATOS DE PEONAJE EN LA FRONTERA: ESCLAVIZACIÓN CONTEMPLADA POR EL GOBIERNO ORIENTAL

*Eduardo R. Palermo**

La realización de contratos de peonaje entre los esclavistas sulriograndenses y los esclavizados se enmarcó en un proceso global de supresión del tráfico negrero a través del Atlántico, largamente discutido por los gobiernos imperiales de Brasil con Inglaterra que presionaba fuertemente para suprimirlo. Por otro lado los reclamos de los hacendados sulriograndenses que reclaman por las medidas adoptadas por el gobierno de Manuel Oribe a partir de 1846, aboliendo definitivamente la esclavitud en Uruguay y estableciendo un sistema de controles para hacerla efectiva.

En 1842 finalizó el tratado de comercio entre Brasil e Inglaterra, y la renovación del mismo quedó condicionada al control y supresión del tráfico negrero por parte de Brasil. Como esto no sucedió, Inglaterra aumento los impuestos a las importaciones de azúcar perjudicando notoriamente los intereses de los productores brasileños. Paralelamente se aprobó en 1845, el *Bill* Aberdeen por el cual el parlamento inglés autorizaba a sus navíos a capturar barcos negreros y venderlos como presas piratas. Entre 1849 y 1850, afirma Zabiela¹, 90 barcos fueron apresados por la marina británica en las costas del Brasil, lo cual aceleró la discusión de la ley Eusebio de Queiros y su aprobación el 4 de setiembre 1850, defendida por el partido Conservador.

La aprobación de la ley Aberdeen no provoco la disminución del tráfico, por el contrario, el mismo se incrementó

* Historiador e docente. Doutorando na Universidade de Passo Fundo. RS. Brasil. El texto corresponde a uno de los capítulos de la tesis de doctorado y ha sido adaptado a los efectos de esta publicación.

¹ ZABIELA, Eliane. A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comercio e navegação, de extradição e de limites. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2002. P.73. Agradeço a o Dr. Jonas Vargas por me proporcionar uma copia da mesma.

en forma importante en la medida que los traficantes esperaban reacciones fuertes de represión. Según Bethell² entre 1845 y 1850 se introdujeron anualmente un promedio de 50 mil esclavizados en los puertos brasileños. En los años posteriores a 1850 el ritmo del tráfico se enlenteció con respecto al período anterior, pero igualmente los números fueron elevados debido a la demanda de trabajadores. En Uruguay, los registros parroquiales de Tacuarembó y Cerro Largo registran bautismos de africanos mayores de edad entre 1850 y 1852³, introducidos presuntamente desde Rio Grande do Sul.

En el caso concreto del tratado de Extradición de 1851 con Brasil, los contratos de peonaje fueron la fórmula jurídica encontrada, de común acuerdo con el Estado Oriental, para legalizar el ingreso de trabajadores esclavizados desde Rio Grande do Sul a territorio uruguayo, en franca contradicción con las leyes vigentes que habían abolido y declarado piratería la esclavitud. Con ese sistema los terratenientes sulriograndenses podrían ingresar esclavizados a sus estancias, previo registro del contrato de locación (quedando en la categoría de liberto bajo cláusula de prestación de servicios) y presentación de la carta de “alforria” ante las autoridades políticas del departamento o distrito donde se radicaba el peón contratado.

Por medio del contrato se otorgaba la manumisión a cambio de satisfacer una cantidad determinada de dinero, generalmente equivalente al “valor de mercado” del esclavizado. El ahora liberto, se comprometía a devolver el monto acordado por medio de su trabajo, estipulándose la cantidad de años, las condiciones a cumplir, el monto mensual de la retribución que debía satisfacer y la obligación de cumplir con lo acordado, *so pena*, de incurrir en incumplimiento de contrato, con las consecuencias que ello generaría: aumento del tiempo de trabajo, satisfacción del monto completo e incluso prisión. Ese fue el sistema encontrado para controlar la liberación del trabajador esclavizado, apoderándose el “contratante”, generalmente su esclavizador, de

² BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. P.270

³ Libro de Bautismos de la parroquia de Tacuarembó, Uruguay: 1848-1851 y 1852-1853.

su fuerza de trabajo, ahora bajo la condición de un contrato que permitía a su poseedor, vender, alquilar o dejar como herencia dicho documento.

Es el caso de la “morena María Teodora Chaves” quien en agosto de 1868 se presentó ante el alcalde de Melo solicitando el reconocimiento de un contrato verbal que sustituía uno anterior, que la obligaba a servir por varios años a su esclavizador Fernando Chaves. Habiendo acordado la libertad por medio de contrato de trabajo en Bagé, traspasó el mismo a favor de Filomena Rebollo, habitante de Cerro Largo, por el monto de \$.350. En este negocio María Teodora quedaba obligada a servir por más años a su nueva patrona, lo cual consideraba injusto y por lo cual protestó con el apoyo de varios vecinos de Melo ante las autoridades judiciales. Ante la intermediación judicial se llegó al siguiente acuerdo, Fernando Jorge Chaves recibió \$.110 quedando satisfecha la deuda contractual, el abogado recibió \$.40 por sus servicios, siendo ambos montos facilitados por el vecino de Melo, Víctor Verney, con quien la solicitante hizo un contrato “verbal” ante el juez, de trabajar por 3 años como pago de su nueva deuda. El 3 de abril de 1869, el juez expidió un reconocimiento escrito del acuerdo verbal como lo solicitaba María Teodora.⁴

La legalización de los contratos debía realizarse ante la Jefatura Política del territorio donde iba a residir el contratado, condición previamente acordada entre los gobiernos, e integrar un registro de contratos que aseguraba al esclavizador la formalización y legitimidad del mismo ante las autoridades uruguayas.⁵ El registro permitía denunciar el contrato y al liberto, quien quedaba obligado a cumplir lo pactado. Como veremos, la tendencia natural a fugarse así como no cumplir el contrato estipulado, chocó en Uruguay con la legislación vigente que obligaba a los colonos a respetar lo acordado, actuando la justicia y la policía en favor del empresario o contratista.

El Ministro de Gobierno, Florentino Castellanos, ordenó en marzo de 1852 a todos los Jefes Políticos del país, confeccionar

⁴ AGN, Archivo Judicial. Departamento de Cerro Largo, 1868, expediente 107.

⁵ AGN, fondo Ministerio de Gobierno, caja 1005, abril de 1853.

un registro de los contratos para el contralor de los ingresos. Han sido descubiertos pocos, especialmente en los territorios fronterizos; hasta ahora el registro de Cerro Largo con 183 contratos es el único que por su volumen nos permite conocer las características, condiciones, valores y tiempo de los mismos.

En agosto de 1852, el gobierno sulriograndenses aconsejaba a los hacendados que pretendían llevar sus esclavizados al territorio oriental, a otorgarles la libertad por medio de un contrato, estipulando las condiciones y un monto determinado:

“fazendo com esses libertos contratos em que eles se reconhecerão devedores da quantia em que for avaliada a liberdade, declarando terem recebido essa quantia e estarem junto com os patrões a pagarem em serviços pessoais por tantos anos e a razão de tanto cada ano, obrigando-se [...] a não abandonarem o serviço dos patrões durante o prazo convencionado”.⁶

El documento citado, culminaba afirmando: “Os libertos que forem assim engajados com contratos desta ordem, estarão isentos do serviço militar e seus contratos serão sustentados pelas autoridades daquele país”. Por medio de ese artilugio, acordado entre las autoridades políticas, lo dice a texto expreso la comunicación al final, quedaba a salvo la integridad de las leyes nacionales que desde 1846, así como en 1842, aseguraban la abolición de la esclavitud en Uruguay.

Con respecto a los contratos de trabajo con colonos, la cámara de Senadores uruguayá aprobó en mayo de 1853, una ley orientada particularmente a los provenientes de Europa. Los artículos referían al incumplimiento de los mismos, práctica que al parecer se hizo común, provocando reclamos de los contratistas. La inmigración contratada era un negocio rentable en la medida que pudieran hacerse cumplir los contratos de locación y resarcirse de esa manera de la inversión inicial con ganancias enormes.

Los futuros colonos firmaban contratos y quedaban obligados: a pagar por el pasaje (hasta el triple de su valor normal),

⁶ AGN, caja 125, doc.39, p.2

debiendo además costearse los alimentos para sobrevivir los 60 y tantos días de la travesía atlántica, a su arribo debían trabajar para satisfacer las deudas, quedando en manos de sus explotadores hasta completar el compromiso. Las condiciones generales del viaje y de los trabajos que aceptaban no diferían sustancialmente del tratamiento dado a un peón liberto sulriograndense.

En la discusión general del proyecto de Ley antes mencionado, el senador Masini realizó observaciones respecto a la posibilidad “que fueran introducidos al país, negros en clase de colonos, porque ya una vez habían entrado con ese título”. El senador Costa a su vez argumentó que “eso no podía tener lugar [...] la Ley en discusión no dejaba lugar alguno de duda, puesto que ella era dictada en relación a los colonos europeos”.⁷ No obstante, el senador Masini afirmaba con razón la existencia de antecedentes de introducción de trabajadores esclavizados bajo el título de colonos.

Mano de obra necesaria: esclavizados y colonos

La sociedad rioplatense necesitaba de la mano de obra esclavizada para sostener su estructura productiva. Montevideo fue uno de los principales puertos esclavistas del Atlántico Sur, ingresando por el mismo miles de africanos esclavizados.⁸ Eliminar por medio de la ley esa práctica generadora de importantes ingresos al fisco y a los comerciantes negreros, era difícil en corto tiempo.⁹

El extenso período de la Guerra Grande (1839-1851) agravó la situación de escases de mano de obra para el trabajo continuo en las estancias y los centros urbanos. Las levas para la guerra, la fuga natural de las familias a los territorios vecinos sumado a la destrucción de la ganadería por una sobre explotación,

⁷ *Diario de Sesiones de la cámara de Senadores*. Montevideo, 1853, Tomo V, pp.107-109

⁸ Vide: BORUCKI, Alex. *From Shipmates to Soldiers: Emerging Black Identities in the Río de la Plata*.

Albuquerque, University of New Mexico Press, 2015.

⁹ PALERMO, Eduardo. *Tierra esclavizada, el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo, Tierra Adentro, 2013, 1era y 2da Edición.

la falta de recursos humanos generaron un problema real a la finalización de la guerra en 1851. Faltaban brazos para trabajar, manifestaban las autoridades de todos los departamentos de la campaña uruguaya.¹⁰

En 1852 había comenzado el retorno de los estancieros sulriograndenses a sus haciendas orientales y con ellos la introducción de los esclavizados en forma masiva. La situación llegó a tales extremos que el gobierno del presidente Giró decretó en 1853, una ley declarando piratería el tráfico de esclavizados: “era el espectáculo del tráfico en la frontera lo que real y positivamente movía al Poder Ejecutivo”.¹¹ Contribuyó también a esta resolución la situación que observaba el público capitalino en su puerto, según afirma Zabiella¹²: “entre 1849 e 1853, os importadores brasileiros utilizarem-se dos portos uruguaios para fugir da perseguição britânica que se efetuava nas costas brasileiras quando, então, o governo uruguaio declarou-o pirataria”.

En los territorios al Sur del río Negro, donde los propietarios de la tierra utilizaban mayoritariamente trabajadores asalariados, la ausencia de los mismos era acuciante y la solución era “importar” trabajadores emigrantes para reorganizar la producción. Frente a tal situación, el gobierno uruguayo aprobó en 1853 estímulos para el desarrollo de la inmigración, consistentes en exoneraciones impositivas para los buques que transportaran familias de agricultores, para la importación de semillas, herramientas e implementos agrícolas. Se destinaban además 10 millones de pesos para la formación de colonias agrícolas. Ese esfuerzo estatal reposaba sobre empresarios y contratistas que operaban en Europa y Montevideo con la finalidad de transformar el país con una matriz productiva diferente, la agrícola, la introducción y formación de un campesinado con características diferentes a la matriz ganadera bovino-céntrica.

¹⁰ BARRAN Jose; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay moderno*. Montevideo, Banda Oriental, 1967. Vol.1, p.30.

¹¹ ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933. T.II, 433

¹² ZABIELA, op. cit. 2002, p.73.

Si bien, los Senadores reconocían que los contratos de colonato no incluían a los esclavizados, el texto de la Ley no los excluía expresamente y por lo tanto las disputas generadas en las controversias por incumplimientos tendrían esta ley como referencia. Por otro lado, las autoridades orientales no podían desconocer los contratos de trabajo acordados en Brasil en la medida que eran jurídicamente válidos según las normas imperiales, de tal forma que al ingresar a territorio Oriental, aunque la realidad de la vida cotidiana indicara otra cosa, desde el punto de vista legal los contratos que seguían el trámite de registro eran legítimos.

El Jefe Político de Cerro Largo, había constatado en febrero de 1853:

“que existen en algunas estancias de Brasileños porción de esclavos introducidos furtivamente, en el territorio de la República que en virtud del tenor espreso de la circular espedita por orden del Gobierno Imperial publicada por la presidencia del Rio Grande fecha 7 de Agosto de 1852 [...] deben quedar manumitido [...] según el espíritu de nuestras leyes y la prevención espresa del Gobierno Imperial a sus súbditos. Considero de mi deber dar este paso y llevar a efecto la manumisión de estos siervos pero reflexionando sobre el estado de nuestra política con el Imperio por la suspensión del deslinde del territorio, y deseoso de no crear embarazo al Gobierno pido una resolución que me sirva de regla en este caso”.¹³

La respuesta del Ministerio de Gobierno fue lacónica: “Contéstese con la instrucción acordada”. Cuál era dicha instrucción: “respecto de los contratos [...] la única intervención que debe tener la autoridad, es asegurarse de la libre voluntad de los contratantes”.¹⁴ Lo acordado en definitiva era aceptar los contratos registrados, respetándolos en la medida que se debía

¹³ Nota del Jefe Político de Cerro Largo al Ministerio de Gobierno. Febrero 24 de 1853. AGN. AGA. Caja 1004. hoja 2.

¹⁴ Nota del Ministerio de Gobierno al Jefe Político de Cerro Largo, 14 de marzo de 1853. AGN. Fondo Ministerio de Gobierno. Caja 1004, 1853.

reconocer el acto voluntario entre hombres libres. Realmente una respuesta paradójica ya que consideraba al esclavizado como un individuo capaz de decidir qué hacer y con posibilidades reales de discernir. Si bien es cierto que para el “alforriado” representaba una oportunidad de libertad, o al menos de una fuga, nos parece excesivo considerar que todos los firmantes sabían conscientemente de sus posibilidades, habida cuenta como veremos que entre los contratos figuran criaturas de muy corta edad.

La situación generada con los peones contratados en la frontera, ameritó en junio de 1853 la exposición de algunos senadores en función de haberse constatado abusos, según las noticias aportadas desde las Jefaturas Políticas. Se indicaba un ingreso masivo de contratados y esclavizados a las estancias de riograndenses, sin haber realizado los registros legales.

Decía el Senador Antuña a ese respecto:

“los abusos que se cometían en las fronteras de la República con el Imperio del Brasil con relación a la introducción en ella de hombres de color bajo contratos que importaban una verdadera esclavitud y una disfrazada infracción de la Constitución y leyes que han proscripto la esclavitud y la introducción de esclavos”.¹⁵

Sobre ese tema hacía referencias José Morales, Jefe Político de Cerro Largo en marzo de 1853: “Según avisos y noticias que tengo, existen en algunas estancias de brasileros, porción de esclavos introducidos furtivamente”.¹⁶ Desde la villa de Rocha, donde la situación era similar, el Alcalde Ordinario, Pío Barrios, expresaba su preocupación en la medida que aun registrando formalmente los contratos, no existían mecanismos que pudieran: “privar a los patrones de [...] llevar los peones al Brasil sin que

¹⁵ Diario de Sesiones de la cámara de Senadores. Montevideo, 1853, Tomo V, pp.170-171 y 196

¹⁶ Carta de José María Morales al Ministro de Gobierno Florentino Castellanos. Melo, 10 de marzo de 1853. AGN. Fondo Ministerio de Gobierno. Caja 1004, 1853.

dejen aquí garantida la libertad de estos infelices, muy expuesta desde que vuelvan al país donde han sido esclavos.”¹⁷

El senador Antuña volvió sobre el tema, proponiendo un proyecto de Ley que declaraba sin valor los “contratos de servicios personales celebrados con personas de color fuera del territorio de la República”.¹⁸ Los contratados con dicho régimen, a partir de la promulgación de la Ley quedarían bajo la protección del *Defensor de menores*. Se prohibía además que los contratados fueran retirados del territorio sin consentimiento previo de la justicia.¹⁹

La ley fue aprobada, pero en la frontera - como con tantas otras leyes que plantearon soluciones a la problemática del tráfico ilegal de esclavizados - la vida cotidiana, las costumbres, la falta de mano de obra libre, el peso político y económico de los hacendados sulriograndenses, hicieron que dicha práctica permaneciera aún por varias décadas. Desde la óptica de los hacendados esclavistas una medida de esa naturaleza afectaba seriamente sus intereses económicos.

La ley aprobada en mayo de 1853, declarando nulos y sin valor los contratos realizados, tuvo una escasa aplicación efectiva dada la situación política del país.

El golpe de Estado de Flores (1853) con la anuencia imperial

El gobierno de Giró, de tendencia *blanca*, había mantenido una postura opositora al Brasil y particularmente a los tratados de 1851. Las críticas a las acciones del imperio y las leyes que controlaban el tráfico esclavista en la frontera representaban para los hacendados riograndenses y las autoridades brasileñas una potencial amenaza a sus intereses. En el frente interno, los representantes *colorados*, entre ellos Venancio Flores, Ministro de Guerra del gobierno, veían con desagrado, que habiendo resultado

¹⁷ Carta de Pío Barrios al Ministro de Gobierno Florentino Castellanos. Rocha, 24 de enero de 1853. AGN. Fondo Ministerio de Gobierno. Caja 1004, 1853

¹⁸ Diario de Sesiones de la cámara de Senadores. Montevideo, 1853, Tomo V, pp.171.

¹⁹ Diario de Sesiones de la cámara de Senadores. Montevideo, 1853, Tomo V, pp.195 a 197.

vencedores en la guerra reciente (1842-1851), solo unos pocos cargos y ministerios estaban ocupados por sus fieles, a la vez que la totalidad de las jefaturas departamentales estaban ocupadas por representantes de los Blancos, con lo cual se aseguraban el triunfo en las próximas elecciones. A principios de 1853, Flores renunció a su cargo argumentando que Giró no aceptó su solicitud de dimisión de los jefes políticos de Salto, Durazno y San José. El 18 de julio de 1853, las tropas encabezadas por el Coronel León de Palleja, se amotinaron contra el gobierno. Bernardo Berro, Ministro de Relaciones Exteriores del gobierno informaba, el 21 de setiembre de 1853, a las legaciones extranjeras que el gobierno estaba indefenso por que no poseía un ejército que lo respaldara, el mismo respondía a Flores y a los “colorados”. El 24 de setiembre Giró se refugiaba en la legación francesa y Flores asumía el gobierno en forma interina.

En 1857, Juan Carlos Gomez, *colorado*, testigo presencial de los hechos, escribía en el periódico “El Nacional”, que el centro de las reuniones donde se preparó el golpe de estado era la legación brasileña.²⁰ Inmediatamente de haber asumido, el gobierno imperial lo reconoció como presidente. De esa forma Flores se posicionaba desde 1855 como hombre de confianza y operador político del imperio y también de los intereses del unitarismo porteño. Los personajes con un protagonismo central en la gran conflagración contra el Paraguay, ya estaban sentados a la mesa en 1855: Flores, Berro, León de Palleja, Paranhos, Mitre entre otros.

El tratado de extradición y sus efectos concretos

En Rio Grande do Sul, la obligación de realizar los contratos fue divulgada en agosto de 1852 por medio de una “portaria” del gobierno provincial, ya citada anteriormente, y dirigida a los estancieros de esa provincia y también a aquellos residentes en territorio fronterizo.

Las leyes dictadas para controlar los contratos de peonaje y el tráfico ilegal no tuvieron el efecto deseado. Obviamente los

²⁰ ACEVEDO, Eduardo. Op.cit. T.II, 416.

intereses de los hacendados riograndenses en la frontera y la alianza del gobierno con el imperio tornaron ineficaces las medidas adoptadas por el gobierno de Giró y si bien las leyes no fueron anuladas, no se procuró su cumplimiento efectivo.

Andrés Lamas, representante del gobierno Oriental en Río de Janeiro, describía en mayo de 1857 en nota a Silva Paranhos, la situación de la frontera entre ambos estados. Denunciaba la existencia de esclavizados y de *criaderos* de esclavos en las estancias de riograndenses en territorio Oriental y la esclavitud disfrazada tras los contratos de peonaje.

Decía en la nota Lamas:²¹

“Varios brasileros de los que ocupan la mayor parte del territorio oriental fronterizo han introducido e introducen en la república notable número de personas de color para el servicio y manejo de sus establecimientos. Estas desgraciadas personas de color entran en la calidad ostensible de personas libres, ligadas al servicio de los introductores por contrato ostensible de locación de servicios y para pagar con ellos el dinero que se supone adelantado para redimirlos de la esclavitud. Algunos de esos contratos monstruosamente cínicos, imponen obligaciones hasta de 30 años de servicios a personas que no pueden llenar ese período aún bajo las condiciones más favorables a la duración de la vida humana, que no son, por cierto, la de esas infortunadas víctimas de la más negra de todas las codicias.”

Continuaba Lamas:

“Pero aún los contratos cuya letra no ofenda tanto el buen sentido, son completamente ilusorios. En el momento en que por cualquier circunstancia le conviene al poseedor de la persona de color, le hace transponer la frontera y transpuesta cae el mentiroso y audaz disfraz con que se han burlado de las leyes de la República y la desamparada víctima vuelve a asumir su pública condición de esclavo.”

²¹ Nota de Andrés Lamas a Silva Paranhos, encargado de la secretaría de estado para asuntos extranjeros. AGN. Legación oriental en Brasil. Caja 102. Carpeta 124, año 1857.

Ese parece ser el caso de algunos libertos esclavizados al retorno de su estadía en Uruguay, según lo establece Marcelo Santos Matheus²². Dicha orden fue emitida por el juez municipal de Bagé en 1856, y las acciones fueron denunciadas en un documento anónimo que circuló en aquella localidad.

Finalmente, en su carta a Silva Paranhos, Lamas denunciaba en forma categórica la existencia de mecanismos de multiplicación de los esclavizados para ser negociados en territorio brasileño:

“De esta manera en algunos establecimientos del Estado Oriental, no solo existe de hecho la esclavitud sino que al lado del criadero de vacas se establece un pequeño criadero de esclavos. Estos hechos son públicos, notorios y de tal notoriedad que algunos hasta se encuentran registrados en los periódicos del Río Grande.”²³

Si bien la situación era muy difícil de controlar por las características territoriales de la frontera, el gobierno uruguayo insistía en la necesidad de otorgar ciertas garantías a los libertos por contratos de trabajo. En octubre de 1858, durante la presidencia de Gabriel Antonio Pereira (1856-1860), se estableció el acuerdo entre ambos gobiernos para garantizar la seguridad “de los negros libres” en territorio uruguayo.²⁴

En el articulado del acuerdo se establecía que los cónsules uruguayos en las diferentes provincias del Imperio deberían ser atendidos en sus reclamos en cuanto a la condición de libres de los esclavizados que residieron o residían en el estado Oriental. A su vez se establecía que los súbditos imperiales reclamantes de esclavos fugados al Uruguay, solo podrían recuperarlos por medio

²² SANTOS MATHEUS, Marcelo. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro* (provincia do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). Tese de Mestrado. UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012, p.157.

²³ AGN. Legación oriental en Brasil. Caja 102, Carpeta 124, año 1857. Nota de Andrés Lamas a Silva Paranhos, encargado de la secretaría de estado para asuntos extranjeros.

²⁴ AGN. Legación oriental en Rio de Janeiro, carpeta 179, caja 89, copia 4, del 19 de octubre de 1858.

de la solicitud de extradición y por los medios legales estipulados en el Tratado de 1851.

A pesar de los acuerdos, la situación fronteriza determinó otros procedimientos y a lo largo de las dos décadas siguientes se multiplicaron los reclamos de la legación oriental en Rio sobre la invasión del territorio uruguayo por parte de personal contratado para recuperar a los “fujoes”. Igualmente se sucederán amenazas a los cónsules orientales en las ciudades de frontera, cuando intentaron cumplir con sus órdenes de denunciar y defender lo acordado. Es el caso del vice cónsul José Benito Varela, en Jaguarão, que en la segunda mitad de la década de 1850 enfrentó a los esclavistas, en la justicia y por la prensa en el *Echo do Sul* de esa ciudad, que mantenían trabajadores libres en condición de esclavitud, ya fuera por ser secuestrados en territorio Oriental, o por ser esclavizados que por medio de contratos de trabajo adquirieron la libertad. Dicha situación llevó a que: “Varella recebia ameaças de morte do Sr. Leopoldo de Araújo Braga – o qual meses antes Varella havia denunciado como cúmplice em um crime de escravização”.²⁵

La situación general provocada por los contratos en flagrante contradicción con las leyes nacionales y las presiones políticas y permanentes reclamos de la población riograndense radicada en la frontera ante las autoridades imperiales, provocaron desencuentros diplomáticos graves que llevaron al gobierno de Berro (1860-1864), *blanco*, adoptar la medida de poner un punto final en el sistema de contratos. En noviembre de 1861 el gobierno en función de los informes de los Jefes Políticos de los departamentos de frontera que afirmaban: “algunos ciudadanos del Imperio introducen del Brasil [...] individuos de color en calidad de peones contratados por diez y seis y hasta veinte años”, resolvió no consentir los contratos de peonaje y reconocer a todos ellos la categoría de hombres libres. No obstante y en virtud de los

²⁵ DE LIMA, Rafael Peter. *A nefanda pirataria de carne humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*.p.120. Tesis de Maestría, 2010. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.

tratados de 1851, el gobierno determinaba que todos los contratos de peonaje a partir de la fecha no excedieran los 6 años de plazo.

Los contratos de peonaje en Cerro Largo

Los contratos de peonaje, como ya manifestado, eran registrados en las Jefaturas políticas y luego protocolizadas por los escribanos del gobierno, no obstante, ha sido muy difícil encontrar datos sobre los mismos, salvo algunos documentos dispersos. Analizamos a continuación los contratos correspondientes al departamento de Cerro Largo, único conjunto documental ubicado hasta el momento.²⁶ En el registro llama la atención algunos contratos, como el de niños de muy corta de edad.

El documento se compone de 183 contratos registrados entre 1850 y 1860, por orden del Jefe Político de Cerro Largo, José Gabriel Palomeque, el mismo se titula: “Relación de las personas de color que en calidad de peones han sido introducidos del Brasil y cuyos contratos han sido presentados a esta Jefatura”. Del estudio de conjunto resalta en primer lugar una fuerte masculinización: 70 % eran varones, elemento que no sorprende pues la mayoría de los contratados iban a desempeñar tareas en las estancias de frontera, en muchos casos es probable que los mismos ya estuvieran radicados en el campo y se les realizó el contrato para evitar que fueran liberados por las leyes uruguayas. El 30% correspondía al sexo femenino, probablemente destinadas al servicio doméstico en zona urbana o rural, situación que incluye a los niños de menor edad, de ambos sexos.

Un segundo elemento destacable es que el 65% de los contratos, se concentraron entre 1853 y 1856, disminuyendo bruscamente en 1857. Es probable que estos datos guarden relación con los controles vinculados a la aplicación de la ley

²⁶ MUSEO HISTORICO NACIONAL. Archivo del Cnel. José Gabriel Palomeque, Jefatura Policial del departamento de Cerro Largo. Tomo III, 1860-1861, f.93. Vide: BORUCKI, A. CHAGAS, K, y STALLA, N. *Esclavitud y trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo: del Pulmón, 2004, p.138-145. - PALERMO, Eduardo. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur del Brasil. pp. 93-115. En: *Memorias del Simposio La Ruta del esclavo en el Río de la Plata*. Montevideo: UNESCO, 2005. Uruguay.

Queiros y por otro lado al proceso de reactivación de la economía pastoril de la región fronteriza con el traslado de ganados y mano de obra, escasa y sometida siempre a la mirada atenta del ejército regular que no dudaba en seducir a los esclavizados a cambio de enrolarse en las tropas. Frente a esta situación el contrato registrado representaba un respaldo legal para el estanciero.

Otro elemento destacable es el promedio etario de los contratados, siendo de 25 años, con extremos registrados de 2 y 66 años. El promedio de edad determina la existencia de “planteles” jóvenes y adultos, en la máxima capacidad laboral del trabajador, lo cual estaba acompañado de sus valores de contrato, que como manifestado anteriormente, guardan relación con el “precio de mercado”. En ese sentido el valor promedio de los contratos fue de \$ 614,68 patacones y la duración media de los mismos de 17 años, lo cual representa un “salario virtual” de \$.3, 42 mensuales para ambos sexos, siendo los extremos de dichos valores \$.10, 41 y \$.0,55, la frecuencia media de los salarios estuvo en los \$.2,98.

A los efectos de hacer más inteligible el análisis, agrupamos los datos utilizando como criterio una escala de edades: de 1 a 9 años, en el entendido que dentro de ese marco las tareas habituales están en el entorno de la casa; de 10 a 17, edades en que ya se registran en forma habitual el trabajo incluso como peones a caballo para los más chicos; de 18 a 24, de 25 a 29, de 30 a 49 años, siendo estos rangos donde se considera la plenitud laboral de los contratados y mayores de 50 años. La edad promedio de los contratados varones era de 26 años.

Cuadro I: Relación de los contratos de peonaje ordenados por franja etárea, valor promedio de los contratos en patacones y reis y duración promedio de los mismos.

Franja etaria	Valor promedio de los contratos en patacones	Conversión a reis de los valores promedio de los contratos ⁽²⁷⁾	Duración promedio de los contratos en años
01 a 09	572	549.120	20 ^{1/2}
10 a 17	866	831.360	24
18 a 24	693	665.280	17 ^{1/2}
25 a 29	711	682.560	15 ^{1/2}
30 a 49	635	609.600	16
50 a 66	276	264.960	8

Datos ordenados por el autor según datos extraídos del documento original. Museo Histórico Nacional. Archivo del Cnel. José Gabriel Palomeque, Jefatura Policial del departamento de Cerro Largo. Tomo III, 1860-1861, f.93.

El registro contiene 32 contratos sin determinar edad, cuyos datos agrupados son los siguientes: duración promedio de los contratos 17 años, monto promedio 668 patacones, lo que hace suponer que los mismos estarían en una franja etaria de 18 a 29 años. Con base en los datos del registro, se obtuvieron los promedios mensuales para cada franja etaria, aspecto que interesa, pues durante la década de 1860, los hacendados al Sur del río Negro protestaron frente al gobierno uruguayo por la competencia desleal de los hacendados brasileños que “pagaban” menores *salarios* a sus peones.

²⁷ ISABELLE, Arsene. *Tablas de reducción de los pesos y medidas de la República a pesas y medidas del sistema métrico y viceversa*. Montevideo: Imprenta tipográfica a vapor, 1864. (1 patacón equivalía a 960 reis).

Cuadro II: Relación de los contratos de peonaje ordenados por franja etárea y valor promedio mensual de los contratos en patacones y reis.

Edad \ Valor mensual	1-9 años	10-13 años	14-17 Años	18-24 años	25-29 años	30-49 años	50-66 años	Sin edad
Promedio patacones	2,3	3,04	3,28	3,32	4,07	3,46	2,85	3,46
Promedio en reis	2203	2918	3156	3187	3913	3327	2734	3319

Datos ordenados por el autor según datos extraídos del documento. Museo Histórico Nacional. Archivo del Cnel. José Gabriel Palomeque, Jefatura Policial del departamento de Cerro Largo. Tomo III, 1860-1861, f.93.

Es interesante observar la modificación de los valores en función de las edades, lo cual indica el potencial laboral del contratado. Se distingue nítidamente que entre los 10 y 24 años el promedio mensual no varía sustancialmente, entre los 25 y 49 años este aumenta situándose en los valores más altos. El valor estimado del “salario estipulado” para la franja de mayores de 25 años tiene que ver con la plenitud laboral del trabajador.

En los registros figuran niños de muy corta edad: Juliana con 2 años, Toribio con 3 años, Ursula con 4 años y Teodoro de 6 años, cuyos contratos tienen plazos de 20 a 22 años, valorados en 1000 patacones, 9 contos y 600 mil reis, siendo la finalización prevista de los mismos entre 1876 y 1878. Entre los contratos de largo término, encontramos los siguientes: Pascasio, Florinda, Amiria de 14 años y Mileno de 12 años, contratados por 40 años. Por 30 años encontramos 15 casos.

Lamentablemente no se dispone de información al respecto de si estos contratos efectivamente fueron cumplidos, consideramos muy poco probable que la validez de los mismos se sustentara ante la justicia más allá de inicios de la década de 1880, debido a las presiones del gobierno uruguayo y al declinio de la esclavitud en Brasil, no obstante los datos disponibles nos sitúan en 1880 con peones contratados “al estilo brasilero” como figuraba en la prensa de la época.

A modo de ejemplo transcribimos y reproducimos uno de los contratos ubicados, y que no forman parte del registro de Cerro Largo, correspondiente a un propietario riograndense con campos en Vichadero, actual departamento de Rivera:

“Bagé 25 de Noviembre de 1852: Digo eu João Borges, que entre os meus bens que possuo livres desempeidos ha ben assim hum escravo crioulo de nome Jose, de idade de vinte annos, profissão campeiro con o cual tenho contratado darlhe sua liberdade [...] este faso pela quantia de quinientos patações em prata [...] ficando o mesmo obrigado a satisfaser esta quantia [...] no prazo de dez annos a contar de hoje em servisos pessoais por ele prestados como peão de fazenda que posuo no Estado Oriental do Uruguai en lugar denominado Vigiaheiro [actual localidad de Vichadero, al Sureste del departamento de Rivera] a razão de cincuenta patações annuais, obrigandome a darlhe vestuario e comida a minha conta.²⁸

De la lectura del mismo se desprende que la relación entre el plazo y el monto del contrato es de 50 patacones anuales, esto representa un “salario” de \$.4,16 por mes, manteniendo el rango promedio de los registros de Cerro Largo y con una mensualidad acorde al promedio general por la edad y actividad del peón. Al parecer los valores de las “alforrías” por medio de contratos de locación laboral mantenían cierto estándar común en Rio Grande do Sul lo cual se ve expresado en los contratos a ambos lados de la frontera. La equivalencia anualizada del trabajo del peón-esclavizado representaba para el estanciero el valor de 10 a 12 bovinos, tomando como valor promedio de un vacuno para los años de 1852-1855: \$ 4,70 a \$ 5. No obstante el jefe político de Tacuarembó, Eufrasio Bálsamo, afirmaba que se pagaba en 1853 hasta 10 patacones por un novillo de saladero.²⁹ Cifras similares expresaba el periódico montevidiano *El Comercio del Plata* en marzo

²⁸ AGN- ex Archivo General Administrativo. 1852.Caja 1003- hoja 2

²⁹ ACEVEDO. Op.cit. II, p.441

de 1854, por novillos comercializados en los saladeros riograndenses.³⁰

En comparación con los salarios que se pagaban en Uruguay a los peones camperos, si bien con datos para el Sur del país, los “salarios” de los peones contratados representaban un tercio o menos que los abonados a los trabajadores libres. A ese respecto el Jefe Político de Cerro Largo informaba en 1853: “los peones contratados provenientes de Brasil, reciben una paga de 3 a 4 pesos mensuales, mientras que en las demás estancias, el peón libre oriental recibía un salario de 10 a 12 pesos mensuales”.³¹

No obstante, registrar contratos de 30 y 40 años de duración, cuya vigencia alcanza el inicio del siglo 20, nos plantea una mentalidad muy particular donde se percibe el “negocio” de la esclavización de los trabajadores con una perspectiva de largo plazo, de permanencia del sistema, de asumir la condición de servidumbre como un rango social discriminador. Estos datos nos permiten aproximarnos a la interpretación de las formas de convivencia social a finales del siglo XIX y hasta mediados del siglo XX, por lo menos, en las sociedades de frontera, donde el “negro”, el afrodescendiente, seguirá siendo considerado un subalterno marginalizado.

La sola admisión de dichos contratos en un registro oficial del Estado uruguayo configura un acto vergonzante aún para aquella época. Los mismos desconocían los alcances éticos de las leyes abolicionistas de 1846 y respondían a nuestro juicio a la estructura de poder económico y político de la sociedad fronteriza y uruguayana de la época y a los intereses de aquellos hacendados sulriograndenses, propietarios de tierras, ganados y personas, que se sentían ampliamente respaldados por el gobierno imperial.

El periódico, *El Norte*, publicado en Tacuarembó, en su edición del 10 de octubre de 1880, decía textualmente:

“Anteayer fue conducido a la cárcel de esta villa un pardo brasilero de nombre Sergio, peón contratado al estilo del Imperio, es decir para pagar su libertad, del estanciero

³⁰ Ibid. p.554

³¹ AGN- AGA. Fondo Ministerio de Gobierno. Caja 1003. 1853.

Fermiano Cardozo.[...] A propósito del contrato de ese peón, se nos viene a la mente la idea de cuando desaparecerá de nuestros protocolos internacionales ese infamante tratado que nos obliga a devolver los esclavos al Brasil, sino también admitir esos contratos en que aquellos infelices se obligan servir un largo número de años bajo el falso nombre de peones por un mísero salario que deben dejar en manos del señor para amortizar la cantidad en que se ha convenido la manumisión”.

La sociedad de la época, especialmente en la región histórica del Norte uruguayo y algunos sectores del gobierno nacional, más allá de los aspectos de validez jurídica de los actos contractuales, no reconocía en los peones contratados a hombres libres, sino a esclavizados y como tal eran identificados en una doble situación: trabajadores sometidos y a la vez discriminados por su color de piel. Situación que lamentablemente se prolongó a lo largo del siglo XX.

A DUALIDADE DO MINISTRO: ESCRAVIDÃO E POLÍTICA INTERNACIONAL NAS GESTÕES DE ANDRÉS LAMAS (1847-1869)¹

*Rafael Peter de Lima**

Em 12 de maio de 1864 se apresentou perante o governo *blanco* uruguaio de Atanasio Aguirre o enviado brasileiro em missão especial José Antônio Saraiva. Seis dias depois, por meio de uma nota dirigida ao ministro de Relações Exteriores do Uruguai Juan José de Herrera, expôs em detalhes os fins da missão que lhe fora confiada. Basicamente estava em Montevideu para exigir satisfações sobre as violências sofridas por brasileiros residentes no Estado Oriental. Em anexo a nota continha um histórico apresentando as denúncias da representação brasileira do período entre 1852 e 1864 intitulado *Reclamações pendentes iniciadas pela Legação Imperial em Montevideu, ante o Governo da República Oriental do Uruguai*.

Cervo assinalou que o problema não era novo, aliás há muitos anos que se discutia no parlamento imperial acerca desse tema. “O elemento novo está nas atitudes do governo uruguaio, porquanto as queixas acima referidas repetiam-se no passado e vão repetir-se, da mesma forma, até o final do Império”.²

A maneira atabalhoada e pouco consistente de planejamento e condução da missão - como por exemplo o fato do *ultimatum* ter sido discutido publicamente dois meses antes de ser apresentado – fizeram com que seus resultados fossem igualmente decepcionantes.

¹ O presente artigo tem como referência fundamental o capítulo IV da tese: LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e a atuação da Legação oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Tese (Doutorado em História). Apoio: Programa Capes PPCP-Mercosul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/153299>.

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Visconde da Graça (Pelotas/RS). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rafaelpeterlima@gmail.com.

² CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 98.

Talvez tenha sido esta a maior gafe cometida pela diplomacia brasileira durante todo o século XIX, reflexo de um período dominado pela emoção, pela injunção de mesquinhos interesses políticos e pessoais e pelo alijamento do bom senso e da competência, com o afastamento do cenário diplomático das maiores figuras que possuía a nação.³

Andrés Lamas como anteparo à Missão Saraiva

A resposta da nota de Saraiva veio em 24 de maio. Segundo Hélio Lobo a contestação em tom desafiador, “destemperada e rude”, surpreendera o plenipotenciário brasileiro.⁴ Embora declarando acreditar que ambos os governos estavam animados “de espírito de conciliación”, o chanceler uruguaio Juan José de Herrera apontou com veemência que a invasão de Flores⁵ que provocara a guerra que assolava e destruía o país e sua população - “armada enterritorios argentino e brasileiro” sem qualquer oposição de seus governos -, justificaria plenamente desatender quaisquer reclamações retrospectivas demandadas pelo Império. Porém, se propunha agir de outra forma: faria valer sua razão e seu direito. Após denunciar as ‘turbas’ brasileiras e correntinas que atuavam em apoio ao pretendido golpe do general Flores e relembrar as frequentes *califórnias*⁶ em território da República, a nota oriental esboçou equívocos e inconsistências nas reclamações brasileiras⁷. A relativa tranquilidade da Banda Norte uruguaia para

³ Idem, p. 99.

⁴ LOBO, Hélio. *Antes da guerra – a Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay*. Rio de Janeiro: IHGB, 1914, p. 125.

⁵ Desde abril de 1863 o caudilho *colorado* Venâncio Flores invadira o território uruguaio no comando de grupamentos armados com o objetivo de assumir pela força a presidência do país.

⁶ ‘Califórnia’ era o nome dado às razias promovidas por bandos armados que a partir do Brasil adentravam o território uruguaio para saquear propriedades, gado e indivíduos negros que seriam vendidos como escravos - mesmo que tivessem a condição de livres ou libertos em solo oriental.

⁷ Nota do ministro de Relações Exteriores do Uruguai Juan José de Herrera dirigida ao enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Montevideu José Antônio Saraiva, com data de 24 de maio de 1864. In: URUGUAY. *Documentos*

os súditos do Império poderia ser ilustrada através das próprias reclamações apresentadas. Para esse espaço que se contabilizava na época viverem em torno de 40.000 brasileiros⁸, haviam sido listadas 63 queixas diplomáticas em um período de 12 anos, ou seja, aproximadamente cinco por ano – número que parecia bastante modesto. A cotação dos campos da zona fronteiriça entre os dois países também poderia ser tomado como um dado a mais a refutar as gestões brasileiras: o lado oriental aparecia com um valor mais elevado que o território rio-grandense - obviamente que se o quadro de violência no norte uruguaio fosse tão alarmante quanto pregava o governo do Brasil, automaticamente as terras teriam se desvalorizado.

A resposta do ministro Herrera ainda revidava com a mesma moeda.

A esta contestación rebosante de verdad y de justicia iba adjunto un cuadro de las reclamaciones promovidas por la Legación oriental en Río de Janeiro y no atendidas hasta entonces por el Gobierno brasileño. Era una lista de 48 reclamos diplomáticos deducidos por el Gobierno oriental desde 1854 hasta 1863, por efecto de incursiones, saqueos y robos de personas destinadas al mercado de esclavos, realizados por brasileños salidos de Río Grande y vueltos al lugar de su procedencia al amparo de la más absoluta impunidad.⁹

A réplica de Herrera provocou reação no senado brasileiro que acompanhava atentamente o desenrolar dos acontecimentos. O senador Silveira da Motta ironizou a volumosa resposta de 40 páginas e criticou a estratégia do governo uruguaio de apresentar

Diplomáticos – Misión Saraiva. Montevideo: Imprensa de la ‘Reforma Pacifica’, 1864, p.14-40.

⁸ Quantitativo apresentado por Herrera na nota de 24 de maio de 1864 e não contestado por Saraiva. Nas comunicações enviadas ao governo oriental o ministro brasileiro se refere à população brasileira “tan numerosa em la República” (nota de 18 de maio de 1864), e que no Estado vizinho residem “decenas de millares de súbditos” (nota de 04 de julho de 1864).

⁹ ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. Montevideú: Casa Barreiro y Ramos, 1933, p. 311.

agravos que pretensamente seriam muito maiores do que as queixas iniciais feitas pelo Brasil. Dizia ele que “Houve, pois, reconvenção, como se diz em matéria forense, no que os homens do Estado Oriental são habilíssimos; procurão sempre fazer reconvenções...”¹⁰

O referido expediente de ‘reconvenção’ citado pelo senador imperial continha em sua essência a ideia original de Andrés Lamas¹¹ de expor internacionalmente o Brasil a partir da denúncia da complacência governamental para com os crimes de viés escravista. Além de ter proposto esse recurso de enfrentamento, era de Lamas quase todo o trabalho¹² de levantamento, organização e descrição sucinta dos casos que foram apresentados no anexo da nota de Herrera sob o título de *‘Reclamaciones iniciadas por la Legación de la República ante el Gobierno de Su Magestadel Emperador del Brasil, y por el Ministerio de Relaciones Exteriores de la misma ante la Legación del espresado Imperio, todas las cuales se hallan pendientes’*.

Logo após findar a ‘Missão Saraiva’ em Montevidéu, toda a documentação trocada entre os governos foi publicada na íntegra pela *Imprensa de la ‘Reforma Pacífica’*¹³. Nas páginas finais do folheto

¹⁰ Fala do senador Silveira da Motta na sessão de 23 de julho de 1864. In: BRASIL. *Annaes do Senado do Império do Brasil* – segunda sessão de 1864 da 12ª legislatura. Volume III. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de M. Barreto, Mendes Campos e Comp., 1864, p.126, 129.

¹¹ Andrés Lamas foi figura de enorme destaque nas relações Brasil-Uruguai durante o século XIX. Exerceu a função de representante da República uruguaia na Corte imperial por mais de vinte anos (1847-1869), com poucas e breves interrupções, ocupando o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai no Império brasileiro. Se envolveu com todas as questões vitais de soberania, independência e nacionalidade de seu país, sendo até hoje um nome tanto de inquestionável protagonismo quanto merecedor das mais divergentes avaliações – para alguns um traidor e fantoche do império brasileiro, para outros um hábil negociador que soube lidar pragmaticamente com as dificuldades que se apresentavam.

¹² Das 48 reclamações apresentadas, apenas as últimas oito, relativas ao período de 1860 a 1863, foram acrescentadas pelo governo uruguaio à anterior compilação de Lamas.

¹³ *La Reforma Pacífica* foi um diário uruguaio fundado provavelmente em 1863 “de tendências federales por lo que tocaba a la política argentina y blancas encunto a la política uruguaya, y que tuvo por redactor al conocido juriconsulto y diplomático argentino don Carlos Calvo” FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 á 1900*. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p. 38).

ainda constava uma nota diplomática de 12 de agosto de 1864 encaminhada pelo chefe da Legação da Espanha no Uruguai Carlos Creus ao ministro oriental Juan José de Herrera. Nesse documento Creus - na qualidade de diplomata decano e representando seus colegas de Portugal, Itália, França e Inglaterra - respondia aos relatos sobre as “sensibles desavenencias” entre o governo do Estado Oriental e do Império brasileiro recebidos em nota anterior do chanceler uruguaio. Dizia que o coletivo diplomático das referidas potências estrangeiras “deplorava profundamente” a recusa do Brasil em aceitar a proposta oriental de uma arbitragem internacional para resolver o impasse.¹⁴

Caso aceitasse tal recurso o Brasil ficaria obrigado a acatar a decisão arbitral, sob pena de ser isolado ou mesmo hostilizado na arena internacional. Sentença que sabidamente teria grandes chances de ser contrária às pretensões brasileiras, tendo em vista as intempestivas exigências vinculadas à ‘Missão Saraiva’. Sobre esse assunto afirma Bello que:

El [Estado] que no quiere ser mirado como un perturbador de la tranquilidad pública, se guardará de atacar atropelladamente al estado que se presta á las vías conciliatorias, si no puede justificar á los ojos del mundo que con estas apariencias de paz solo se trata de inspirarle una falaz seguridad y de sorprenderle. Y aunque cada nación es el único juez de la conducta que la justicia y el interés de su conservación la autorizan á adoptar, el abuso

¹⁴ Segundo Calvo as soluções de questões internacionais poderiam se dar através de negociações amistosas ou meios em que se emprega a força, mas evitando chegar a um completo rompimento. Enquanto no último grupo estariam as retorsões, represálias, sequestros e embargos, no primeiro se situam os acordos, transações, mediações, arbitragens e conferências. Esclarece o autor que embora tais divisões não estivessem completamente delimitadas, ainda assim deveriam ser levadas em conta como expedientes fundamentalmente destinados a evitar a guerra (CALVO, Cárlos. *Derecho internacional teórico y práctico*. Paris: D’Amyot/ Durand et Pedone-Laureciel, 1868, p. 407). Especificamente sobre a arbitragem, já afirmara Vattel que “Quando os soberanos não podem ajustar as suas pretensões e desejam, no entanto, manter ou restaurar a paz, eles algumas vezes confiam a decisão de suas controvérsias a árbitros escolhidos por consenso mútuo. Desde que o compromisso vincula as partes, elas devem se submeter à sentença dos árbitros. Elas para tanto se comprometem e a fé dos tratados deve ser preservada” (VATTEL, Emer de. *O Direito das Gentes*. Prefácio e tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora da UnB/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004, p. 387).

de su natural independencia en esta parte la hará justamente odiosa á las otras naciones, y las incitará tal vez á favorecer á su enemigo y á ligarse con él.¹⁵

A publicização dessa recusa brasileira em aceitar uma arbitragem internacional ‘isenta’ aponta a estratégia do governo uruguaio de provocar reações de outros países - assim como afirmar e justificar a política *blanca* no conturbado cenário doméstico oriental – a partir da divulgação da ideia de uma condenável falta de boa-vontade do Império para resolver pacificamente suas diferenças com o Estado Oriental.

O conteúdo documental e a divulgação impressa em forma de livreto também se propunham claramente a fragilizar o Império brasileiro em um cenário internacional e doméstico oriental cada vez mais antiescravista – e Lamas, através de sua atividade diplomática desenvolvida no Rio de Janeiro, se transformara na referência principal dessa cruzada.

Outra publicação impressa em 1864 e relativa à mesma temática, porém direcionada ainda mais ao exterior, também chamaria fortemente a atenção. Intitulada *Reclamaciones de la República Oriental del Uruguay contra el Gobierno Imperial del Brasil* a obra, em sua apresentação, já definia em tom incisivo as motivações que levaram à sua elaboração. Diz o texto:

Al lector

Las inopinadas exigencias del Imperio del Brasil contra el Gobierno Oriental, aprovechando un momento en que no es posible que este dé satisfacción á sus reclamos, la mayor parte injustificados y todos ellos ó los mas, procedentes de mas de 12 años atrás, nos han impulsado á reunir en este folleto, las reclamaciones que nuestro país tiene pendientes ante el Gobierno Imperial y completamente desatendidas; así como la nota diplomática de nuestro Gobierno del 24 de Mayo que arroja luz suficiente al objeto que nos proponemos.

¹⁵ BELLO, Andrés. *Principios de Derecho de Gentes – Nueva edición revista y corregida*. Madrid: Librería de la Señora Viuda de Calleja e hijos / Lima: Casa de Calleja, Ojea y Compañía, 1844, p. 152.

Esperamos que esta publicación hará conocer de un modo acabado la justicia de las pretensiones del Imperio en las nuevas evoluciones de su política agresiva contra el Gobierno del Estado.

Ao contrário dos *‘Documentos diplomáticos – Misión Saraiva’* que pretendiam expor a evolução do debate, nas *‘Reclamaciones...’* é a versão governamental *blanca* que é explorada intensamente. Conforme anunciado na apresentação, a única nota diplomática referente à missão que foi reproduzida é a enviada pelo ministro Herrera a Saraiva em 24 de maio de 1864. Elemento curioso e revelador da reprodução dessa nota é que o texto consta em dois idiomas: espanhol e francês. A tradução para uma língua estrangeira evidencia a busca pelo leitor externo e a escolha do francês, a prestigiada língua franca auxiliar da diplomacia¹⁶, acentua o aspecto intencional de elevar o tema ao ambiente coletivo internacional.

Além da referida nota o volumoso folheto de 114 páginas traz minuciosos detalhes das gestões de Lamas à frente da Legação no Rio de Janeiro – especialmente sobre suas críticas e argumentações políticas relativas ao tema da escravidão. Investindo muito além dos relatos sucintos das reclamações orientais pendentes que constaram no anexo da nota original do ministro Herrera, uma espécie de segunda parte do livreto apresenta um *“Índice”* contendo as *“Reclamaciones iniciadas por la Legación de la República Oriental del Uruguay, que se encuentran pendientes ante el Gobierno Imperial”*. Essa seção expõe inicialmente uma listagem compendiada de 20 casos denunciados pela diplomacia oriental na qual, além de reclames por prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e roubos de propriedades, aparecem especialmente as queixas relativas às escravizações ilegais e sequestros de homens, mulheres e crianças uruguaias ou que naquele país haviam vivido.

Logo em seguida a discussão se concentra nos eventos de 1857, reproduzindo em sua totalidade o ofício de Lamas ao ministro de relações exteriores uruguaio Joaquín Requena datado

¹⁶ SILVA, G. E. do Nascimento e. *A missão diplomática*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971, p. 173.

de 05 de novembro. No documento o plenipotenciário enfatiza as difíceis e angustiantes situações que a representação uruguaia na Corte imperial, há anos, enfrentava devido às suas reclamações sobre o tema das escravizações e *arrebatamentos* de pessoas de cor. Com o intuito de intervir decididamente no problema, informa ao governo do Estado Oriental que para dar uma real dimensão do assunto que ao longo do tempo ficara disperso entre documentos de variadas procedências e objetos, resolvera reunir e compendiar as queixas uruguaias acerca do tema e as enviar ao governo do Brasil.

Na sequência do citado ofício, Andrés Lamas incluiu como anexo a nota diplomática que enviara ao ministro dos negócios estrangeiros do Brasil Visconde de Maranguape em 09 de outubro de 1857. Nela estavam contidas as referidas reclamações orientais, acompanhadas de um texto de apresentação que argumentava sobre a importância do tema e explicava os procedimentos de seleção e organização dos casos descritos. Nesse documento afirmava Lamas a Maranguape que o trabalho que realizara de compendiar as ocorrências pouparia a desgastante e penosa atividade de se examinar a extensa correspondência trocada entre os governos, assim como facilitaria a apreensão da real dimensão e gravidade do tema, que teria sérios efeitos tanto no plano interno quanto internacional.

O ministro uruguaio na Corte assinalou ainda que os casos apresentados se referiam a reclamações diplomáticas orientais feitas desde 1854, incluindo seus resultados e estado atual. Estas informações estavam divididas em dois memorandos, sendo o primeiro composto de ocorrências vinculadas à província do Rio Grande do Sul, enquanto o segundo de denúncias enviadas diretamente às autoridades da Corte no Rio de Janeiro.

Ao finalizar a nota Lamas salienta que na presente listagem não havia incluído nem os casos de pessoas de cor livres que espontaneamente haviam vindo para o Brasil e, então, teriam sido escravizadas, nem os casos de contratos de locação de serviços simulados que disfarçavam a prática criminosa de escravização ilegal em território uruguaio. Aproveita o plenipotenciário para chamar a atenção do governo brasileiro de que:

[...] los casos de que la Legación oriental ha tenido conocimientos precisos y capaces de dar fundamento sólido a sus reclamaciones, son, de necesidad, poco numerosos. Ese conocimiento es excepcional; - la regla es – *la imposibilidad* [grifo de Lamas] de que los crímenes de tal especie, - difíciles de descubrir y comprobar en un país de esclavos, estenso y de fronteras casi desiertas aun para las autoridades del mismo país, puedan ser descubiertos y comprobados por Agentes Diplomáticos o Consulares q’ no tienen medio alguno eficaz á su disposición.¹⁷

Por isso acreditava que “es casi cierto que los casos reclamados por los Agentes Orientales no estarán en la razón de 1%”. Desta forma “Sin embargo los casos presentados por la Legación demuestran una piratería organizada y ejercida en grande, en sorprendente escala, y que tiende a colocar a las poblaciones fronterizas en el estado natural”¹⁸. Conclui Lamas advertindo que a magnitude da questão exigia que o problema fosse solucionado imediatamente e combatido verdadeiramente com o máximo rigor, pois a honra, a sociabilidade e os deveres internacionais do Brasil assim o demandavam.

Embora nunca tenha denunciado diretamente o escravismo brasileiro como um sistema de gigantescas proporções que se beneficiava da tolerância governamental para com seu inseparável componente de ilegalidade – assim como sugerem as análises de Chalhoub¹⁹ -, nesse mesmo documento Andrés Lamas enfatizou que a escravidão arraigada na dinâmica do país, regada por uma legislação que coisificava o escravo e vivenciada em um ambiente social que amparava os proprietários de cativos, se

¹⁷ Nota de Andrés Lamas ao ministro brasileiro Visconde de Maranguape, com data de 09 de outubro de 1857. In: URUGUAI. *Reclamaciones de la República Oriental del Uruguay contra el gobierno imperial del Brasil*. Montevideo: Imprenta de ‘El País’, 1864, p.5. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 04 set 2011.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

constituiria em um anteparo de difícilíssima transposição na luta por justiça dos que tinham sua liberdade criminosamente usurpada.

Os relatos do segundo caso do Memorando 2 complementam essa constatação. Nele Lamas escreve que os crimes de escravizações ilegais em muito se viabilizariam não só devido a “facilidade con que se falsifican papeles para probar el estado de esclavitud”, mas principalmente pela “tibieza de las autoridades e nestos negocios”. A tal ponto que “El exámen Policial, es apenas, una simple e inútil formalidad”. Por isso sustenta que “Lo que en esta materia no ha sido descubierto por la Legación de la República, que no tiene medios, no ha sido nunca descubierto por las Autoridades de esa Corte”. Como conclusão aponta que “El hecho denota un vicio orgánico radical”.²⁰

Todas essas críticas contundentes – e várias outras de igual natureza não citadas – ao escravismo imperial brasileiro e aos seus perversos efeitos internos e internacionais que foram formuladas e apresentadas por Andrés Lamas enquanto ministro plenipotenciário do Uruguai no Rio de Janeiro, fazem parte dessa segunda parte do folheto *Reclamaciones...*, sendo anunciadas em formato de “Índice”. Especificamente nessa seção o interesse em divulgar internacionalmente as detalhadas argumentações de Lamas foram ainda mais longe. Enquanto a nota de Herrera a Saraiva em 24 de maio de 1864 aparece em espanhol e traduzida para o francês, o conjunto completo da segunda parte da publicação, além de constar em espanhol, também está traduzido para o francês, inglês e italiano – nessa ordem.

Para além da evidente estratégia de buscar sensibilizar o meio internacional acerca da agressiva investida brasileira sobre o Estado Oriental – usando como contraponto o tema da escravidão, o mais delicado assunto a fragilizar o Império no cenário externo -, se destaca o acionar da palavra e das gestões de Andrés Lamas na Corte bragantina. “El brasileño”, por tantas vezes criticado especialmente pela ala *blanca* – inclusive por uma suposta brandura, ineficiência ou mesmo conivência no agir diplomático ao tratar com o Brasil questões relativas ao tema escravidão -, utilitariamente

²⁰ Idem, p.20.

se transformara no grande trunfo do governo Aguirre para enfrentar o Império nessa publicação que ecoava como uma espécie de pedido de socorro ao coletivo internacional. Ainda mais relevante se revela essa opção por Lamas ao se ter em conta a situação dramática pela qual atravessava a República, num momento em que já se vislumbrava a impossibilidade do governo *blanco* uruguaio resistir frente à invasão de Venâncio Flores apoiada pelos gigantes Argentina e Brasil.

Críticas ao ministro: Lamas antioriental e ‘abrasileirado’

Curiosamente as mesmas forças políticas que acionaram o nome de Andrés Lamas na referida contenda Brasil-Uruguaio como alicerce da argumentação antiescravista e anti-imperial, também o criticaram como defensor das hostes golpistas de Flores, em conluio com Mitre e o império brasileiro. Tamanho o desgaste público que tais ataques provocaram que Lamas resolvera publicar um folheto em sua defesa. O título *Tentativas para la pacificación de la República Oriental del Uruguay / 1863-1865* já indicava sua participação efetiva nas difíceis questões internas e internacionais que se apresentaram ao Estado Oriental no período, assim como apontava a sua inequívoca opção pela paz.

Designado em 28 de abril de 1863 como agente confidencial do Uruguaio perante a República argentina e credenciado em caráter público em 1º de junho do mesmo ano como ministro plenipotenciário em missão especial no mesmo país pelo presidente Bernardo Berro, Andrés Lamas desempenhou a função diplomática tendo em suas instruções a não somente difícil, mas “impossível missão” de gestionar a interrupção dos auxílios prestados pelo governo Mitre ao caudilho em armas Venâncio Flores.²¹ Após o corte das relações entre Uruguaio e Argentina, teve sua carta diplomática revalidada como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguaio em Buenos Aires em 28 de junho de 1864 pelo então presidente uruguaio Atanasio Aguirre.

²¹ ESPIELL, Héctor Gros. *Andrés Lamas Diplomático*. Montevideú: Impresora Cordon, 1992, p. 26.

Embora Lamas tenha sido nomeado por governantes vinculados às fileiras *blancas*, a crítica constante que recebia era que “actuaba con ideas y criterios y hasta fines, contradictorios con los que tenía el Gobierno que lo había acreditado”.²² Cotidianamente se colocava sob suspeita sua amizade pessoal com o presidente argentino Bartolomé Mitre. O protocolo firmado em 20 de outubro de 1863 com o chanceler da Argentina Rufino de Elizalde também alimentou desconfianças, pois propunha a arbitragem do imperador D. Pedro II em caso de qualquer divergência entre Uruguai e Argentina por conta da devida neutralidade a ser mantida por ambos os países em relação ao ambiente político doméstico de seu vizinho.

Às acusações de que agira ultrapassando suas prerrogativas e instruções que recebera do governo oriental se vinculavam as censuras ao seu excesso de confiança no império brasileiro. Em sua própria publicação Andrés Lamas qualificou o governo imperial como amigo e fiel garantidor da paz, assim como destacou “las altas condiciones de imparcialidade que reúne S.M. el Emperador del Brasil”. Ainda que a escolha de D. Pedro II como árbitro fizesse parte de uma estratégia de Lamas para constranger o Império a não tomar parte direta no conflito que assolava o território uruguaio, suas gestões não foram bem recebidas. O próprio governo oriental só aceitaria avalizar o protocolo se fosse incluído como árbitro ao lado do imperador brasileiro o presidente do Paraguai Solano López. Lamas contestou que essa pretensão uruguaia equivaleria à anulação do que havia sido previamente acordado e poria fim a toda sua iniciativa diplomática – o que, de fato, acabaria ocorrendo. Em seu folheto publicado em 1865 Lamas afirmaria que a recusa do protocolo e a aproximação com o Paraguai foi uma vitória da política de partido (*blanco*) e não do Uruguai como um todo.²³

Por ocasião da Missão Saraiva a crítica de Andrés Lamas ao sectarismo *blanco* seria ainda mais intensa. Na mesma proporção seus críticos amplificariam as denúncias de sua associação

²² Idem, p. 26.

²³ LAMAS, Andrés. *Tentativas para la pacificación de la República Oriental del Uruguay / 1863-1865*. Buenos Aires: Imprenta de la ‘Nación Argentina’, 1865, p. 17; 21; 25.

crescente com os interesses imperiais brasileiros. Para Lamas essa missão imperial “No venia á hacer imposiciones, - no venia á levantar ni á abatir partidos: - venia á apagar el incendio de la casa del vecino porque el fuego se comunicaba com su propia casa y esta principiaba á arder”. Defendia também que o ministro Saraiva teria um incontestável e sincero desejo de paz, assim como o governo do Brasil possuía o máximo interesse em evitar a utilização de medidas mais duras e coercitivas contra o Estado Oriental.²⁴

Em suas intensas gestões que procuraram pôr fim à guerra que se alastrava na República e mediar as exigências brasileiras que se apresentavam, Andrés Lamas fez questão de desvincular a política imperial dos interesses peculiares da província rio-grandense. Esses últimos vistos como as verdadeiras ameaças à nacionalidade oriental, inclusive pela predominância dos proprietários sul-rio-grandenses em território uruguaio ao norte do rio Negro e seu constante avanço para o Sul.²⁵ Curiosamente em seu folheto Lamas não faz qualquer referência aos crimes ligados à escravidão ou a expansão escravista em solo republicano. Da mesma forma nenhum comentário foi escrito sobre a utilização pelo governo *blanco* uruguaio de seus enfrentamentos relacionados à temática da escravidão quando diplomata da República na Corte imperial em contraposição às exigências apresentadas pelo ministro Saraiva.

Nesse contexto as proposições conciliatórias e pacifistas intermediadas por Lamas vão sendo sucessivamente rechaçadas pelo governo uruguaio, o qual denunciou um inaceitável favorecimento às pretensões golpistas de Flores e a ingerência estrangeira argentina e, principalmente, imperial brasileira. Por sua parte Lamas responsabilizou a conduta de Aguirre com seu espírito de partido, divisionista e antinacional como provocador da guerra. A cerimônia pública de queima dos documentos originais dos Tratados de 1851²⁶ levada a cabo pelo governo do Uruguai em

²⁴ LAMAS, op. cit, p. 36.

²⁵ LAMAS, op. cit, p. 47.

²⁶ Após a intervenção brasileira que concorrera para o fim da Guerra Grande uruguaia, em 12 de outubro de 1851 foram assinados cinco tratados entre o Império brasileiro e a

dezembro de 1864 reflete não somente a intensão de se mobilizar toda a carga emocional antibrasileira – em grande parte catalisada pelo viés antiescravista –, mas também expor cenicamente as enormes fissuras presentes no seio da coletividade política do Estado Oriental. Ironicamente Andrés Lamas, um dos maiores incentivadores da política de fusão partidária e unionismo uruguaio, teria criado provavelmente o maior símbolo de divisão entre os orientais no período: os Tratados de 1851 assinados por sua mão com o império brasileiro.

A dualidade do ministro no periódico *El Plata*

Talvez a melhor ilustração do protagonismo de Andrés Lamas nos tenso debates entre Brasil e Uruguai no período e de sua destacada presença ‘em ambos os lados da contenda’ possa ser percebida através da leitura das publicações feitas pelo jornal montevideano *El Plata*. Se, por exemplo, nos fixarmos na edição de 12,13 de fevereiro de 1865, será possível verificar que Lamas foi duramente atacado e taxado de defensor do partido *colorado*, do golpe de Venâncio Flores e da ingerência brasileira nos negócios internos da República.

O artigo intitulado *‘El Sr. Lamas del 55, y el Sr. Lamas del 65’* transcreve trechos do Manifesto de 1855²⁷ procurando expor as contradições de seu discurso de dissolução dos partidos tradicionais uruguaiois com seus *‘trapos sangrientos’* e as recentes gestões tendenciosas e partidarizadas que praticara, justificadas através da desfaçatez de suas propostas de pacificação. Após citar o encaminhamento de Lamas para que se organizasse “um Gobierno Provisorio compuesto de ciudadanos del partido colorado” - quando o ataque das forças floristas sobre Montevidéu já se constituía em uma realidade próxima -, retrucou o jornal com um sarcasmo acusador: “Sin mas comentarios queda ellector

República uruguaia: Tratado de aliança, de extradição, de comércio e navegação, de empréstimos e subsídios e de limites.

²⁷Em 1855 Lamas lançou um manifesto defendendo a aliança com o Brasil e atacando o caudilhismo e os pertencimentos partidários. Propôs união junto a um novo partido em prol dos interesses da nação.

sabiendo de como el Sr. Lamas despues de haber roto el *trapo colorado*, vuelve hoy á surcirlo y colocar selo em el sombrero”.²⁸

Por outro lado, no dia seguinte *El Plata* estampou em suas páginas o artigo *Reclamaciones de los blancos contra el Brasil* no qual se encontrava transcrita em formato literal uma longa passagem constante nos anexos da célebre nota de Herrera a Saraiva em 24 de maio do ano anterior. As *Reclamaciones de los blancos* anunciadas no título do texto eram, na verdade, as reclamações feitas ao governo brasileiro por Andrés Lamas relativas ao tema da escravidão e das escravizações quando ocupava a função de ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro. No encerramento do artigo a argumentação destaca uma frontal oposição entre o representante oriental e os representantes do governo imperial: “¿Se quiere mas claro? Y digan después Saraiva y Paranhos que las autoridades del Imperio no están complicadas en los horrorosos crímenes que denuncia y prueba el Sr. Lamas!”.²⁹

Esse conteúdo e formato da publicação não eram inéditos. Desde o mês de dezembro de 1864 que *El Plata* travava com o diário argentino *La Tribuna* - o qual acusava de órgão mitrista, defensor brasileiro e de “palabreo injurioso y difamador” - uma dura batalha política. *El Plata* se utilizava de sua coluna *Reclamaciones de los blancos contra el Brasil* para responder ao periódico portenho as críticas feitas ao governo oriental, sempre a partir de reproduções das palavras de Lamas que constaram na citada nota do ministro Herrera a Saraiva. Seguindo a estratégia *blanca* praticada como contraponto à Missão Saraiva, *El Plata* procurou expor internacionalmente o escravismo brasileiro em seus contornos mais perversos através das denúncias da Legação uruguaia na Corte. Ao mesmo tempo, em diversas ocasiões se dirigia diretamente às potências estrangeiras - notadamente Inglaterra e França -, acusando o Brasil de andar na contramão do movimento maior internacional antiescravista e denunciava que uma vitória das forças golpistas de Venâncio Flores apoiadas pelo

²⁸ Jornal *El Plata* (Montevideú), 12,13 de fevereiro de 1865, p.2.

²⁹ Jornal *El Plata* (Montevideú), 14 de fevereiro de 1865, p.2.

Império representaria uma expansão territorial e quantitativa da escravidão.

Considerações Finais

Se considerarmos a dinâmica internacional, a escravidão foi provavelmente o tema mais sensível do Brasil Império. Na contramão do crescimento dos movimentos antiescravistas e dos desígnios da poderosa Inglaterra, o governo brasileiro insistiu em manter seu sistema escravista por quase todo o século XIX. Curiosamente foi a partir das ações diplomáticas do ministro oriental na Corte Andrés Lamas - por muitos criticado por estar mais afinado com a política do Rio de Janeiro do que com a defesa de seu próprio país - que se produziu um conjunto de denúncias contra a escravidão ilegal que grassava a olhos vistos no Império bragantino. Denúncias sérias e certamente incomodativas, pois foram elevadas ao campo internacional através de publicações e periódicos pelo governo e partidários da corrente *blanca* uruguaia - a qual reunia em suas fileiras os maiores detratores de Lamas. Se ou em que medida o ministro compactuou com os projetos imperiais é assunto ainda revestido de enorme polêmica. Porém em tais análises há que se ter presente suas gestões relativas à delicada temática da escravidão.

FRONTEIRA E ESCRAVIDÃO NA FORMAÇÃO DO TEXAS

*Marcelo Santos Mathews**

“Ao estudioso da [...] economia escravocrata no Brasil impõe-se o conhecimento do chamado ‘*deep south*’”¹.

Introdução

As primeiras décadas do século XIX sacudiram as Américas de norte a sul, leste a oeste. O desenrolar e as consequências da Revolução Francesa – a Revolução no Haiti e, notadamente, o que mais nos interessa aqui, a invasão das tropas de Napoleão na península Ibérica – foram o estopim para que o Império colonial espanhol no Novo Mundo se desintegrasse. Nesse contexto, a formação de novas nações a partir da fragmentação das colônias espanholas e a natural delimitação de novas fronteiras foi especialmente atribulado nas áreas que faziam divisa com o Brasil e com os Estados Unidos (doravante EUA), muito em função de um aspecto: a escravidão.

Com efeito, enquanto nas antigas colônias espanholas o fim (ou ao menos um encaminhamento nesse sentido) da escravidão esteve em pauta, no Brasil e no sul dos EUA a instituição ganhava corpo – no primeiro através, principalmente, do tráfico de africanos e no segundo baseado na expressiva reprodução natural de cativos – e se consolidava como principal mão de obra utilizada em diferentes arranjos econômicos. Como já mencionado, esse processo foi particularmente dramático naquelas regiões em que novas soberanias políticas tentaram se sobrepor a antigas práticas (i.e., a manutenção da escravidão).

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob regime da economia do patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p. 30. O chamado “*deep South*” englobava os estados escravistas do sul dos Estados Unidos, dentre eles a Geórgia, Flórida, Alabama, Mississippi, Carolina do Sul, Louisiana e o Texas.

Nestes termos, nas próximas páginas iremos abordar como se deu o processo de formação do Texas a partir das contendas entre colonos oriundos dos EUA e as autoridades mexicanas. No geral, esses conflitos estavam assentados em torno de um tema: poderia a escravidão perdurar no Texas enquanto era abolida no restante do México, a quem o estado texano pertencia?

Memória e demografia da escravidão no Texas

A relevância da instituição escravista (“the peculiar institution”) para a história e para a formação do Texas foi, durante muito tempo, motivo de um acalorado debate. Apesar de, grosso modo, os escravos representarem, entre 1845 e 1865 (data do fim da Guerra Civil que colocou um fim na escravidão em todo os EUA), cerca de 30% do total da população do Texas, por um bom tempo a historiografia texana apresentou os cativos como pouco importantes à história do estado. Essa, em tese, estaria mais ligada às ideias de democracia, liberdade – que seriam típicas de uma região de fronteira a ser desbravada –, e à história do oeste norte-americano e menos ligada ao velho sul escravista. Um lugar onde o preconceito, no caso, contra pessoas de cor, praticamente não aflorou². Conforme Randolph Campbell, esta representação extrapolou as páginas dos livros de história, tomando conta da cultura popular e chegando inclusive ao cinema³.

Fred MacGhee critica aquilo que seria um “Destino Manifesto” do Texas – um território de fronteira, onde imperava a

² SEARLES, Michael N. Addison Jonas: ‘the most noted negro cowboy that ever topped off a horse’. In: MASSEY, Sara R. (org.). *Black Cowboys of Texas*. College Station: Texas A&M University Press, 2000, p. 199. Para um processo semelhante, mas voltado para a história da província do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, ver: XAVIER, Regina Célia L. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. Guia bibliográfico*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

³ CAMPBELL, Randolph B. *An Empire for Slavery: the peculiar institution in Texas, 1821-1865*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1989, p. 1. O estudo de Campbell é um dos mais abrangentes sobre a história da escravidão no Texas. Cremos que o ano de sua publicação, 1989, deve chamar menos atenção pela sua antiguidade (afinal ele já tem mais de 25 anos) do que pelo quanto tardou para que o Texas tivesse uma pesquisa de fôlego sobre algo, como veremos, tão importante para o desenrolar do seu processo histórico.

liberdade.⁴ Sara Massey corrobora esta opinião, afirmando que por muito tempo historiadores americanos produziram pouco sobre a história dos afro-americanos que viveram no Texas. De fato, autores clássicos, tidos por décadas como autoridades sobre a história do estado, como Walter P. Webb, Eugene C. Barker e T. R. Fehrenbach, pouco abordaram a história dos escravos e seus descendentes.⁵

A história da escravidão no território que veio a se tornar o estado do Texas tem início ainda no final do século XVIII, quando a região pertencia ao Império espanhol. Muito embora estejamos falando de um vasto território, à época, entre Presídios e Missões havia apenas três localidades: San Antonio de Bexar, Nacogdoches e La Bahia (Goliad). No primeiro censo conhecido, de 1777, havia 3.103 habitantes nos três núcleos populacionais (1% deles de negros); no segundo, em 1783, menciona-se 36 escravos⁶; em 1785, 2.919 habitantes e “43 escravos”; em 1790, 2.417, com “37 escravos”⁷; em 1792 os recenseadores incluíram os mulatos – com isso, a população do Texas foi estimada em 2.992 pessoas, sendo 34 negros, mais 414 mulatos – ou 15%.⁸

⁴ MACGHEE, Fred Lee. *The Black Crop: slavery and slave trading in nineteenth century Texas*. Austin: University of Texas, 2000, pp. 162-164 (Tese de Doutorado).

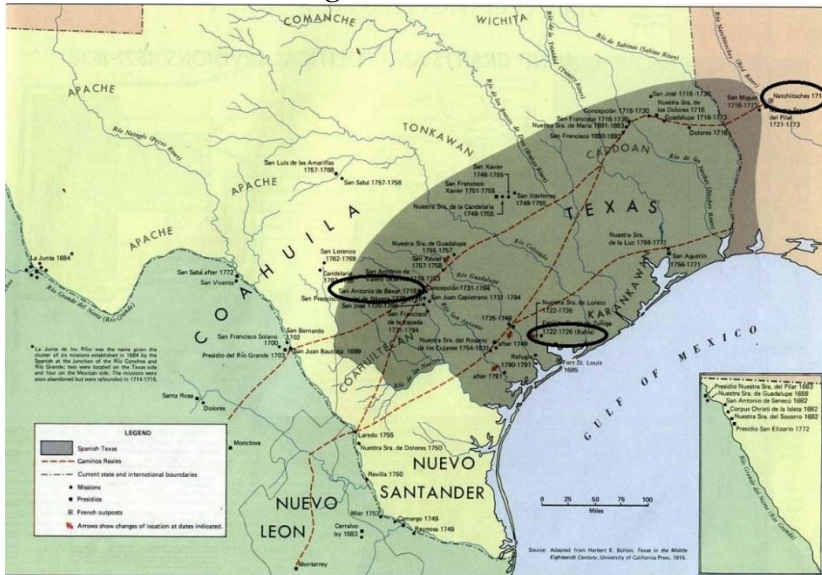
⁵ MASSEY, Sara R. Foreword. In: MASSEY, Sara R. (org.). *Black Cowboys of Texas*. College Station: Texas A&M University Press, 2000, p. ix. Ver também: NEAL, Tara Jane. *The voice of the American slave: a quantified and humanistic study comparison of slavery in Texas and South Carolina*. Dallas: University of Texas, 2001, p. 6. (Tese de Doutorado); MACGHEE, op. cit., p. 6; e PASCHAL, Kristopher B. “Texas must be a slave country”: the development of slavery in Mexican Texas and the institution’s role in the coming of revolution, 1821-1836. Denton: University of North Texas, 2010. (Dissertação de Mestrado)

⁶ BARR, Alwyn. *Black Texas: a history of african americans in Texas (1528-1995)*. Norman: University of Oklahoma Press, 1996, p. 13.

⁷ CAMPBELL, op. cit., p. 11.

⁸ BARR, Alwyn. Introduction. In: MASSEY, Sara R. (org.). *Black Cowboys of Texas*. College Station: Texas A&M University Press, 2000, p. 3. Aqui não há referência a “escravos”, estando, possivelmente, os “negros” como sinônimo de “escravos”.

Mapa 1 – Missões e presídios espanhóis na região do Texas, séculos XVII e XVIII – em destaque, San Antonio de Bexar, Nacogdoches e La Bahia



Adaptação do mapa disponível em:

<<https://tshaonline.org/handbook/online/articles/nps01>>, Acesso em 18 de fev. de 2017.

Os primeiros colonos vindos dos EUA, com seus escravos, começaram a chegar em 1816. Mas a escravidão ganhou relevância a partir da década de 1820, quando se intensificou a migração de anglo-americanos, advindos do Velho Sul – onde estavam alguns dos estados com maior número de escravos dos EUA, como a Virgínia, Carolina do Norte e Geórgia.

O primeiro censo oficial realizado no Texas, já no pós-secessão em relação ao México e anexado aos EUA, é de 1847. Antes dele, a documentação mais utilizada para averiguar a representatividade da população escrava são os impostos (“tax roll”). Como os senhores tinham que pagar uma taxa anual relativa a cada cativo (a cada propriedade, na verdade) há séries

documentais que demonstram com alguma fidedignidade a quantidade de escravos em cada período⁹.

Em 1836 havia cerca de 30 mil americanos, 5 mil escravos, 3.740 mexicanos e mais de 14 mil indígenas no Texas. Sem a população nativa, os cativos representavam cerca de 13% do total da população. Em 1837 o número de escravos continuava o mesmo, cinco mil, mas apenas 15 dos 25 condados enviaram a dados.

Tabela 1 – População escrava do Texas através das listas de impostos (1846-1861)¹⁰

Ano	Nº de escravos	Ano	Nº de escravos
1846	30.505	1854	90.003
1847	39.056	1855	105.186
1848	40.308	1856	113.139
1849	42.759	1857	124.782
1850	48.145	1858	133.737
1851	58.740	1859	146.370
1852	68.584	1860	160.467
1853	78.306	1861	169.166

Fonte: CAMPBELL, op. cit., p. 56.

Em 1840, 26 dos agora 32 condados enviaram a documentação (os dados de Matagorda e Harrison, localidades onde a população cativa era grande, se perderam, infelizmente). Nesse ano o número de cativos chega a impressionantes 12.750. Em 1845, quando 32 dos 36 condados enviaram os resumos dos impostos, a população escrava chega a impressionantes 27.555!

Repetindo, em 1847, quando o Texas já fazia parte dos EUA, o primeiro censo realizado anotou 102.961 brancos, 295 negros livres e 38.753 escravos – 27% do total (contra 13% em 1836). Três anos depois, em 1850, o contingente chegou a 58.161 escravos (isto é, cresceu impressionantes 50% em 3 anos) ou

⁹ DAY, James M. Foreword. In: WHITE, Gifford. *The 1840 Census of the Republic of Texas*. Austin: Pemberton Press, 1966, p. 1. Para Randolph Campbell, em razão dos senhores tentarem pagar menos impostos, os tax rolls tem uma representatividade de 10% a 20% menor do que a realidade. CAMPBELL, op. cit., p. 54.

¹⁰ Ibidem, p. 56.

27,5%. Conforme Fred MacGhee, mais de 127 mil escravos foram importados nas décadas de 1840 e 1850¹¹. Por isso, na década de 1860 a quantidade de cativos chegou a 182.566, ou cerca de 30% da população total. Entre 1850 e 1860, enquanto a população livre branca cresceu 173%, a cativa aumentou cerca de 214%¹². Na “Tabela 1”, acima, é possível observar essa evolução.

Para se ter uma ideia do *boom* que a escravidão vivia no Texas, em alguns momentos foi defendido, no Congresso do estado, a reabertura do tráfico de africanos. O argumento era de que o Texas tinha potencial para absorver mais 100 mil escravos e, reativando o tráfico de africanos, o Texas não drenaria mais os escravos dos antigos estados do Sul¹³.

Todavia, o estabelecimento e a consolidação de uma sociedade escravista no Texas não foi um processo tranquilo e sem controvérsias, com os colonos migrados dos EUA tendo que lutar contra as autoridades mexicanas para poderem reproduzir no Texas a cultura escravista dos estados de onde migraram. Luta que redundou, primeiro, na formação da República do Texas e, depois, na sua anexação aos EUA, com o México perdendo boa parte do seu território.

Fronteira e escravidão: “Texas must be a slave country”

Como já mencionado, o crescimento do processo migratório de colonos dos EUA intensificou-se na década de 1820. E um dos principais protagonistas deste processo foi Moses Austin. Entre 1820 e 1821, M. Austin negociou com as autoridades (mexicanas) locais, em San Antonio, a legalização dos imigrantes americanos¹⁴ que se dirigissem para o Texas. Como a escravidão era permitida no Império espanhol (o processo de independência do México iniciou em 1810, no contexto das Guerras

¹¹ MACGHEE, op. cit., pp. 126-127.

¹² CAMPBELL, pp. 54-55; BARR, op. cit., 2000, p. 5.

¹³ MCGHEE, op. cit., pp. 222 e p. 233; CAMPBELL, op. cit., p. 214.

¹⁴ A partir deste momento, apenas para facilitar a comunicação do texto e o entendimento do mesmo por parte do leitor, quando mencionarmos “americanos” estamos nos referindo aos colonos que migraram dos EUA para o Texas.

Napoleônicas), de início os colonos não tiveram maiores problemas. Com a morte de Moses, seu filho, Stephen, prosseguiu com o projeto de migração e colonização.

Apesar de não ser um ferrenho defensor da instituição escravista, Stephen Austin elaborou uma proposta de distribuição das terras, em que cada chefe de família migrada receberia uma porção de terras, *mais 50 acres por escravo* que a família possuísse. Com o tempo, ele conseguiu que as autoridades aumentassem para 80 acres por escravo. Com o aceite em mãos, Stephen voltou aos EUA para recrutar colonos¹⁵. Mas a aparente tranquilidade na instalação dos americanos e seus escravos terminou por aí.

Em 1821, quando o México finalmente tornou-se independente, começaram os conflitos entre os americanos e as autoridades do agora governo autônomo mexicano. Na realidade, os revolucionários já se mostravam contra a escravidão desde 1810. Neste ano, eles libertaram todos os escravos condenados à morte e, em 1813, proibiram a instituição – muito embora este movimento tenha sido mais simbólico, já que a escravidão neste momento, no México, era residual. Mesmo com estas sinalizações, a onda migratória de americanos só aumentou. Com efeito, alguns colonos, como Jared E. Groce, que migrou com 100 cativos, vendia parte de sua produção no próprio México¹⁶.

Contudo, as rusgas entre americanos e as autoridades mexicanas não demoraram a crescer. Ainda em 1821, o governo provisório de Monterrey se recusou a aprovar o contrato negociado por Stephen Austin e determinou que os colonos podiam ficar, porém, provisoriamente. Em abril de 1822, Stephen Austin viajou à Cidade do México, onde ficou quase um ano costurando um novo acordo. Dirigindo-se ao Congresso mexicano, argumentou que “tinha escravos na sua própria família”¹⁷. Um comitê foi formado para elaborar um projeto de lei que permitia aos colonos trazerem cativos, mas que a crianças

¹⁵ BARR, op. cit., p. 13; NEAL, op. cit., p. 44; MACGHEE, op. cit., p. 152.

¹⁶ MACGHEE, op. cit., p. 152.

¹⁷ CAMPBELL, op. cit., pp. 15-19. Todas as próximas informações foram retiradas destas páginas, salvo nova referência.

nascidas de ventre escravo seriam livres dali por diante. Nesses termos, o “direito de propriedade” seria respeitado.

Entretanto, havia vozes dissonantes no Congresso. Ao mesmo tempo em que Austin negociava com parte dos congressistas, outro projeto de lei foi elaborado, proibindo a escravidão em qualquer circunstância. Em meio à contenda, o imperador Agustín Iturbide dissolveu o Congresso e montou um grupo para analisar a questão. No final de 1822, o comitê divulgou uma Lei de Colonização, aprovada por Iturbide em 1823.

O artigo 30 determinava que, depois de promulgada a Lei de Colonização, a escravidão não seria mais permitida, muito menos a compra ou a venda de escravos. As crianças nascidas de ventre escravo, dentro do Império, seriam livres aos 14 anos de idade. A única vitória de Stephen Austin foi convencer o comitê a não adotar uma lei que libertaria todos os escravos do Texas 10 anos depois de promulgada a lei. Como o imperador foi derrubado, S. Austin atrasou sua volta ao Texas. Quando do seu retorno, ficou claro que os conflitos entre as autoridades e os colonos seriam incontornáveis. Em 1824, já havia 300 famílias de americanos. Em 1825, na colônia de Austin já havia 69 famílias com escravos, totalizando 443 cativos ou 25% da população de 1.800 pessoas. Onze daqueles 69 escravistas tinham mais de 10 escravos, concentrando 61% dos cativos em suas mãos. Portanto, a escravidão começava a fincar raízes no Texas, especialmente entre os colonos oriundos dos EUA.

Um novo Congresso constituinte foi organizado no México. Como antes mesmo de promulgar a constituição o Congresso ratificou, através de um decreto, a proibição do comércio de escravos, restava a dúvida: todos os que fossem introduzidos no México seriam livres? Inclusive os trazidos pelos seus senhores, que, afinal, não adentraram no país via comércio? As autoridades locais (no Texas) achavam que sim, embora a dúvida.

Em agosto de 1824 a Constituição Federal foi promulgada, mas sem abordar a questão da escravidão – no entanto, o decreto mencionado acima nunca foi anulado. Em 1827, por exemplo, o Congresso de Coahuila e Texas, quando da elaboração de uma

constituição para o estado, determinou que escravos poderiam ser trazidos em até 6 meses após a promulgação da mesma – uma clara contradição com a legislação nacional (contradição em relação ao decreto).

Mesmo que, em meio a este imbróglio, os colonos continuassem migrando e levando escravos consigo – alguns como “indentured servants”¹⁸ –, as notícias sobre a resistência do governo mexicano em autorizar a existência da escravidão se espalhavam pelos EUA. Stephen Austin recebia cartas de colonos dos EUA, os quais afirmavam temer migrar para o Texas e perder seus escravos. S. Austin prontamente repassava esses sentimentos para as autoridades mexicanas, mostrando que a escravidão era vital para o sucesso da colonização e que, sem ela, fazendeiros de algodão e açúcar não seriam atraídos, sendo, conseqüentemente, o Texas povoado por pessoas pouco aquinhoadas e “pobres”¹⁹.

Neste contexto, Stephen Austin se debatia com as autoridades mexicanas, afirmando que aventar a extinção da escravidão seria um atestado de má-fé, já que colonos haviam sido atraídos com seus escravos. Entretanto, no Congresso de Coahuila e Texas, em 1827, quando o Texas foi representado pelo Barão de Brastop, também ficou definido no artigo 13 que depois da promulgação ninguém mais nasceria escravo; por decreto, estipulou-se que um censo deveria ser realizado, para saber quantos escravos havia em cada localidade; nascimentos e mortes de escravos deveriam ser registrados e enviados ao governo federal a cada 3 meses; condições de vida e para emancipação dos cativos foram reguladas; quando da transmissão de herança, um décimo dos escravos deveriam ser libertados e as crianças deveriam receber educação, dentre outras determinações.

Em novembro de 1827 Stephen Austin foi até o Congresso, em Saltillo, apelar para a revogação da lei contra escravidão, pois do contrário a emigração iria diminuir ou até

¹⁸ O’CONNOR, Louise S. Henriquetta Willians Foster, ‘Aunt Rittie’: a cowgirl of the Texas Coastal Bend. In: MASSEY, Sara R. (org.). *Black Cowboys of Texas*. College Station: Texas A&M University Press, 2000, p. 119.

¹⁹ CAMPBELL, op. cit., pp. 16-20. Todas as próximas informações foram retiradas destas páginas, salvo nova referência.

mesmo cessar. Pessimista, S. Austin tentou trazer imigrantes do norte (Pensilvânia, Ohio) não-escravista para ocupar as terras. Malfadada a ideia, a estratégia foi trazer os escravos como “indentured servants” (algo como por atrelados por contrato – no México já havia o “system of debt peonage”, algo como escravidão por dívida). O governo local, receptivo à ideia, pensou em produzir uma lei para permitir a entrada de pessoas “sob contrato”, feitos em país estrangeiro. O Congresso validou a proposta, desde que não contrariasse as leis do país.

Na prática, funcionava da seguinte forma: o senhor, nos EUA, deveria dirigir-se a um cartório ou a um estabelecimento do governo e fazer um contrato para cada escravo; este, agora *livre*, ficava devendo o seu valor mais o do transporte, que eram descontados anualmente, menos o valor das necessidades (roupa, comida, etc.); as crianças tinham que servir até os 18 anos; e os que nascessem de ventre escravo tinham que servir até os 21 anos e depois até pagar os custos. Ou seja, a ideia de servidão permanecia. Mesmo com alguns contratos tendo cláusulas absurdas, como trabalhar por 99 anos, nos primeiros meses de 1829 Stephen Austin tentou revogar a lei – ao menos por 10 anos, para que mais colonos com escravos se mudassem para o Texas.

No entanto, em setembro de 1829 acontece uma inesperada reviravolta: o presidente do México decreta que todos os escravos estavam livres na República (decreto que o policial-chefe de San Antonio, Ramón Músquiz, recebeu em outubro). R. Músquiz prontamente defendeu os interesses dos colonos, pedindo para que o Texas fosse uma “exceção”, pois libertar mais de mil escravos causaria distúrbios na ordem social. O governador aceita as ponderações e envia uma petição ao presidente, argumentando que, do contrário, havia o perigo de rebelião dos colonos (“que não eram desordeiros”, mas se tornariam insubordinados quando vissem que boa parte de suas fortunas, os escravos, seria perdida)²⁰.

Mesmo que a notícia tenha se espalhado, causando pânico entre os colonos, o Texas ficou isento de ter que cumprir o decreto

²⁰ CAMPBELL, op. cit., pp. 20-25; NEAL, op. cit., pp. 45-46.

– fato comemorado nos jornais texanos como um “respeito à propriedade”. Stephen Austin não demorou a convocar mais migrantes, porém, o presidente do México temendo o grande fluxo de colonos e receando sua falta de lealdade ao país resolveu terminar com a migração. Em decreto de abril de 1830, proibiu-se migração do norte, o qual visava, também, interromper o fluxo de escravos para dentro do Texas, fato que deixou S. Austin pessimista quanto ao futuro da escravidão no Texas.

Apesar das autoridades mexicanas aumentarem a fiscalização, mais americanos com escravos continuavam migrando para o estado. E migravam em carroças, em navios ou mesmo caminhando, por vezes com os escravos amarrados ou acorrentados²¹. Mas quase sempre *com* escravos.

Nesse contexto, em 1832, o governo de Coahuila e Texas publicou uma nova Lei de Colonização, em que no artigo 36 constava que, a partir de então, nenhum servo ou “day laborers” podiam ser constrangidos por contratos com mais de dez anos de duração. Tudo isto, aliado ao fato da existência de algumas reclamações acerca dos impostos cobrados pelo governo mexicano, fez com que os colonos americanos realizassem convenções (em outubro de 1832 e abril de 1833), nas quais pediam reformas, como o fim da lei federal contra a escravidão e a separação o Texas como estado. É neste momento que Stephen Austin, mesmo nunca tendo sido um ferrenho defensor da escravidão, escreve a famosa frase: “Texas must be a slave country”²².

Diante dos pedidos dos americanos, em meados de 1834 o governo mexicano retira as barreiras para a migração de colonos. As ações do governo central mexicano variavam de acordo com a pressão que recebia, já que, também em 1834, Stephen Austin passou todo o ano preso no México por ter escrito uma carta onde dizia que San Antonio tinha que organizar um governo mesmo sem a aprovação das autoridades mexicanas²³.

²¹ Um liberto relatou que seu antigo senhor atirou em sua mãe, que agonizava, já perto da fronteira com o Texas. BARR, op. cit., 1996, p. 15.

²² PASCHAL, op. cit.

²³ CAMPBELL, op. cit., pp. 26-30.

Nesse imbróglio, escravos continuaram a serem trazidos sob contrato. Alguns viajantes que passaram pelo Texas neste período relatavam o absurdo da existência de cativos, mesmo contra as leis mexicanas, inclusive com a continuidade dos contratos por 99 anos. Apesar de, oficialmente, não serem mais escravos e trabalharem sob contratos, os cativos eram comprados e vendidos, legados em testamentos e inventariados. O próprio Stephen Austin, antes de ir para o México em 1834, legou uma escrava para a mulher de seu sócio²⁴.

Todo o narrado até aqui demonstra claramente uma questão: o Texas, com o grande fluxo migratório de americanos, foi construído sobre uma base cultural advinda dos estados escravistas norte-americanos, muito mais do que sobre uma suposta cultura fronteiriça que pregava liberdade²⁵. Processo bastante semelhante ao ocorrido – no mesmo período – em outra região de fronteira das Américas, a província do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, onde mesmo com uma epidemia bélica e a fronteira com nações que, assim como o México, passavam por um processo de emancipação dos cativos e abolição da escravidão, os luso-brasileiros para lá migraram com seus cativos.

Na verdade, as duas realidades guardam muitas similitudes, com resultados diferentes: enquanto na fronteira sul do Império do Brasil a Banda Oriental (atual Uruguai) conseguiu a independência mesmo com cerca de 30% de suas terras no norte do país pertencendo a brasileiros²⁶, o México, como veremos a seguir, não teve a mesma sorte. E, dentre as semelhanças, está a importância da escravidão, ou da continuidade de sua existência, nos embates entre as autoridades de diferentes nações, onde diferentes projetos políticos estavam em disputa.

Voltando ao foco do nosso estudo, desde sempre o discurso dos colonos, frente à autoridade mexicana, era de que o

²⁴ Ibidem, p. 32.

²⁵ De fato, cerca de 90% dos escravistas, nas décadas de 1850 e 1860, eram oriundos de estados do Velho Sul. Ibidem, p. 191.

²⁶ SOUZA, Suzada Bleil de & PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio et al (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 122-133.

desenvolvimento do estado dependia da escravidão. O governo mexicano, por sua vez, mesmo não confiando na lealdade dos americanos, acreditava que a (a defesa da continuidade da) escravidão não os faria entrar em guerra com o México, com medo de uma rebelião escrava. A aposta deu errado.

A independência do Texas e o crescimento da escravidão

Depois de anos de debates e disputas com o governo central, nos quais o tema da escravidão esteve sempre em pauta, em setembro de 1835 os colonos americanos iniciaram uma revolta contra o governo mexicano. Contraditoriamente, no conflito o maior valor entoado pelos rebeldes foi o da liberdade (junto a ideais republicano e democráticos) contra a tirania (dos mexicanos).

Há, na historiografia, alguma discordância em relação ao peso que a escravidão teve para os colonos se revoltarem. Randolph Campbell observa que afora a questão escravista, outros aspectos vinham desagradando os americanos. Em 1831, o comissário para o Texas, responsável por distribuir lotes de terras para colonos, foi preso, diminuindo a intensidade dos assentamentos. Outro ponto que desagradava era a utilização de escravos para construção de prédios militares/públicos sem ressarcimento aos respectivos senhores. A não defesa da instituição, em nome da defesa da propriedade, também estava em pauta: em uma ocasião, o comandante militar do Texas, que seguidamente informava aos escravos que a intenção do México era libertá-los, se recusou a entregar dois escravos fugidos da Louisiana para o Texas, episódio que revoltou os senhores texanos a tal ponto que o comandante de Nacogdoches se viu obrigado a devolver os cativos para restabelecer a ordem²⁷.

Em 1834, na Cidade do México, ocorreu um novo Golpe de Estado, acarretando em uma nova troca no governo. No ano seguinte, em razão de um aperto na questão das taxas alfandegárias (o aspecto que teve mais peso para o início da revolta, junto com a escravidão, de acordo com Randolph Campbell), passaram a

²⁷ CAMPBELL, op. cit., pp. 35-37.

acontecer atos violentos de ambos os lados, com não poucos colonos sendo presos. Não demorou, e um grupo de americanos se rebelou e rendeu as tropas mexicanas em Anhuac, o que desagradou a maioria dos colonos. Contudo, as hostilidades não cessaram, com a guerra começando em 02 de outubro de 1835, na localidade de Gonzales.

Pairava no ar um grande temor entre os americanos de que os mexicanos sublevassem os escravos. A região que inspirava maior cuidado era a do rio Brazos, onde havia maior concentração de cativos (e onde surgiram, no início do conflito, rumores de uma revolta dos escravos, com participação de mais de 100 deles)²⁸.

Portanto, para Randolph Campbell, outras motivações, além da escravidão estavam em jogo. Por seu turno, Alwyn Barr é mais categórico em afirmar que os empecilhos colocados à existência e reprodução da escravidão pelas autoridades mexicanas foi o principal motivo da Revolta, no que concorda Tara Neal²⁹.

Como o próprio Randolph Campbell assinala, alguns viajantes que passaram pelo Texas naqueles tempos conturbados atestaram a importância da escravidão para a guerra. Segundo Benjamin Lundy, quaker e abolicionista, que viajou pelo México entre 1830 e 1835, era muito claro que a causa maior da rebelião dos colonos contra o governo mexicano era para “reestabelecer o sistema escravista” e, depois, “unir-se aos Estados Unidos”. Outro viajante, o britânico John Scoble, também abolicionista, disse que a “Grã-Bretanha não pode reconhecer a independência do Texas, pois este estado havia sido “roubado” e porque pretendia-se “restabelecer a escravidão e o comércio de escravos”³⁰.

Voltando à cronologia dos acontecimentos, em 1836 o México já estava pronto para invadir o Texas, onde, nas palavras do presidente mexicano, “havia um considerável número de escravos”, muitos sob contratos irregulares e que deviam ser libertos. Como os colonos apelaram para ajuda dos EUA, o presidente do México prometeu “exterminar a população

²⁸ *Ibidem*, pp. 39-41 e p. 48.

²⁹ BARR, *op. cit.*, 1996, p. 15; NEAL, *op. cit.*

³⁰ CAMPBELL, *op. cit.*, p. 35.

americana e encher o Texas de índios e negros”. Em março, a convenção de colonos reunidos em Washington (Brazos) declarou independência e preparou uma Constituição para a República do Texas³¹.

Para não nos alongarmos muito em relação aos acontecimentos da guerra, em abril, a vitória na Batalha de San Jacinto praticamente definiu o conflito em favor dos colonos sobre o exército mexicano. O sucesso em San Jacinto é contado pela memória texana de diversas formas. Uma delas, transformada em música (“Yellow Rose of Texas”) narra como uma escrava, Emily Morgan, propriedade de James Morgan, foi decisiva para a vitória americana. Emily teria se envolvido com um general, chefe das tropas mexicanas, e fornecido tempo para os colonos se organizarem; em outra versão, ela seria uma espécie de espiã de Sam Houston, chefe das tropas americanas. Conforme Randolph Campbell, não há embasamento empírico para tal história. Mesmo assim, ainda hoje, em San Antonio há um hotel chamado “Emily Morgan Hotel” que descreve a personagem como uma “linda escrava”³².

Da mesma forma que o Império brasileiro arrancou da Banda Oriental, no início da década de 1850, um tratado que, dentre outros dispositivos, determinava a devolução dos escravos fugidos para o além fronteira, logo após a vitória sobre os mexicanos os texanos conseguiram um acordo (o Tratado de Velasco) de extradição de escravos ou pessoas sob contrato que fugissem ou tentassem conseguir proteção com o exército mexicano³³. No artigo 5º do Tratado consta que:

³¹ Ibidem, pp. 42-43.

³² Idem.

³³ Ibidem, p. 44. Sobre o tratado entre o Império do Brasil e a Banda Oriental, ver: PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006; CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado); LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

toda propiedad particular incluyendo ganados, caballos, negros esclavos, o gente contratada de cualquier denominacion q. haya sido aprehendida por una parte del Ejercito Mejicano, o que se hubiere refugiado en dicho Ejercito desde el principio de la ultima invacion, sera devuelta al Comandante de las fuerzas Tejanas³⁴.

Agora independente, o Texas organizou sua primeira Constituição. E ao contrário da Constituição dos EUA de 1787, da Constituição brasileira de 1824 e ao contrário da Constituição elaborada pelos rebeldes sul-rio-grandenses, em 1842 (em meio a Revolução Farrroupilha), a Constituição do Texas enfrentou, para além do silêncio das cartas magnas citadas, o problema da escravidão. Na verdade, há nela toda uma seção para a questão. Resumidamente, os pontos mais importantes são:

- a vinda de novos cativos dos EUA estava, agora, liberada;
- era proibido alforriar escravos. Para fazê-lo, só com a permissão do Congresso e com a obrigatoriedade de mandar o agora liberto para fora da República. Caso o comportamento do cativo fosse muito bom, o Congresso podia liberá-lo para ficar no Texas;
- também era necessária uma permissão do Congresso para qualquer negro livre ir morar no Texas;
- o Congresso elaborar leis, determinando como os senhores deveriam tratar seus cativos no que diz respeito às vestimentas, à alimentação, etc.
- quando um escravo cometia um crime seria julgado por um tribunal;
- o Congresso podia proibir a entrada de um escravo como mercadoria ou migrado de outro país;

³⁴ Tratado de Velasco, 14 de maio de 1836. Disponível em <<http://www.lsjunction.com/docs/velasco.htm>>, acessado em 05 de jan. de 2015.

- por fim, proibiu-se o tráfico de africanos³⁵.

A célebre frase de Stephen Austin (“o Texas deve ser um estado escravista”) ganhou sentido com a Constituição. Agora, além da escravidão não estar mais ameaçada, a instituição tinha o caminho livre para crescer. E foi o que aconteceu, como vimos na ‘Tabela 1’.

Incentivados pelas garantias constitucionais, alguns não-escravista texanos passaram a comprar cativos do Velho Sul. A cultura escravista se disseminou de tal forma que até mesmo imigrantes do norte, que anteriormente à independência não eram senhores de almas, aderiram ao *ethos* escravista.

Neste contexto, a cada ano milhares e milhares de escravos chegavam ao Texas, a maioria migrando com os seus senhores. A migração era tão intensa que, por vezes, os senhores faziam contratos com algumas pessoas para que os escravos fossem transportados – como o fez Churchill Jones, o qual pagou a Aylett Dean para que este conduzisse seus cativos do Alabama para o Texas³⁶.

Para Randolph Campbell, foi a migração em massa, mais do que a compra (onde, em tese seriam priorizados homens em idade produtiva), que explica que a população escrava do Texas tivesse características demográficas (como no caso do sexo) semelhantes a dos estados do Velho Sul. Além do mais, as narrativas de ex-escravos coletadas na década de 1930 reforçam que a migração foi a principal responsável pelo crescimento da população cativa texana (apenas 5,5⁰% dos entrevistados haviam chegado no Texas via tráfico interno)³⁷.

Contudo, apesar de não ser majoritário, o comércio de escravos floresceu no estado. Prova disso é que anúncios oferecendo “negros da Virgínia, Geórgia e Carolina” (“cozinheiras, lavradores”) eram comuns nos jornais, especialmente nas

³⁵ CAMPBELL, op. cit., p. 45 e capítulo V, “The law of slavery in Texas”; BARR, op. cit., 2000, p. 6; MACGHEE, op. cit., pp. 172-173.

³⁶ CAMPBELL, op. cit., p. 51.

³⁷ Idem.

localidades de Galveston, Houston, San Antonio e Austin. A título de ilustração, Galveston, cidade portuária por onde chegava boa parte dos cativos para o estado, teve como prefeito John S. Sydnor, maior comerciante de escravos do Texas³⁸.

Neste panorama institucional de legitimidade da escravidão, mesmo o tráfico de africanos tinha espaço. Frec MacGhee pondera que, apesar da Constituição do Texas proibir este tipo de comércio, as autoridades preferiram fingir que nada acontecia, lucrando, inclusive, com ele³⁹. Corroborando essa hipótese, o cônsul britânico em New Orleans seguidamente (como em 1840, 1856 e 1858) denunciava a ilegalidade – Randolph Campbell estima que mais de dois mil africanos foram levados para o Texas⁴⁰. Um dos grandes problemas em combater este comércio era que quando navios negreiros eram pegos na costa do Brasil, por exemplo, os escravos eram enviados para as colônias britânicas na África; quando pegos na costa do Texas, eram enviados para as autoridades no Texas⁴¹.

Enfim, um conjunto de aspectos – migração, comércio de escravos vindos dos EUA, tráfico de africanos e reprodução natural – contribuiu para que a população cativa do Texas crescesse absurdamente nos anos que se seguiram à revolução, algo que só foi interrompido com a Guerra de Secessão, na década de 1860. Portanto, mesmo em uma região fronteira e limítrofe com um Estado que aboliu a escravidão, a instituição floresceu em pleno século XIX, ilustrando sua força e a força da cultura escravista dos colonos americanos que migraram para aquela região.

Considerações finais

Em 1845, ou cerca de dez anos depois da independência, o Texas foi definitivamente anexado aos EUA. A partir de então, a economia do estado cresceu, com o Texas se tornando um dos

³⁸ *Ibidem*, pp. 52-53.

³⁹ MACGHEE, *op. cit.*, p. 182.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 191; CAMPBELL, *op. cit.*, p. 50-53.

⁴¹ MACGHEE, *op. cit.*, pp. 200-201.

grandes produtores de algodão, açúcar e de gado do país⁴². Para tanto, a manutenção e o incremento da instituição escravista foi decisivo. E o mais significativo, para o caso específico aqui tratado, é que o crescimento da importância da escravidão se processou mesmo em um contexto fronteiriço. Em outras palavras, a escravidão permaneceu se reproduzindo mesmo com eventuais fugas de escravos, fato que em nenhum momento colapsou ou ameaçou sua existência.

Todavia, é importante salientar que, ao contrário da região fronteiriça do Brasil meridional, onde boa parte dos escravos viviam e trabalhavam nas vilas localizadas nas margens da fronteira com a Banda Oriental, no Texas as localidades situadas sobre a fronteira com o México detinham poucos cativos⁴³. Conforme Tara Neal, “a escravidão se desenvolveu na parte oriental do Texas”, longe da fronteira com o México⁴⁴. Matthew Karp observa “a liberdade oferecida pelo México provocou o número limitado de proprietários de escravos na região”, acrescentando que uma lei mexicana de 1848 tornava livre todas as pessoas de cor que entrassem no México⁴⁵. Desta forma, em condados próximos à fronteira a instituição quase que inexistia – em Zapata, por exemplo, não havia um escravo entre os 1.248 habitantes⁴⁶. Esta diferença geográfica entre a escravidão no Texas e no Rio Grande do Sul (assim como a questão da concessão de alforrias, do acesso dos escravos aos sacramentos cristãos, etc.) instigam

⁴² NEAL, Tara Jane. *The voice of the American slave: a quantified and humanistic study comparison of slavery in Texas and South Carolina*. Dallas: University of Texas, 2001, p. 58. (Tese de Doutorado); sobre a produção pecuária, que chegou a ser uma das maiores do mundo na virada do século XIX para o século XX, ver: LILES, Deborah. *Southern Roots, Western Foundations: The Peculiar Institution and the Livestock Industry on the Northwestern Frontier of Texas, 1846-1864*. Denton: University of North Texas, 2013. (Tese de Doutorado)

⁴³ Para a região de fronteira da província do Rio Grande do Sul, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016. (Tese de Doutorado)

⁴⁴ NEAL, op. cit., p. 57; MACGHEE, p. 251, nota 137.

⁴⁵ KARP, Matthew Jason. “This vast southern empire”: the south and the foreign policy of slavery, 1833-1861. Philadelphia: University of Pensilvânia, 2011, pp. 189, 194 e 197. (Tese de Doutorado)

⁴⁶ Historical Census Browser. *Census data for year 1860*. Disponível em: <<http://mapserver.lib.virginia.edu/>>, acessado em 21 de out. de 2014.

questionamentos outros, acerca da natureza da escravidão em um e outro lugar, algo que foge aos objetivos imediatos deste estudo.

Mesmo neste cenário, em que as localidades perto dos limites com o México detinham poucos cativos, as fugas de escravos para o além-fronteira aconteciam. Alwyn Barr relata que até 1850 cerca de cinco mil escravos já haviam fugido para o México⁴⁷. Não à toa, em 1852, com o aumento de afrodescendentes que fugiam no México, criou-se a colônia de *Nacimiento de los Negros* (chamados de Mascogos). Com o tempo, seus habitantes se converteram ao catolicismo – com o compadrio tornando-se uma ferramenta importante –, aprenderam a falar espanhol e colocaram sobrenomes ibéricos em seus filhos⁴⁸.

As contendas entre os texanos e as autoridades mexicanas só se encerraram com o fim da escravidão nos EUA, durante a Guerra da Secessão, na década de 1860. No contexto dos conflitos, uma série de insurreições varreram o Texas, levando pânico aos quatro cantos do estado e enfraquecendo a instituição⁴⁹. Com a abolição da escravidão em 1863 e o fim da guerra algum tempo depois, mais de 150 mil escravos que viviam no Texas foram postos em liberdade. Era o fim da *peculiar institution* na fronteira dos EUA com o México e o início de uma longa batalha dos negros e seus descendentes por direitos civis.

Sites consultados

<https://mapserver.lib.virginia.edu/>

www.lsjunction.com/docs/velasco.htm

<https://tshaonline.org/handbook/online/articles/nps01>

⁴⁷ BARR, op. cit., 1996, p. 30.

⁴⁸ Ibidem, pp. 199 e 201.

⁴⁹ REYNOLDS, Donald E. *Texas terror: the slave insurrection panic of 1860 and the secession of the lower South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.

PROBLEMATIZANDO RAÇA A PARTIR DA GUERRA CIVIL DE 1893-1895

*Melina Kleinert Perussatto**

*Rodrigo de Azevedo Weimer***

Na guerra civil de 1893-1895, aos governantes republicanos opuseram-se setores da antiga elite imperial descontentes com o novo regime. No Rio Grande do Sul, tratava-se de grandes produtores de gado, agrupados no Partido Federalista, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins. Estava em jogo o grau de centralização política nacional ou regionalmente, além da resistência às condutas ditatoriais do presidente da República e do estado sulino. A constituição aprovada pelos castilhistas era considerada ultrajante e autoritária.

Na década de 1890, a ascensão ao poder de segmentos mais exclusivistas – florianistas e castilhistas – desencadeou importantes reações. Ainda que o principal palco da guerra tenha sido o Rio Grande do Sul, em instabilidade política desde 15 de novembro de 1889 (em um período de 3 anos e 4 meses, houve 13 governantes e 17 governos), ocorreram movimentações no Rio de Janeiro com a exigência pela marinha, 1892, que Floriano Peixoto convocasse eleições.

No estado sulino, após escaramuças desde 1889, Castilhos venceu eleições em janeiro de 1893. Seus opositores refugiaram-se no Uruguai, de onde invadiram o estado em fevereiro. Houve violentos confrontos, celebrizados pela execução de inimigos a partir de “degolas”, isso é, cortes no pescoço com cisão das carótidas. O aspecto bárbaro da guerra levou a uma memória regional essencialmente negativa acerca dos conflitos colocados.¹

* Mestra em História pela UNISINOS; doutoranda em História pela UFRGS e bolsista do CNPq.

** Analista pesquisador em História na FEE. Mestre em História pela UNISINOS, onde cursou pós-doutorado; doutor em História pela UFF.

¹ PESAVENTO, Sandra J. Revolução Federalista: a memória revisitada. In POSSAMAI, Zita. *Revolução de 1893. Cadernos Porto e Vírgula*, n. 3. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

Parte significativa do “peso maldito” dessa memória foi depositada sobre um indivíduo negro.

Os planos de depor Castilhos e Peixoto foram frustrados, o que assegurou, ao fim da guerra, o predomínio do Partido Republicano Rio-grandense durante toda primeira República, mas, por outro lado, implicou na posse de um civil como presidente da República, o cafeicultor paulista Prudente de Moraes. O confronto foi estudado a partir da história política,² sendo rara sua apreciação sob o prisma da história social.³

Nesse texto buscaremos uma aproximação da temática do emprego (ou ausência) de categorias de “cor” nas memórias sobre aquele momento⁴ ou em registros contemporâneos ao evento, cruzando o ambiente bélico com os processos de racialização colocados na sociedade pós-Abolição. Em que implicava a designação por meio de categorias raciais ou de “cor”, ou ainda sua omissão? Quais referenciais raciais foram evocados na experiência e na memória sociais constituídas acerca da Revolução Federalista? Quais os significados emprestados em diferentes circunstâncias e processos de racialização a categorias como “baiano”, “bronzado”, “negro” ou “homens de cor”?

Explicitemos o significado de alguns conceitos que nortearão nossa análise. Raça é um parâmetro de estratificação social baseado na pressuposição de diferenças biológicas substantivas entre os seres humanos. A diferença, é claro, inexistente, mas a crença nela sim, e funciona como poderoso meio de criação de hierarquias entre seres humanos. Nesse sentido, a raça, se não existe em termos naturais, é uma realidade sociológica cujo

² Para um levantamento bibliográfico, ver: CABEDA, Coralia B. P. Contribuição para uma bibliografia da Revolução Federalista In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2003.

³ WEIMER, Rodrigo de A. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Óikos, Editora da Unisinos, 2008.

⁴ Não pretendemos, aqui, esmiuçar o debate teórico sobre memória, sobre seu caráter individual ou coletivo ou ainda sobre as tensas relações com a história. Aqui, simplesmente, se opta por um uso mais frouxo e funcional do termo, no sentido de representações a respeito do episódio bélico pretérito durante as primeiras décadas do século XX.

potencial de produzir desigualdades não pode ser minimizado.⁵ A “cor”, por sua vez, nada mais é do que uma metonímia expressiva da pressuposta desigualdade racial, já que seleciona uma característica fenotípica – a cor da pele – para expressar uma realidade racial essencializada.⁶

Racialização, por sua vez, é uma forma de perceber a raça não como uma realidade substantiva – ainda que frequentemente se lhe atribua esta característica –, mas como uma construção histórica, isto é, um processo vivido e disputado pelos sujeitos, por meio da definição de categorias classificatórias.⁷ Nesse sentido, as dinâmicas bélicas contribuíram para formatar a “raça negra” de diversas formas, muitas vezes ambíguas e diversificadas, inscrevendo-as nas memórias e experiências do período da guerra civil de forma plural. Eis o que vamos aqui analisar, não sem antes destacar o conceito de racismo, que expressa uma relação de poder, amparada em raça e racialização, que nutre o objetivo de assegurar privilégios a grupos favorecidos.⁸

Consideramos desnecessário destacar a importância da presença negra (e indígena) nos contingentes em embate, seja na condição de lideranças, agressores ou vítimas, tendo em vista que a guerra incidiu sobre a população rio-grandense como um todo. Raramente há preocupação, na documentação, em assinalar suas presenças: elas são dadas. De toda forma, há episódios que fogem a esta naturalização, e os diários ou relatos de guerra deixam

⁵ GUIMARÃES, Antonio. Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia. In: *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, 2003.

⁶ CUNHA, Olívia. *Intenção e gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro. 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 168

⁷ MATTOS, Hebe. *Marcas da Escravidão*. Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil. 2004. 260 f. Tese (Professor Titular em História). UFF, Niterói, 2004; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

⁸ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2014. São conceitos difíceis de ser concatenados, mas a historiadora Fernanda Oliveira da Silva, por exemplo, tem desenvolvido esse esforço em suas pesquisas sobre clubes negros no espaço fronteiriço. SILVA, Fernanda. *Negritudes transfronteiriças: Clubes sociais negros e a racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição* (déc. 1920-déc.1960). 2015. 115 f. Exame de qualificação (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2015.

transparecer momentos que, não seria exagero afirmar, são eloquentes por si.⁹

Diversos estudos históricos têm apontado resultados contraditórios, ainda que não incompatíveis, no que toca a preferências por adesões partidárias por parte do segmento populacional negro na aurora da República. Beatriz Loner¹⁰ e Paulo Moreira¹¹ destacaram, ao observar o meio urbano, as oportunidades de ascensão social da população negra por meio da inserção na máquina burocrática do Partido Republicano Rio-grandense. Rodrigo Weimer, por sua vez,¹² argumenta que as adesões no processo belicoso foram situacionais no ambiente rural, cabendo mais a relações interpessoais com os antigos senhores ou seus adversários na determinação do engajamento armado. No campo, o engajamento militar podia se dever à adesão ou à repulsa à força coronelista dos antigos senhores, ao passo que nas cidades vemos uma inclinação mais “ideológica” ao Partido Republicano Rio-grandense – no que tange ao comprometimento com a causa abolicionista.

Nesse percurso de pesquisa, identificamos maneiras como as “cores” dos sujeitos envolvidos no processo bélico foram compartilhadas e disputadas por memórias e experiências sociais relevantes. A “cor” de Candinho Baiano é omitida e silenciada, e sugerida por traços (nem sempre) sutis. A “cor” de Latorre é

⁹ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1979 [original de 1896]; CABEDA, Coralio B. P.; SEELIG, Ricardo Vaz; AXT, Gunter. *Os crimes da ditadura. A história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2002; CABEDA, Coralio B. P.; SEELIG, Ricardo Vaz; AXT, Gunter. *Diários da Revolução de 1893*. Tomo I. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2004a; CABEDA, Coralio B. P.; SEELIG, Ricardo Vaz; AXT, Gunter. *Diários da Revolução de 1893*. Tomo II. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2004b. LIMA, José Carvalho. *Narrativas Militares. A revolução no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edigal, 2014.

¹⁰ LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136

¹¹ MOREIRA, Paulo R. S. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da Emancipação...* op. cit. p. 83-107

¹² WEIMER, *Os nomes...* Op. cit.

pesadamente estigmatizada; é associada pelos republicanos, de forma muito agressiva, aos crimes de guerra a ele atribuídos. Pelos redatores do jornal *O Exemplo*, por sua vez, o termo “homem de cor” é utilizado para evidenciar a dimensão eminentemente racial contida no recrutamento forçado empreendido pela força policial, destacando os privilégios conferidos a “homens de cor branca” em detrimento aos “homens de cor preta e parda”.

O bronzeado Candinho

No conflito federalista, a principal disputa política-identitária em jogo estava na caracterização, por parte dos republicanos, de seus inimigos como *estrangeiros*, como *uruguaios*, uma relação de alteridade que tinha fundamento na presença, nas forças contendoras, de fazendeiros com terras no Uruguai, onde recrutavam combatentes. A questão nacional estava em um primeiro plano, em detrimento da racial, mesmo que seguissem operando os processos de racialização característicos do pós-Abolição.

O Baiano Candinho não era nativo do estado da Bahia, mas recebia uma pecha genérica expressiva de uma origem no norte do Brasil. O rótulo o caracterizava como “de fora”, como não-gaúcho, mas ainda assim, brasileiro. Ele era visto como um bandido, ainda que de fato fosse uma liderança federalista que, de São Francisco de Paula, atacou o litoral. Suas motivações, para além do âmbito criminal, eram políticas.¹³ Porém, em cenários de guerra, não estava em jogo quem era intrinsecamente “bandido” ou não, mas quem tinha o poder de definição acerca do enquadramento nessa categoria. Os republicanos, detentores do aparato de Estado, monopolizaram o “poder de nomear” de que nos fala Bourdieu.¹⁴

¹³ Rodrigo Weimer (*Os nomes*, op. cit. p. 174) discute que a investida sobre o gado também podia constituir um ato político/bélico. Necessariamente direcionado ao adversário, subtraía munição ao inimigo, destruía suas riquezas e o atacava simbolicamente. Essa provocação podia bastar para desencadear o confronto.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 162.

Um inquérito policial, realizado às vésperas da “Revolução” Federalista,¹⁵ dá conta deste aspecto. Aberto no dia 14/2/1893, sob requerimento de Dona Bernardina Baptista de Almeida Soares, esposa do Coronel Felisberto Baptista de Almeida Soares, ali ela se queixava de que os partidários do governo no município vinham constantemente lhe furtando gado. Destaca-se que, conduzido por um delegado republicano, o inquérito rapidamente inverteu os polos da acusação: Dona Bernardina passou de uma situação de demandante para outra de suspeição. Diversas testemunhas afirmaram que na sua fazenda encontravam-se “bandidos célebres”, criminosos que “trazem em constante sobressalto os moradores deste termo”. Candinho Baiano estava entre os mais lembrados. Além desses, havia indivíduos definidos com critérios raciais ou conforme categoria sócio-histórica que remete, também, a uma pertença racial: “o mulato Chico”, “o negro Cachiche”, “André, ex-escravo de Baptista”.¹⁶ Essas categorias reforçavam a suspeição que pairava sobre eles. Os integrantes daquele grupo, ao se engajar na guerra, passaram a ser visto como “bandidos”.

Foram localizados quatro processos criminais e um inquérito policial no qual ocorrem menções a Candinho Baiano.¹⁷

¹⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Polícia. Maço 33. São Francisco de Paula (Inquérito Policial).

¹⁶ No contexto de pós-Abolição, não era pouco qualificar um indivíduo com essa categoria, a não ser que se desejasse incriminá-lo. Com efeito, ao longo do século XIX, as fontes começam progressivamente a silenciar a respeito das “cores” ou origem escrava dos indivíduos qualificados, já que crescentemente se colocava como problema a questão da cidadania e da igualdade formal entre todos. MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, Cartório de Civil e Crime, processo criminal, maço 1, auto 3 (1887), autora: a Justiça, réus: Francisco Gross e outros [processo por resistência a prisão]; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, Cartório de Civil e Crime, processo criminal, maço 1, auto 7, (1892 – apelação criminal), (1890 – processo), autora: a Justiça, réus: Ricardo Alves de Albuquerque e outros [processo por abigeato]; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, Cartório de Civil e Crime, processo criminal, maço 2, auto 41 (1893), autora: a Justiça, réus: Felisberto Baptista de Almeida Soares; Bento Soares, filho do mesmo Baptista; Francisco Moysés; Hilário Carço; João Freitas; Pio, vulgo mulato Pio; Virgilino de Oliveira Pinto; Lidorino de Oliveira Pinto; Agostinho Bicudo do Amarante; o negro Cachiche; André, ex-escravo de

Ele, contudo, não foi capturado, de tal forma que não se submeteu a autos de corpo de delito ou foi objeto de qualificação pelos órgãos judiciais. Este é um motivo pelo qual Candinho nunca aparece nos documentos associado a categorias de cor, já que é nesses momentos que se costumava imputar tais rótulos.

Entretanto, a cor estava *implícita* na categoria baiano; não carecia de outras caracterizações. Este era um termo racializado, que demarcava uma fronteira entre um nós-gaúchos-brancos e um eles-povos-de-pele-mais-escura, aos quais se atribuíram peculiaridades negativas, como a barbárie associada a Candinho como líder. No que toca à arraia-miúda, a qualificação regional remetia à cor, e esta à raça, sem muitas mediações. Assim, era desnecessário explicitar Candinho Baiano com rótulos de “cores”. Para bom entendedor, meia palavra bastava.

Quarenta anos após o fim da guerra, a história de Candinho Baiano foi romaneada por Manoel Fernandes Bastos.¹⁸ Mesmo que o autor pretendesse uma narrativa não-ficcional, não citava fontes e reproduzia diálogos e sentimentos inacessíveis. Acessamos a memória que, em 1935, se tinha sobre o personagem investigado. O autor pretendeu traçar “o perfil de um caboco”.¹⁹ Em dado momento no romance, o alemão França Gross, dirige-lhe uma interjeição “*Oiga-te* negro guapo”. Esses termos, expressivos de uma “cordialidade racializada”, sugerem, para além da camaradagem, uma característica fenotípica que acompanharia a descrição racializada de Candinho.

“Noite de Reis” traz uma imagem favorável a Candinho, para além da inclinação republicana de seu autor. Bastos apresentou Candinho como uma vítima das circunstâncias, que sempre relutou em cometer delitos – teria iniciado a fazê-lo por

Baptista; Joaquim, conhecido por Joaquim Macacão; Elisário Leucina; Júlio, cunhado de Elisário [investida republicana à casa do coronel Bento Soares]; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Taquara, I Cartório Civil e Criminal, processo criminal, maço 26, auto 655 (1890), autora: a Justiça; réu: Saturnino de Tal [processo por abigeato]; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Polícia – maço 33 – São Francisco de Paula (Inquérito Policial) [processo por abigeato cometido pelo governo].

¹⁸ BASTOS, Manuel Fernandes. *Noite de Reis. Narrativa Histórica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

¹⁹ BASTOS, *Noite...* op. cit. p. 7

sua esposa ter sido violada por um fazendeiro.²⁰ Sua trajetória, em termos gerais, é heroica.

Em dado momento de sua narrativa, Bastos sugere por meio de eufemismos pretensamente sutis a cor da pele de Candinho Baiano. Talvez na década de 1930 a associação entre cor da pele e origem regional já não fosse tão evidente, ou ao menos o autor tenha sentido a necessidade de enfatizá-la: “*O bronzeado de sua tez*, as suas atitudes de homem forte, a agilidade com que sabia montar, a pronta resolução de todos os seus atos, tudo concorreu para que se deixasse dominar completamente”.²¹ É evidente que o bronzeado em questão não denotava a incidência do sol sobre a pele, mas sim uma característica cromática a assinalar um processo de racialização, implícita em 1893-1895, mas um pouco mais evidente quase meio século depois. Era algo diferente do caso do também federalista Adão Latorre, que desde o período da guerra civil se viu associado explicitamente a caracteres racializados.

A tisna²² do “negro Adão”

Adão Latorre nasceu na região fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai na segunda metade do século XIX, sendo nativo do último país. Descendia de escravos da família brasileira Tavares, fazendeiros por aquelas plagas. Composta por dirigentes do Partido Conservador durante o Império, essa família aderiu às forças federalistas durante a guerra. Adão Latorre acompanhou a família senhorial no conflito armado, atingindo a patente de tenente-coronel. Foi uma liderança das forças rebeldes para além dos vínculos com os antigos senhores. O engajamento militar representava uma possibilidade de ascensão social. Latorre tinha qualidades reconhecidas associadas ao seu estatuto militar.²³

No fim de novembro de 1893, ocorreram grandes confrontos entre republicanos e federalistas às margens do Rio

²⁰ BASTOS, *Noite...* op. cit. p. 98-101; 115.

²¹ BASTOS, *Noite...* op. cit. p. 50. Grifos nossos.

²² Mancha enegrecida.

²³ WEIMER, *Os nomes...* op. cit. p.207 e 216-217.

Negro. No fim da batalha ali ocorreu um violento massacre. Trezentas pessoas teriam sido degoladas pelos maragatos, e, mais do que isso, a “tradição oral e historiográfica costuma atribuir *todas* as trezentas mortes do primeiro combate a Adão Latorre. Construiu-se, assim, no imaginário rio-grandense uma associação automática entre este personagem e a prática da degola”.²⁴ É discutível a exequibilidade de que um indivíduo sozinho pudesse degolar, em um dia, três centenas de pessoas²⁵. Há, todavia, responsabilizações racistas pelo massacre.

Parece haver uma atualização do “pecado de Cam”: com todo o Estado envolvido em uma guerra sangrenta, apenas os crimes cometidos por um descendente de escravos, “maculado” por aquela origem, foram guardados na memória. Latorre simboliza e torna-se responsável por lembranças que os gaúchos não querem ter para si.²⁶

É provável que Latorre tenha sido responsabilizado pelos crimes de guerra, simbolizando sua barbárie. Expiaria, então, culpas da sociedade gaúcha, conforme sustenta Weimer a partir de um levantamento de obras literárias pródigas em negros impiedosos ou reproduções de diálogos estereotipados entre Adão e suas vítimas. Esses textos mesclam ficção e realidade, e mesmo que atribuídos à tradição oral, provavelmente foram reproduzidos de forma acrítica a partir da obra de Barbosa Lessa, apresentada como verdade histórica.²⁷ Cabe ressaltar o caráter racial tomado por essa encarnação dos males da guerra civil em sua pessoa: ao personificar a barbárie em um homem negro, um Rio Grande do Sul pretensamente branco lava as mãos do sangue das degolas – consciência tranquila que configura privilégio da branquitude. Latorre, mesmo se reconhecido como bom militar nos diários dos

²⁴ WEIMER, *Os nomes...* op. cit. p.208. Grifos originais.

²⁵ REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus. Guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 55.

²⁶ WEIMER, *Os nomes...* op. cit., p. 208

²⁷ WEIMER, *Os nomes...* op. cit. p. 209

federalistas, pareceu ideal para desempenhar o papel de “bode expiatório”.

Iremos nos restringir a um poema compilado por Simões Lopes Neto que evidencia a racialização implícita nesta operação retórica, já que a crueldade atribuída a Adão Latorre é associada de forma direta à cor/raça. A memória construída sobre a Guerra Civil Federalista pode ser sintetizada em uma pérola do racismo gaúcho.

O NEGRO ADÃO (Canto popular)

Saiu do fogo do inferno
Embraseado, um tição,
O Diabo cuspiu em cima
Ficou feito o negro Adão. [...]
(Bagé, durante o sítio de 189...

Chico Claro? [sic])

O NEGRO ADÃO

(Resposta)

Saiu do fogo do inferno
Embraseado, um tição

GLOSA

(...)

Do negro Adão o castigo,
– Pior que o gelo do inverno –
Seria se o tal amigo,
Saiu do fogo do inferno.
Para morder pelas costas.

(...)

Não te vá doer a mão
Ao pegar, sem precaução,
Este, de que tanto gostas,
Embraseado, um tição.²⁸

O poema associa insistentemente a cor negra a brasa e carvão, mas não de um fogo qualquer: aquele das chamas infernais. A “feitura” do “negro Adão” dever-se-ia, assim, à cusparada do Diabo. Apresentado como criatura infernal, Latorre seria traíçoeiro por “morder pelas costas” – uma referência à degola, na qual o carrasco se instala às costas de sua vítima para o corte no pescoço? Sua “cor” deveria ser evitada por manchar o mundo ao redor – não se devia encostar em sua tigna – e essa impureza é indicativa de perigo²⁹: o “sujo” da tigna deveria ser evitado por ser considerado maculado, impuro, perigoso.

O poema era mais do que um brado de desespero de um sitiado durante um cerco a uma cidade durante um conflito civil sangrento. Uma vez compilado e colocado em circulação por um autor de referência para a formação da identidade regional, do

²⁸ LOPES NETO, J. Simões. *Cancioneiro Gnasca*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. p. 256-257.

²⁹ DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

porte de Lopes Neto, o texto se monumentaliza e passa a formatar grades de leitura sobre o conflito colocado. O mesmo se pode dizer dos escritos de Barbosa Lessa. Apenas operações como essa podem ser eficazes a ponto de colocar a responsabilidade sobre um conflito essencialmente gaúcho sobre a alteridade: um “outro” nordestino e não-branco, Candinho Baiano; e, sobretudo, Adão Latorre, que reunia em si tanto a alteridade racial como a nacional.

O jornal *O Exemplo* e o recrutamento dos “homens de cor”

As dinâmicas raciais presentes no recrutamento forçado para a guerra civil de 1893-1895 não passaram ao largo da pena dos jornalistas reunidos em torno de *O Exemplo*. O jornal foi fundado na capital no final de 1892 por um grupo de jovens “homens de cor” que se reuniam todas as noites no Salão Calisto, sito à rua dos Andradas, para conversarem sobre assuntos de alto interesse. O estabelecimento era de propriedade de Calisto Felizardo de Araújo, pai de Espiridião e Florêncio Calisto, dois dos fundadores, e serviu como escritório do jornal ao longo da sua primeira fase, encerrada em 1897. Entre fases e reconfigurações, o jornal existiu até 1930 e registra uma das mais longevas e bem documentadas experiências de imprensa negra no país.

O grupo do jornal foi considerado, em sua maioria, eleitor no alistamento de 1895, condição que os colocava dentro do seletivo grupo de pessoas portadoras de direitos políticos no país e que passava pelo domínio, mesmo que rudimentar, da leitura e da escrita. Todos eles possuíam formas dignas de trabalho, sobretudo no almejado funcionalismo público, e passaram por instituições de ensino de prestígio, como o Colégio Gomes, formador de quadros da política gaúcha, e a Faculdade de Direito de São Paulo. Portar talentos e virtudes, no entanto, não era o bastante para livrá-los do “preconceito de cor” e ao se colocarem na condição de arautos dos interesses dos “homens de cor”, acabavam por situar o racismo e o analfabetismo como problemas concernentes a toda a nação. Desse modo, o programa que orientaria toda a sua existência foi

assim resumido em seu número de estreia: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”.³⁰

Era preciso, pois, retirar toda a coletividade negra do seu estado de ignorância e abandono e, tal como nos registros de outros intelectuais negros na diáspora³¹, em *O Exemplo* é possível perceber um processo de deslocamento da ideia de raça vigente à época. Os redatores viam a suposta inferioridade do negro como produto do acesso desigual às oportunidades – e não como diferenças inatas – e responsabilizavam sobremaneira o poder público por tal condição, colocando os processos de naturalização das hierarquias raciais e a invisibilidade racial do branco em uma intensa arena de disputas. Nesse projeto, “homens de *cor*” que alcançaram respeitabilidade social em virtude da instrução e do bom comportamento eram colocados em destaque, desejosos de que servissem de estímulo para que os demais membros da “classe dos homens de *cor*” os tomassem como exemplos.

Desde o primeiro número, o programa de erguimento da “raça”, ou da “classe dos homens de *cor*”, demonstrou que embora presente nas retóricas republicanas, a igualdade não foi sua consequência lógica, o que se expressava, por exemplo, no modo como o recrutamento para a guerra civil em curso se processava. Para os propósitos desse texto, selecionamos uma denúncia registrada na capa da edição de 12 de março de 1893 por nos oferecer o ponto de vista desse grupo de jovens “homens de *cor*” sobre as dinâmicas raciais em curso:

Escândalo!

A polícia está infringindo a letra da Constituição do Estado! Desconhece a igualdade de todos perante a lei e prende os homens de *cor* violentando-lhes a liberdade, coagindo-os a abandonar seus labores, lares e famílias, obrigando-os a verificarem praça na força militar do Estado.

Isto é uma violência inqualificável.

³⁰ *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

³¹ DU BOIS, W.E.B. *As Almas da gente negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999 [original: 1903]; Para uma análise, conferir GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

Enquanto os pobres homens de cor preta e parda são desconsiderados assim, os de cor branca são restituídos à liberdade e vagueiam tranquilos pela cidade.

É lastimável essa falta de equidade.

Prendem um homem de *cor*, honesto, laborioso e pacífico e soltam brancos vagabundos e perniciosos a nossa sociedade.

Pois saibam que os violentados farão mui pouco na defesa da causa rio-grandense, por não terem sido consultados e por não se terem apresentado espontaneamente.

Falta-lhes o ardor cívico, sufocado pela prepotência das autoridades e serão sempre maus soldados.

O amor da Pátria, o entusiasmo de uma causa comum faz milagres: os gregos, em pequeno número, contiveram as numerosas hostes dos persas, todas compostas de recrutas que eram azorragados para combaterem.

Os republicanos pois devem reconhecer seu valor individual e abster-se do recrutamento forçado que nada lhes aproveita.³² [itálicos originais; sublinhado nosso]

Diante das ações eminentemente racistas promovidas pelo poder público, a atribuição do termo “homens de *cor*” a si e à coletividade das pessoas que se encontravam mais vulneráveis ao recrutamento forçado operava como tentativa de se estabelecer uma identidade (e, conseqüentemente, uma solidariedade e mobilização) baseada na pigmentação epidérmica. Além disso, possivelmente o uso da expressão “*cor*” em itálico cumpria o papel de desnaturalizar o termo como metonímia de um grupo racial em específico. Por que, afinal, apenas os pretos e pardos eram assim designados? A resposta está longe de ser um enigma e revela os termos sobre os quais se assentavam as dinâmicas raciais no período. Destarte, concordamos com a interpretação do historiador Marcus Vinícius de Freitas Rosa sobre a dimensão eminentemente política presente nas disputas semânticas de cor e raça registradas na imprensa, em específico, em *O Exemplo*: para os jornalistas negros “era preciso combater o emprego de um

³² *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1.

vocabulário revelador de concepções de mundo, de desigualdades, de hierarquias e de certas permanências”.³³

Desse modo, ao evidenciarem as barreiras raciais que delimitavam o exercício da liberdade e os direitos de cidadania e igualdade legalmente instituídos na Carta Magna republicana, reiteravam que era de dentro da legalidade que empreenderiam suas lutas,³⁴ além de retirarem o polo privilegiado – os “homens de cor branca” – de seu lugar de invisibilidade.³⁵ Afinal, mesmo honestos, laboriosos e pacíficos, eram apenas os “pobres homens de cor preta e parda” os alvos da ação policial, fato que não apenas demovia-lhes o “ardor cívico” como também as esperanças de uma sociedade pautada somente nos talentos e virtudes. Não há dúvidas de que a ausência de amor cívico e entusiasmo a uma causa comum era potencialmente perigosa à própria estabilidade das forças beligerantes e impactava nas disputas em torno do pertencimento e da exclusão no projeto de nação republicana.

A crítica à truculência policial repercutiu em outras folhas³⁶ e na edição seguinte os redatores de *O Exemplo* rebateram as acusações recebidas, afirmando que “este órgão não tem cor política; é neutro no rigor da palavra e seu fim é a defesa dos direitos dos *homens de cor* e a pugna pelo levantamento moral de sua classe”; a “fraternidade” estava, pois, “acima dos interesses partidários”. A condenação ao recrutamento forçado ocorria exclusivamente por ser uma “medida vexatória”, opinião

³³ ROSA, *Além da invisibilidade...* op. cit., p. 259.

³⁴ Parte do excerto foi citada e analisada em: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 151.

³⁵ Sobre as relações raciais em Porto Alegre no pós-abolição: ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade...* op. cit. Ver especialmente o Capítulo 4, no qual o historiador se debruçou sobre *O Exemplo*. Outro importante debate sobre raça e cor em *O Exemplo* se encontra em: XAVIER, Regina Celia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et. al. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

³⁶ Para o período em questão, não se encontra disponível para pesquisa o jornal *A Reforma*, principal órgão de representação liberal, de onde possivelmente originou-se a acusação.

corroborada pelo jornal *O Fígaro* da capital federal.³⁷ Em outro número, o redator Espiridião Calisto reforçou a tônica da crítica presente no jornal, reforçando sua disseminação no debate nacional: “Quanto ao recrutamento, nós aqui e no Rio, *O Fígaro* e a *Cidade do Rio*³⁸, [...] profligamos o abuso da preferência dada aos homens de cor”. Rechaçando as acusações de alinhamento partidário, Calisto manifestou também seu desagravo à postura de Gaspar Silveira Martins durante os debates em torno da abolição: “Pouco se lhe importava que sofressem as agruras de um viver quase irracional milhares de negros, aliás, brasileiros; conquanto que com a liberdade desses não se cochassem os interesses, arrebatando-lhes as propinas do poder”.³⁹

Além disso, Silveira Martins era constantemente lembrado como o presidente da província que anulou um concurso público que teve como único aprovado Justino Coelho da Silva Júnior⁴⁰, um “homem de cor parda”. O funcionalismo público era visto como uma das principais formas de se alcançar mobilidade e prestígio social e, segundo Calisto, isso representou “a explosão do preconceito estúpido de cor atuando no julgamento dos samicas que nos governavam, que não admitiram que um *negro* plantasse com seu mérito incontestável a uma caterva de nulidades *caídas*”.⁴¹ Aqui vemos mais uma vez o processo de nomear o outro

³⁷ *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1. Grifos originais.

³⁸ Foi fundado por José do Patrocínio, personagem frequentemente citado nas páginas de *O Exemplo* como um ilustre homem da raça. Sobre José do Patrocínio e outros literatos negros, ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014, 326 f. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2014.

³⁹ *O Exemplo*, 20 ago. 1893, p. 1. Esse trecho está contido no debate tecido entre Espiridião Calisto e o colaborador Miguel Cardoso, que pode ser encontrado em: Ana Flávia Magalhães Pinto. *Imprensa negra...* op. cit. p. 157-166).

⁴⁰ Melina Perussatto, apesar de não ter localizado o referido concurso, descobriu que Justino fora aprovado em outro concurso para praticante de segunda classe dos Correios em maio de 1890 (*A Federação*, 19 mai. 1890, p. 1) e nomeado no ano seguinte (*A Federação*, 06 mar. 1891, p. 1). Na lista eleitoral de 1895, possuía 26 anos, era solteiro e sua profissão, agência (*A Federação*, p. 5, 04 set. 1895). PERUSSATTO, Melina K. *Educação, trabalho e cidadania na imprensa negra de Porto Alegre no pós-abolição*. 2016. 138 f. Exame de qualificação (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2016, p. 70-71.

⁴¹ *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1. Grifos originais.

racial – *caídos* – como um ato eminentemente político que retirava o branco de seu espaço de invisibilidade nas dinâmicas raciais. Marcílio Freitas, um dos fundadores e o único a se manter presente ao longo das fases do jornal, lembrou em 1928 que o protesto à anulação do referido concurso foi um dos impulsionares da criação de *O Exemplo* e que, a despeito das suas “notórias aptidões”, Justino “tinha o grande ‘defeito’ de não ter branca a cor de sua epiderme”.⁴² Portanto, embora houvesse proximidade dos redatores com o PRR⁴³, ao rechaçarem veementemente as acusações de alinhamento partidário destacaram novamente a causa que se colocava acima de qualquer outra, qual seja, a garantia da liberdade e a busca pela efetivação dos direitos de cidadania e igualdade dos “homens de cor preta e parda” no alvorecer da república.⁴⁴

Esses escritos são contemporâneos ao evento e vão ao encontro de um dos objetivos registrados no editorial de estreia do jornal, intrinsecamente relacionado ao desejo de se produzir uma memória sobre o grupo e seu projeto: “se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não a deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade”.⁴⁵ A condenação do recrutamento forçado dos “homens de cor” torna-se assim não apenas uma denúncia aos contemporâneos sobre o racismo e os processos de racialização que se arquitetavam sob a conivência do Estado, mas também um registro para a posteridade daqueles tempos iniciais de abolição e república e suas dinâmicas raciais sob o ponto de vista de um grupo de letrados negros.

⁴² *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

⁴³ Sobre isso ver especialmente: SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2011.

⁴⁴ Sob o pseudônimo Panine, reforçou-se: “Nada temos que ver com pica-paus e maragatos; o que nos importa e muito é o cumprimento do dever que nos impusemos ao aparecer o primeiro número desta folha”. *O Exemplo*, 17 dez. 1893, p. 2.

⁴⁵ *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

Considerações finais

“Raça” e “guerra civil de 1893-1895”: um encontro improvável e que assim continuará sendo enquanto o processo da Federalista seguir sendo pensado a partir “de cima”, como se os projetos de Castilhos e Silveira Martins formatassem o destino da República no Rio Grande do Sul, sem levar em consideração as vicissitudes “dos de baixo”. Por outro lado, por meio de memórias e experiências é possível encontrar na guerra um *locus* surpreendentemente bom para pensar a respeito de raça, racismo e racialização. Por meio do que foi sumariamente apresentado nesse texto, é possível perceber, tanto no processo conflitivo, quanto nas recordações a respeito dele, como as categorias de classificação racial foram politicamente utilizadas por diversos atores sociais. Nesse sentido, nos alinhamos aos autores que enxergam na questão racial uma arena de conflitos políticos e semânticos, para além da naturalização em que porventura possam ser encontrados.

A HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL E A ABORDAGEM DA FRONTEIRA

*Mariana Flores da Cunha Thompson Flores**

Sempre me foi muito evidente que a condição fronteiriça do Rio Grande do Sul era um elemento fundamental para sua compreensão histórica e, da mesma forma, nunca vislumbrei outra forma de conceber esse lugar senão como um componente do espaço platino. Percorrendo a historiografia, percebe-se facilmente o protagonismo da Fronteira nessa história, e comumente encontramos historiadores fazendo essa afirmação. Particularmente, em muitos dos textos que produzi sobre variadas temáticas, repetidas vezes comecei a escrita afirmando e chamando a atenção do leitor para esse pressuposto. Neste texto, portanto, o assunto será exatamente esse: que lugar o tema da Fronteira ocupa na historiografia rio-grandense e como ela vêm abordando esse conceito.

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui 3.307 quilômetros de limites. Desses, 18,81% são com o Oceano Atlântico, 28,97% com o território nacional através de Santa Catarina, 21,89% com o Uruguai e 30,33% com a Argentina. Dessa maneira, mais da metade do perímetro total da fronteira rio-grandense é constituída por limites internacionais, ou seja, 52,22% das suas fronteiras são com nações vizinhas.¹

Qualquer um que se detenha, mesmo que brevemente, na história do Rio Grande do Sul pode perceber o quanto o fato de essa região ter se constituído enquanto uma imensa zona de fronteira ao sul do Brasil foi determinante nesse processo. Sem dúvida, isso se deve à questão de que uma zona de fronteira corresponde a um espaço extremamente instável, permeado por conflito, já que seus limites, permanentemente em disputa, avançam e recuam constantemente.

* Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ CHINDEMI, Julia Valeria. *Las tradiciones de frontera internacional en Río Grande del Sur: un análisis en la larga duración*. Dissertação de Mestrado – Brasília, UNB, 1999, p. 3 (nota 4).

Os séculos XVII e XVIII, que correspondem ao período da ocupação desse território por portugueses e espanhóis, foram de conflito permanente, seja entre as Coroas em questão, seja destas com os nativos aqui estabelecidos há muito. Foi o período da instalação de missões religiosas catequizantes, de fortes militares, de concessões de terras e cargos de Estado a fim de conquistar e manter o território.

Até o século XVIII, o termo “fronteira”, na geografia do Rio Grande de São Pedro, designava a vila de Rio Grande, último núcleo urbano da colonização lusa ao sul, e a vila de Rio Pardo, que desempenhava papel idêntico a oeste. Os espaços logo adiante dessas vilas eram designados pelos contemporâneos como “Fronteira do Rio Grande” e “Fronteira do Rio Pardo”.² Esses territórios além fronteiras foram sendo, ao longo do século XVIII e até início do XIX, paulatinamente (não sobre o “vazio”, mas de forma conflitiva) anexados aos domínios luso-brasileiros, até que estes municípios, que um dia referenciaram a fronteira, tornassem-se municípios localizados no centro da província.

A primeira metade do século XIX ainda foi de instabilidade no sentido da indefinição dos limites políticos disputados. Nesse sentido, compreendeu uma época em que a vizinha Banda Oriental, atual Uruguai, que fazia parte das Províncias do Rio da Prata, encabeçadas por Buenos Aires, constituiu-se em província do Império Brasileiro, a Província Cisplatina, e praticamente representava a extensão dos campos de pastoreio de estancieiros rio-grandenses; depois, teve que lidar com a instalação de um limite nacional em função do surgimento de um novo país, o próprio Uruguai; e, na sequência, conviveu com a sobreposição de soberanias durante a vigência da República Rio-Grandense.

Aproximando-se da segunda metade do século XIX, a fronteira do Rio Grande do Sul se delineava pelas imediações atuais, embora formalmente os limites definitivos com Uruguai e Argentina tenham sido fixados, respectivamente, apenas em 1851

² Ver OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de Mestrado – História, CPGH/UFRGS, Porto Alegre, 1990. GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado – IFCS/UFRJ, 2002.

e 1856. Contudo, pode-se afirmar que, embora a independência do Uruguai, em 1828, tenha ocorrido sem a formalização dos limites territoriais, a partir desse momento já havia uma delimitação estabelecida na prática: a linha divisória do Rio Grande do Sul a oeste com o Uruguai, estava demarcada pelo rio Quaraí; e o limite entre Rio Grande do Sul e Argentina, no caso com a província de Corrientes, era mais estável no que se refere ao limite fixado, sendo, há tempos, consubstanciado no rio Uruguai.

Dessa forma, reconhecendo o papel central que a fronteira desempenha na história dessa região, pode-se dizer que a compreensão que se tem dela incide diretamente na historiografia que se produz.

A historiografia tradicional no Rio Grande do Sul, no entanto, mostrava-se reticente em tratar este território como integrando uma zona de fronteira. Pelo contrário, no afã de escrever uma história eminentemente brasileira para o Rio Grande, negligenciou, na maioria das vezes, as relações que esta província estabeleceu com os países da região do Prata. Mesmo aqueles historiadores que, de alguma forma, consideraram as ligações do Rio Grande do Sul com os vizinhos de fala espanhola, o fizeram sem abrir mão da “condição original brasileira” dos rio-grandenses.

Ieda Gutfreind, em sua obra *A historiografia rio-grandense*, fez uma análise sobre alguns autores que constituíram essa história tradicional entre os anos 1920 e 1970. A autora propôs os conceitos de “matriz lusitana” e “matriz platina” como categorias de análise, onde enquadrou estes historiadores preocupados em buscar origens.³ Enquanto a primeira “matriz” acreditava que a sociedade rio-grandense teria se forjado apenas sob influência portuguesa, a segunda também defendia a influência platina na formação dessa sociedade. Essa divergência apontava para duas concepções diferentes do papel da fronteira nessa história. A “matriz lusitana” compreendia a fronteira como uma barreira, um

³ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998. São considerados autores vinculados à “matriz lusitana”: Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Arthur Ferreira Filho, Walter Spalding, Jorge Salis Goulart, General João Borges Fortes, Guilhermino César e Félix Contreiras Rodrigues. Como autores que compõem a “matriz platina” a autora relaciona: Alfredo Varela, João Pinto da Silva, Rubens de Barcellos e Manoelito de Ornellas.

limite, que opunha duas nações e que, portanto, desempenhava papel puramente militar, de combate ao inimigo do outro lado. Segundo Helen Osório, essa perspectiva das tradicionais histórias diplomáticas e militares abordou a fronteira “como fruto de Tratados e de negociações hábeis de diplomatas [...] ou como resultado de vitórias heróicas em campo de batalha [...]. Trata-se, antes de tudo, de uma fronteira política e estatal”⁴. A “matriz platina”, por sua vez, apontava para um entendimento de fronteira que não podia impedir contatos de um lado com o outro, que não podia isolar as populações.

Para esclarecer o estabelecimento dessas posturas intelectuais, talvez seja prudente, mesmo que de forma breve, situar o momento da produção desses autores relacionados na matriz lusitana e na matriz platina por Ieda Gutfreind, para que não sejam entendidos como se fossem dois grupos coesos e concomitantes se embatendo pela hegemonia intelectual no Rio Grande, bem como, poder tecer outras ponderações a respeito dessa categorização.

No século XIX, já se consideram os primeiros intelectuais rio-grandenses que se dedicaram a pensar histórica e socialmente este território. Entre os “fundadores” desta historiografia encontra-se José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), português e funcionário da Coroa, que escreveu “Anais da Província de São Pedro” (1839), apontando o início da história do Rio Grande do Sul com a fundação do presídio de Rio Grande. Nesse sentido, fundou as bases que permaneceram firmes por muitos anos de uma história eminentemente militar de um território constituído a partir das guerras de fronteiras.

Além deste, vale mencionar Antônio José Gonçalves Chaves, também português, proprietário de terras e charqueadas, autor de *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil* (1822/23), onde teceu críticas e sugestões à administração lusa.

Estes dois trabalhos demonstram, de maneira geral, um primeiro momento da historiografia caracterizado pela

⁴ OSÓRIO, Helen. O espaço platino: fronteira colonial no século XVIII. In: *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Goethe Institut e AEBA, 1995. p. 110.

naturalidade com que eram apontadas as relações do Rio Grande do Sul com o Prata e com o restante do Brasil. Nesse sentido, ainda no século XIX, precisam ser citados autores como Alcides Lima, e sua obra *História popular do Rio Grande do Sul* (1882), Assis Brasil, autor de *História da República Rio-Grandense* (1882), e Alfredo Varela, com *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica* (1897), que buscaram valorizar as relações do Rio Grande do Sul com a região platina e sua singularidade em relação ao Brasil, tendo sido capaz, inclusive, de manter-se sem o apoio do Império. Tratava-se de trabalhos de caráter republicano e anticentralista que visavam legitimar práticas políticas do Partido Republicano Rio-Grandense.

Na década de 1920, despontou um discurso historiográfico marcadamente nacionalista de autores que se esforçaram para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhasse ao Brasil. Este contexto correspondeu à fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), em 1920, e da Livraria do Globo, em 1929.

Entre os expoentes deste grupo encontra-se Aurélio Porto, considerado o precursor e autor de transição devido à ambiguidade dos primeiros textos. No entanto, em “Notas ao processo dos Farrapos” (1933), consolidou uma abordagem de cunho segregador em relação aos vizinhos platinos. Nesta obra, a Revolução Farrroupilha assumiu um caráter liberal, assim como as demais rebeliões regenciais, afastando-se das características revolucionárias e separatistas. Contudo, apesar do esforço em integrar a história do Rio Grande do Sul à história nacional, a insistência no enfoque militar e na realidade de fronteira, que teria dado lugar a um povo criado em condições anômalas do desenvolvimento nacional, acabou oferecendo a mesma imagem tradicional regionalista. Nessa linha militar, outro autor importante foi Souza Docca, que alinhou a história do Rio Grande do Sul à história militar do Brasil.

Nessa perspectiva ainda, Othelo Rosa utilizou o conceito clássico de Frederick Jackson Turner da fronteira móvel de expansão que coloca em contato a civilização, levada pelo conquistador, com a barbárie das terras inexploradas, para

enaltecer o protagonismo rio-grandense na tomada deste território para o Império. Na perspectiva “turneriana”, além da fronteira representar “o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização”, ela também é considerada um lugar despovoado, de retorno a condições primitivas, de desenvolvimento reiniciado constantemente à medida que avança e transforma o europeu em americano.⁵ Dessa maneira, Othelo Rosa, desconsiderava por completo a presença dos grupos indígenas e as relações estabelecidas entre eles e luso-brasileiros.

De todos estes, o representante maior deste enfoque de pensamento foi sem dúvida Moysés Vellinho, autor de *Capitania d'El Rei* (1964), *Fronteiras* (1975) e de vários artigos anteriores a estes livros. Vellinho inaugurou a ideia de que o Rio Grande do Sul tornou-se brasileiro por vocação e não por opção. Desde a fundação da capitania, seu esforço teria se dado no sentido de velar pelas fronteiras imperiais sob constante ameaça externa. Nesse contexto, teria se desenvolvido o “espírito de fronteira”, em que o constante combate ao inimigo, ou seja, com o outro lado da fronteira-limite, possibilitou a formação de um sentimento de pertencimento nacional. Nas suas palavras: “Esse sentimento militante de fronteira, curtido na guerra, em muitas guerras, iria crescer, expandir-se em sentimento político de integração e solidariedade nacional. [...] Eis por que o Brasil se apresentava ao espírito do fronteiro como um só corpo...”⁶.

Fazendo um contraponto na década de 1920, Rubens de Barcellos, autor de *O regionalismo e o papel da nova geração* (1925) e *Regionalismo e realidade* (1925), demarcou a influência platina e lusitana atuando em dois polos políticos, respectivamente no Prata e no Rio de Janeiro, de forma irreconciliável, afirmando que se colocava diante dos rio-grandenses a opção de sermos platinos ou brasileiros.

⁵ TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana p. 24-25. Para uma excelente análise feita sobre o pensamento “turneriano” ver AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Dissertação de Mestrado – PPGHIST/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

⁶ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1975. p. 211.

Já numa abordagem que admitia a relação histórica através da fronteira, João Pinto da Silva, que escreveu *História literária do Rio Grande do Sul* (1924) e *A província de São Pedro: interpretação da história do Rio Grande do Sul* (1930), colocou o pampa e o homem do campo existente na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul como um tipo social que perpassava toda aquela região, estando acima das fronteiras político-administrativas.

Nessa linha, dois importantes autores foram Alfredo Varella e Manoelito de Ornellas. O primeiro, autor de *História da Grande Revolução* (1933), defendia as intenções separatistas da Revolução Farroupilha, as influências platinas na formação político-cultural do Rio Grande do Sul, dado que as condições naturais homogêneas teriam possibilitado o desenvolvimento semelhante. É necessário ponderar que, de certa forma, a postura de Varella se justifica por ser um opositor à política nacionalista e ditatorial do presidente Getúlio Vargas. O segundo, que escreveu *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do RS* (1948), afirmou que a interpenetração luso-espanhola superava as fronteiras político-administrativas na medida em que o gaúcho, existente dos dois lados da fronteira, estava acima de construções nacionais. Além disso, Manoelito introduzia um elemento novo para as discussões a respeito da formação do Rio Grande e do gaúcho. Segundo o autor, o gaúcho também teria se formado através da influência árabe (beduínos) trazida pela colonização ibérica.

Apesar das divergências, parece ficar claro que todos os autores arrolados tinham pontos que as aproximavam e acabavam por não configurar dois grupos opostos ideologicamente. Isso porque todos eles partem de uma ideia preconcebida de Estado e Nação, identificada com os limites político-administrativos que o Brasil definiu muito posteriormente, como se o Rio Grande do Sul estivesse fadado a fazer parte daquele mapa desenhado desde sempre exaltando o suposto pertencimento nacional inerente aos rio-grandenses.

A categorização proposta por Ieda Gutfreind, portanto, traz em si mesma suas limitações, como esta apontada acima e reconhecida pela própria autora. Segundo ela, as duas matrizes “partiam da ideia de nação e de estado, identificando-os com os

limites políticos-administrativos.”⁷ Além dessa, a periodização longa, de 1920 a 1970, onde a autora buscou enquadrar toda a produção intelectual histórica em dois grupos (lusitanos e platinos), acaba por simplificar muitos dos debates teóricos ao não assinalar diversos pontos de inflexão que ocorreram ao longo do período. Nesse sentido, são importantes as análises críticas, posteriores ao trabalho de Ieda Gutfreind, como as de Odaci Coradini, Mara Rodrigues e Letícia Nedel. Em relação ao trabalho de Odaci Coradini, percebe-se o domínio da “geração católica” na produção intelectual rio-grandense até os anos 1930, quando o “grupo da livraria” lançou a *Revista do Globo*, em 1929, na esteira do contexto político que levaria à Revolução de 1930, e posicionou-se com uma abordagem que enaltecia o regionalismo, sendo que essa defesa do regionalismo também assumiu diferentes definições ao longo da existência da revista. Tomando o trabalho de Mara Rodrigues, percebe-se que, paralelamente à atuação do grupo da livraria, os intelectuais católicos exerceram papel hegemônico no campo educacional e na institucionalização do ensino universitário no Rio Grande do Sul. E por último, na pesquisa de Letícia Nedel, o dado interessante a ser levado em conta foram os contatos travados entre intelectuais rio-grandenses pertencentes ao grupo da livraria e ao IHGRGS, fundado em 1920, e Gilberto Freyre. Esses contatos se deram no sentido de buscar uma inserção nacional para a produção intelectual do Rio Grande do Sul. Contudo, no momento daquele encontro com o pensamento “freyriano”, a compreensão que a intelectualidade local tinha do Rio Grande do Sul estava extremamente vinculada ao aspecto de fronteira do estado, reivindicando para o gaúcho a figura de sentinela da nacionalidade e enaltecendo a descendência lusitana, em detrimento da influência castelhana. E mesmo quando, após a Segunda Guerra Mundial, a intelectualidade rio-grandense pareceu aderir ao pensamento de Freyre, o fez adotando uma abordagem folclorista de alcance restrito por ter um recorte bastante elitista.⁸

⁷ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*, op. cit., p. 196.

⁸ Ver: CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos.

No entanto, mesmo com essas ponderações, a categoria analítica proposta por Ieda Gutfreind mantém validade, e é incontestável o peso preponderante que a concepção da fronteira barreira/limite, à semelhança do modelo mais bem acabado de Moyses Vellinho, teve na produção historiográfica rio-grandense até a década de 1970. Amainando um possível exagero por parte da autora, podemos aceitar que a matriz lusitana foi vencedora de fato. Segundo ela, a matriz lusitana foi a que “falou mais alto, impondo sua voz, calando seus adversários”.⁹

Depois dessa longa hegemonia, a historiografia regional dos anos 1980, em termos gerais, pareceu não se preocupar tanto com o papel que a fronteira desempenhou nessa história, se de barreira, ou de incapaz de impedir contatos e trocas. O contexto dos anos 80, corresponde ao desmantelamento das ditaduras civis-militares nos países latino-americanos e a consequente formação de um sentimento de união entre os países latino-americanos, o que, de certa forma, não proporcionou ambiente favorável ao desenvolvimento de debates a respeito do tema das fronteiras. Da mesma forma, no Rio Grande do Sul, os primeiros Programas de Pós-Graduação em História estavam recém se estruturando (PUCRS, em 1973; UFRGS, em 1986; Unisinos, em 1987) e a predominância de textos marcadamente marxistas, que não tiveram como foco questões que giram em torno da temática da construção nacional e, respectivamente, das identidades e da constituição das fronteiras, também podem ter contribuído com o desinteresse pelo tema.

A década de 1990, contudo, marcou uma recuperação dessas discussões fronteiriças e uma virada na abordagem. Se, até aquele momento, a percepção da fronteira que impunha limites efetivos entre um lado e outro, que atribuía aos rio-grandenses um papel de “ponta-de-lança” do Império, sempre prontos a combater

O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS na década de 40. *Métis*, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 75-102, jul.-dez. 2002. NEDEL, Letícia. B. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado – UNB, Brasília 2005. NEDEL, L. B. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 85-117, 2007.

⁹ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*, op. cit., p. 195.

o inimigo castelhano e assegurar a inviolabilidade do território nacional, havia predominado no cenário historiográfico, a partir de agora, a compreensão da fronteira seria cada vez mais como um espaço, e menos como um limite, bem como cada vez mais como um lugar que promove a integração, e menos como uma barreira intransponível.

Estes estudos superaram o “ranço” das perspectivas político-militares e perceberam a fronteira como um espaço de integração. Entenderam que a fronteira não podia ser considerada como uma linha divisória e que o espaço devia ser compreendido como produto da ação humana, um *locus* onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem. Nesse sentido, a seguinte afirmação da historiadora Helga Piccolo é emblemática dessa abordagem: “A fronteira não é uma linha, mas um espaço que se define mais por seus atributos sócio-econômicos e o limite, como conceito, é essencialmente político”¹⁰.

A partir dessa perspectiva, o Rio Grande do Sul passou a ser compreendido como parte do espaço platino, situado na região platina.¹¹ Acertadamente, no entanto, essa historiografia não procurou privilegiar as interações platinas em detrimento das relações com o próprio Império brasileiro, mas buscou conciliá-las.

Em termos gerais, a historiografia regional dessa década concordou que a paisagem semelhante de ambos os lados da fronteira contribuiu para o estabelecimento de estruturas produtivas e sociais análogas: a presença de áreas de boas pastagens naturais, o papel central da produção pecuária, a combinação de

¹⁰ PICCOLO, Helga. “Nós e os outros”: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), *Anais da XVII Reunião*, São Paulo, 1997. p. 218.

¹¹ Os trabalhos de Helen Osório, Cesar Guazzelli e Susana Bleil de Souza são representativos dessa orientação historiográfica. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado – UFRJ, 1998, Rio de Janeiro. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado – Niterói, PPGHIS/ UFF, 1999. OSÓRIO, Helen. *Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do Espaço Platino*, op. cit. SOUZA, Susana Bleil de. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos – uma aproximação histórica. In: *Fronteras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 78-89.

diferentes formas de trabalho (“livre”, escravo e familiar), a onipresença do contrabando, a existência de uma instabilidade institucional e de uma verdadeira endemia bélica nos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, em relação à condição de fronteira do Rio Grande do Sul no período colonial, quando o processo de ocupação ainda estava no princípio, Helen Osório descreve da seguinte forma a paisagem:

Era uma fronteira de difícil materialização. De difícil materialização porque não havia diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos dois impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária. Boa parte da área do atual Rio Grande do Sul formava um “continuum” com a Banda Oriental (atual Uruguai), caracterizado por uma ocupação da terra muito laxa, uma baixa densidade demográfica, se comparado a outras regiões americanas e uma mesma forma de organização espacial da produção [...]¹²

Exceto em relação à questão demográfica, todo o resto que se refere ao *continuum* das paisagens geográfica e agrária é, certamente, possível de ser aplicado ainda para a realidade do século XIX. Foi muito em função dessa fronteira que não impunha limites físicos, haja vista que se cruzava facilmente pelos rios, e, pelo contrário, era uma região de paisagem constante que quase não se diferenciava entre um lado e outro, que profundas ligações sociais, econômicas, militares, culturais e políticas foram forjadas entre as sociedades que habitaram esse espaço desde os tempos coloniais. Diversos trabalhos mais recentes, em geral a partir dos anos 2000, têm demonstrado que essas ligações se davam através de diferentes tipos sociais, como grupos indígenas, livres pobres e escravos, não estando restritas às elites e tampouco a iniciativas institucionais.¹³ Dessa forma, sobretudo no que se refere à

¹² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América*, op. cit., p. 44.

¹³ Ver: GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores*, op. cit. NEUMANN, Eduardo Santos. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ,

valorização do papel dos indígenas, buscou-se complexificar o processo de conquista/contato, não recaindo em análises lineares que se prendem em um processo simples de aculturação, em que um dos lados é forçosamente proeminente¹⁴ e, no refinamento da discussão, localiza-se o conceito da “fronteira tripartite”, Eduardo Neumann, que ao tratar dos conflitos acerca da posse do território missioneiro, disputado entre as coroas ibéricas, atribui protagonismo também à elite indígena guarani nas negociações, as quais impunham-se a partir de demandas próprias, advindo daí a noção de uma fronteira disputada entre três partes.¹⁵

Outro avanço significativo dessa historiografia produzida a partir da década de 1990 foi sua aproximação com as historiografias argentina e uruguaia, que passaram a ser largamente utilizadas como referências para as pesquisas históricas sobre o Rio Grande do Sul em função das semelhanças que os contextos econômicos e sociais carregavam entre si. Pode-se dizer que aquelas historiografias estão relativamente “adiantadas” em relação à nossa, ou melhor, possuem em maior número, e há mais tempo, trabalhos que se dedicam a destrinchar essas estruturas, descobrindo relações diversas que extrapolam a percepção tradicional de relações subjugadas ao monopólio colonial.¹⁶

GUAZZELLI, KÜHN & NEUMANN (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: texto e pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

¹⁴ Em processos de conquista e contato entre grupos brancos e indígenas, parece-me mais acertado pensarmos no conceito de *acomodação* em detrimento do de *aculturação*. A aculturação subentende um lado vencedor que impõe sua cultura, e a acomodação demonstra o significado comum que surge para ambos os lados quando do contato. Sobre esse assunto ver: WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. New York: Cambridge University Press, 1991.

¹⁵ NEUMANN, Eduardo. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁶ Segundo Helen Osório, a definição de seu objeto de pesquisa para seu doutorado se deu a partir do “confronto da produção historiográfica sobre a sociedade colonial do Rio Grande do Sul com a historiografia platina e brasileira sobre o mesmo período. Produziu-se um contraste entre um quase total abandono, por um lado, e uma produção renovada, em seus pressupostos, métodos e fontes, por outro”. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América*, op. cit., p. 14.

Um último ponto positivo que gostaria de referir em relação a essa historiografia é a respeito da percepção sobre a construção dos Estados Nacionais. Como vimos, a historiografia tradicional, que prevaleceu até a década 1970, defendia, anacronicamente, que as fronteiras do Rio Grande do Sul definiam desde sempre a divisão entre nações, com uma noção preconcebida de Estado. Já esta historiografia dos anos 1990, acertadamente, ponderou, que até fins do século XIX, na tríplice fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina, não existiam fronteiras especificamente nacionais, havia, isso sim, fronteiras “provinciais”. Ideia esta que já se encontrava bem desenvolvida na historiografia platina, sobretudo, através dos trabalhos de José Carlos Chiaramonte, que exerceram grande influência naquela produção.¹⁷

O ponto alto desta historiografia, portanto, no que se refere à compreensão da fronteira, foi promover a perspectiva da integração fronteiriça. Para Enrique Padrós, com ou sem o respaldo institucional, as comunidades internacionais se relacionam, e, nesse sentido, é possível afirmar que inexitem “fronteiras-barreiras” onde houver um mínimo de população estabelecida. Assim, o cotidiano fronteiriço promove natural e obrigatoriamente a integração das comunidades de um lado e de outro.¹⁸

Contudo, ocorre que parte da historiografia recente foi além desta perspectiva das relações travadas através da fronteira e, de forma mais ou menos explícita em diferentes trabalhos, derivou em uma concepção de que a fronteira deu lugar a sociedades totalmente fluidas e integradas, que quase não estabeleciam relações de alteridade, onde os limites políticos se colocavam de forma indefinida, porosa, esmaecida. Nesse sentido, referindo-se à fronteira Brasil-Uruguai, Souza afirma que a interação fronteiriça entre estes dois estados foi plena até as primeiras décadas do século XX. Nas suas palavras: “Nessa fronteira não existia ainda a percepção do ‘eu’ e do ‘outro’. A fronteira era a grande

¹⁷ Ver: CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del litoral: economía y sociedad en la Provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

¹⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas*, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 68-70, jan./dez. 1994.

comunidade do ‘nós’¹⁹. Essa noção reforça que o espaço de fronteira “constituía uma área sem limites para seus habitantes”²⁰ e que acabava por conformar um espaço onde a população fronteiriça, de ambos os lados, estabelecia mais relações de identidade entre si que com o restante dos países a que pertencia²¹.

É compreensível que uma nova abordagem interpretativa, quando procura se colocar no cenário historiográfico, tenda a reforçar seus pressupostos a fim de demarcar-se daquela a que está pretendendo se opor, ou superar. Contudo, ao dedicar-me às fontes relativas a esse contexto, essa perspectiva de integração exagerada não foi, nem de longe, verificável. E mesmo a abordagem das relações estabelecidas através da fronteira me parecia carecer de questionamentos. Na realidade, o conceito próprio de fronteira parecia merecer uma análise aprofundada e detida, já que as abordagens laterais, interessadas nos processos de delimitação e conflito ou integração e relação nos espaços limítrofes, acabaram relegando a fronteira propriamente para segundo plano, chegando, no caso da abordagem da integração plena, a anular o limite essencialmente.

A ideia de que as comunidades de ambos os lados da fronteira, em função da inevitável relação que travavam, acabaram sobrepondo suas dinâmicas econômico-sociais e constituindo uma zona de transição que apresenta uma dinâmica particular, um “novo espaço”²², que se diferenciava das características de origem dos países em contato, não pode ser plausível, senão acabaríamos por suprimir a existência da fronteira em si. Da mesma forma, Benedikt Zientara, cuja conceituação sobre fronteira foi bastante utilizada pela historiografia rio-grandense recente, parece incorrer no mesmo engano ao afirmar que “as populações que vivem numa zona de fronteira dão origem a uma comunidade fundada em

¹⁹ SOUZA, Susana Bleil de. *A fronteira do sul*, op. cit., p. 81.

²⁰ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 83.

²¹ *Ibidem*, p. 158.

²² PADRÓS, Enrique Serra. *Fronteira e integração fronteiriça*, op. cit., p. 66.

interesses particulares”²³ que são opostos aos das autoridades centrais respectivas. Insisto que, ao pensar dessa maneira, esvaziamos a fronteira de significado e, apenas assim, seria possível compreender outra afirmação desse autor que diz que a fronteira enquanto limite é “uma abstração que não tem existência real fora do mapa geográfico”²⁴.

Não podemos esquecer que o significado mais evidente de uma fronteira é o de ser o local de vizinhança com o outro, seja este outro um país, província, soberania, etc. Nesse sentido, toda e qualquer fronteira traz a característica intrínseca da ambiguidade, uma vez que é “*confins e limite* de país, tanto *separa* Estados quanto os põe em *contato*”²⁵. Ou seja, ao levar em conta a contradição da fronteira, que tanto delimita quanto relaciona duas comunidades, esclarece-se diante de nós uma série de elementos que demarcam constantemente a alteridade dessas comunidades, mas que estavam encobertos pela ilusão da integração plena.

O Estado, por exemplo, se faz presente nesses espaços através de uma burocracia específica, como leis, guardas de fronteira, alfândegas, etc. E, justamente, por tratar-se de um território que está em constante contato com o “outro”, é necessário que o governo reitere ou busque instituir ali o “espírito nacional”. Outro elemento importante da demarcação das alteridades é o ato corriqueiro de “cruzar a fronteira”, ação cotidiana e inerente à prática desses sujeitos, na medida em que, ao mesmo tempo em que demonstra a fluidez desse espaço, também aponta a ideia do “atravessar para o outro lado”, onde aquele sujeito passa a ser imediatamente forasteiro, estrangeiro. O simples fato de viver na fronteira, portanto, mesmo que o sentimento de pertencimento nacional ainda seja algo frágil, demarca a questão da “estrangeiridade”²⁶, ou melhor, do ser estrangeiro perante os do outro lado, e vice-versa.

²³ ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14, p. 309. Grifo meu.

²⁴ *Ibidem*, p. 307.

²⁵ PADRÓS, Enrique Serra. *Fronteira e integração fronteiriça*, op. cit., p. 68.

²⁶ GRIMSON, Alejandro. *La Nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. p. 24.

Não se trata de negar as diversas relações que são travadas através da fronteira; elas são notórias. Contudo, é preciso termos em conta que a fronteira é o lugar onde soberanias e leis diferentes se encontram, e que essa dimensão institucional podia colocar empecilhos à capacidade de integração dos fronteiriços, não podendo ser suprimida. Era necessário, portanto, lidar com ela, manejá-la.

Um último ponto de crítica a esta historiografia da “fronteira da plena integração” é que nem a fronteira, nem os fronteiriços constituem algo homogêneo. A fronteira é considerada por esta historiografia como um espaço de plena integração desde o período colonial sem inflexão até fins do século XIX. Os fronteiriços, por sua vez, aparecem como um grupo coeso, que se relaciona entre si e com esse espaço sempre da mesma maneira integrada, como se as diferentes posições sociais que ocupam não pudessem incorrer em diferentes relações entre os sujeitos, e deles com o espaço.

Essa série de críticas foi formulada a partir de elementos que a própria análise documental apontava nitidamente, como:

- o papel atuante que a burocracia específica de Estado exercia;
- o quanto o espaço de fronteira foi se alterando ao longo do tempo, desde o período colonial até fins do século XIX, alternando momentos de maior e menor integração, convivendo com diferentes contextos de guerras, avançando, recuando e, por vezes, sobrepondo limites geopolíticos;
- a clareza que os sujeitos fronteiriços tinham da linha de fronteira, enquanto limite político geográfico, ou seja, sabiam por onde ela passava, não se tratava de uma “abstração”;
- o reconhecimento dos oriundos do outro lado como estrangeiros, e o quanto essa alteridade podia ser demarcada ou minimizada conforme o interesse colocado;

- a destreza com que manipulavam a seu favor as diferentes legislações que vigiam em ambos os lados, bem como as diferentes conjunturas econômicas, sociais e bélicas.
- como os diferentes posicionamentos sociais incidiam em diferentes relações estabelecidas nesse espaço e como, para uma mesma posição social, a relação poderia variar ao longo do tempo.

Esse tipo de percepção só foi possível, creio, por corresponder a um novo momento historiográfico. Vivemos o momento da valorização das escalas reduzidas, que privilegiam as ações dos indivíduos, e só através delas foi viável alcançar essa dimensão manejada da fronteira por seus atores. Da minha parte, recorrer à redução de escalas foi mais do que corresponder a uma voga historiográfica; parafraseando o antropólogo norueguês Fredrik Barth, “senti a necessidade de acusar o lugar do indivíduo e a incoerência entre diferentes interesses e vários níveis de coletividade”²⁷.

Essa demanda por debater o conceito de fronteira não constituía uma inquietação/insatisfação apenas minha, mas ia ao encontro do trabalho de diversos historiadores que vinham apontando novas reflexões sobre o conceito de fronteira. Essa convergência de pensamentos reflete o momento da produção historiográfica que se vive – de mentalidade historiográfica, o qual apontou para diferentes pesquisadores, com objetos e questionamentos diversos, uma necessidade compartilhada de rever o entendimento teórico usualmente empregado sobre a fronteira.

Na última década, aproximadamente, vários trabalhos têm demonstrado, direta ou indiretamente, partindo de diferentes perspectivas, a importância da fronteira como espaço de estratégia para os sujeitos que a habitavam ou estavam ligados a ela de alguma

²⁷ BARTH, Fredrik. Introduction. In: *Process and Form in Social Life: Selected Essays of Fredrik Barth*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. v. 1, p. 2: “I felt the need to acknowledge the place of the individual, and the incongruity between varying interests and various levels of collectivity”. Tradução da autora.

forma.²⁸ Dentre estes, dois me são especialmente caros porque compartilharam comigo da preocupação em repensar o entendimento do espaço de fronteira, que há tanto tempo permanecia intocado. Refiro-me aos trabalhos de Luís Augusto Farinatti²⁹ e Márcia Volkmer. O primeiro, em sua tese de doutorado, abordou a elite agrária da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, entre 1825 e 1865, demonstrando que, através da diversificação das atividades econômicas e da combinação de relações sociais e familiares, esta conseguia manter-se e reproduzir-se no seu lugar social. Para tanto, a situação de fronteira era um elemento imprescindível nessa estratégia, sendo manejada pelos atores sociais de acordo com os contextos dados.³⁰ Na dissertação de Márcia Volkmer, a atuação da fronteira fica evidente na ação de saladeristas uruguaios que atravessaram o limite político territorial e estabeleceram charqueadas na região da fronteira no lado rio-grandense, correspondendo a necessidades conjunturais.³¹

Dessa forma, se por um lado devemos enaltecer o caminho aberto pelos autores ditos tradicionais para que se passasse a dar destaque à centralidade da fronteira no processo histórico platino, por outro avançamos na compreensão de que é inviável considerar

²⁸ Para o período colonial ver: OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América*, op. cit. GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores*, op. cit. Para o período imperial ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. op. cit. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2007. YOUNGER, Joseph. Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata. *Revista Aedos*, v. 1, n. 1, 2008.

²⁹ Luís Augusto Farinatti e eu escrevemos um artigo que somava os esforços individuais de pesquisa que concorriam para uma mesma compreensão da fronteira, a qual chamamos de “fronteira manejada”. FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

³⁰ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2007.

³¹ VOLKMER, Márcia S. “Onde começa ou termina o território pátrio”: os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (*Quaraí, 1893-1928*). Dissertação de Mestrado – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

que a fronteira, qualquer fronteira onde haja um mínimo de povoação em ambos os lados, possa exercer um papel absoluto de barreira entre as comunidades. Da mesma forma, é inviável considerar que as únicas relações que podem ser travadas entre os dois lados de uma fronteira sejam belicosas, a fim de proteger ou expandir o território. Nesse caso, os habitantes do outro lado serão sempre considerados inimigos. Além disso, é patente o equívoco de narrar a história da fronteira, enquanto limite político, partindo do desenho atual do mapa e direcionando a explicação para legitimá-lo, em detrimento do processo histórico penoso de avanços e recuos do limite.

No que se refere à historiografia produzida a partir da década de 1990, que buscou enaltecer as relações fronteiriças de integração, é preciso creditar que ela foi responsável por passar a compreender o Rio Grande do Sul como parte do “espaço platino”, bem como demonstrar que a delimitação geopolítica deste território foi fruto do processo histórico não partindo de ideias preconcebidas. Outro ponto positivo foi localizar as relações e conflitos travados no espaço de fronteira no nível dos fronteiriços e dos grupos de interesse dos quais faziam parte. Contudo, em alguns casos, a ideia da integração fronteiriça foi aplicada indiscriminadamente, sem o devido cotejamento com as fontes, como se fosse um conceito resolvido em si mesmo, que dispensava reflexões.

Principalmente no que se refere à história da região platina, a qual referimos ser toda perpassada por incidentes fronteiriços, é patente a relevância de se refletir permanentemente sobre o conceito de fronteira. Dessa forma, a compreensão que se propõe é de que os espaços limítrofes, em função de estabelecerem ao mesmo tempo limite e contato, constituem regiões naturalmente paradoxais porque justapõe soberanias deixando margens de ação e negociação aos sujeitos que ali atuam através de redes sociais e familiares transfronteiriças, combinadas à diversificação das atividades econômicas, a fim de manterem-se e reproduzirem-se nesse espaço complexo. Para tanto, a situação de fronteira era um elemento imprescindível a ser levado em conta nessas estratégias,

sendo manejada pelos atores sociais de acordo com os contextos dados e os lugares sociais respectivos.

O espaço de fronteira era plenamente fluído já que permitia, e proporcionava, em grande medida, diversos tipos de mobilidades, sejam de pessoas ou de bens. Contudo, o fato de ser fluído não corresponde a ser abstrato ou indefinido, pelo contrário, a fronteira constitui um elemento de existência concreta e incontornável que se coloca não apenas como um cenário onde as relações ocorrem, mas como um campo que oferece estratégias particulares, que precisam serem levadas em conta nas atuações cotidianas dos fronteiriços.

ALGUNOS ELEMENTOS SOBRE EL TRÁFICO ILÍCITO DE CUEROS Y ANIMALES EN EL RÍO DE LA PLATA A FINES DEL SIGLO XVIII

*María Inés Moraes**

1. La cuestión del contrabando inter-imperial a fines del siglo XVIII

Los historiadores de habla hispana del Río de la Plata han dedicado considerable atención a la cuestión del comercio ilícito en el período colonial, de modo que hoy sabemos que la cuestión del contrabando marítimo y terrestre, lejos de ser una anomalía constituyó un rasgo estructural de la economía rioplatense desde su verdadera conformación original¹. Otro tanto puede decirse de los historiadores de habla portuguesa que, a través de fecundos estudios recientes sobre los territorios de Rio Grande en el período colonial, han contribuido a precisar el carácter en cierto modo fundante que tuvo para la economía riograndense el comercio, legal e ilegal, con el Plata español². Gracias a estas contribuciones podemos decir que la palabra “contrabando” no hace del todo justicia a la importancia y naturaleza del fenómeno de los intercambios del Plata español con los territorios riograndenses.

En efecto, el activo intercambio de mercaderías, animales y personas esclavas que tenía lugar entre las regiones

* Facultad de Ciencias Económicas y Administración, Universidad de la República (Uruguay).

¹ MOUTOUKIAS, Z., *Contrabando y control colonial en el siglo XVII* (Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988). JUMAR, F., “Le commerce atlantique au Río de la Plata, 1680-1778” (Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales, 2000).

² KUHN, F., “A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII,” *Estudos Ibero - Americanos* XXV, no. 2 (1999); GIL, T. L., “Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)” (Universidad Federal do Rio de Janeiro, 2002). OSÓRIO, H., *O império português no sul da América. Estancieros, lavradores e comerciantes* (Porto Alegre: Universidad Federal do Rio Grande do Sul, 2007). PRADO, F. P., “In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Río de la Plata” (Emory University, 2009). MIRANDA, M. E., *A Estalagem e o Império, Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. (San Pablo: HUCITEC, 2009).

septentrionales del Plata español y las meridionales del imperio portugués durante la segunda mitad del siglo XVIII configura un caso de activo “mercado interno colonial” en el sentido de Assadourian (1982): un conjunto de intercambios entre regiones americanas especializadas en producir (o bien conducir desde su origen) bienes complementarios³. En el caso del Río de la Plata español septentrional, un espacio económico de clima templado, con abundancia de tierras y aguadas, dotado de ganado abundante y escasez de brazos, ofrecía animales bovinos y equinos vivos, y cueros, a cambio de bienes manufacturados (básicamente textiles pero también tabaco y aguardiente), además un bien de capital muy apreciado: los esclavos.

Así, la ilegalidad del tráfico entre los territorios españoles y portugueses en el Río de la Plata, sin ser un detalle menor, es sólo uno de los ángulos del problema. La ilegalidad del intercambio no debe opacar el hecho de que, todo indica que al menos en la segunda mitad del siglo XVIII, funcionaba un espacio económico integrado entre el extremo sur portugués y el norte platino español. De Montevideo a Río Grande (y de ese lugar a Río de Janeiro), de los campos al norte del Río Negro a Río Pardo (y desde allí a Sorocaba) funcionaban en el siglo XVIII unos circuitos comerciales muy potentes, cuya legalidad o ilegalidad era, en muchos sentidos y para muchos de los involucrados, apenas un detalle⁴. Hoy sabemos que la verdadera importancia de la cuestión del contrabando inter-imperial no es folclórica, sino que por el contrario, eso que llamamos “contrabando” muestra la realidad de una integración económica de vieja data entre espacios localizados a miles de kilómetros, que por cierto, habría de perdurar mucho más allá del periodo colonial.

Este texto anticipa algunos resultados de un esfuerzo de investigación en proceso, donde se busca analizar la cuestión de un cierto tipo de intercambios comerciales inter-imperiales ilegales en

³ ASSADOURIAN, C. S., *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico* (Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982).

⁴ GIL, T. L., "Relações sociais e políticas nas rotas mercantis de gado entre a Banda Oriental e São Paulo, final do século XVIII e início do século XIX," in *III Congresso Latinoamericano de História Econômica* (Bariloche: 2012).

el Río de la Plata. Se trata de los intercambios realizados por tierra (o por ríos y lagunas interiores) en el último cuarto del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX, entre los territorios de la orilla norte del Río de la Plata y lo que fue la Capitanía de Rio Grande do Sul. Este conjunto de circuitos, que en vez de dibujarse sobre la línea costera de los puertos se explayó sobre la pradera y la sierra, cobraron un vigor muy intenso en la segunda mitad del siglo XVIII.

Las razones de la intensificación de los intercambios “por el lado de atrás” de los puertos a partir de 1780 obedece a una superposición de factores, pero en el fondo, la causa última del proceso era la creación de una dinámica economía atlántica, que atraía como un torbellino las energías económicas de diversos espacios americanos.

En etapas anteriores de esta investigación se identificó una coyuntura de recrudescimiento del intercambio ilegal por estos circuitos, entre aproximadamente 1780 y 1810⁵. Al menos tres factores habrían concurrido a provocarla.

El primero de ellos es la intención de las dos coronas ibéricas, desde 1750, de definir en el terreno una línea demarcatoria de sus respectivas posesiones, sea de manera diplomática o mediante la guerra. Como ha explicado Helen Osório, la indefinición de los límites inter-imperiales primero, y los -más o menos fallidos- intentos por demarcarlos desde 1750, fueron el telón de fondo sobre el cual cobraron forma importantes rasgos de la economía y la sociedad del extremo más meridional del Brasil portugués. La frontera sin marcar -o imperfectamente marcada luego de los tratados de 1750 y 1777-, y la guerra -que de modo latente o declarado acompañaba cada etapa del proceso- señalaron la historia económica y social de esos territorios. Entre 1750 y el final del siglo XVIII los desplazamientos civiles y militares derivados de las sucesivas ocupaciones y retiradas de las tropas enemigas, el sistema de milicias privadas que compensaba la insuficiencia de ambos ejércitos regulares, la necesidad de recompensar a esas milicias con botines de guerra, las deserciones

⁵ MORAES, M. I., “Las economías agrarias del Litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeño” (Universidad Complutense de Madrid, 2011).

frecuentes, propiciaban un ambiente perfecto para el desarrollo generalizado del contrabando terrestre entre los territorios al norte de Montevideo y el extremo sur del Brasil portugués⁶.

En este marco, merece una mención especial el hecho de que, con la firma del Tratado de San Ildefonso en 1777, se acordó establecer en terreno una “zona neutral” de varios kilómetros a ambos lados de la línea de frontera terrestre, que era también una “tierra de nadie” política y militar. A su regreso a España tras 20 años como miembro español de la frustrada empresa demarcadora de los límites de 1777, Félix de Azara, denunció que:

“(…) el terreno neutral, sobre complicar y dificultar la demarcación con duplicada frontera y trabajo, había de servir principalmente para abrigar a los facinerosos, ladrones y contrabandistas” ya que “el comercio ilícito se hace más francamente por despoblados que por donde hay población, y sobre todo si el despoblado es tal que nadie puede entrar en él, de cuya calidad es el neutro”⁷.

Junto a la cuestión de los límites, el segundo factor crucial para el desarrollo del contrabando terrestre durante la segunda mitad del siglo XVIII, fue el surgimiento de una nueva economía del cuero en el Río de la Plata español. Aunque la región rioplatense siempre había exportado cueros hacia los mercados atlánticos, el negocio del cuero empezó a cobrar una escala mayor a partir de la década de 1760. La mayor frecuencia de buques que entraban y salían del sistema portuario rioplatense, como resultado de las reformas borbónicas, dieron al comercio con los mercados atlánticos una intensidad y una configuración general novedosas con respecto a la primera mitad del siglo XVIII, proceso que por otra parte, debe entenderse en marco de la formación de una pujante economía atlántica a escala continental. Las exportaciones de cueros desde el complejo portuario platense, que ya habían experimentado un período de auge entre la segunda y la cuarta

⁶ OSÓRIO, H. Op. cit.

⁷ AZARA, 1943 [1805], p. 29-30.

década del siglo XVIII⁸ para luego decaer, volvieron a conocer un furor después de 1780. Las exportaciones legales de cuero por los puertos del Río de la Plata (Montevideo, Buenos Aires y Colonia), que en la primera mitad del siglo habían totalizado cerca de 160.000 unidades por año, en las décadas de 1760 y 1770 promediaron los 200.000 cueros por año, en la de 1780 alcanzaron los 400.000 por año y en las de 1790 y 1800 llegaron en promedio a los 600.000 cueros por año⁹. Este cambio de escala del comercio exportador de cueros por las vías legales tuvo diversos efectos sobre los paisajes ganaderos del Río de la Plata español.

Entre ellos, convirtió a los animales cimarrones que abundaban en la campaña de Montevideo y en las extensas estancias misioneras, en objeto de codicia puesto que era el cuero de estos animales el que engrosaba los números citados arriba. Para hacer una “faena de corambre” era necesario organizar una expedición de hombres armados, abandonar el hinterland de las ciudades, internarse en búsqueda de animales cimarrones y errar por el campo durante meses, matando los animales y haciendo los cueros. Del lado español el negocio exigía un permiso legal concedido por las autoridades, y para obtenerlo, era preciso alegar derechos de propiedad sobre los ganados objeto de la faena. Muy pronto se disparó, del lado español, una verdadera batalla por el control los innumerables ganados cimarrones que todavía pastaban por los campos al norte del Río de la Plata. Nuevos y viejos agentes se arrojaron sobre unos cimarrones que hasta entonces no despertaban la codicia de nadie.

Finalmente, para comprender el recrudescimiento del intercambio entre portugueses y españoles en la orilla norte del Río de la Plata es necesario hacer referencia sumaria el conflicto entre misioneros y montevideanos por los ganados cimarrones. Los pueblos del conglomerado misionero localizado entre los dos principales afluentes del Plata (el río Uruguay y el río Paraná) controlaban desde la mitad del siglo XVII, con grados variables de

⁸ JUMAR, F. Op cit.

⁹ MORAES, M. I. y STALLA, N., " Antes y después de 1810: escenarios en la historia de las exportaciones rioplatenses de cueros desde 1760 hasta 1860 " *Documentos de Trabajo - Sociedad Española de Historia Agraria* (2011).

eficacia según el período, los pastos y aguadas más importantes de un territorio comprendido entre, aproximadamente, las cuencas del río Ibicuy y del río Jacuí (al norte) y el río Negro (al sur). Allí habían montado desde los albores del siglo XVIII un sistema ganadero de escala masiva organizado en estancias propiedad comunal. Los pueblos de Yapeyú y San Miguel encabezan la producción pastoril misionera, pero no eran los únicos que tenían estancia en ese vasto espacio.

A partir de 1770 el pueblo de Yapeyú empezó a organizar un sistema de producción sistemática de cueros con sus rebaños cimarrones, empresa que constituía una novedad puesto que hasta entonces la estancia de Yapeyú producía carne bovina, caballos mansos, mulas, lana y hasta leche¹⁰. En el marco de esta expansión de sus actividades económicas, Yapeyú emplazó en 1774 un foco de producción de cueros muy cerca de la frontera norte de la jurisdicción de Montevideo, entre el Río Negro y el río Yi. Desde 1779 hasta 1785 funcionaron vaquerías oficiales de Yapeyú en ese lugar. Los otros pueblos misioneros que tenían estancia siguieron su ejemplo, y cada cual haciendo uso de sus antiguos derechos comunales, practicó faenas de cueros con diversa intensidad hasta el final del siglo XVIII, en diversos emplazamientos de sus estancias comunales localizadas en territorios vecinos al Brasil portugués.

Por otro lado, en la jurisdicción de Montevideo la coyuntura económica posterior a la liberalización del comercio de 1778 dio lugar al surgimiento de unos agentes auto-denominados “hacendados de Montevideo” interesados en disputarles a los misioneros el control de los ganados cimarrones. Un memorial anónimo de 1794 llamó a estos nuevos agentes “*falsos hacendados*”, ya que por lo general eran comerciantes ricos de las ciudades españolas del Litoral rioplatense, que decidían dedicarse a la cría mediante un “*aparato de estancia*” (sic) con el objetivo fundamental de obtener licencia para matar cimarrones y hacer cueros¹¹. Para

¹⁰ SARREAL, J., *The Guaraní and Their Missions: A Socioeconomic History* (Stanford University Press, 2014).

¹¹ ANÓNIMO, "Noticias sobre los campos de Buenos Aires [y] Montevideo para su arreglo," *Revista Histórica*, (Montevideo: Museo Histórico Nacional, 1953 [1794]).

convertirse en hacendados, estos hombres de negocios recién llegados al negocio rural, recurrían al sistema de las “denuncias” de tierras realengas, admitido por la legislación hispana vigente¹². Este mecanismo le permitía al denunciante manifestar su interés en hacerse propietario de una porción de tierras; en las circunstancias de entonces ese recurso fue utilizado por los pretendientes para alegar derechos de propiedad sobre los animales cimarrones refugiados en las rinconadas de las tierras “denunciadas”, y de ese modo legalizar sus “faenas de corambre” a cuenta de unos derechos de propiedad todavía no obtenidos. Como estos nuevos “hacendados” solían denunciar superficies muy extensas de tierra, la voracidad por los ganados cimarrones bien pronto disparó un proceso de “latifundización” del paisaje agrario al norte del Río de la Plata que alarmó a los ilustrados funcionarios de la Corona española, tanto en Buenos Aires como en Aranjuez¹³.

Además del acaparamiento de tierras, según unos cuantos observadores de la época estos agentes contribuyeron al recrudescimiento del contrabando de diversas formas, como se verá en este texto más adelante. En los hechos, la controversia por quiénes tenían derechos legítimos de propiedad sobre el ganado cimarrón parece haber dado carta blanca para todo tipo de operaciones ilegales en los campos fronterizos por parte de todos los agentes, fenómeno que esencialmente drenaba recursos hacia el lado portugués, y cuyos detalles también se verán en el cuerpo central de este texto.

Hacia fines del siglo XVIII el negocio del contrabando de animales y cueros por la línea fronteriza había alcanzado proporciones importantes. Según un cálculo realizado por el Segundo Comandante de los Resguardos de Montevideo Don Cipriano de Melo¹⁴, el quinto real recaudado en los Dominios de

¹² “Denunciar” una parcela de tierra realenga ante la Real Hacienda era equivalente a expresar intención de aposentarse legalmente en ese lugar.

¹³ Véase: Archivo General de Indias, Buenos Aires 333; “Expediente del Virrey Loreto con Sanz, para el arreglo de los campos de Montevideo”.

¹⁴ Manuel Cipriano de Melo, desertor del ejército de Su Majestad Fidelísima en 1772 durante la ocupación de Cevallos, se instaló en Montevideo y alcanzó el cargo de Segundo Comandante de los Resguardos de Montevideo en la década de 1780. En 1784 fue acusado y juzgado por cargo de introducción ilícita de cueros a aquel puerto, de

Su Majestad Fidelísima alcanzaba en los años cercanos a 1789 a 50 mil cueros anuales, y para llegar a ese volumen se requería la matanza de medio millón de reses por año, un “*número que no pueden sufrir las Estancias Portuguesas por estar recién pobladas, y porque sus terrenos son muy cortos y poco a propósito para semejante producto sin perjuicio de las crías. Es preciso concluir que este gran negocio sale precisamente de nuestras campañas*”¹⁵. En 1790-1794 el administrador de la Aduana de Buenos Aires estimó que esa “asombrosa saca” de cueros alcanzaba las 200.000 unidades por año¹⁶.

Este texto ofrece un repaso sumario sobre la visión que se tenía de este fenómeno entre los funcionarios del virreinato del Río de la Plata. Se han revisado memoriales e informes diversos producidos en la coyuntura del agravamiento del tráfico ilegal por tierra, ríos y lagunas interiores entre 1780-1805 entre funcionarios del Virreinato del Río de la Plata de diversa jerarquía, así como un amplio conjunto de informantes calificados por ellos consultados. La mayoría de las fuentes primarias comentadas aquí forman parte de un voluminoso expediente iniciado en 1787 en la órbita de la Intendencia de Buenos Aires y el Virreinato del Río de la Plata, que buscaba establecer la mejor forma de resolver el conjunto de problemas asociados al conflicto por el control de los ganados cimarrones, entre los cuales el recrudecimiento del contrabando ocupaba un lugar principal para las autoridades españolas¹⁷. Por razones de espacio no se presenta en este texto una crítica global

mercaderías portuguesas y especialmente de estar vinculado a una red clandestina de tráfico de esclavos desde Río Grande y Río de Janeiro. A pesar de que el fiscal de la Real Audiencia reunió evidencias comprometedoras y pidió la separación inmediata del cargo del imputado, Cipriano de Melo fue sobreseído de todos sus cargos en 1786 por una Real Orden venida directamente de Aranjuez y continuó en su cargo, desde donde informó sobre la realidad del contrabando en el informe que se cita arriba.

¹⁵ EPARCV, f. 264v. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790.

¹⁶ BARBA, 1955-a, p. 280.

¹⁷ Archivo General de la Nación Argentina. Sala IX. Legajo 24 . Expediente 7. *Año 1787. Expediente sobre el arreglo y resguardo de la campaña deste virreinato* (en adelante EPARCV). Puede verse un edición completa de la serie documental en: (sin autor) *El arreglo de los campos*, Colección Clásicos Uruguayos, vol. 199 (Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2015).

de esa fuente, que ha sido formulada con detalle en otro lugar¹⁸. Es útil saber que el expediente de 1787 fue cerrado en 1805 con un conjunto de medidas que buscaban resolver el haz de problemas tratados¹⁹.

2. La cuestión del contrabando vista por los funcionarios del Virreinato del Río de la Plata

2.1. “La raíz del mal”

El fenómeno del recrudescimiento del comercio ilegal de tropas y cueros con Portugal a partir de 1780 llegó a las autoridades del Río de la Plata por múltiples vías.

Una de las voces que se hicieron oír fue las de los hacendados de Montevideo, que en un cabildo abierto realizado en 1781 en esa ciudad, resolvieron llevar a la capital virreinal su cuestionamiento de los derechos de los pueblos misioneros al ganado cimarrón alojado entre el Río Negro y el río Yí. Aunque apenas unos años antes el cabildo de Montevideo había reconocido por escrito el derecho de los misioneros a explotar esos ganados, en 1781 el cuerpo decidió lanzar lo que sería una prolongada batalla legal, y sobre todo política, que buscaba deslegitimar los derechos de los pueblos misioneros para hacerse del control exclusivo no sólo de los ganados, sino también de las tierras de las antiguas estancias misioneras. Reunieron una batería de argumentos.

El primero de ellos era el mismo que habían utilizado todos quienes alguna vez reclamaron derechos sobre animales cimarrones en el Río de la Plata español: alegaron que los animales en disputa eran la descendencia de animales huidos (“alzados”) de sus estancias en tiempos pretéritos.

El segundo argumento era que estaban siendo perjudicados por la actividad de los misioneros; se declararon

¹⁸ MORAES, M. I., "Introducción," in *El arreglo de los campos* (Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2015).

¹⁹ Archivo General de la Nación (Argentina), Sala IX, Legajo 144, Expediente 9. “Expediente Sobre el arreglo de los campos de la otra Banda. Escribanía Mayor de Gobierno. En Buenos Ayres año 1794”.

víctimas de “*gravísimos perjuicios*” a consecuencia de “*las crecidas extracciones de cueros y vaquerías que habían hecho (los misioneros) de los ganados que nos corresponden*”²⁰. Además, acusaron al Administrador General de Misiones de haber llevado las faenas misioneras demasiado cerca de la campaña montevideana y de haber tomado por misionero los ganados alzados, ya no en el pasado sino en el presente, de sus estancias. Por último, denunciaron que por culpa de las faenas misioneras había recrudecido el contrabando de cueros hacia Portugal, así como una serie de desórdenes rurales cuya responsabilidad, decían, recaía en el Administrador General de Misiones, así como sus “*sus dependientes y paniaguados*”²¹.

Los hacendados montevidianos exageraban sus perjuicios y ocultaban el hecho de que los más grandes faenadores del ganado cimarrón disperso dentro y fuera de la campaña montevideana eran ellos mismos. Cuando para atender su reclamo las autoridades virreinales ordenaron en 1784 al Contador de Propios que viajara a Montevideo e hiciera una pesquisa de los libros de la Real Caja y la Aduana de esa ciudad, el funcionario de la Real Hacienda constató que desde 1772 hasta 1784 los pueblos misioneros habían faenado 361.078 cueros y los hacendados montevidianos 1.220.989²². Ante las recientes oportunidades de hacer negocios con los cueros, a estos agentes los motivaba el afán de lucro y la ambición de acceder de manera irrestricta a los ganados cimarrones de las estancias misioneras, mucho más que la preocupación por las pérdidas que la Real Hacienda española pudiera sufrir por efecto del contrabando.

De hecho, el personal jerárquico encargado de la represión del contrabando en Montevideo pensaba que los hacendados no eran ajenos al recrudecimiento del tráfico ilícito con Portugal. El Comandante de Resguardos del Puerto de

²⁰ Archivo General de Indias, Buenos Aires 333; *Ibidem.*, Representación de los hacendados de Montevideo pidiendo que el litigio que llevan adelante en Buenos Aires sobre pertenencia de ganados alzados se mande sustanciar por el Virrey y no por el Intendente.

²¹ *Ibidem.*

²² EPARCV, f. 83. Nota del Intendente Francisco de Paula Sanz al Virrey Marqués de Loreto, 4 de agosto de 1785.

Montevideo Francisco de Ortega y Monroy, en el informe que preparó en 1784 sobre el asunto por encargo de su superior el Intendente de Buenos Aires, dijo que una parte del problema:

“[son] los mismos Hacendados, que hasta ahora viven sin regla ni disciplina alguna, siendo unos encubridores de Ladrones, Desertores, y contrabandistas (...) pues... necesitan a estos para ocuparlos en hacer corridas clandestinas al campo para introducirles ganados orejanos, para hacer cueros faenados clandestinamente, y para las matanzas de vacas que ordinariamente están ejecutando (...)”²³.

El Virrey Loreto pidió su opinión sobre estos asuntos al célebre desertor portugués refugiado en Buenos Aires, ex miembro de la partida demarcadora del tratado de 1750, ex gobernador de Río de Janeiro y ex gobernador de Rio Grande, el Brigadier José Custodio de Sá y Faria. El alto militar portugués opinó en 1789: “Es cierto que muchas partidas de ganado llevan los ladrones a las fronteras del Río Pardo, tanto Españoles, como Portugueses; pero creo que la mayor parte es del ganado de los campos de Misiones, y muy poco de las estancias particulares (...)”²⁴.

El Segundo Comandante de los Resguardos de Montevideo, en un informe lapidario presentado en 1789 afirmó:

“(...) los ricos [hacendados] conservan en sus haciendas un corto número de ganado en rodeo, cuyos partos yerran, y a la sombra de éste se hacen dueños de todo el que quieren, a pretexto de que se les ha alzado o ahuyentado una gran parte. De este pretexto nacen las correrías que hacen los Pueblos de Misiones y los ricachos del Pueblo haciendo corambre tan a poca costa (...) Pero el mayor mal es que, perseguidos los ganados en la proximidad de nuestra Población y en el Centro del Campo, se han ahuyentado

²³ EPARCV; f. 6. Dirigida a Francisco de Paula Sanz, firmada Francisco de Ortega y Monroy. Buenos Aires 27 de julio de 1784.

²⁴ EPARCV, f. 251v. Dirigida al Excelentísimo Señor Marqués de Loreto, firmada por José Custodio de Sá y Faria. Buenos Aires, 30 de julio de 1789.

según su propiedad recostándose a las sierras y bosques de la frontera, de donde se han surtido y surten los Portugueses, y a donde acuden los changadores, tomando con este motivo, conocimientos en el País extranjero, y aprovechando la ocasión de introducir efectos de contrabando: **esta es la raíz del mal**, este es el punto de vista a que deben dirigirse las miras de Vuestra Excelencia”²⁵.

Francisco de Ortega y Monroy, por su parte, opinaba que una de las razones de mayor peso para la intensificación del tráfico ilícito era: “(...) el fomento, auxilio y socorro que hallan en todas partes los portugueses para (se puede decir) **vivir de asiento en nuestros campos**, llevándose el ganado y los Cueros a los suyos, introduciéndonos ahora grandes porciones de Tabacos y algunos Negros, y en habiendo Guerra, otros muchos géneros”²⁶.

2.2. “Miserables de vida arrastradísima”

El personal involucrado en las faenas clandestinas y el tráfico ilegal despertó todo tipo de recelos entre las autoridades.

En primer lugar preocupaba la presencia de vasallos de Portugal. En 1790 un funcionario de Montevideo llegó a afirmar que la población civil portuguesa implicada en el tráfico ilegal alcanzaba a formar agrupamientos estables en tierras del lado español:

“Hállanse poblados en el día algunos Portugueses advenedizos y agregados, en los parajes del [río] Cordobés, Río Negro y otros destinos de la Jurisdicción, entre los mismos hacendados, con algunos animales y ranchos que ha[n] ido haciendo. Estos son capa y auxilio y espía de sus paisanos los contrabandistas, que con este título y el de parientes se tratan y comunican (...) a estos (...) aun

²⁵ EPARCV, F. 247. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790. Negritas de la autora.

²⁶ EPARCV 1787, f.6v. Dirigida a Francisco de Paula Sanz, firmada Francisco de Ortega y Monroy. Buenos Aires 27 de julio de 1784.

cuando estuvieran casados debían expatriarse de semejantes parajes, y que pasasen a hacer sus cultivos a la campaña de Buenos Aires”²⁷.

Sin embargo, todo el tiempo surgían indicios de que españoles y portugueses operaban de conjunto en el tráfico ilícito. Cuando en 1783 un militar contratado por el pueblo de Yapeyú para vigilar sus ganados apresó una cuadrilla de hombres que, según su criterio, hacían cueros con ganados de los misioneros en la orilla del río Olimar Chico (cuenca de la Laguna Merim), se hallaba entre ellos Lorenzo de la Rocha, “natural de los Reinos de Portugal” de 25 años de edad, ocupado como desollador. Era el único portugués en una lista de siete apresados: los demás eran de Paraguay, Buenos Aires, Santiago de Chile y Montevideo. Todos habían sido contratados por la poderosa Francisca de Alzaybar (a) La Mariscalá, viuda del primer gobernador de Montevideo y hacendada de gran fortuna, para faenar ganados sin marca en la cuenca de la Laguna Merim. No pudieron exhibir una licencia en regla para ejecutar esta actividad²⁸.

Los funcionarios de ambas coronas que conocían bien el Río de la Plata sabían de esta connivencia. En 1784 ex Virrey del Río de la Plata Juan José de Vértiz escribió, en Madrid, al Ministro de Indias José de Gálvez: “(...) nada hay exagerado en la relación que hacen de los perjuicios que experimenta aquella Provincia [se refiere al Río de la Plata] por los excesos que cometen las tropas Portuguesas, los contrabandistas y ladrones de esta Nación, y de la Española”²⁹.

Luego de recordar las medidas que tomó durante su mandato, el ex virrey opinó que ninguna medida tomada del lado español sería efectiva,

“(...) subsistiendo en aquel destino el Brigadier Don Rafael

²⁷ EPARCV, f. 262v. Dirigida a Josef Varela y Ulloa, firmada Lorenzo Figueredo. Refiere al establecimiento de las nuevas guardias. Montevideo, 30 de abril de 1790.

²⁸ EPARCV, f. 43 y 143v. Informe de Antonio Pereyra al Virrey Juan José de Vértiz, 15/09/1783.

²⁹ EPARCV, F. 56.

Pintos Bandeira. Este con sus hermanos hacen por sí y [también] fomentan, el robo y trato ilícito, que subsistirá si la Corte de Lisboa no estrecha al Virrey del Brasil a que concurra de buena fe a evitarle, como lo indiqué en mi oficio de 22 de Febrero de 1783”³⁰.

Vértiz no erraba en adjudicarle protagonismo a Pintos Bandeira. Como ha mostrado con detalle Tiago Gil, el militar riograndense encabezaba una poderosa y sofisticada red -entre familiar, política y de negocios ilícitos- que operaba entre Río Grande, la Laguna Merim y Rio Pardo, con conexiones en todas las rutas que unían el territorio más austral de la capitania de Río Grande a los espacios económicos y demográficos catarinenses y paulistas³¹.

Los funcionarios españoles se referían al personal ocupado en las fanas clandestinas de cueros, como “changadores”. Según un memorial anónimo de 1794:

“El changador es un hombre en cuya sola persona está cifrada toda su familia y todas sus obligaciones. Regularmente hablando son solteros y proceden de un regimiento de donde se desertaron, de un navío en que navegaron como marineros o polizones, de una cárcel que quebrantaron, de una partida contrabandistas de algún pueblo portugués vayano (sic), o finalmente, de los mismos naturales de esta campaña (...)”³²

En general los funcionarios de Virreinato del Río de la Plata no dudaron en incluirlos adentro de una “*casta de gente bandida*” y presentarlos como un ejército rebelde en potencia:

“(...) si estos hombres se agavillasen alguna vez con el propósito de resistirse sostendrían una defensa vigorosa, y costaría mucho llegar a sujetarlos, porque es un linaje de gente que no ha visto la cara al miedo, que tiene por oficio

³⁰ Idem ant.

³¹ GIL, T. L. Op. cit.

³² ANÔNIMO. Op. cit.

lidiar con fieras bravas y burlarse de ellas con facilidad, y que estiman sus vidas en muy poco (...) no necesitan los estímulos del honor ni el apetito de la ambición para sacudir la cobardía³³”.

Pero también hubo quien se atrevió a presentarlos como lo que eran, unos desposeídos que se ponían el pellejo para beneficio de otros. El Segundo Comandante del Resguardo de Montevideo, Cipriano de Melo, levantó una voz de empatía hacia los “changadores, en quienes vio el eslabón más débil de la cadena de agentes involucrados en el tráfico ilícito. En un extenso informe de 1790 el militar estimó que el tráfico ilícito de animales vivos y de cueros por las áreas interiores del Río de la Plata podía valuarse en 250 mil pesos españoles por año, lo que en 5 años totalizaba 1.250.000 pesos. Se preguntó:

“¿Dónde está este inmenso caudal? (...) Es preciso creer que está repartido entre los ladrones del campo que llaman changadores, y que por consiguiente estos están nadando en oro, o son infinitos. Pero yo, que casi puedo decir que los conozco, sabiendo que no son tantos y que están en la mayor miseria, no puedo convenir en que sean estos miserables los dueños del negocio, y antes bien me persuado que estos pobres hombres pasan una vida arrastradísima, trabajando para amos crueles (...)”³⁴.

Su punto de vista no es un mero detalle compasivo. Cuando Cipriano de Melo escribió su informe ya se había ensayado una severa política represiva de los “changadores” por parte del Virrey Loreto entre 1784-1789 y estaba a consideración de las más altas autoridades la instalación de un tribunal especial con dependencia directa del Virrey y cuyas potestades judiciales incluían la aplicación de la pena capital sin proceso previo, a la

³³ Ibid. Pag. 361.

³⁴ EPARCV, f. 265. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790.

manera del temible “Tribunal de la Acordada” que funcionaba en el medio rural de la Nueva España³⁵.

2.3. Modus operandi

Entre 1787 y 1789 el Gobernador de Montevideo Joaquín del Pino consultó a varios informantes calificados sobre la mejor forma de disponer un sistema de guardias de frontera entre la jurisdicción de Montevideo y la línea demarcatoria con los territorios de Portugal. Entre sus informantes figura un “confidente” anónimo; un vasallo de la Corona española preso en Montevideo por un delito que la fuente no permite saber, quien reconoció al inicio de su declaración que “he reconocido el motivo y causa de todo esto a causa de tener experiencia de ello”³⁶. Su testimonio es muy útil para conocer el modus operandi de los contrabandistas que actuaban en el territorio fronterizo. En primer lugar, este informante denunció que las guardias españolas reclutaban como baquianos, por ser los mejores conocedores del terreno, a vasallos portugueses insertos en redes parentales o de amistad del lado portugués: “(...) los más de ellos [son] portugueses y con este motivo miran más a los suyos, y no a nuestra Patria y nación. Dejo aparte esto: el que no tiene padres o hermanos entre ellos, tiene parientes o amigos en su tierra, y estos se están continuamente carteándose con ellos, por [medio de] los que van y vienen”³⁷.

Consultado José Custodio de Sá y Faría sobre si los baquianos empleados en perseguir contrabandistas debían ser portugueses o españoles, opinó: “(...) en unos y otros se debe

³⁵ El Tribunal de la Acordada aparece propuesto en un memorial del Virrey Marqués de Loreto al Intendente de Buenos Aires Francisco de Paula Sanz en agosto de 1784, en otro del ex – Virrey Juan José de Vértiz al Secretario de Indias José de Gálvez el 5 de setiembre de 1784 y en un tercero de Francisco de Paula Sanz al Virrey Loreto en agosto de 1785. La idea fue descartada por los jueces de la Real Audiencia que tomaron medidas en 1805, con argumentos sobre la ineficiencia e injusticia de reprimir al eslabón más débil de la cadena de agentes del contrabando. Véase: MORAES, M. I.

³⁶ EPARCV, f. 237v. Extracto de avisos confidenciales incluidos en el expediente por decreto del 20 de abril de 1789.

³⁷ EPARCV, f. 237. Ídem ant.

confiar muy poco, porque casi todos, de ambas naciones, han sido contrabandistas y los más, ladrones de ganados; y por esta razón y ejercicio es que han adquirido el conocimiento de aquellas campañas”³⁸.

Todos estaban de acuerdo en que, como habría de afirmar con palmaria claridad el Segundo Comandante de los Resguardos de Montevideo en 1790: “Los hombres de bien ignoran de ordinario hasta los nombres de unos parajes que no frecuentan sino los delincuentes”³⁹

Por su lado, el presidiario confidente afirmó que los arreos de ganado de los pueblos misioneros, efectivamente, contribuían a dispersar el ganado si se hacían muy próximos a la línea demarcatoria. Pero agregó que esto era posible por el siguiente motivo:

“ (...) por haber [del lado español] mucha gente de mal vivir, que no se ejercitan en otro oficio que robar todo cuanto pueden al vecindario, y llevar al Río Pardo, (...) se está viendo continuamente varias poblaciones que las dejan asoladas al partirse para Río Pardo, pues me consta saber que hay costumbre entre ellos para venir a robar a Montevideo”⁴⁰.

Estos sujetos “de mal vivir” circulaban con facilidad por territorio portugués. Afirmó haber visto grupos humanos muy numerosos ocupados en las tareas de hacer cueros de forma clandestina en los campos portugueses:

“ (...) habiendo yo pasado a últimos de 1782 en las inmediaciones y estancias del Río Grande, he encontrado haciendo cueros por [en]cima de trescientos hombres gauderios, y habiéndole yo preguntado a varios portugueses

³⁸ EPARCV, f. 251. Dirigida al Excelentísimo Señor Marqués de Loreto, firmada por José Custodio de Sá y Faria. Buenos Aires, 30 de julio de 1789.

³⁹ EPARCV, F. 269V. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790.

⁴⁰ EPARCV, f. 239. Extracto de avisos confidenciales incluidos en el expediente por decreto del 20 de abril de 1789.

que cómo consentían a esta gentes en sus terrenos (...), me respondió uno de ellos que es el que hacia la veces de Oficial Real entre nosotros (...) me dijo, a nosotros lo Portugueses [no] nos tiene cuenta esta gente, que entren y salgan –pues- todos. Como a más de esto [ese funcionario] lleva en este año cobrados de quintos 5700 cueros, puede considerar Vuestra Excelencia cuanto de quintos será esto, que será los que les ha entrado por alto”⁴¹.

Según él, cuando los contrabandistas se sabían perseguidos por una partida militar del lado español, entraban en territorio lusitano, vendían en las estancias de Río Grande los animales que llevaban (“que estos verdaderamente suelen ser robados”); compraban los artículos que se proponían llevar al lado español, fletaban canoas para conducirlos de manera subrepticia por la laguna Merim, y regresaban al lado español “introduciéndose por varios arroyos que tiene este campo”, de manera que a los ocho días se hallaban en las poblaciones de la jurisdicción de Montevideo. Su conclusión era evidente: “Considere Vuestra Excelencia cómo es posible que las partidas que se hallan en la sierra los han de decomisar ni prender, si se le va el pájaro por otro rumbo”⁴².

2.4. La geografía del contrabando

Por estas razones, opinaba el mismo informante que había que “tapar el paso más principal, que es el de la Laguna Mini”⁴³. El autor insistió en que “la Laguna Miní (...) es una capa de muchas maldades...no teniendo partida [guardia militar] en la Laguna no es dable el limpiar, y quitando esta Laguna se ahorra la mayor parte de tropa [en otros parajes]”⁴⁴.

⁴¹ Ídem, f. 241.

⁴² EPARCV, f. 242v.; ídem.

⁴³ Ídem, ídem.

⁴⁴ EPARCV, f. 247; ídem.

Las referencias a la Laguna Merim como espacio privilegiado para la acción de los contrabandistas son recurrentes. Otro entendido en el tema opinó:

“Esta laguna merece con más razón el nombre de mar con que se condecora el Mar Caspio. Hace horizonte, y pueden en ella navegar buques de todos tamaños. Como al mismo tiempo está rodeada de sierras, tiene las ventajas de un puerto abrigado, y todas estas circunstancias convidan a los contrabandistas portugueses a acercarse, a tiempo convenidos con los barcos (...), para conducir las corambres hechas en nuestros terrenos y desembarcar los efectos de su pago”⁴⁵.

Consultado Sá y Fariá sobre las versiones que decían reconocer gran gentío en las estancias de Río Grande, dijo:

“No tengo duda en la aserción (...) sobre que en las inmediaciones de las estancias del Río Grande hallase [gente] haciendo cueros, porque llevando el ganado hasta ellas, los harán allí con más comodidad y sin susto de perderlos”⁴⁶.

Diversos informes permiten saber que además de la Laguna Merim, había otros corredores terrestres por donde entraban al reino de Portugal los animales bovinos robados, que según el confidente anónimo ya citado, podían verse en tropas de seis mil [y] de diez mil cabezas”⁴⁷. Al parecer, el espacio entre la laguna y las “sierras de Batoví” ofrecían diversos caminos y atajos de difícil inventario, porque como aseguró el Segundo

⁴⁵ EPARCV, f. 267v. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790

⁴⁶ EPARCV, f. 252, Dirigida al Excelentísimo Señor Marqués de Loreto, firmada por José Custodio de Sá y Fariá. Buenos Aires, 30 de julio de 1789

⁴⁷ Ídem, ídem.

Comandante de Resguardos de Montevideo, “cerrados unos se abren otros cuando el interés lo pide”⁴⁸

El otro punto geográfico referido de manera insistente con relación al contrabando en los informes españoles es Río Pardo.

Custodio de Sá y Faria aportó elementos que permiten entender hasta qué punto el contrabando era un modo de vida en aquel lugar, incluso para aquellos que se supone estaban encargados de defender la frontera:

“En la Frontera del Río Pardo, cuando algún oficial subalterno está destituido de medios para su existencia, le dan el comando de una guardia de la frontera para se restablecer (sic): ellos no vencen [=ganan] allí más que el sueldo ordinario, con que debemos suponer que los contrabandistas, digo contrabandos, los auxilian en sus indigencias, y siendo esto así, ¿cómo será posible que estos comandantes celen el real servicio como deben? Los Gobernadores [de la Capitanía de Río Grande] pasarán repetidas órdenes para evitar el comercio clandestino, más sin efecto”⁴⁹.

3. A modo de conclusión

La evidencia presentada en este texto aporta elementos para conocer el funcionamiento de ese peculiar *mercado interno colonial* que unía los espacios ganaderos del Río de la Plata español con los ejes dinámicos del Brasil portugués en las décadas finales del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX. Se trataba de un mercado cuyo origen debe buscarse en la primera mitad del siglo XVIII, pero cuya actividad había recrudescido y se había reconfigurado a partir de 1760.

La abundante documentación producida por los funcionarios borbónicos del Río de la Plata entre 1780 y el comienzo del siglo XIX muestra que tenían un detallado

⁴⁸ EPARCV, f. 267. Dirigida a Nicolás de Arredondo, firmada Manuel Cipriano de Melo. Buenos Aires, 16 de julio de 1790.

⁴⁹ EPARCV, f.254; ídem ant.

conocimiento del fenómeno. Lograron ese conocimiento gracias a un minucioso proceso de recolección de información a todos los niveles del gobierno en la región, a la consulta de informantes portugueses emigrados, altamente calificados para opinar, y a un intenso intercambio de datos y opiniones.

Así, puede decirse que los funcionarios del Río de la Plata español tenían diversos elementos sobre los factores que habían hecho recrudecer el tráfico ilícito en la coyuntura del momento. Sabían que la intensificación de las faenas de cueros por parte de agentes del lado español (misioneros y montevideanos) era un factor principal. Por un lado, estas actividades ampliaban la frontera ganadera de los sistemas agrarios rioplatenses en dirección a las tierras de Portugal. Por otro lado, las faenas clandestinas de cueros involucraron de diversas formas a agentes del extremo sur brasileño. Ambas cosas acortaban distancias (geográficas, económicas, sociales) y estrechaban los vínculos entre vasallos de ambas coronas ibéricas. Es útil saber que cuando fueron tomadas las medidas de 1805 predominó un diagnóstico que veía en la abundancia de ganados cimarrones la causa última del “desorden”. En otro texto se analiza hasta qué punto esta lectura del problema entre los españoles por un lado eludía la tentación fácil de culpar al vecino portugués, y por el otro abría el cauce a la privatización de ganados y tierras comunales y realengas⁵⁰.

Los informes producidos por los funcionarios también revelan la información que tenían sobre los sectores subalternos involucrados en estos tráficó ilícitos, y sobre su manera de operar en el tráfico. Aunque los documentos abundan en caracterizaciones de estos elementos como “gauderios” y “gentes de mal vivir”, también revelan la diversidad de percepciones sobre la peligrosidad de estos sujetos y la ambigüedad con que los funcionarios se plantaban frente ellos. Si bien, como se vio en este texto, fueron varios los que propusieron medidas severas de represión de estos sectores, es útil saber que la política que se

⁵⁰ MORAES, M. I. y RODRÍGUEZ ARRILLAGA, L., "Propiedad comunal y propiedad individual en las reformas agrarias del Río de la Plata durante el período colonial tardío," in *V Congreso Latinoamericano de Historia Económica* (San Pablo: 2016).

habría de formular finalmente en 1805, buscaba por el contrario su inserción en el mundo de la legalidad y la productividad⁵¹.

Finalmente, se conocía con cierto detalle la geografía del contrabando. Si bien los documentos en este sentido están plagados de referencias que no son fáciles de identificar actualmente, en la mayoría de los casos revelan un esfuerzo sin pausa por localizar de manera precisa los principales enclaves de faenas clandestinas y los caminos que hacían posible el tráfico.

⁵¹ Ibid.

PECUARISTAS BRASILEIROS NO URUGUAI: SOBERANIA E CIDADANIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Carla Menegat¹

A ocupação da metade norte da atual República Oriental do Uruguai por luso-brasileiros remonta ao fim do período colonial e marca a própria conformação da espacialidade da região. A fonte mais utilizada pela historiografia² para estudar os proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai tem sido o Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros do ano de 1850³. No anexo A do relatório constam quinze listas, distribuídas em documentos e envios diferentes e produzidas pelos Comandos Militares da Fronteira com a relação dos brasileiros e suas propriedades e extensões no país vizinho. Juntar essas listas, tão distintas na sua configuração, para realizar uma análise que busque entender o conjunto dos estancieros exige cuidados. Para tanto, optei por confrontar e completar os dados da lista com outro conjunto documental que reflete a situação do patrimônio dos brasileiros no Estado Oriental: os inventários *post-mortem*⁴. O objetivo foi, a partir de vestígios produzidos em contextos distintos, observar a forma como esses sujeitos ocuparam esse

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: carlamenegat@hotmail.com

² Entre outros: SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.” In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

³ “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850)” – ANRJ.

⁴ Sobre a amostra de inventários post-mortem que contribuem com a análise realizada aqui preciso também realizar algumas considerações. Foram consultados 1042 processos das Comarcas de Piratini – que incluía a vila de Jaguarão – Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento e Alegrete, no período entre 1835 e 1870 depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Desses processos, 12%, ou seja, 126 apresentavam propriedades no Estado Oriental e foram estes que analisei.

território, estabelecendo um quadro onde seja possível visualizar como suas atividades produtivas se organizavam

O contexto de produção dos inventários *post-mortem* implica no desejo dos herdeiros, ou de seus responsáveis, ou de seus credores, de alguma forma de recorrerem ao Estado imperial no sentido de este garantir o justo reconhecimento da posse e propriedade destes bens. Essa característica se torna especialmente importante ao avaliarmos que os bens não se encontram no território do Império e, portanto, respondem a outras leis. As informações constantes de um inventário têm um sentido de ordenação legal que os diferencia das listas de proprietários, fruto de uma tentativa de estatística estatal improvisada. Os dados dos inventários têm a força do reconhecimento do Estado sobre o patrimônio material dos indivíduos que são parte nos processos, enquanto a natureza das listas era política, ao reconhecer um volume de patrimônios em território estrangeiro. Ambos são manifestações diferentes da presença do Estado imperial na fronteira meridional. Os contextos de produção desses diferentes documentos permitem o acesso a informações de pontos de vista distintos.

As listas do Relatório da Repartição dos Negócios do Estrangeiro foram produzidas por comandantes de fronteira, a pedido do Presidente da Província, segundo informações coletadas entre contatos locais. Diferentes indivíduos compilaram os dados dos documentos apresentados, ao menos cinco oficiais enviaram listas, contendo no total, 1353 propriedades listadas e 1198 nomes de súditos do Império. Essa diversidade de relatores parece ser fonte de alguns problemas de sobreposições, duplicações e imprecisões em torno de dados e nomes. Provavelmente, esses problemas também estivessem ligados ao alcance do conhecimento que esses homens tinham sobre os brasileiros no Estado Oriental. O período de produção das listas foi reduzido em relação ao tamanho da tarefa e as informações não foram colhidas a partir de uma verificação *in loco*, como num censo, ou *padrón*, ou listagem de fogos. De fato, se observarmos o caráter do método, poderíamos defini-lo pelo rumor: as listas são fruto de informação

indireta, manipulada sem condições práticas de verificabilidade.⁵ De qualquer forma, sua legitimidade não fica comprometida por sua imprecisão

As listas de 1850 foram produzidas usando limites que muitas vezes dividiam departamentos uruguaios em áreas menores do que esses tinham contemporaneamente. Curiosamente essas divisões coincidem em certa medida com a atual configuração departamental do norte do Uruguai⁶, mostrando que a conexão dos homens com o espaço tem raízes em processos históricos e, em parte por isso, optei por respeitar essa divisão ao apontar a distribuição dessas propriedades pelo Estado Oriental. A própria divisão departamental uruguiaia tem como importante componente o período de ocupação luso-brasileira durante a Cisplatina, especialmente quando pensamos nos territórios ao norte, que foi largamente ocupado por brasileiros interessados pela criação de gado⁷.

Os anos 1830 no Estado Oriental independente contaram com outro movimento institucional que acabou por consolidar a propriedade da terra de muitos brasileiros, não sem antes estabelecer pontos de conflito. Um grande processo de regularização fundiária foi iniciado e basicamente seu ponto nevrálgico tratava da questão do reconhecimento ou não da propriedade das terras confiscadas e repassadas a aliados de Artigas durante o período revolucionário, além do reconhecimento da propriedade sobre uma miríade de posseiros. A questão era complexa, dado que estava marcada também por uma série de

⁵ Uma preocupação relevante é a que toca a uma possível duplicação de dados. Para avaliar o impacto dessa possibilidade, confrontei as partes dessas listas que tratavam das mesmas áreas no país vizinho e a quantidade de nomes e extensão de terras idênticas duplicadas foi pequeníssimo, sendo de menos de 2%.

⁶ As regiões descritas na lista correspondem aos atuais departamentos: Rocha – Fronteira do Chuí e São Miguel; Rivera – Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé; Tacuarembó – Tacuarembó; Artigas – Norte do Arapehy e ao Sul do Quaraí; Salto – Ao sul do Arapehy-Grande e ao norte da Coxilha do Haedo e Salto; Cerro Largo e Treinta y Tres – Cerro Largo; Durazno; Maldonado e Lavalleja – Maldonado; San Jose; Colônia; Montevideu e Canelones - Montevideu; Paysandú – Paysandú e Rio Negro; Soriano – Soriano y Mercedes.

⁷ AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011. p.55-56.

reclames realizados por proprietários coloniais ou brasileiros que haviam recebido as terras das Coroas espanhola ou portuguesa e de fato nunca tinham conseguido ocupar suas terras, ou ao menos, não completamente. A questão ainda, passava pelas terras públicas ocupadas por muitos sem autorização, baseados no princípio de que, se o ocupante possuía gado na terra, tinha o direito de ocupá-la; por sua vez, muitos líderes orientais, entendiam que a compra pelos posseiros dessas terras públicas representaria a solução para as rendas estatais deficitárias. De toda forma, essa situação conformou a posse da terra como incerta em muitos casos.

Foi nessa mesma década, que coincidiu com a eclosão da Revolução Farroupilha, que muitos brasileiros compraram grandes extensões de terra no Estado Oriental, especialmente nas regiões recentemente pacificadas na margem norte do Rio Negro, dado confirmado pelas declarações em inventários, pela documentação diplomática e por anotações na versão manuscrita do RRNE. As terras eram baratas – segundo Barrán, durante a Guerra Grande o preço da terra caiu a um terço de seu valor anterior, custando \$0,60 o hectare⁸ – e a produtividade da pecuária alta, provavelmente compensando a distância do mercado comprador. Como os efeitos da guerra só se fariam sentir na campanha norte na segunda metade da década de 1840, essa não e mostrou impeditivo.

Assim, a concentração de grandes propriedades de terras de brasileiros nos departamentos de Tacuarembó, Salto e Paysandú esteve diretamente ligada ao desalojamento dos posseiros pequenos e daqueles que não tinham recursos para manter grupos armados para defender suas terras, nem contavam com recursos políticos para acionar em Montevideú. Os *colorados* financiaram sua manutenção no executivo oriental favorecendo a consolidação da ocupação do Norte pelos estancieros rio-grandenses.

O departamento de Cerro Largo, mais próximo ao litoral, teve uma conformação distinta, ou melhor, conformações distintas. Conformações porque, o que correspondia ao departamento de Cerro Largo durante a Guerra Grande, ao menos no que toca às propriedades dos brasileiros eram três regiões com

⁸ BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y candillesco (1839-1875)*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

diferenças de ocupação. A porção norte e leste, que é boa parte do atual departamento de Cerro Largo, tinha uma concentração de propriedades menores, ligada a uma ocupação mais antiga, paralela a aquela que ocupou os campos entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico. No centro e no Oeste, onde hoje é a maior parte do departamento de Treinta y Tres, o tamanho das propriedades era maior. Essas duas áreas tinham alta concentração de brasileiros. Na porção mais ao sul, nas margens do Rio Cebollati, que corresponde hoje ao norte de Lavalleja – que reuniu Minas e essa região – a ocupação era maior de nacionais, que descendiam de ocupantes do período do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A proporção da ocupação brasileira nessa última zona, no entanto, não deve ser subestimada. Como apontam Borucki, Chagas e Stalla, as cifras sobre a ocupação brasileira podem ser enganosas. Em Minas em 1855 – já reunindo o Sul do antigo departamento de Cerro Largo ao antigo departamento de mesmo nome – os brasileiros consistiam 7% da população, mas esses dados precisam ser observados de forma localizada geograficamente. Ao Sul, os brasileiros não chegavam a 1% da população, no centro, a 7,3% e no norte, a 17,3%. Contudo, esses não me parecem os dados mais expressivos, e sim os de que, no norte de Minas, os brasileiros constituíam-se em donos de 34% das estâncias, de 42% do gado de rodeio e de 92% dos bovinos alçados.⁹

As propriedades listadas em Cerro Largo – no rol com este nome na RRNE – contavam com a predominância da porção de menor tamanho de terras, conforme a Tabela 4 indica. Esse índice estava diretamente ligado ao fato de que as propriedades daquela região parecem ter sido atingidas com maior intensidade por processos de partilha sucessivas. O número de inventários que tratam de propriedades nessa região é maior, correspondendo a 84% do conjunto analisado. Ainda, 34,78% dos inventários analisados tinham como forma de aquisição da propriedade declarada como sendo através de herança e a esmagadora maioria

⁹ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 163.

se localizavam em Cerro Largo. Correspondendo a uma ocupação mais antiga e ao mesmo tempo, mais adensada, a região não apenas encontrou um índice de partilhas grande, como a dificuldade de realizar a reconcentração da propriedade nesses casos, e dificuldades para realizar a expansão das propriedades por simples ocupação de terras devolutas. Possivelmente o fato de ser uma região com proximidade do mercado consumidor do gado tenha influenciado nesse adensamento, que não foi verificado nas áreas mais afastadas da fronteira, que exigiam maior investimento.

A maioria dos 483 proprietários estavam estabelecidos na porção mais a leste e ao norte do departamento de Cerro Largo. Essa área de ocupação antiga, correspondia aquela que permitia acesso à Lagoa Mirim, facilitando o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. Essa porção, assim como o atual departamento de Rocha, então a porção norte de Maldonado, e o norte de Minas, hoje Lavalleja, contrastavam com a ocupação de açorianos e descendentes de espanhóis do período do Vice-Reinado. Os descendentes dos colonos que fundaram as povoações ao sul tinham seus negócios concentrados na agricultura e nas pequenas criações, enquanto o modelo expandido pelos lusitanos desde o norte era o da pecuária extensiva¹⁰. Essas diferenças contribuíam significativamente para o estabelecimento de uma economia voltada para o mercado rio-grandense, ainda que tivesse produtores de menor porte que aqueles que se estabeleceram posteriormente no território em direção ao centro do Estado Oriental.

Essa presença tão pesada de brasileiros se refletia na dificuldade política e militar dos orientais em controlar a região: era através de Cerro Largo que Lavalleja acessava o Rio Grande do Sul no início dos anos 1830, buscando apoio em seus aliados brasileiros; da mesma forma que procedeu Rivera na década seguinte. Em 1831 Rivera ordena a fundação de San Servando, depois Vila Artigas e atual Rio Branco, como uma guarda de fronteira, numa tentativa de instituir um posto de aduana na região. Ao contrário de suas iniciativas na campanha da margem norte do

¹⁰ DIAZ DE GUERRA, María A. *História de Maldonado*. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988. Tomo I.

Rio Negro, San Servando foi erguida sob uma área densamente povoada, como uma presença estatal que buscava garantir a soberania do território.

Foi o governo *blanco* de Oribe, já avançada a Guerra Grande, que realmente tentou implementar uma política que timidamente apontaria para a *orientalização* do território ao norte do Rio Negro. A ocupação por nacionais das regiões com maciça presença de brasileiros era imprescindível para a derrota dos *colorados*, tanto militar, quanto politicamente. Nos dizer de Lucia Sala de Tournon e Rosa Alonso Eloy, a campanha *se blanqueó*¹¹. Os bens dos inimigos, muitas vezes brasileiros, foram vendidos e distribuídos para partidários do *Gobierno del Cerrito*. A divisão de Paysandú em três departamentos – Paysandú, Salto e Tacuarembó, em 1837, assim como a criação do departamento de Minas – contando parte de Cerro Largo e Maldonado, as tentativas de diminuir a área das jurisdições do norte uruguaio e criar aparelhos administrativos que implicassem na presença direta de mais agentes do Estado, eram coerentes com a concepção de nação que os *blancos* defenderiam dali para frente. Essa concepção incluía a necessidade do monopólio do controle legal do território, diminuindo a influência que os brasileiros tinham sobre este.

Até o fim da Guerra Grande, a posse e mesmo a propriedade da terra no Estado Oriental não eram completamente seguras. O processo de regularização fundiária iniciada nos anos 1830 desacomodou um número grande de pequenos posseiros e de proprietários menores que não tinham título válido. Essa pode ter sido a motivação para muitos brasileiros inventariarem em comarcas do Império seus bens existentes no Estado Oriental. Como aponta Joseph Younger, ao pesquisar disputas judiciais no espaço platino, buscar a legitimidade de tribunais e cartórios em um ou outro país foi procedimento bastante utilizado para garantir a propriedade.¹²

¹¹ SALA DE TOURNON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudilbesco*. Montevideú, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

¹² YOUNGER, Joseph. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, n°1, p.290-311, 2008.

No início dos anos 1850 e mais ainda nos anos anteriores, nas décadas de 1840 e 1830, os inventários trarão bens sendo partilhados no Brasil sem nenhum registro de comunicação com as autoridades orientais. Muitas vezes, o expediente remeterá realmente a total desconsideração da soberania do Estado Oriental¹³. No caso das terras, essa postura pode estar bastante ligada à certeza de que a posse era a melhor garantia da propriedade, expediente que acompanhou a expansão lusitana na região. De toda forma, é possível observar que os herdeiros não costumam ignorar a existência de uma mudança de legislação e instituições, eles buscam manejar essas diferenças a seu favor, observando possibilidades nas brechas. Em todos os inventários verifiquei que os herdeiros recebiam sempre uma quantidade equivalente de bens no Brasil e no Uruguai, não acontecendo nenhum caso em que as heranças fossem localizadas exclusivamente em um ou outro país. De certa forma, os envolvidos reconheciam que existia uma diferença entre os bens possuídos de um lado a outro da fronteira. Uma possibilidade pelo uso desse artifício era a de garantir o reconhecimento de bens em um país, diante da impossibilidade de reconhecimento no outro, semelhante aos casos analisados por Joseph Younger e Lauren Benton.

Ainda assim, terras são o bem mais inventariado. Apenas sete inventários não apresentavam nenhum tipo de propriedade fundiária. Três desses inventários apresentavam propriedades de casas em áreas urbanas e quatro eram casos de arrendatários que declaravam rebanhos, um dado importante sobre a forma de organização da produção pecuária até aquele momento. Nos demais inventários, propriedade de campos e estancias predominam, indicando em parte o movimento do crescente mercado de terras e as preocupações em assegurar sua propriedade em todos os meios legais possíveis, num contexto de valorização. No fim dos anos 1850, num momento de suspensão de conflitos, a quase inexistência de terras públicas com bons pastos para ocupar e um novo impulso com os investimentos de estrangeiros, especialmente ingleses, na criação de ovinos, o mercado de terras se encontrava bastante aquecido. O valor da terra

¹³ BENTON, Lauren. "The Laws of This Country": Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875. In: *Law and History Review*, vol19, n.3, p.479-511, 2001.

havia passado da média de \$0,6 em 1852-56 a \$2.09 em 1857-61¹⁴ num momento em que a suspensão das denúncias fixava a posse como propriedade.

Ainda que os maiores aumentos se concentrassem nas áreas de comportamento menos arcaico, onde estrangeiros compravam terras para a criação de ovinos¹⁵, essa fixidez da propriedade, acompanhada da valorização da terra levou a um processo que definitivamente garantiu aos brasileiros no norte não apenas segurança em relação a propriedade, mas a manutenção da concentração fundiária e seu gradativo aumento, a isso Bertino e Millot chamaram de comportamento arcaico. Essa concentração fundiária aumentava o poder dos estancieros brasileiros, na medida que implicava em estabelecimentos cada vez maiores, e num número proporcionalmente maior de agregados e peões empregados que dependiam deles para obter seu sustento dada a diminuição drástica da possibilidade de acessar a terra através da posse ou da compra.

Parece importante verificar semelhanças nesse movimento de aumento do valor das terras no outro lado da fronteira, especialmente se considerado que o período coincide com a aplicação da Lei de Terras no Brasil. Datada de 1850 e regulamentada em 1854, a lei instituiu a aquisição através da compra como única forma legal de acessar a posse da terra no Império, não teve uma aplicação uniforme e muito menos imediata em todos os pontos do Império. No que compete à fronteira meridional, alguns estudos fornecem informações que se assemelham muito aos que observamos em relação as propriedades de brasileiros e à questão fundiária em geral no Estado Oriental¹⁶. Contudo, os nascentes mercados de terra uruguaio e brasileiros, ainda se encontravam largamente subordinados

¹⁴ BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 29.

¹⁵ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideú: Fundação de Cultura Universitária, 1991. p. 147

¹⁶ Entre outros: GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*, Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

à lógica de outro mercado neste caso: o de abastecimento de gado para as charqueadas brasileiras.

Compreender que a lógica desse mercado era marcada pelas boas conexões com os mercados consumidores e pelas relações de confiança estabelecidas e alimentadas ao longo dos anos não exclui o fato de que eram os proprietários maiores que organizavam esse padrão de comércio de gado na campanha. Entender os tamanhos das propriedades e o impacto que isso tinha sobre a produção pode ser esclarecedor. Do total de 1353 propriedades listadas na RRNE 974 apresentavam dimensões registradas, distribuídas segundo a tabela 2. Como se pode perceber, o maior número de propriedades ficava na faixa de menor dimensão, o que não quer dizer que fossem pequenas propriedades.

Podemos ainda, tentar uma aproximação pela ocupação dos campos por rebanhos. A média de criação das propriedades em que a dimensão e a quantidade de gado foram declaradas nos inventários é de 1000 cabeças por légua. Pouco mais de 1% (14) das propriedades tinha menos de uma légua de campo – equivalente a 4356 ha de área – o suficiente para criar ao menos 1000 cabeças, o que indicaria o dobro do necessário para a subsistência de uma família. Em 1856 foi produzida uma lista dos *hacendados* mais importantes de Cerro Largo e o cálculo aproximado do número de gado que cada um possuía. Dos 127 listados, 105 eram brasileiros, a grande maioria com rebanhos de mil a três mil bovinos¹⁷. Quando os dados dessa listagem foram cruzados com o RRNE, foi possível encontrar a dimensão de 46 propriedades. Analisando a média de ocupação a partir desses dois documentos, ela fica bem abaixo da apresentada nos inventários, com 343,54 animais por légua. Esse dado fica abaixo também das estimativas que o viajante francês Nicolau Dreys fez para as estâncias do Rio Grande do Sul. Segundo Dreys, “calcula-se que nas estâncias

¹⁷ As exceções eram José Luís Martins e Antonio José Leitão, cada um com 10 mil cabeças, Carlos Silveira com 12 mil e Manoel Martins com 8 mil bovinos. Ofício de Dionísio Coronel, 9 jul 1856. Fondo Ministerio de Gobierno, Caja 52. AGNUy. Também é possível encontrar uma versão transcrita em ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. p. 146.

cada légua quadrada [4356 hectares] pode receber e criar de 1500 a 2000 cabeças de gado¹⁸.

Tabela 1 – Número de propriedades segundo as listas do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros

Região	Número de propriedades	Percentual
Fronteira do Chuí e São Miguel	36	2,6%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	154	11,3%
Tacuarembó	87	6,4%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	161	11,8%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da Coxilha do Haedo	78	5,7%
Cerro Largo	483	35,6%
Durazno	33	2,4%
Maldonado	39	2,8%
San Jose	79	5,8%
Colônia	15	1,1%
Montevideu	8	0,5%
Salto ¹⁹	124	9,1%
Paysandú	39	2,8%
Soriano e Mercedes	17	1,2%
Total	1353	100%

Muitos poderiam ser os fatores que influenciavam numa baixa da produtividade: dificuldade de encontrar trabalhadores para as lidas do campo, dificuldades para a retomada do crescimento dos rebanhos após a guerra, o crescimento progressivo de outras criações – especialmente a de ovinos²⁰ –, epizootias e ataques de cães selvagens. De fato, na campanha Rio-grandense, somente na década de 1860 se apresentaram sinais de recuperação dos rebanhos, depois de quinze

¹⁸ DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Editora da PUC, 1990. p. 66.

¹⁹ A lista especifica ser apenas uma parte do departamento de Salto compreendida na área que vai desde as postas de Queguay até sua desembocadura no Uruguai, Coxilha Grande, pontas de Matta-Olho, até Arapehy-Chico, seguindo Arapehy Grande até desaguar no Uruguai. No período, as áreas listadas como sendo ao norte do Arapehy e ao sul do Quaraí e ao sul do Arapehy e ao norte da Coxilha do Haedo também pertenciam ao departamento de Salto, muito embora hoje formem o Departamento de Artigas.

²⁰ WINN, Peter. *Inglaterra y Tierra Púrpura*. Tomo I. Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 1997. p. 68-69. BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998, p. 78.

anos de paz e de uma diminuição das calamidades naturais²¹, não sendo improvável que o mesmo se verificasse na campanha oriental. Ainda assim, arrisco a opinar que possivelmente alguns proprietários tenham alegado rebanhos de menores dimensões por desconfiarem do responsável pela elaboração da lista, o Comandante Dionísio Coronel, *blanco*, que durante a Guerra Grande foi frequentemente alvo de reclamações dos brasileiros estabelecidos em Cerro Largo. Porém, o fato de Coronel ter listado produtores com mais de 1000 cabeças de gado como os mais notáveis daquele departamento por si só constitui um importante corte para percebermos qual era o tamanho dos rebanhos que garantiam notoriedade social a seus proprietários.

Dos 46 estabelecimentos com dimensão identificada, 38 ficavam na faixa abaixo das cinco léguas, indicando que essa dimensão de propriedade era suficiente para classificar um produtor dentro de um grupo de elite. Ainda que essas sejam as posses menores dentro do RRNE, possuir entre uma e cinco léguas era o suficiente para garantir uma condição econômica favorecida, onde não apenas o rebanho tivesse condições de se reproduzir a ponto de garantir o exclusivismo da atividade.

Tabela 2 – Propriedades segundo dimensões registradas no RRNE.

Dimensões	Número de propriedades	Percentual
Até 5 léguas (até 21780 ha) ²²	689	50, 88%
Entre 6 e 9 léguas (de 26136 a 39204 ha)	144	10, 63%
Entre 10 e 19 léguas (de 43560 a 82764 ha)	97	7,16%
Acima de 20 léguas (acima de 87120 ha)	44	3,24%
Ignoradas	380	28,6%
Total	1354	100%

De toda forma, o fato de 21,03% das propriedades listadas no RRNE – correspondendo a 29,26% das propriedades com

²¹ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Stanford: Stanford University Press, 1998. p. 80.

²² A conversão de medidas do período do Império, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pretende uma légua como correspondente a 6600 m² ou 4356 hectares. Optei por adotar essa medida, considerando que a produção do RRNE foi realizada por autoridades brasileiras, contudo reconheço a possibilidade de que os informantes se referissem à léguas castelhanas, medida diversa comumente empregada nas antigas colônias espanholas.

dimensão apontada – terem capacidade de criar mais de cinco mil cabeças de gado é um dado que indica que essas não eram propriedades voltadas a subsistência, mas empreendimentos de médio e grande porte. Possivelmente esse número fosse maior se considerarmos que quase um terço das propriedades não tinha extensão declarada, e por outros documentos, é possível averiguar que muitas delas tinham mais de 10 léguas.

Se observarmos esses dados matizados por região, veremos que em relação às propriedades de menor tamanho a distribuição se mantém, apresentando pequenas alterações, porém em relação às propriedades de maior porte, a sua concentração na região de Tacuarembó parece ser bastante significativa, chegando a quase metade (47,7%). A concentração desse tipo de propriedade em uma área específica do território indica que essa área foi mais tardiamente ocupada por estes estancieros. Provavelmente no momento da produção destas listas as propriedades não tivessem passado ainda por processos como partilhas e heranças que poderiam implicar em desmembramentos das propriedades. Além disso, a região era alvo da última frente de expansão da fronteira agrária dos rio-grandenses, que se encontrava já num contexto pós-independência, em que a aquisição de terras no país vizinho representava um investimento de grandes proporções.

A região de Tacuarembó ocupada maciçamente pelos brasileiros corresponde a área de ocupação indígena pacificada nos anos 1830 e que foi objeto de concessões dadas por Rivera e, depois, alvo da regularização fundiária através das denúncias de ocupação de terras públicas. Sua posição geográfica adjacente a fronteira “seca” do Upamarotim, a faixa de terras de mais de cem quilômetros entre o Brasil e o Uruguai próximo a Bagé recortada por pequenos arroios e cerros, o que combinado a presença de tribos indígenas nômades e hostis, como os charruas, retardou a ocupação daquela área.

Tacuarembó apresentava uma baixíssima densidade populacional, o que aumentava o impacto da presença dos brasileiros. Segundo o censo geral de 1852, Tacuarembó contava

com 6567 almas, das quais 40,36% eram estrangeiras²³, sendo a esmagadora maioria de brasileiros. Antes disso, o único dado populacional que se tinha da região dava conta da existência de 500 habitantes em San Fructuoso – Ciudad de Tacuarembó em 1837, ano da criação do departamento²⁴. Nos anos 1830 e 1840, segundo o estudo de Raquel Pollero, a população brasileira nesse departamento correspondia a 69,4% e 59,7%, respectivamente²⁵. Mesmo que os números tenham caído conforme avançava o século, em 1860, os brasileiros eram donos de 50% dos bovinos de Tacuarembó²⁶.

A própria expansão da fronteira agrária no Rio Grande do Sul também acabou por ditar o ritmo da ocupação daquela região, que foi feita a partir de Jaguarão e Bagé. Essa era uma região entre as duas frentes mais antigas de ocupação do norte uruguaio pelos luso-brasileiros que correspondem às ocupações militares das primeiras décadas do oitocentos²⁷. Ao contrário da frente de expansão no litoral, que ocupou Maldonado e depois Cerro Largo, acessível através do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim – além de ser parte do caminho para Montevidéu, tanto por terra, quanto pelo Atlântico – ou da outra frente a oeste, aquela que ocupou o território entre o Arapehy e o Quaraí, que acompanhou o fluxo do Rio Uruguay, a ocupação de Tacuarembó não obedeceu a nenhum caminho fluvial próximo.

²³ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991. p. 130.

²⁴ Dados do Ministério da Educação do Uruguai: Acesso em 25 de janeiro de 2014. (<http://uruguayeduca.edu.uy/Portal.Base/Web/verContenido.aspx?ID=207879>)

²⁵ POLLERO, Raquel. “Estudio de la población de Tacuarembó em base a datos histórico-demográficos”. In: *Anales*, nº2, Junta Regional de Historia y Estudios Conexos. Montevideo, out 1990. p. 221-222.

²⁶ ZUBILLAGA, Carlos. “Algunos antecedentes sobre acondicionamiento territorial em Uruguay (1611-1911)”. In: *Cuaderno del CLAEH*. Nº4, Montevideo, 1977, p. 51.

²⁷ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 161

Tabela 3 – Propriedades até 5 léguas distribuídas por região segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	15	2,1%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	107	15,5%
Tacuarembó	76	11%
Norte do Arapahy e ao sul de Quaraí	88	12,7%
Ao Sul do Arapahy e ao norte da coxilha do Haedo	33	4,7%
Cerro Largo	201	29,1%
Durazno	6	0,8%
Maldonado	0	0%
San Jose	27	3,9%
Colônia	0	0%
Montevideu	12	1,7%
Salto	93	13,4%
Paysandú	18	2,6%
Soriano e Mercedes	14	2%
Total	689	100%

Tabela 4 - Propriedades com mais de 6 léguas até 9, por região segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	5	3,4%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	29	20,1%
Tacuarembó	9	6,2%
Norte do Arapahy e ao sul de Quaraí	7	4,8%
Ao Sul do Arapahy e ao norte da coxilha do Haedo	7	4,8%
Cerro Largo	48	33,3%
Durazno	4	2,7%
Maldonado	0	0%
San Jose	6	4,1%
Colônia	0	0%
Montevideu	2	1,3%
Salto	19	13,1%
Paysandú	7	4,8%
Soriano e Mercedes	1	0,6%
Total	144	100%

Tabela 5 - Propriedades com mais de 20 léguas por região, segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	7	15,9%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	10	22,7%
Tacuaembó	21	47,7%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	1	2,2%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	1	2,2%
Cerro Largo	0	0%
Durazno	12	27,2%
Maldonado	0	0%
San Jose	0	0%
Colônia	0	0%
Montevideú	0	0%
Salto	4	9%
Paysandú	9	20,4%
Soriano e Mercedes	0	0%
Total	44	100%

A essa combinação de fatores se juntaram outros. Nos anos 1830, com as dificuldades encontradas pelos charqueadores do Rio Grande do Sul e depois, com a eclosão da Revolução Farroupilha – ela mesma relacionada diretamente a essas dificuldades – alguns empresários do ramo buscaram se estabelecer nas proximidades de Montevideú, levando parte do mercado de gado dos produtores rio-grandenses a se direcionar nesse sentido também. A possibilidade de aquisição de terras com títulos seguros e o menor preço da terra nas proximidades do Rio Negro – inclusive na margem sul, no departamento de Durazno – atraiu investimentos altos. Das 33 propriedades de brasileiros listadas entres os rios Yí e Negro, ao sul deste último, doze tem mais de 20 léguas, representando mais de um terço de todas as estâncias de brasileiros da região e igualmente representa quase um terço das propriedades de grande porte da RRNE, como é possível observar na Tabela 5.

“HISTORIAS PARALELAS” UN ESTUDIO COMPARADO SOBRE LOS RESULTADOS ECONÓMICOS DE LAS EMPRESAS DE COLONIZACIÓN A MEDIADOS DEL SIGLO XIX: EL CASO DE SAN CARLOS (ARGENTINA) Y SANTA MARIA DA SOLEDADE (BRASIL)

*Juan Luis Martiren**

“A Companhia [Montravel, Silveiro & Ca.] tinha enormes despesas e daí os imigrantes, sujeitos ás péssimas estradas, suas produções distantes e os preços baixos das colheitas, só podiam pagar prestações irrisórias e assim os sócios corriam o risco de perder todos os seus bens, os mesmos procuravam dispensa de seus contratos com o governo Imperial...”.¹

“...los accionistas [de la colonia San Carlos], sin duda en su mayor parte enteramente ignorantes de esta clase de negocios, se alucinaban con grandes e inmediatos provechos en vista de las ventajas que parecia prometerles las condiciones del contrato con cada familia. La primera administración no tomando en cuenta estas esperanzas prematuras de los accionistas, hizo desembolsos indebidos, adelantando demasiado a las familias, no tomando bastante en cuenta el caracter de los hombres com que tenía que poblar su colonia. El resultado es lógico; la sociedad no há sacado los provechos que esperaba, y los accionistas están poco satisfechos de su especulación.”²

Desde el período tardocolonial tanto el espacio rioplatense como los territorios de la frontera meridional de los dominios portugueses en América fueron desarrollando una

* Instituto Ravnani, Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina.

¹ Relato de Pedro Wiltgen, quien se instaló con su familia en la colonia Santa Maria da Soledade en 1858. Fragmento citado de Kuhn Braun, F. (2011), *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil*, Nova Petrópolis, Ed. Amstad, p. 130.

² Perkins, Guillermo (1864), *Las Colonias de Santa Fe*, Rosario, Imp. de El Ferrocarril, p. 53

economía pecuaria que generó importantes ciclos de creación de riqueza a partir de la exportación de derivados ganaderos.³ Este esquema productivo, que en principio se combinaba con una destacada producción agrícola destinada a mercados interiores, fue ganando lugar durante las primeras décadas del siglo XIX, hasta asentarse como uno de los principales factores de crecimiento económico de la región. Sin embargo, desde mediados de la década de 1820 comenzaron a surgir algunos experimentos de colonización agrícola con inmigrantes europeos, que buscaron cambiar o complementar esa lógica fundamentalmente pastoril.⁴ Si bien en las primeras décadas las colonias no tuvieron un crecimiento destacado (incluso en el caso argentino las que se establecieron en la década de 1820 fracasaron), desde mediados de los años 1850 el proceso de colonización alcanzó un nuevo impulso y se terminó consolidando como una alternativa productiva a largo plazo, sobre todo en las provincias de São Pedro

³ Para el caso argentino, ver, entre otros: Gelman, Jorge (1996), "Unos números sorprendentes. Cambio y continuidad en el mundo agrario bonaerense durante la primera mitad del siglo XIX", *Anuario IEHS*, n. 11, Tandil, IEHS; Fradkin, Raúl (comp.) (1993), *La historia agraria del Río de la Plata colonial: los establecimientos productivos*. Buenos Aires, CEAL, 3 v., Mayo, Carlos A. (1995), *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*, Buenos Aires, Biblos; Amaral, Amaral, S. (1998), *The rise of capitalism on the pampas. The estancias of Buenos Aires 1785-1870*, Cambridge, Cambridge University Press; Garavaglia, J. y Gelman, J. (1998), "Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)", en *Historia Agraria*, n. 15, Murcia; Garavaglia, (1999), *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense, 1700-1830*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor; Djedederdjian, J. (2003), *Economía y sociedad en la Arcadia criolla. Formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750 – 1820*, Tesis doctoral defendida en la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires; para la Banda Oriental, ver Moraes, M. I. (2008), *La pradera perdida. Historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo plazo, 1760-1970*, Montevideo, Linardi y Risso; para el sur de Brasil, Osório, H. (1999), *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa em América*. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822, Tesis Doctoral, Rio de Janeiro, Universidad Federal Fluminense.

⁴ En el sur de Brasil, precisamente en la entonces provincia de São Pedro do Rio Grande, la fundación de São Leopoldo en 1824 dio inicio a un proceso de colonización que habría de experimentar un gran crecimiento desde finales de la década de 1840. En Argentina, los primeros experimentos de colonización se dieron a mediados de la década de 1820, con la instalación de colonos escoceses en tierras bonaerenses, aunque tuvieron una fugaz existencia. Al respecto, ver Djedederdjian, J., Bearzotti, S. y Martiren, Juan (2010), *Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Expansión agrícola y colonización en la segunda mitad del siglo XIX*, 2 tomos, Buenos Aires, Teseo.

do Rio Grande (en el sur de Brasil) y en Santa Fe (Argentina). En estos dos espacios agrícolas transformaron la ecuación productiva de esas economías y la sociedad en general.

La dimensión alcanzada por este proceso ha promovido el desarrollo de una amplia literatura -tanto académica, como de divulgación- que ha generado importantes avances sobre el tema. Sin embargo, poco menos sabemos sobre una cuestión central en el desarrollo de los primeros emprendimientos coloniales: el accionar de los empresarios de colonización y los resultados económicos de sus empresas. En tal sentido, indagaremos sobre este asunto a partir de dos estudios de caso, que pretenden echar luz sobre las dificultades que debieron atravesar los empresarios que se aventuraron a formar colonias en estos espacios. La importancia del ejercicio radica en que puede aportar pistas para definir hasta qué punto los emprendimientos eran sustentables por sí mismos o sólo mediante el apoyo gubernamental, lo cual tiene desde luego importancia incluso en la actualidad para los proyectos de desarrollo social agrario.

Realizaremos entonces un análisis comparado para los dos principales núcleos de colonización de Brasil y Argentina a mediados del siglo XIX: en el caso argentino, analizaremos el desarrollo de la colonia San Carlos, establecida en 1858 por la empresa suiza Beck & Herzog, en la provincia de Santa Fe. Para el caso brasileño, estudiaremos el devenir de la colonia Santa María da Soledade, fundada por la sociedad Montravel, Silveiro y Ca. en 1857 en el Valle del Rio Caí, la provincia de São Pedro do Rio Grande. Se trata de dos casos muy comparables, por su contemporaneidad, el contexto en el que fueron establecidos -vale remarcar que si bien en Rio Grande la colonización había comenzado a mediados de la década de 1820, tuvo un crecimiento muy modesto hasta 1845- y la lógica empresarial que los llevó adelante. Es de destacar al mismo tiempo que en ambos casos se ha conservado gran parte de la documentación contable, lo cual permite realizar un seguimiento de la realidad de cada negocio y efectuar un diagnóstico sobre su funcionamiento. Esta fuente, de extrema riqueza en ambos casos, será complementada con informes oficiales y publicaciones estadísticas editadas de cada

colonia. Al mismo tiempo, estas fuentes pueden ser refrendadas por diversos testimonios, algunos de los cuales preludian el presente capítulo, y resumen de alguna manera el derrotero de ambas empresas colonizadoras.

La perspectiva comparada permitirá entender mejor la dinámica de formación de una colonia agrícola en los momentos iniciales de un ciclo de colonización, cuando todavía no están aceitados ni la infraestructura productiva básica, ni otras cuestiones fundamentales como los circuitos de comercialización y crédito o el mercado de trabajo. Se pretenderá mostrar así que, más allá de las diferencias geográficas, edafológicas y de contexto social y económico entre ambos espacios – que desde luego marcarían evoluciones productivas diferentes en el mediano plazo –, se presentaron problemas comunes tanto en el proceso de atracción e instalación de los colonos como en la adaptación a la lógica productiva vernácula.

Avanzando en la frontera: la formación de las colonias de Santa María da Soledade (1856) y San Carlos (1858)

La colonia Santa María da Soledade surgió por iniciativa del conde francés Felix de Montravel, quien firmó un contrato con el Gobierno Imperial – a través de la Repartición de Tierras Públicas – el 6 de febrero de 1855 para la instalación de colonos europeos en cuatro territorios localizados en las proximidades del Río Caí.⁵ Si bien al momento de rubricarse ese contrato, el proceso de colonización agrícola en la provincia más austral del Imperio Brasileño ya contaba con tres décadas de antigüedad, su desarrollo había tenido amplios vaivenes, con interrupciones en 1830 y una completa paralización durante la guerra civil que azotó al territorio *gaúcho* entre 1835 y 1845.⁶ Para 1855, según información revelada

⁵ AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, Pasta “Agente Particular de Colonização Conde Montravel”, *Cópia do contracto das terras vendidas pelo Governo Imperial ao Conde de Montravel*.

⁶ La literatura sobre el proceso de colonización agrícola en el sur de Brasil es extremadamente abundante. Sobre el período mencionado, ver, entre otros: Roche, J. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do sul*, Porto Alegre, Globo; Dreher, M. (1995), “O fenômeno imigratório alemão para o Brasil”, en *Estudo Leopoldenses*, v. 31, nro. 142.;

por el Presidente de la Provincia (una figura similar a la de los gobernadores provinciales en Argentina), había sólo cinco colonias existentes, con algo más de 12.000 habitantes. Si bien apenas una de éstas había sido establecida por iniciativa privada, desde la década de 1840 se llevaron a cabo algunas políticas para fomentar la iniciativa privada en el proceso de colonización, sobre todo con la sanción de la ley 514 de 1848.⁷

Por lo demás, el contrato disponía que el empresario se obligaba a comprar y colonizar 4 leguas cuadradas de tierras *devolutas* en las proximidades de la Fazenda Pareci, propiedad de José Ignacio Teixeira, en la margen izquierda del arroyo Forromeco y el río Caí. Las mismas serían elegidas por el empresario – con consentimiento de la otra parte contratante –, quien abonaría medio real por cada *braça* cuadrada comprada.⁸ Según el contrato, el Gobierno Imperial pagaría 15.000 reis (1,7 libras den ese año) por cada colono de entre 10 y 45 años, y 10.000 reis por los menores (es decir, 1,14 libras). Este subsidio costearía la llegada de hasta 2.880 colonos en un plazo de 5 años.⁹

Reinheimer, D. (1999), *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre. Estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*, Dissertação de Mestrado, Unisinos; Tramontini, M. (2003), *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*, São Leopoldo, Ed. Unisinos; Seyferth, G. (2004), “Imigração, colonização e estrutura agrária”, en Woortmann, Ellen (org.), *Significados da Terra*, Brasília, Ed. UB.

⁷ Datos tomados de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1855), *Relatório com que o Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a Presidência da Província ao Exm. Sr. Barão de Muritiba*, Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 23. Para más datos al respecto ver, por ejemplo el clásico trabajo de Roche. Sobre los efectos de la mencionada ley, que concedía terras devolutas a las provincias para destinar a la colonización, ver Roche, J. (1969), op. cit., p. 100 y ss. Dos análisis muy interesantes sobre el tema en Horn Iotti, Luiza (2010), “A política imigratória brasileira e sua legislação -1822-1914” en *X Encontro Estadual de História*, Anpuhrs, UFSM/UNIFRA, pp. 1-17; Pérez Meléndez, J. J. (2014), “Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo”, en *Revista Brasileira de História*, v. 34, núm. 68, pp. 33-60.

⁸ La braça cuadrada equivalía a 4,84 metros cuadrados.

⁹ AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, Pasta “Agente Particular de Colonização Conde Montravel”, Cópia 6, nota del 14 de febrero de 1855; y *Relatório do estado da colonia de Santa Maria da Soledade perenente a Montravel, Silveiro & Ca. Exigido em Offícios da Presidencia da Provincia de 23 de Novembro de 1857 a 2 de janeiro de 1858*, f. 1-4.

A pesar de que firmó el contrato a título personal, un año después Montravel se asoció con otros inversionistas (Dionisio de Oliveira Silveiro, Israel Rodrigues Barcellos y Jose Antonio Coelho) y formó la sociedad colonizadora Montravel, Silveiro & Cia., a la cual cedió todos los derechos y obligaciones establecidas en el contrato original.¹⁰ Según testimonio de época, quien que encargó personalmente de los negocios de la empresa fue el hijo del Conde F. de Montravel, de nombre Paul.¹¹

Como veremos más adelante, la relación entre las partes contratantes no fue armónica. Los primeros problemas con las autoridades imperiales comenzaron ya a fines de 1856 – esto es, dos meses antes de la conformación societaria –, ya que según la versión de Montravel el agrimensor oficial se equivocó en la elección del terreno, habiendo medido un lote mucho más alejado de lo que habían convenido. Este problema se habría agravado debido a que había arribado el primer contingente de 32 colonos, por lo que debieron instalarlos allí contra su voluntad, y con la promesa de que les otorgarían un nuevo terreno más al sur.¹²

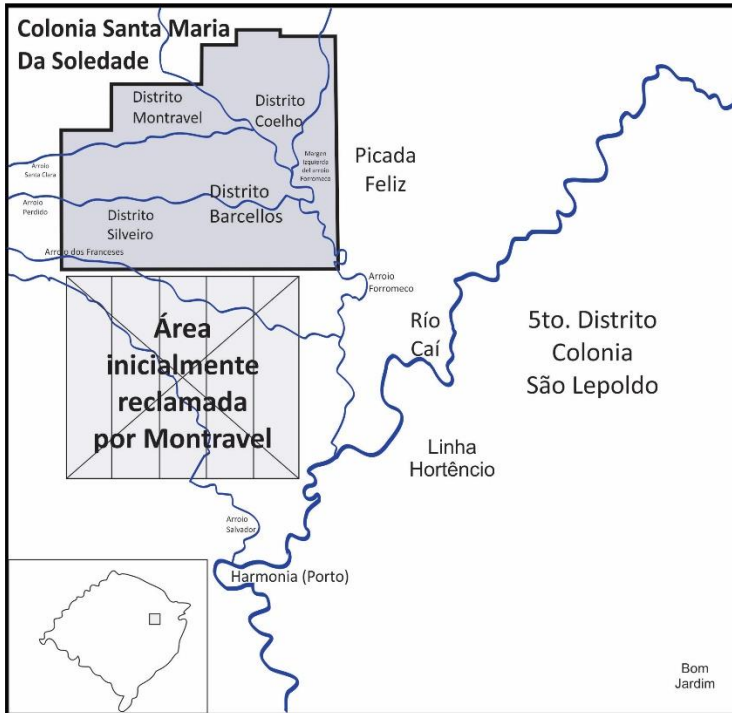
¹⁰ Los contratos fueron firmados el 4 de enero y el 1 de febrero de 1856. Ver AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, Pasta “Agente Particular de Colonização Conde Montravel”, s./f., Carta del 21 de enero de 1856.

¹¹ Este dato se desprende de la autobiografía de Peter Wiltgen, cuya familia se instaló en 1858 en tierras allende a la colonia. Ver las memorias traducidas al portugués en Kuhn Braun, F. (2011), *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil*, Nova Petrópolis, Ed. Amstad, p. 130.

¹² Un detalle del primer grupo de inmigrantes llegados a la colonia en AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, Pasta “Agente de Colonização Conde Montravel. Corresp. Passiva”, *Nota dos colonos suíços chegados de Antuerpia na Barca Elizabeth*, 11 de noviembre de 1855.

MAPA 1

Plano de la colonia Santa Maria da Soledade y el Valle del Río Caí



Fuente: Elaboración propia en base a mapas elaborados por la Montravel, Silveiro & Ca. en 1858 y del mapa catastral de la planta de la colonia elaborado en 1873. Ver AHRs, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, *Relatório do estado da Colonia Santa Maria da Soledade...*, de 23 de novembro de 1857 ao 2 de janeiro de 1858; y Maço 74, Caixa 38, Pasta “Mapa dos Distritos Montravel, Silveiro, Barcellos, Coelho”.

El primer contrato firmado en 1855 sería modificado dos años más tarde -el 23 de febrero de 1857-, en razón de algunas dificultades para atraer a los colonos, por lo que se dispuso aumentar el monto subsidiado por el Gobierno Imperial por la instalación de cada colono, y se acordó un préstamo de 6.430 libras esterlinas (57 contos de reis), obligando a la empresa a instalar 1.440 colonos en el plazo de un año.

Gracias a esta nueva rúbrica, la organización de la flamante colonia finalmente tomó impulso: se contrataron

servicios de agentes de inmigración en Zúrich, Hamburgo y Amberes, a fin de agilizar el proceso. Para el primer año de funcionamiento de la colonia, habían distribuido 71 lotes coloniales, además de los vendidos a particulares no importados por la empresa, alcanzando los 395 habitantes.¹³ A medida que los inmigrantes iban llegando, la Santa María da Soledade iría expandiendo no sólo su área ocupada, sino también su producción. Como puede apreciarse en la siguiente tabla, la colonia contaba con un interesante abanico de productos, que se destinaban al mercado –sobre todo el maíz y los frijoles- y al autoconsumo.

TABLA 1
Evolución de la producción de Santa Maria da Soledade durante la administración de Montravel, Silveiro y Ca.

Año	Población	Producción (en kilogramos)				
		Maíz	Frijoles	Papas	Cebada	Tabaco
1858	395	134.400	24.420			
1859	1.240	202.500	32.250	57.000	1.950	
1860	1.316	278.760	45.855	48.975		
1861	1.387	298.095	107.655	55.575	3.600	5.250
1862	1.403	446.685	172.560	85.500	2.640	12.045
1863	1.483	221.700	251.070	77.910	10.320	11.535
1866	1.571	752.280	231.480	141.780	28.800	

Fuente: Elaboración propia en base a los informes privados de la empresa, existentes en AHRS, Fondo Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, varios años.

Si bien más adelante veremos que los resultados económicos no fueron los esperados, la realidad estadística presenta una colonia en crecimiento durante el período administrado por la empresa. Quitando el año 1863, en el cual las cosechas fueron afectadas por fuertes sequías en primavera, no sólo hubo un crecimiento de la producción general, sino también del promedio per cápita. Es decir, durante el período en que duró el vínculo contractual entre los empresarios y el Gobierno Imperial (1855-1866), la colonia creció sostenidamente en términos

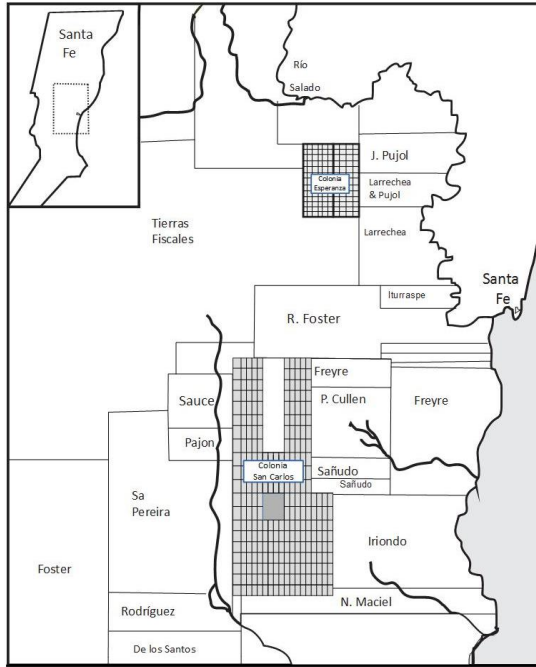
¹³ Vale destacar que la empresa no aclara cuántos lotes vendió a particulares.

productivos y demográficos. Resta saber, por ende, si esos números se tradujeron en niveles similares de rentabilidad para la empresa desarrolladora.

El caso de San Carlos, en la provincia de Santa Fe, presta algunas coincidencias con el de Santa María da Soledade. Esta colonia, la segunda establecida en aquella provincia, surgió a partir de un contrato entre la firma Beck & Herzog, de Basilea, con el gobierno provincial. Este instrumento disponía éste último cedería 20 leguas cuadradas de tierra a la empresa colonizadora, la cual se obligaba a costear la organización, instalación y administración del mencionado centro agrícola, localizado a pocas leguas al oeste de la ciudad de Santa Fe. Al igual que en el caso del conde Montravel, la iniciativa surgió de un particular, el agente de inmigración suizo Carlos Beck, quien había brindado servicios para la instalación de la primera colonia santafesina –Esperanza, acaecida en 1856- y motivado por las oportunidades del negocio y los contactos con las autoridades provinciales, se embarcó en el emprendimiento. Para conseguir financiamiento Beck formó la empresa Beck & Herzog, cuyas acciones fueron vendidas en Basilea. Con el capital obtenido, consiguió costear los gastos de envío de familias y la implantación de la colonia. La estructura de la empresa estaba encabezada por Carlos Beck, quien se mudó a Santa Fe para seguir de cerca el devenir del negocio. A su vez, tenía dos gerentes de origen alemán que manejaban las cuestiones financieras y técnicas, además de los funcionarios de base que se encargaban de los arreglos generales de la colonia.

MAPA 1

Catastro del centro oeste de la Provincia de Santa Fe en 1858



Fuente: Elaboración propia en base a Schobinger, J. (1957), *Inmigración y colonización suiza en la República Argentina en el siglo XIX*, Buenos Aires, Didot.

En principio, la meticulosidad y el celo que el empresario desarrolló en el armado de la colonia hacían suponer que San Carlos lograría sortear los obstáculos surgidos en la mencionada y pionera Esperanza. Beck planificó la colonia al detalle: estaba compuesta en sus inicios por 330 concesiones o lotes de 33,4 hectáreas cada uno, en los cuales se instalarían teóricamente 162 familias de colonos, quedando el resto en propiedad de la sociedad. Beck no sólo repartió los lotes dejando parcelas de reserva para rotaciones y alimentación de animales, sino que armó una granja modelo en el centro de la colonia destinada a la experimentación y ensayo de nuevos cultivos. Una vez transcurrida la vigencia del contrato, a cada colono se le abría la posibilidad extender la superficie original, anexando esa concesión libre mediante la compra a la empresa. Ello constituía una ventaja fundamental ya

que por razones hereditarias o productivas sería lógico que a mediano plazo muchos núcleos familiares requirieran nuevas tierras. A su vez, la empresa se había hecho cargo de la construcción de los edificios necesarios y había dejado listo el terreno para comenzar a producir. Desde luego, y más allá de que se trataba de extensiones similares con respecto a Santa María da Soledade, la idea de la empresa era desarrollar una agricultura extensiva, mucho más factible gracias a que eran tierras de llanura y por la inexistencia de mata virgen. Es por ello que por contrato los colonos debían sembrar como mínimo 8 hectáreas el primer año, 13 hectáreas el segundo y 16 desde el tercero, de cuyas cosechas deberían entregar a la empresa un tercio durante 5 años.

14

Pese a la planificación inicial, paradójicamente la colonia no alcanzó a cubrir las previsiones de producción y rentabilidad que había calculado su director. Tal como veremos más adelante, los resultados económicos llevaron a la liquidación de la empresa, aunque al igual que Santa María da Soledade, la colonia continuó su sendero de crecimiento, transformándose desde finales de la década de 1860 en la principal colonia de la provincia de Santa Fe.

TABLA 2
Evolución productiva y demográfica de la colonia San Carlos (1865-1870)

Año	Población	Producción (kgms.)		Maquinarias	
		Trigo	Maíz	Arados	Segadoras
1865	735	917.700	382.725		7
1866	732	1.275.400	966.350		
1867	955	2.033.150	1.558.200		
1868	1.280	3.186.050	1.963.500	275	44
1869	1.653	4.685.625	488.775	360	71
1870	2.045	5.280.275	748.300	454	103

Fuente: Elaboración propia en base a Beck Bernard, Carlos (1872), *La République Argentine*, Berne, Imp. J. Alemani, p. 140

¹⁴ Información detallada sobre el funcionamiento de la colonia puede encontrarse Djenderedjian et al (2010), op. cit.

Se desprende así de la tabla precedente que luego de cumplido el quinquenio que unía contractualmente a los colonos con la empresa, y a pesar de los magros resultados obtenidos (se presentarán en el próximo apartado), la colonia creció fuertemente. Jugó aquí un papel fundamental la coyuntura de precios altos de los cereales impulsada por la guerra del Paraguay. Esto puede notarse claramente en dicha tabla, sobre todo en el fuerte aumento que tuvo la producción de maíz entre 1867 y 1868.

En síntesis, ambas colonias, prácticamente contemporáneas, presentaron grados constantes de crecimiento, tanto en términos productivos como demográficos. Sin embargo, el camino transitado para lograrlo estuvo plagado de obstáculos y naturalmente los resultados esperados en tanto negocio inmobiliario estuvieron muy lejos de lo esperado.

La trastienda del crecimiento productivo: el accionar y los resultados financieros de las empresas colonizadoras

Pocas dudas caben -y en esta línea ha ido la historiografía relativa a los procesos de colonización agrícola en el sur de Brasil y en la región pampeana argentina- de que las colonias agrícolas no sólo supusieron una ruptura con los esquemas productivos imperantes, sino que también constituyeron un aporte fundamental al crecimiento económico y demográfico experimentado por ambas regiones en las últimas décadas del siglo XIX. Si bien el proceso de formación de colonias experimentó cambios cíclicos, desde mediados de la década de 1870 tanto en Santa Fe como en Rio Grande do Sul la colonización logró despegar y consolidarse como un modelo productivo con impulso propio. Sólo por dar una cifra, para 1894 el 20% de la población de Rio Grande, es decir, 160.000 personas, vivían en colonias agrícolas, mientras que en Santa Fe en esa época el porcentaje de habitantes en las colonias superaba el 50% sobre casi 400.000 habitantes.¹⁵

¹⁵ Sobre Rio Grande do Sul, ver Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (1922), Retrospecto Económico e Financeiro do Rio Grande do Sul, Nro. 8, Porto Alegre, Oficinas Gráf. Da Livraria do Globo, p. 86. Para Santa Fe, ver Martiren, J. (2016), *La*

Este proceso de crecimiento no estuvo exento de problemas para consolidarse. Sobre todo en las fases iniciales, armar una colonia desde cero era un negocio con tan atractivo como riesgoso. La formación de colonias se basó tanto en iniciativas públicas como privadas, aunque estas últimas fueron predominantes – en Rio Grande, como vimos, desde fines de la década de 1840.¹⁶

En los dos ejemplos analizados, la lógica de desarrollo fue similar, esto es, el accionar de un empresario que a riesgo propio procuró financiamiento particular, y mediante un contrato con el sector público (en el caso de Santa María da Soledade, con el Gobierno Imperial, y en el caso de San Carlos, con el gobierno provincial), una de las partes entregaba tierras públicas y la otra se obligaba traer colonos europeos y emplazar una colonia.

La gran diferencia en ambos casos estuvo en que la Sociedad de Montravel recibiría subsidios por parte del Gobierno Imperial por cada colono instalado, más adelantos pecuniarios para gastos logísticos, mientras que la relación de Beck & Herzog con el gobierno santafesino se circunscribía principalmente a la entrega de tierras públicas para colonizar. En este contexto, si bien las dos colonias tuvieron un sostenido crecimiento, su existencia en relación a las empresas de colonización fue efímera.

La relación de Santa María da Soledade con la Sociedad Montravel, Silveiro y Ca. se extendió hasta 1866, al autorizar el Gobierno Imperial la rescisión del contrato, aunque como ya notáramos, los problemas habían comenzado desde el inicio. Tal como se desprende de los informes anuales elaborados por la empresa (1859 a 1863 y 1866), los inconvenientes principales no estuvieron al inicio en torno a la relación con los colonos y su limitada capacidad de pago, sino con los técnicos de la Dirección de Tierras Públicas y con funcionarios del Gobierno Imperial. El primer problema, muy común en todos los emprendimientos de la

transformación farmer. Colonización agrícola y crecimiento económico en la provincia de Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX, Buenos Aires, Prometeo, Cap. 3.

¹⁶ Sobre el aumento de la colonización con particulares ver en Argentina y Brasil, ver Djenderedjian et al (2010), op. cit.; y Iotti, Luiza Horn (org.) (2001), *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*, Porto Alegre/Caxias do Sul, Ass. Leg. Do Estado/EDUCS.

época, fue la elección del terreno. Según la visión de la empresa, el agrimensor de la Dirección de Tierras Públicas escogió para el emplazamiento de la colonia un terreno mucho más alejado del convenido, y sin consentimiento de la empresa, que ya había establecido sus bases operativas y realizado algunas inversiones en un área más al sur.¹⁷ Sumado a ello, según el contrato de colonización, el Gobierno debía trazar sólo los límites de los cuatro territorios elegidos, quedando para la empresa el parcelamiento interno posterior. Sin embargo, el agrimensor no sólo midió un territorio más al norte, sino que también subdividió el lote en parcelas de 121 hectáreas (250.000 *braças* cuadradas), y tenía intenciones de que la empresa se hiciera cargo de los costos de la medición, que alcanzaban las 2.900 libras. Ante esto, la empresa no sólo rechazó dicha medición, tanto por el elevado costo que suponía, cuanto porque pretendía entregar lotes mucho menores (de 48 hectáreas o 100.000 *braças* cuadradas) a cada familia.¹⁸

Desde el sector público, tenían una visión contrapuesta. No sólo aducían que las tierras solicitadas por Montravel inicialmente estaban bajo litigio (y por eso les otorgaron otras más al norte), sino que para 1858 la empresa no había cumplido con sus obligaciones, al no haber logrado traer la totalidad de los 1.440 colonos estipulados por contrato.¹⁹ Esta situación dejó en evidencia un segundo inconveniente, las dificultades logísticas para atraer el número solicitado de los colonos y lograr que se adaptaran

¹⁷ En el MAPA 1, en base a una ilustración disponible en uno de los informes, hemos señalado el territorio originalmente escogido por Montravel, sobre el cual había abierto algunos caminos hacia el río Caí, por donde saldrían los productos de las colonias hacia los mercados. Las críticas de la Sociedad eran dirigidas al Capitán del Cuerpo de Ingenieros, João Luiz de Araujo Oliveira Lobo, por haber éste demarcado las tierras al norte de la posición original. Puede verse en el MAPA 1 que las tierras solicitadas por la empresa se ubicaban al sur del lugar donde finalmente se instaló.

¹⁸ AHRS, Fundo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, *Relatório do estado da Colonia Santa Maria da Soledade...*, de 5 de julho de 1859.

¹⁹ Las autoridades provinciales alegaron que estas quejas no tenían asidero, puesto que para 1858 la Compañía había tomado posesión del primer territorio y no había logrado llegar a los 1440 colonos instalados. Ver Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1858), *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz apresentado á Assembléa Legislativa Provincial*, Porto Alegre, Typ. Do Correio do Sul, p. 22-23

al nuevo ambiente y lógica de trabajo, más allá que sólo les habían faltado 16 colonos para completar el número establecido en el contrato de 1857. Ello se debía por un lado a las dificultades para conseguir agricultores, y por otro, a que muchos inmigrantes se iban a otras ciudades, donde vendían su fuerza de trabajo.²⁰

Si bien para 1859 lograron cumplir con el número de colonos e instalarlos en el terreno indicado por los agrimensores del Gobierno Imperial, los problemas se agravaron, sobre todo motivados por la falta de liquidez. Vale destacar al respecto que en febrero de 1857, Montravel firmó un nuevo contrato que realizaba ligeras modificaciones al de 1855, y entre ellas, disponía un subsidio estatal de 6350 libras (57 contos de reis), y se aumentaba el monto pagado por cada colono importado. Según la empresa, para 1859 el aporte del Gobierno Imperial ya se había agotado, y la colonia aún no lograba producir fondos propios como para autosustentarse financieramente, por lo que la empresa debía apelar a aportes particulares.

Por todos esos problemas, y ante la imposibilidad de conseguir el deseado territorio al sur de donde fue implantada finalmente la colonia, los socios comenzaron a pedir la rescisión del contrato. Primero fue Rodrigues Barcellos, en 1859, aunque desde 1860 los pedidos para poner fin a las obligaciones de la empresa fueron reiterados anualmente. El tenor de los pedidos era siempre el mismo: aumentos de los subsidios por colono instalado, y el otorgamiento de un nuevo préstamo de 10.600 libras (100 contos de reis en 1860) para continuar operando.²¹ Para ese

²⁰ Según el informe de 1859, "...as famílias pertencentes a officias de officios tem igualmente abandonado a colonia, vindo estabellecerem-se nesta cidade, ou em S. Leopoldo, honde achão serviço e imprego; a Sociedade conhece a razão que teme em procurarem trabalho para que se achão habilitados e que a colonia não pode offerecer ainda, e por isso tem tolerado taes desvios...". AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, *Relatório do estado da Colonia Santa Maria da Soledade...*, de 5 de julho de 1859

²¹ El informe anual de 1859 el Consejero de la Presidencia de la Provincia de Río Grande afirmaba: "Parece que a sociedade se acha desanimada: seguiu há pouco para a Corte um dos sócios, para o fim de pedir a rescisão do contrato, que a sociedade celebrou com o governo imperial em 23 de fevereiro de 1857...".²¹ *Provincia de São Pedro do Río Grande do Sul (1859), Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia de São Pedro*

momento ya parecía quedar claro que el problema de la colonia tenía un trasfondo netamente financiero; por lo que se desprende de las estrategias de financiamiento, la única alternativa a la que acudieron era al crédito público que, evidentemente, era limitado.

A estos inconvenientes se sumaría uno de mayor importancia, que terminó por marcar el derrotero de la empresa, la fragilidad de los resultados financieros.

TABLA 3
Resultados financieros de la empresa Montravel, Silveiro & Ca. en relación a la colonia Santa María da Soledade (1857-1866)

Santa Maria da Soledade					
Cuentas de Colonos	Período	Aportes de la empresa, más intereses	Pagos de colonos	Devoluciones	% total de Retorno em el período
349	1857-1866	49.209	737	4.506	11%

Fuente: Elaboración propia en base al procesamiento de los registros contables de la totalidad de los colonos registrados por la empresa en sus libros de contabilidad. En la columna “Aportes de la empresa” se contabilizaron los costos de traslado y alimento, los adelantos por bienes, semillas y dinero, y los intereses por mora. En la columna Pagos de Colonos se detalla a suma de los pagos de cada colono y en la de “Devoluciones”, el monto declarado por las todas las devoluciones de tierras realizadas, que volvían al activo de la empresa. Ver AHRS, Fondo Fondo Imigração, Terras e Colonização, Cajas C069, C070, C071, C072, C073, C180 y C227. Los valores, expresados en milreis en la fuente original, se convirtieron a libras esterlinas en base a datos de Moura Filho, H. P. de (2011), “Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913)”, *Cadernos de História*, Belo Horizonte, Vol. 11, Nro. 15, Anexo Série 3.

Si bien la Sociedad había logrado sustentarse con fondos propios, más los subsidios estatales, desde 1860 los números comenzaron a ser negativos. Los aportes por los 1440 colonos instalados ya habían sido cobrados, y las autoridades no abrieron nuevas líneas de crédito, por lo que la Sociedad quedó sujeta a los rendimientos de la misma colonia. Como se evidencia de la información proveniente de los libros de contabilidad, esto era imposible. Para el plazo en el que duró la sociedad y sin contabilizar

las devoluciones, que alcanzaron el 10% de la deuda acumulada, los colonos sólo cancelaron obligaciones por 737 libras, es decir, el 1,5% del total, en un plazo de nueve años. Era sin dudas un negocio totalmente inviable en el corto plazo, más allá de la política de tolerancia que la empresa llevó adelante.²²

Es decir, si bien en general la colonia continuaba un sendero de crecimiento, y mantenía su valor de inventario, ello no se trasladaba a los dividendos para la empresa desarrolladora. Esto se debía no sólo a la inexistencia de tasas de retorno prometidas o esperables inicialmente en torno al capital invertido, sino a la incapacidad de generar siquiera liquidez para costear cuestiones básicas de organización de la misma, como caminos, nuevas picadas, escuelas, médico, culto religioso.²³

Como era de esperarse, la administración de la colonia por parte de la empresa llegó a su fin. Luego de reiterados pedidos, se logró acordar la rescisión del contrato, que formalizada en sesión del Congreso el abril de 1866 gracias a la aprobación de un proyecto elaborado en la Comisión de Hacienda dos años antes.²⁴ Se dispuso indemnizar a la Sociedad por los gastos hechos, y como contrapartida, el gobierno Imperial tomaría posesión de la colonia. Finalmente, mediante un decreto emitido el 10 de julio de 1869 se reglamentaron las bases para la rescisión del contrato entre el Gobierno Imperial y la sociedad colonizadora. Se pactó así que el Gobierno pagase poco más de 22.700 libras esterlinas (309 contos de reis en base a la cotización de la libra en ese año), según lo informado por Tesorería de la Provincia de Rio Grande en 1867. En esa suma se incluían los gastos de transporte de los colonos

²² Los empresarios tenían claro que la judicialización de las deudas o la expulsión de los colonos no era una buena estrategia para el devenir del negocio. Según el informe de 1863: “Desde o começo do estabelecimento desta colonia temos feito todos os sacrificios possiveis em prol do commodo e prosperidade dos colonos e tal tem sido a nossa condescendencia na cobrança das dívidas para que ainda sem fundamento se diga que atropelamos os colonos, que nem um só até hoje foi judicialmente compellido a pagarnos”. AHRS, Fondo Imigração, Terras e Colonização, Maço 35, Caixa 20, Pasta “Agente Particular de Colonização Montravel, Silveiro & Ca. – 1863”

²³ En los informes de 1860 a 1863 la Sociedad reclamó insistentemente al gobierno imperial fondos para hacer frente a estas cuestiones.

²⁴ Senado Imperial do Brasil (1866), *Annaes do Imperio do Brazil*, Livro 2, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Anais do Senado Federal, p. 105.

desde Europa, los aportes para subsistencia, el precio de las tierras y los intereses por mora. A partir de entonces, los colonos pasarían a ser deudores del Imperio del Brasil.²⁵

Similar suerte corrió la mencionada colonia San Carlos. En este caso, las dificultades financieras de la empresa no se debieron a problemas con el Gobierno provincial, sino a la incapacidad de cumplir con lo estipulado con los accionistas al momento de conformar la sociedad en Basilea. Al igual que Santa Maria da Soledade, el crecimiento productivo de San Carlos fue por demás auspicioso (incluso, en términos comparativos, la producción per cápita fue allí mucho más alta); sin embargo, como puede verse en la siguiente tabla, el porcentaje de retorno esperado por colono ni siquiera llegó al 20%.

TABLA 4
Relación entre el resultado esperable por colono instalado en San Carlos y el total efectivamente pagado (1858-1864)

San Carlos				
Cuentas de Colonos	Período	Recaudación esperable por colono a 5 años (monto en libras)	Promedio efectivamente pagado por colono	% total de retorno en el período
20	1858-1864	500	91	18%

Fuente: Elaboración propia a partir de Martiren, J. (2013), *La mies madura. Colonización agrícola y crecimiento económico en Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX*, Tesis Doctoral, UNCPBA, p. 147.

En este caso, el metodología de cálculo presentada difiere de Santa Maria da Soledade, en tanto sólo incluye una muestra del total de cuentas de colonos que la empresa tenía en San Carlos (algo más de 150 cuentas). Es decir, la tabla precedente no presenta la evolución contable de la empresa, sino los montos pagados sobre el total esperado.

Sobre este punto se puede afirmar que más allá de que Beck era conocedor del negocio, resulta evidente que sobrestimó

²⁵ Decreto Nro. 4387, del 10 de julio de 1869. Consultado en www.legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62789&norma=78677

los rendimientos. No podremos saber si fue adrede, para atraer a los inversores, o si bien fue un mero error de cálculo. Lo cierto es que en términos de rentabilidad resultó un fracaso. Parece haberse dado una situación análoga a la de Santa María da Soledade; en esencia, la capitalización de la empresa se mantenía, aunque no lograba índices alcanzar dividendos suficientes o esperables.

Así, a partir de 1864 Beck liquidaría la empresa y transferiría sus activos a una nueva compañía de tierras, la Sociedad de Colonización Suiza de Santa Fe, de la cual Carlos Beck sería accionista, aunque ya no se encargaría de la dirección de la misma. De esta manera, B&H transfirió no sólo los créditos a cobrar, sino también parte de las tierras que la empresa había adquirido por el contrato. A diferencia de Santa María da Soledade, que logró salir del negocio con una indemnización monetaria por parte del Gobierno imperial, en el caso de Beck & Herzog no hubo una indemnización líquida, sino que se armó una nueva empresa a la que se transfirió un importante *stock* de tierras en las proximidades de la colonia.

La experiencia le enseñó a Beck que esa modalidad de colonización (costear la llegada de colonos y financiarlos, es decir, “fabricar” la demanda) no tendría resultados a corto plazo. Por tal razón, la *Sociedad de Colonización Suiza*, sucesora de la fallida empresa inicial, cambió su estrategia de colonización. Si bien siguió con la lógica espacial impuesta en San Carlos, ya no buscó la demanda en Europa, sino en las distintas colonias existentes en Santa Fe. Así estableció la colonia Humboldt, cuyas tierras comenzó a vender en 1867 a colonos ya instalados anteriormente en San Carlos y Esperanza, o bien a los que llegaban insertos en distintas corrientes inmigratorias ajenas a la empresa.

A modo de cierre: el problema financiero

El análisis comparado de dos colonias implantadas contemporáneamente con bases logísticas similares, pero sobre sistemas de colonización con alguna diferencias, nos permite echar luz sobre una serie de interrogantes acerca de estos procesos en el sur de Brasil y en la región pampeana argentina.

Por un lado, sobre la rentabilidad del propio negocio. Ambos casos demostraron resultados financieros negativos, tanto en terrenos donde se desarrollaba la agricultura más extensiva (v.g. San Carlos), como en otros donde se combinaban actividades extractivas (debido a la presencia de mata virgen) con producción agrícola diversificada. Queda claro, debido a los porcentajes de retorno y por las cifras de crecimiento productivo, que San Carlos generó ciclos de acumulación de riqueza más consistentes que su par brasileña. Sin embargo, dependió en gran medida de los aportes de la empresa para consolidar su crecimiento posterior. Santa María da Soledade experimentó algo similar, es decir, un crecimiento sostenido entre su fundación y el momento de la rescisión del contrato, aunque en el corto plazo la dependencia de fondos externos fue absoluta.

Por otro lado, la matriz del problema parece haber sido netamente financiera. Para captar más fondos (y poder vender las acciones en su totalidad) los empresarios debieron haber prometido retornos altos y a corto plazo. Pero al no conseguir materializarlos, los accionistas presionaron hasta que las empresas tuvieron que rescindir o concursar. Resultó, en esencia, una ingeniería financiera muy deficiente: ambos proyectos pretendieron bajar la tasa de interés que tomaban prometiendo ganancias seguras y prontas, aunque la estrategia falló completamente. En el caso de Beck, evidentemente se equivocó en sus previsiones de retornos, un error letal en una coyuntura con alto costo de dinero y con fondos ávidos de ser colocados en actividades más lucrativas.

Pero, ¿por qué en Brasil el emprendimiento tampoco funcionó siendo que tuvo aportes financieros del sector público? ¿Y por qué ante el agotamiento de éste los empresarios no se apoyaron en el mercado local de capitales? Resulta evidente que, más allá de los problemas técnicos que la colonia tuvo, la realidad del negocio era igual a la de San Carlos y no lograba competir con otras actividades económicas ya consolidadas, por lo que no captaba, ni siquiera localmente, los fondos necesarios al plazo requerido. Es de destacar que actividades que dominaban la economía agraria de ese momento, como la ganadería en SF o la

industria de charqueadas en Rio Grande, se manejaban con financiamiento de muy corto plazo, renovable incluso cada tres o seis meses en Letras. Eso aseguraba renta inmediata, variable, y capitalizable también a muy corto plazo. Ante esta situación, era prácticamente imposible que una colonia pudiera competir en términos de financiamiento; es decir, ¿cómo vender un bono de un emprendimiento que no tendría retornos a corto plazo?

En síntesis, más allá de los inconvenientes administrativos y logísticos, la deficiente ingeniería financiera pareció haber sido el talón de Aquiles de ambos emprendimientos.

Por tratarse de proyectos que buscaban cambios estructurales en las economías donde eran emplazados, dependían del financiamiento blando y a mediano plazo, una variable difícil de conseguir sin la presencia del sector público. El caso de Montravel, Silveiro y Ca., cuya suerte terminó dependiendo del acceso al crédito público, es un fiel reflejo de este problema. Una vez agotada la instancia del financiamiento estatal, la opción fue la liquidación de la empresa.

Estos ejemplos, no obstante, tuvieron eco en el rubro; con el alza de precios de agrícolas motivada por la guerra del Paraguay, el negocio colonizador adquirió nuevos bríos, aunque con nuevas estrategias. En la región pampeana, los casos que replicaron la estrategia desarrollada por Beck y otras colonias primigenias fueron residuales. En el caso brasileño, si bien muchas empresas de colonización siguieron un modelo similar, en general las nuevas colonias aprovecharon la demanda derivada de corrientes inmigratorias ajenas (o promovidas por organismos estatales) o de la propia reproducción demográfica de las colonias más antiguas. Fue justamente este nuevo modelo de colonización el que permitió el verdadero despegue de estos procesos. El último cuarto del siglo XIX la colonización agrícola tuvo un crecimiento exponencial en ambos países, aunque siguiendo otras bases.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriano Comissoli

É professor de História na Universidade Federal de Santa Maria em nível de graduação e pós-graduação. Autor do livro “O homens bons e a Câmara municipal de Porto Alegre (1767-1808)”, organizador do “Homens e armas: recrutamento militar no Brasil (séc. XIX)”, junto com Miquéias Mugge, e de artigos científicos. Integrante dos grupos de pesquisa Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul e Antigo Regime nos Trópicos. Atualmente tem conduzido investigações sobre a importância da comunicação e do sistema de inteligência no Rio da Prata como instrumento de afirmação da soberania do Império Português em finais do XVIII e inícios do XIX.

Alejandro Morea

Es Profesor y Licenciado en Historia por la Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP) y Doctor en Historia por la Universidad Nacional del Centro de Provincia de Buenos Aires (UNCPBA). Además realizó una estadía postdoctoral en la Universidad Federal do Rio Grande do Soul (UFGR), Brasil, donde complementó su formación. Es docente de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la UNMDP y Becario Postdoctoral del CONICET. Su trabajo de investigación está enfocado en el Ejército Auxiliar del Perú durante las Guerras de Independencia y en la construcción de carreras políticas en el Interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata entre 1810 y 1831. Ha publicado en numerosas revistas académicas nacionales e internacionales.

Andrea Reguera

Es Doctora en Historia y Civilizaciones por l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (París, Francia) -1997- y Profesora y Licenciada en Historia por la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - 1986- Se desempeña como Profesora Titular de Historia Americana (s. XIX) en el Departamento de Historia de dicha universidad. Es Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) y Directora del Centro de Estudios Sociales de América Latina (CESAL). Su área de especialidad es la investigación en historia argentina y americana del siglo XIX. Ha publicado libros, numerosos capítulos y artículos en libros y revistas de la especialidad, tanto a nivel nacional como internacional”.

Bruno Félix Segatto

É licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisa relacionada à História Cultural da Imprensa e da Política na Argentina e no Paraguai oitocentistas. Atualmente é professor de História nos Colégios Sinodal do Salvador e Marista São Luís.

Carla Menegat

É Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Concluiu em 2015 Doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo realizado estágio de doutorado sanduíche no país na Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendendo tese sobre as reivindicações dos criadores de gado brasileiros no Estado Oriental do Uruguai durante meados do Século XIX. Seus interesses de pesquisa se concentram nas relações de poder na Bacia do Prata, as relações políticas entre o Império do Brasil e o Uruguai e a conformação da elite no Brasil Meridional, neste contexto da formação dos Estados Nacionais na região.

Carlos Augusto Bastos

É Licenciado e Bacharel em História (UFPA), Mestre em História Social (UFF) e Doutor em História Social (USP). Professor da UFPA - Campus Universitário de Ananindeua. Desenvolve pesquisas sobre fronteiras na Amazônia dos séculos XVIII-XIX. É um dos organizadores das coletâneas *Limites Fluêntes: Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI)* (CRV Editora, 2013) e *História Militar da Amazônia* (CRV Editora, 2015), além de artigos publicados em periódicos no Brasil e no exterior.

Eduardo Palermo

Docente, Historiador, Mestre em História pela UPF e Doutorando em História Regional na UPF. Profesor en Centro Regional de Profesores del Norte-Uruguay. Director del Museo del Patrimonio Regional, Intendencia de Rivera. Coordinador de la revista digital Estudios Históricos (www.estudioshistoricos.org). Autor de "Tierra esclavizada, el norte uruguayo en la primera mitad del siglo XIX". Montevideo: Tierra Adentro, 2013.

Elizabeth Salgado

É formada em História pela Universidade de Antioquia (2010), Máster em História da América Latina - Mundos Indígenas pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (2013), Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Integrante do Grupo de Pesquisa em História Moderna e Contemporânea da Universidade de Antioquia.

Florencia Thul Charbonnier

Doctoranda en Historia por la Universidad de Buenos Aires. Magister en Ciencias Humanas-opción Historia Rioplatense por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UdelaR). Investigadora Nivel Iniciación del SNI de la ANII. Licenciada en Ciencias Históricas (FHCE-UdelaR). Docente-investigadora del Departamento de Historia del Uruguay de la FHCE. Integra dos equipos de investigación sobre la historia del Río de la Plata en los siglos XVIII y XIX financiados por CSIC en su programa de apoyo a Grupos de Investigación. Ha sido ayudante de investigación de varios proyectos sobre historia económica del Uruguay en el siglo XIX, publicando algunos artículos sobre esta temática.

Hendrik Kraay

É Mestre em História pela Universidade de Toronto e Doutor em História pela Universidade do Texas. É autor de diversos artigos e livros, dentre os quais “Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889. Stanford: Stanford University Press, 2013” e “Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2011”. Organizou com Thomas Whigham “I Die with My Country: Perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870 Lincoln: University of Nebraska Press, 2004”. Atualmente é Professor do Departamento de História e Ciência Política de Calgary (Canadá).

Jonas Moreira Vargas

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de “Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (séc. XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016” – pesquisa que recebeu menção honrosa no Concurso de Teses de Doutorado da Associação Nacional de História

(2013-2014). Atualmente é Professor de História da América e História do Brasil Império da Universidade Federal de Pelotas.

Juan Luis Martiren

Es Doctor en Historia por la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) e Investigador Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), de Argentina, con lugar de trabajo en el Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". Se ha especializado en temas relativos a la historia agraria rioplatense de los siglos XVIII y XIX.

Luís Augusto Ebling Farinatti

É Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor do livro "Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)" (Editora da UFSM, 2010) e de diversos artigos e capítulos de livros na área de História Social do Século XIX no sul do Brasil.

Marcelo Santos Matheus

É Mestre em História pela Unisinos e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor do livro "Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil", atualmente é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

María Inés Moraes

Nació en 1961 en Bella Unión, una ciudad de la frontera del Uruguay con el Brasil y la Argentina. Es Doctora en Historia Económica y ejerce la docencia y la investigación en la Facultad de Ciencias Económicas y Administración de la Universidad de la República (Montevideo, Uruguay). Ha investigado sobre temas y problemas de historia agraria en los siglos XVIII, XIX y XX. Actualmente se concentra en el estudio de aspectos productivos y distributivos de las economías rioplatenses pre-modernas, con énfasis en el período 1760-1860.

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

É membro do corpo docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Possui graduação e mestrado em História pela UFRGS e doutorado em História na PUCRS. Autora do livro “Crime de Fronteira: criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)”. Atua principalmente nas áreas de História Latino-Americana com ênfase na região platina, mais detidamente a respeito de temáticas que envolvem fronteira e criminalidade.

Max Roberto Pereira Ribeiro

É graduado em História pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente está concluindo doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É pesquisador com experiência na área de História Indígena.

Melina Kleinert Perussatto

Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. É vice-coordenadora do GT Emancipações e Pós-Abolição - ANPUH/RS e foi coordenadora (2015-2016) e vice-coordenadora (2014-2015) do GT Mundos do Trabalho - ANPUH/RS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: emancipações e pós-abolição; trabalho, educação e cidadania

Miqueias H. Mugge

É *Postdoctoral Research Associate* na *Woodrow Wilson School of Public and International Affairs* da Princeton University (EUA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem se dedicado ao estudo das forças armadas, da imigração e da escravidão no Brasil oitocentista. Atualmente desenvolve um projeto que explora a atuação de agentes diplomáticos brasileiros na Europa e nos Estados Unidos no período pós-independência. Suas pesquisas têm contado com o apoio do CNPq, da Capes e da Comissão Fulbright.

Murillo Dias Winter

É doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Investiga a independência do Brasil na província Cisplatina e atua nos seguintes temas: imprensa, identidades políticas, independências e formação do Estado no mundo ibero-americano e história dos conceitos e das linguagens políticas. Atualmente desenvolve pesquisa junto ao Grupo de Investigação em História Intelectual da Política Moderna na Universidade do País Vasco (Espanha).

Rafael Peter de Lima

É graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE (2006). Autor da dissertação intitulada *‘A nefanda pirataria de carne humana’: escravições ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)* defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFRGS (2010) e premiada no “Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais e Cultura Afro-Latina - PRÊMIO PALMARES DE DISSERTAÇÃO – 2010” promovido pela Fundação Cultural Palmares. Em 2016 concluiu seu curso de Doutorado em História também pela UFRGS. Atualmente é professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Visconde da Graça (Pelotas/RS).

Rodrigo de Azevedo Weimer

Graduado pela UFRGS, mestre pela Unisinos e doutor pela UFF. Coursou, novamente pela Unisinos, estágio pós-doutoral. Além de diversos artigos em revistas de História e capítulos de livros, é co-autor do livro "Comunidade Negra do Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade (Editora da UFRGS, 2004) e autor dos livros "Os nomes da liberdade" (Óikos, 2004), Felisberta e sua gente (Fundação Getúlio Vargas, 2015) e "Os camponeses do Morro Alto" (FEE, 2016). O primeiro livro no qual é autor sozinho é a fonte das reflexões sobre Revolução Federalista aqui apresentadas junto da historiadora Melina Kleinert Perussatto. É especialista em temáticas como pós-Abolição; cultura e identidade negras; nomeação; estudos de memória.